

## Índice

<b>4.4</b>	<b>Meio Socioeconômico .....</b>	<b>4.4.1 - 2</b>
4.4.1	Introdução .....	4.4.1 - 2
4.4.2	Metodologia.....	4.4.1 - 4
4.4.3	Diagnóstico da Área de Influência Indireta (AII).....	4.4.1 - 6
4.4.3.1	Caracterização Regional.....	4.4.1 - 6
4.4.3.2	Ocupação.....	4.4.1 - 6
4.4.3.3	Contexto Econômico Regional (Região Norte Fluminense) .....	4.4.1 - 18
4.4.3.4	Municípios da AII – Campos dos Goytacazes e São João da Barra .....	4.4.1 - 27



## 4.4 MEIO SOCIOECONÔMICO

### 4.4.1 *Introdução*

Os efeitos da implantação do Complexo Industrial Portuário do Açu já se fazem sentir nos municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, bem como na região norte fluminense como um todo. A implantação de um novo pólo de desenvolvimento econômico atrai a atenção de diversos setores da sociedade, para uma zona historicamente marcada pelos declínios econômico e produtivo – e pela conseqüente ausência de oportunidades de trabalho – e pela evasão dos habitantes, especialmente das áreas rurais, em direção aos centros urbanos regionais e estaduais.

Em que se pese o aumento das arrecadações municipais decorrentes do pagamento dos *royalties* da produção petrolífera na Bacia de Campos – no norte fluminense, em Campos e São João da Barra, não foram geradas alternativas produtivas para sua população, nos últimos anos. A chegada do Porto do Açu parece significar uma nova oportunidade para os jovens e suas famílias se manterem na região e garantirem novos empregos formais.

O pátio logístico, objeto do presente EIA, integra este complexo industrial e sua implantação resultará no incremento das operações portuárias, englobando outros nichos de mercado, além do escoamento de minério a que se destina a 1ª fase do Porto, atualmente em construção. O pátio logístico agrega ao complexo portuário atividades de apoio à exploração e produção de petróleo, bem como a movimentação de cargas diversas tais como: granéis sólidos (calcário, carvão, etc.), granéis líquidos para apoio logístico, produtos siderúrgicos e contêineres. Os possíveis impactos decorrentes das obras marítimas associadas ao Porto e das operações portuárias para escoamento de minério de ferro foram avaliados e discutidos no processo de licenciamento do Porto do Açu, cuja Licença Prévia foi emitida em dezembro de 2006 e a Licença de Instalação em maio de 2007. As obras licenciadas se encontram em implantação. O

presente estudo, portanto, focalizará os novos efeitos potenciais da implantação das obras do pátio logístico e das atividades portuárias a ele associadas.

Na primeira parte desse Diagnóstico apresenta-se uma caracterização socioeconômica da região Norte Fluminense, com ênfase nos dois municípios considerados como pertencentes à Área de Influência do empreendimento – Campos dos Goytacazes e São João da Barra. A caracterização regional justifica-se, pois é necessária ao entendimento da própria dinâmica socioeconômica destes dois.

Uma questão de importância na compreensão desta dinâmica diz respeito à localização do Porto do Açú, situado no distrito de Pipeiras, 5º distrito de São João da Barra. Trata-se de área de características rurais, ligada ao distrito sede por estradas sem pavimentação, e que faz fronteira ao município de Campos dos Goytacazes. O acesso da população do 5º distrito à sede municipal é dificultado pela inexistência de transporte público que integre os dois distritos (1º e 5º). Isto ocorre em função de São João da Barra não contar com sistema municipal de transporte público. O município é servido pela empresa Campos Tur de transporte público, que pertence ao município de Campos dos Goytacazes. A rota de ônibus que passa no 5º distrito não chega a São João da Barra, seguindo direto para Campos, o que obriga a população a utilizar dois ônibus quando deseja ir a sede municipal. Por esse motivo, parte da população do 5º distrito utiliza os serviços públicos oferecidos pelo município de Campos dos Goytacazes em detrimento aos disponíveis em São João da Barra.

A interação entre esses dois municípios é constitutiva de suas próprias dinâmicas internas. A assimetria entre Campos dos Goytacazes – um pólo regional de serviços – em relação a São João da Barra é por si só determinante de uma relação de subordinação da dinâmica socioeconômica do segundo em relação ao primeiro. Contudo, a implantação de um empreendimento da envergadura do Complexo do Açú, em São João da Barra poderá reduzir ou mesmo inverter a assimetria, hoje, existente acarretando transformações nas dinâmicas socioeconômicas de ambos.

Com base neste contexto considera-se que a Área de Influência Indireta (**AI**) do empreendimento se projeta sobre ambos os municípios.

Como Área de Influência Direta (**AID**), foi considerada a área do 5º distrito de São João da Barra e as localidades campistas junto à divisa municipal da região do Açú, uma vez que as comunidades residentes nestas áreas estariam sujeitas aos efeitos mais imediatos das obras e da operação do Porto do Açú, inclusive da ampliação representada pelo Pátio Logístico. Na **Seção 4.4.4** do presente Diagnóstico, referente ao diagnóstico da **AID**, são apresentados em detalhe os critérios utilizados na definição da mesma, bem como as localidades que a compõem.

#### **4.4.2 Metodologia**

Desde o final de 2007 até o presente momento, a equipe da **Ecologus** tem sido responsável pela implantação de uma série de programas sociais e ambientais, associados às obras da 1ª fase do Porto do Açú. Durante esse período, a implantação dos Programas Sociais – Programa de Comunicação Social (PCS); Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de Acompanhamento das Comunidades Vizinhas (PACV) – permitiu à equipe adquirir amplo conhecimento e contato com os vários setores sociais da Área de Influência, dotando a mesma de grande familiaridade com a dinâmica socioeconômica da região, o que se reflete em diversos aspectos do presente Diagnóstico.

Além do conhecimento local no nível de dados primários, a caracterização da região e dos municípios fundamentou-se na análise das estatísticas produzidas por diferentes órgãos públicos e de pesquisa – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação CIDE – RJ; Tribunal de Contas do Estado (TCE); etc – e das informações qualitativas disponibilizadas nos estudos anteriores a esse, produzidos no contexto de licenciamento ambiental de outros empreendimentos pertencentes ao Complexo Portuário do Açú – EIA do Terminal Portuário (CAL, 2006) e EIA da Usina Termoelétrica do Açú (CRA, 2007). Outra importante fonte de informações estatísticas

locais refere-se aos resultados obtidos com o Programa de Acompanhamento das Comunidades Vizinhas (PACV), que vem sendo implementado no contexto da Licença de Instalação do Porto do Açu. Neste Programa foram sistematizadas informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de São João da Barra e coletadas nos trabalhos de campo realizados. Finalmente, a cartilha dos professores, produzida no contexto da implantação do Programa de Educação Ambiental, em curso, também forneceu informações relevantes sobre os aspectos da história município de São João da Barra de interesse ao para o presente Diagnóstico.

Para a elaboração do Diagnóstico, além de fontes secundárias e estatísticas mencionadas, foram realizadas diversas campanhas de campo, durante o período já mencionado. Exploratória e de recorte etnográfico, a estratégia de investigação se sustentou sobre uma participação dos pesquisadores na condição de observadores dos grupos sociais sobre influência do Porto do Açu.

Essa participação se efetivou não apenas por meio das constantes visitas da equipe às comunidades locais, mas também nos eventos promovidos pelo Programa de Comunicação Social (reuniões do Fórum Permanente de Acompanhamento das Comunidades Vizinhas, reuniões informativas com a população, oficinas com o poder público municipal etc) e Educação Ambiental (oficinas com as professoras e reuniões com as supervisoras da rede municipal de ensino).

Entrevistas em grupo *in situ* e entrevistas individuais semi-estruturadas permitiram conhecer os discursos dominantes da população local, dos representantes de organizações da sociedade civil e empresariais e das lideranças locais sobre a implantação do projeto do Porto. A observação permitiu contato com as suas práticas habituais, referentes ao cotidiano daqueles que residem nas localidades sob influência do empreendimento ou que lá desenvolvem suas atividades econômicas. A partir dessa aproximação, põe-se em evidência a complexidade que reside na distinção entre a percepção dos atores, seus discursos e suas práticas.

#### **4.4.3      *Diagnóstico da Área de Influência Indireta (AII)***

##### **4.4.3.1      Caracterização Regional**

Para compreender a dinâmica socioeconômica dos dois municípios pertencentes a área de influência indireta das obras de ampliação do Porto do Açu, faz-se necessária uma caracterização da região onde eles se inserem. Isso se dá, pois a Região Norte Fluminense possui uma dinâmica própria, tanto em relação a sua história quanto aos processos sociais e econômicos de seu desenvolvimento. Essa região é composta pelos seguintes municípios: Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Além disso, assume-se que a implantação desse novo complexo portuário poderá exercer influência sobre a dinâmica regional, como um todo, uma vez que esse investimento será responsável pela criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico, com atividades portuárias voltadas ao atendimento das demandas de importação e exportação de diversos produtos conforme já citados, além de constituir uma nova estrutura de apoio logístico para uma das atividades mais importantes da região, a produção marítima de petróleo.

##### **4.4.3.2      Ocupação**

###### **a) Dinâmica Demográfica (população e migrações):**

A população do Norte Fluminense alcançou 763 mil habitantes, no ano de 2007. Ainda que tenha crescido em termos absolutos pode-se apreciar uma redução da taxa de crescimento, que passa de um valor de 1,4%, no período correspondente a 1991-2000, a um valor de 1,26% entre 2000-2007. Sem dúvida, esses valores representam magnitudes maiores do que aquelas registradas no resto do Estado do Rio de Janeiro (0,98%, entre 2000 e 2007) e do que a média encontrada no resto do

país (1,14%, no mesmo período). Esta diferença tem sido atribuída ao crescimento das atividades petrolíferas na Bacia de Campos, com reflexos sobre as economias dos municípios litorâneos, seja pela distribuição dos *royalties*, seja pela implantação das atividades associadas à cadeia produtiva de petróleo.

Se compararmos os municípios litorâneos petrolíferos com o resto da região, com o resto do estado, e mesmo do país, advertiremos que neles a população cresce a um ritmo muito superior. Os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã registram a maior taxa de crescimento entre os municípios petrolíferos, que alcança os 3% a.a. Em termos absolutos, Macaé passou a ter uma população de 94.815 habitantes em 1991 a 169.229 em 2007 (um aumento de 78,4%); Carapebus aumentou sua população de 6.080 habitantes para 10.677, no mesmo período (o que representa um crescimento de 75,6%); e, por último, o município de Quissamã contava com 10.467 habitantes em 1991 e, para o ano de 2007, sua população cresceu até alcançar os 17.376 (um crescimento de 66%).

Embora apresente as menores taxas percentuais de crescimento, Campos apresentou expressivo crescimento populacional em valores absolutos, superado apenas por Macaé, onde se concentram as atividades econômicas associadas à atividade petrolífera, polarizadas pela Sede Unidade de Negócios da Petrobras, para a Bacia de Campos.

As taxas de crescimento dos municípios não petrolíferos do Norte Fluminense se situam entre a média de 0,77% a.a, abaixo da média estadual e do resto do país. De 1991 a 2000, estes municípios cresceram em uma média razoável, como se pode observar no **Quadro 4.4.3-1**, e estagnaram a partir desse ano. No ano de 1991, os municípios petrolíferos contavam com uma população cinco vezes maior do que a dos não-petrolíferos. Para o ano de 2007, as taxas dos municípios petrolíferos eram quase seis vezes maiores.

**QUADRO 4.4.3-1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO NORTE FLUMINENSE  
(1991, 2000 E 2007)**

UNIDADE GEOGRÁFICA		1991	2000		2007		
		ABS	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	VAR. (% a.a s/2000)
Petríferos Litorâneos	Macaé	94.815	132.461	3,78	169.229	3,69	3,56
	Carapebus	6.080	8.667	4,02	10.677	3,58	3,02
	Quissamã	10.467	13.673	3,01	17.376	3,22	3,48
	Campos dos Goytacazes	377.866	407.168	0,83	426.154	0,75	0,65
	São João da Barra	24.069	27.681	1,57	28.889	1,15	0,61
	<b>Subtotal</b>	<b>513.297</b>	<b>589.650</b>	<b>1,55</b>	<b>652.325</b>	<b>1,51</b>	<b>1,45</b>
Não-Petríferos	Conceição de Macabu	16.963	18.782	1,14	19.541	0,89	0,57
	São Fidélis	34.581	36.789	0,69	37.481	0,50	0,27
	Cardoso Moreira	11.243	12.595	1,27	12.199	0,51	- 0,46
	São Francisco de Itabapoana	35.492	41.476	1,75	41.947	1,05	0,16
	<b>Subtotal</b>	<b>98.279</b>	<b>109.642</b>	<b>1,22</b>	<b>111.168</b>	<b>0,77</b>	<b>0,20</b>
Norte Fluminense	<b>Total</b>	<b>611.576</b>	<b>699.292</b>	<b>1,50</b>	<b>763.493</b>	<b>1,40</b>	<b>1,26</b>
	(%) Rio de Janeiro	4,78	4,86	0,19	4,96	0,23	0,28
	(%) Brasil	0,42	0,41	- 0,13	0,42	- 0,02	0,12

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

A concentração do pólo petrolífero em Macaé testemunha uma concomitante concentração populacional nos municípios fronteiriços (Carapebus e Quissamã) e, sobretudo, alerta sobre as causas do aumento populacional: a migração do trabalho. Nada de estranho, então, que ao comparar os municípios de Macaé e seus arredores com o resto dos municípios petrolíferos, se note um padrão populacional distinto.

Macaé funciona como base logística para a exploração da Bacia de Campos e tem atraído, pelo desenvolvimento econômico associado ao petróleo, população para ele e para os municípios mais próximos. Os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra foram beneficiados economicamente por meio dos *royalties* do petróleo, mas não se produziu neles um desenvolvimento de seus negócios subsidiários a exploração petrolífera. Essa é a razão pela qual observamos um

crescimento populacional diferenciado, acima da média estadual em Campos, e muito acima desta em Macaé.

A abertura do mercado petrolífero, na segunda metade da década de 90, parece ter afetado os municípios não-petrolíferos. Desde o ano de 2000, até a atualidade, sua taxa de crescimento populacional tem decrescido, inclusive, para o caso do município de Cardoso Moreira, chegou a valores negativos (-0,46% a.a). Parte do fluxo migratório aos municípios petrolíferos provém desses municípios.

Como evidenciado no **Quadro 4.4.3-2**, à exceção de São João da Barra, com um quinto de sua população em zonas rurais, e de Quissamã, com quase um terço de sua população rural, os municípios petrolíferos são hegemonicamente urbanos. Uma das primeiras consequências da exploração petrolífera foi, justamente, a concentração urbana e o desenvolvimento dos setores secundários e terciários da economia.

**QUADRO 4.4.3-2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA  
(1991, 2000, 2007)**

UNIDADE GEOGRÁFICA		1991	2000		2007		
		ABS	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	VAR. (% a.a s/2000)
Petrolíferos Litorâneos	Macaé	80.416	126.008	5,12	163.115	3,76	93,39
	Carapebus	4.518	6.873	4,77	8.938	3,82	83,71
	Quissamã	4.410	7.701	6,39	11.573	5,99	66,60
	Campos dos Goytacazes	315.286	364.180	1,61	406.465	1,58	95,38
	São João da Barra	15.639	19.628	2,56	22.733	2,12	78,69
	<b>Subtotal</b>	<b>420.269</b>	<b>524.390</b>	<b>2,49</b>	<b>612.824</b>	<b>2,25</b>	<b>93,94</b>
Não- Petrolíferos	Conceição de Macabu	13.982	16.543	1,89	17.781	1,04	90,99
	São Fidélis	22.160	26.153	2,01	30.912	2,22	82,47
	Cardoso Moreira	6.481	8.040	2,42	8.636	1,03	70,79
	São Francisco de Itabapoana	14.152	19.737	3,77	24.181	2,94	57,65
	<b>Subtotal</b>	<b>56.775</b>	<b>79.833</b>	<b>2,49</b>	<b>81.510</b>	<b>2,03</b>	<b>73,32</b>
Norte Fluminense	<b>Total</b>	<b>477.044</b>	<b>595.223</b>	<b>2,49</b>	<b>694.334</b>	<b>2,22</b>	<b>90,94</b>
	(%) Rio de Janeiro	3,91	4,31	1,08	4,61	0,98	-
	(%) Brasil	0,43	0,43	0,05	0,45	0,62	-

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

Os municípios não-petrolíferos também contam com uma exceção: Conceição de Macabu. Os 91% de sua população se concentram em zonas urbanas, a diferença do que ocorre com o resto destes municípios. Em média, e levando em conta a exceção de Conceição de Macabu, os municípios não-petrolíferos têm mais de um quarto de sua população (26,6%) vivendo em zonas rurais. O que estas cifras testemunham, grosseiramente, é a importância do setor primário nessa região.

Observa-se que a evolução do crescimento urbano em toda a região Norte Fluminense, em relação ao resto do país, situa-se acima da média, com uma taxa de crescimento urbano – em média – de 2,03% a.a para a região não-petrolífera, e de 2,25% para a região petrolífera. As cifras demonstram que a região ainda é parte de um forte processo de urbanização. Nesse sentido, os municípios com maior população rural da região não-petrolífera, Cardoso Moreira e São Francisco de

Itabapoana, são eloqüentes: o primeiro, como já citado, apresenta uma taxa de crescimento negativo; o segundo, uma magra taxa positiva de 0,16% a.a.

Os municípios com maior população rural e taxas de crescimento baixas evidenciam que o forte crescimento populacional da região se deve ao desenvolvimento da indústria e dos serviços nos centros urbanos.

Os dados do **Quadro 4.4.3-3** permitem apreciar a migração rural-urbana, por meio da redução da população rural em detrimento à urbana. Em termos absolutos, depois do ano de 2000, não houve crescimento rural em nenhum município, à exceção de Carapebus – que mostra um aumento de sua população rural no período de 1991 – 2007 (de 1.562 a 1.794) – e São Francisco de Itabapoana – que mostra um crescimento ainda menor para o mesmo período –, todo o resto vê diminuir sua população rural, desde o ano de 1991.

Essas mudanças se relacionam com os fluxos migratórios: “O primeiro tipo de fluxo concerne as tradicionais migrações campo-cidade, em escala regional, alimentadas pela incapacidade da agricultura no Norte Fluminense em fixar a população no campo. Estes fluxos alimentam um processo de urbanização em toda a região, particularmente pujante em Macaé, onde uma conurbação está em vias de formação ao longo da RJ-124, que segue o litoral.

**QUADRO 4.4.3-3: NORTE FLUMINENSE - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL  
(1991, 2000, 2007)**

UNIDADE GEOGRÁFICA		1991	2000		2007		
		ABS	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	ABS	VAR. (% a.a s/1991)	VAR. (% a.a s/2000)
Petrolíferos Litorâneos	Macaé	14.399	6.453	(8,53)	6.114	(0,77)	3,61
	Carapebus	1.562	1.794	1,55	1.739	(0,44)	16,29
	Quissamã	6.057	5.972	(0,16)	5.803	(0,41)	33,40
	Campos dos Goytacazes	62.580	42.988	(4,09)	19.689	(10,56)	4,62
	São João da Barra	8.430	8.053	(0,51)	6.157	(3,76)	21,31
	<b>Subtotal</b>	<b>93.208</b>	<b>65.260</b>	<b>(3,86)</b>	<b>39.502</b>	<b>(6,92)</b>	<b>6,06</b>
Não-Petrolíferos	Conceição de Macabu	2.981	2.239	(3,13)	1.760	(3,38)	9,01
	São Fidélis	12.421	10.276	(2,08)	6.569	(6,19)	17,53
	Cardoso Moreira	4.762	4.555	(0,49)	3.564	(3,44)	29,21
	São Francisco de Itabapoana	21.340	21.739	0,21	17.765	(2,84)	42,35
	<b>Subtotal</b>	<b>41.504</b>	<b>38.809</b>	<b>(0,74)</b>	<b>29.658</b>	<b>(3,77)</b>	<b>26,68</b>
Norte Fluminense	<b>Total</b>	<b>134.532</b>	<b>104.069</b>	<b>(2,81)</b>	<b>69.160</b>	<b>(3,67)</b>	<b>9,06</b>
	(%) Rio de Janeiro	22,12	18,24	(2,12)	19,92	1,27	-
	(%) Brasil	0,38	0,33	(1,56)	0,23	(4,72)	-

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

Observações realizadas em pesquisa de campo evidenciaram a existência de um segundo tipo de fluxo, de maior alcance espacial, relativo à mão-de-obra oriunda de outras regiões do Brasil. Uma proporção significativa destes migrantes já adquiriu experiência de trabalho no setor petrolífero em outras bacias de exploração, em particular, do nordeste do país, e, por isso, se dirige para Macaé. Enfim, um terceiro tipo de migração envolve profissionais de média e alta qualificação que vem do resto do Brasil e do estrangeiro” (MONIÉ, 2003). É de se esperar que essa tendência se mantenha e, inclusive, se intensifique em proporção ao crescimento industrial petrolífero da região.

Este fluxo migratório tem hoje seu foco dirigido à cidade de Macaé e imediações. A cidade de Campos, embora a de maior porte na região, não consegue exercer o

mesmo nível de atuação, em virtude da estagnação econômica que experimenta nas últimas décadas.

De qualquer sorte, a consolidação de seu núcleo universitário e a oferta mais estruturada de serviços públicos responde por um nível de atração relativamente alto, em relação às cidades vizinhas.

É de supor que a implantação do pólo portuário industrial do Açu teria o potencial de redistribuir os fatores de atração que subordinam o crescimento populacional e econômico da região, alterando consideravelmente a dinâmica de desenvolvimento de São João da Barra e, pela proximidade e maior grau de estruturação que hoje já apresenta o município de Campos dos Goytacazes.

#### **b) Dinâmica Territorial – Uso e Ocupação do Solo, Pólos Urbanos e Regionais:**

Historicamente, o município de Campos dos Goytacazes, com uma população hoje de 406.465 habitantes – toda a população do norte fluminense, incluindo-o, conta com 763.493 habitantes - era o principal centro regional e polarizava as demandas de infra-estrutura, serviços e mercadorias dos municípios vizinhos. Essa influência alcançou os municípios de São João da Barra, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira – e também os municípios do noroeste fluminense – Itaperuna, Natividade e Cambuci.

Como evidenciado pelos números da dinâmica populacional já apresentada partir da exploração petrolífera, Macaé se converte em um pólo de atração alternativo e exerce uma crescente e notória influência sobre os municípios de Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

No contexto atual, as condições de vida da região Norte Fluminense estão associadas à distância entre qualquer município e as cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé. A proximidade com um deles implica na possibilidade de

aproveitar da infra-estrutura de serviços essenciais. Estas duas cidades polarizam as demandas da região por suas melhores condições de atenção à educação e à saúde e oferta diversificada de serviços.

Dentre os municípios Norte Fluminense, Macaé foi o que sofreu maior transformação devido à exploração petrolífera. O complexo petrolífero se concentrou aí – tanto em termos de infra-estrutura como de logística - produzindo uma reconfiguração do município. Contudo, a distribuição espacial dos trabalhadores reproduz as desigualdades socioeconômicas ali existentes. Por um lado, se multiplicaram os bairros pobres e as favelas onde vivem os trabalhadores menos qualificados nas áreas baixas e alagadiças da foz do Macaé. Por outro lado, na porção sul da cidade se expande a ocupação em loteamentos e as áreas sul dos condomínios de melhor padrão urbanístico, onde reside a população de maior poder aquisitivo.

Em Campos, o processo de favelização precede a fase do petróleo, ainda que tenha se intensificado nas últimas décadas. Em 1980 a cidade possuía 13 favelas; em 2000 este número já alcançava 32 áreas. O crescimento urbano de Campos dos Goytacazes se intensificou na década de 80, por meio do êxodo rural dos trabalhadores, que se estabeleceram na periferia da cidade. Este processo de migração rural-urbana não se deteve, senão que se intensificou na década de 90 (4,09% a.a), chegando ao seu ápice na primeira década de 2000 (10,56% a.a), como se pode observar no **Quadro 4.4.3-3**.

Outras das ocupações típicas da região são os aglomerados urbanos da faixa litorânea, situados na região turística denominada de Costa Doce, que abriga os municípios de: São João da Barra, a localidade de Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São Francisco de Itabapoana.

Em grande medida, esse tipo de ocupação se desenvolve pelo turismo interno regional, de baixo e médio poderes aquisitivos. Este padrão arquitetônico se concentra, principalmente, nos núcleos costeiros de Atafona, Grussaí, Porto do Açu e Farol de São Tomé. As casas, em geral, costumam ser construídas com pequeno investimento – de arquitetura simples.

A região conta com uma malha viária abrangente, embora as vias locais necessitem de manutenção mais freqüente ou mesmo obras de ampliação, para atenderem as atuais necessidades de circulação da região. O traçado rodoviário comunica os municípios entre si e estes com as metrópoles mais importantes do sudeste do país. A circulação de mercadorias e pessoas aumenta, segundo as necessidades econômicas atuais e, devido a magnitude de seu fluxo, representa uma sobreexploração da capacidade viária instalada.

As principais vias de acesso da região são:

- **BR-101/Norte: Rio – Vitória.** É a principal rodovia da região, pois conecta Rio de Janeiro – capital do estado – com Vitória – capital do Espírito Santo -, atravessando os principais municípios do norte fluminense. Devido ao forte crescimento econômico da região e o conseqüente aumento da circulação viária, sua capacidade encontra-se esgotada. A quantidade de veículos que circula nessa rodovia torna o tráfego lento e perigoso. É comum a ocorrência de veículos pesados realizando ultrapassagens perigosas, fato que caracteriza esta via como de alto risco de acidentes. Por tal razão, esta via foi concessionada e está prevista a melhoria de suas condições de segurança, inclusive com a realização de obras para duplicação entre Rio Bonito e a divisa com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo. O trecho a ser duplicado corta os municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã e Campos dos Goytacazes.

A BR-101 é de vital importância para o crescimento econômico da região: comunica capitais estaduais, interliga pontos logísticos de grande relevância econômica (por exemplo: é a via de acesso dos municípios do norte fluminense aos Portos do Rio e de Itaguaí), e permite o traslado de insumos para os crescentes setores de mineração, petroquímica, alimentação e siderurgia.

- **BR-356: Belo Horizonte – São João da Barra.** Esta via começa em São João da Barra, passa por Campos dos Goytacazes e continua em direção a Minas Gerais. Nela é necessária a construção de acostamento, recapeamento e manutenção, que beneficiaria os municípios de Italva, Cardoso Moreira e Campos dos Goytacazes, bem como a reparação do trecho Itaperuna – divisa com Minas Gerais. Existe um trecho municipalizado em Campos dos Goytacazes, que localmente recebe o nome de rodovia dos ceramistas, em função de servir de acesso às olarias do município de São João da Barra e de Campos.
- **RJ-216: Campos – Farol de São Tomé.** Interliga a sede do município de Campos dos Goytacazes às áreas litorâneas do município. Encontra-se em mal estado de conservação e necessita reparação e manutenção.
- **RJ-178: Macaé - Campos.** Une os dois pólos regionais. Atravessa Carapebus e Quissamã termina seu percurso pavimentado na localidade de Santa Catarina. Daí segue em leito natural até Dolores de Macabu, no extremo sul de Campos, onde se re-denomina RJ-180. Após um trecho de terra, nas proximidades de Ibitioca, se conecta à BR-101, por onde se chega a Campos dos Goytacazes.
- **RJ-196: Conceição de Macabu – São Francisco de Itabapoana.** Encontra-se em mal estado, com trechos em leito natural. Existem projetos para realizar obras no trecho entre São Sebastião de Campos e Gargaú de São Francisco de Itabapoana, em um trajeto que passa pelo município de São João da Barra.

- **RJ-204: São Fidélis – São Francisco de Itabapoana.** A rodovia começa em leito natural, em São Fidélis, até cruzar a BR-356 nas proximidades de Cardoso Moreira. Após o rio Muriaé, apresenta um trecho asfaltado que atravessa São Joaquim, Vila Nova de Campos e Morro do Coco. Segue logo um caminho de terra até São Francisco de Itabapoana, onde se conecta com a RJ-224.
- **RJ-158: Sapucaia - Campos.** Com trechos de terra e uma pavimentação precária é um importante eixo rodoviário do interior do estado, que necessitaria de grandes melhorias.
- **RJ-224: Campos - São Francisco de Itabapoana.** Interliga os dois municípios e possui uma pavimentação precária.

Cabe ressaltar que obras de melhoria de diversos trechos de algumas estradas acima foram objeto de licenciamento junto à FEEMA, solicitado pela LLX no contexto do licenciamento do Porto do Açú. Serão realizadas obras para cruzamento da BR-101, no entroncamento com a estrada para Ibitioca, bem como melhorias em pontos de cruzamento e sinalização ao longo da Rodovia Ceramistas, da RJ-216, BR-356, RJ-240 até atingir o Porto do Açú.

A região conta também com transporte ferroviário de cargas. Hoje estão em funcionamento dois ramais, Rio-Vitória e Campos-Recreio (em Minas Gerais), que cruzam todo o território do município de Campos dos Goytacazes. O ramal com destino a São João da Barra está desativado.

No que se refere ao transporte aéreo, a região Norte Fluminense conta com dois aeroportos, um em Campos e outro em Macaé. As principais linhas aéreas tem como destino o Rio de Janeiro.

#### **4.4.3.3 Contexto Econômico Regional (Região Norte Fluminense)**

Avaliando-se o contexto econômico da região, com base nos níveis de pobreza da população constata-se que seus dois principais núcleos populacionais exibiram, nas últimas décadas do Século XX, níveis críticos comparáveis em regiões mais pobres do país. Este quadro começou a se modificar a partir da intensificação da atividade petrolífera, refletindo-se em melhorias consideráveis na presente década, especialmente para o município de Macaé.

Estudos da Fundação Getúlio Vargas, sobre a evolução da percentagem da população com renda *per capita* inferior a 80 reais (condição considerada como de indigência), mostram que em 1970, Campos tinha uns 30,80% de sua população em situação de indigência, enquanto, em Macaé a indigência alcançava os 17,91% de sua população; em 1980 a indigência de Campos passou a ser de 38,13%, e Macaé sofreu um aumento considerável, chegando a ter os 33,24% de sua população em situação de pobreza extrema.

A transformação tecnológica da indústria açucareira ocorrida nos anos 80 modernizou a produção mas eliminou os antigos cultivos, produzindo o desemprego de milhares de trabalhadores “bóias-frias”, que migraram para as cidades em busca de trabalho e só conseguiram estabelecer-se em condições de vida e renda precárias. Em 1991, o índice de indigência de Campos disparou, alcançando a cifra dramática de 52,34%, enquanto o de Macaé descendeu à cifra de 31,88%.

Nos anos 80, começa a extração do petróleo na região, com a indústria instalada em Macaé, permitindo que sua economia melhore e, com ela, se reduzam os índices de pobreza. Campos, ao revés, permanece com uma economia baseada na agroindústria açucareira e apesar da transformação tecnológica mencionada não conseguiu alcançar os níveis de modernização, competitividade, eficiência e investimento, típicos de outros setores canavieiros do país. No ano de 2000, Campos alcançou certa prosperidade,

conseguindo que a pobreza reduzisse dos 52,34% (1991) para 28,88% de sua população. Sem embargo, Macaé, pelo dinamismo da atividade petrolífera, apresentou uma grande melhora na condição econômica da sua população e passou a contar, em 2000, com apenas 6,5% de sua população em condições severas de pobreza.

A população campista, apresentava no ano de 2000 uma parcela de 60% na faixa de baixa renda. Este contingente, residente principalmente nas favelas da cidade de Campos, alterna o trabalho com a cana-de-açúcar, o biscate na construção civil e os serviços domésticos.

O monopólio da economia açucareira sobre as demais economias restringiu a formação da mão-de-obra local às demandas dessa atividade. Com a crise do setor, formou-se uma massa de desempregados desqualificados para ocupar outras funções. A grande demanda por trabalho – e a grande oferta de mão-de-obra disponível – somada à baixa qualificação dessa população resultou no estabelecimento de relações precárias de trabalho, subemprego e baixos salários.

A agroindústria açucareira e o emprego público ainda respondiam pelo grosso do emprego. O excedente de mão-de-obra, desqualificada foi, principalmente, empregada na indústria, no comércio e no setor de serviços. A estrutura de formação e qualificação de Campos – Sistema S, Escolas Técnicas, CEFET – não parece ter resultado na formação de uma grande massa de profissionais, com possibilidade de maiores cargos e salários.

#### **a) O Petróleo:**

A atividade petrolífera e, sobretudo, os *royalties* a ela associados reconfiguraram a região Norte Fluminense.

Ao final da década de 80, a canalização de recursos financeiros do setor para as administrações municipais provocou o surgimento de um bloco de poder, que assumiu a hegemonia regional, até então, pertencente aos municípios açucareiros. A partir de 1999, com a modificação na legislação referente à distribuição dos *royalties*, esses recursos passam a ser um fator extraordinário para os orçamentos municipais.

Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra são os principais municípios agroindustriais, sendo que sua vinculação à atividade petrolífera limita-se ao recebimento de *royalties*. Macaé é o único a sediar atividades econômicas diretamente vinculadas à cadeia de petróleo, fato que situa o município na posição de realmente, líder do “novo regionalismo” ligado ao ciclo petrolífero.

Hoje, pode-se dividir os municípios da região entre ricos e pobres, em função da maior ou menor participação na distribuição de *royalties* de petróleo. Contudo, nem sempre tal ingresso municipal implicou em maior nível de emprego, de renda e de qualidade de vida para as populações dos municípios beneficiados.

Em alguns casos, pela incipiência das políticas públicas e deficiência das administrações municipais, a receita de *royalties* não foi capaz de gerar mudanças consistentes nas perspectivas de desenvolvimento e na qualidade de vida das populações. Em função disto, a região Norte Fluminense, responsável por 80% da produção brasileira de petróleo, ainda exhibe bolsões de pobreza compatíveis com as das regiões de menor desenvolvimento do país.

Analisando-se a distribuição dos *royalties* do petróleo, observa-se que Macaé e Campos dos Goytacazes são os municípios com maior ingresso absoluto e com

maior percentagem recebida, em relação ao total distribuído na região Norte Fluminense. No ano de 2000, Macaé recebeu quase 86 milhões de reais e Campos 150 milhões de reais, magnitudes que significavam, respectivamente, os 28,6% e 50,3%, das regalias totais da região. Os números de 2004 os recebimentos de ambos os municípios tiveram um crescimento superior a 3 vezes os valores de 2000, chegando 293 milhões de reais para Macaé e 530 milhões de reais para Campos, correspondendo respectivamente a 30,3% e 54,8%, do total distribuído para a região. São valores elevados, mas quando relacionados às respectivas populações, perdem relevância ao serem comparados com os valores recebidos por São João da Barra e Quissamã. Estes, com populações e demandas muitas vezes menores, receberam em 2004, em respectivamente valores da ordem de 38 e 67 milhões de reais (**Quadro 4.4.3-4**).

Quando se compara a região petrolífera com a não-petrolífera, as arrecadações são mais do que eloquentes: em 2004 os *royalties* do petróleo repartiram 952 milhões de reais entre os municípios petrolíferos da região norte fluminense, enquanto a cifra para os municípios não-petrolíferos foi de 15,87 milhões de reais.

**QUADRO 4.4.3-4: VALORES DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS EM 2000 E 2004**

UNIDADE GEOGRÁFICA	ESTATÍSTICA	VALORES TOTAIS DOS ROYALTIES EM R\$ MILHÕES			PERCENTUAL S/O VALOR TOTAL					
					ROYALTIES E ROYALTIES EXCEDENTES*		PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS*		DISTRIBUÍDO PELO ESTADO*	
		2000	2004	Ev % aa	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Macaé	Abs	85,70	293,03	36,0	78,72	73,72	20,26	24,95	1,01	1,52
	% s/Tot .AII	28,6	30,3	1,4	31,1	36,7	22,1	20,0	21,9	28,3
Carapebus	Abs	11,62	24,33	20,3	93,46	89,19	5,09	8,33	1,45	2,49
	% s/Tot .AII	3,9	2,5	- 10,3	5,0	3,7	0,8	0,6	4,2	3,8
Quissamã	Abs	31,46	66,62	20,6	79,71	70,38	18,96	26,78	1,31	2,84
	% s/Tot .AII	10,5	6,9	- 10,0	11,6	8,0	7,6	4,9	10,3	12,0
Campos dos Goytacazes	Abs	150,39	530,12	37,0	62,52	48,57	36,40	50,28	1,08	1,14
	% s/Tot .AII	50,3	54,8	2,2	43,4	43,9	69,6	73,0	40,8	38,4
São João da Barra	Abs	12,47	37,94	32,1	98,38	83,87	0,00	14,28	1,62	1,85
	% s/Tot .AII	4,2	3,9	- 1,5	5,7	5,4	0,0	1,5	5,1	4,4
Petrolíferos Litorâneos	Abs	291,63	952,03	34,4	71,90	60,22	26,98	38,33	1,12	1,44
	% s/Tot .AII	97,4	98,4	0,2	96,8	97,6	100,0	100,0	82,4	86,9
	% s/Tot .RJ	52,6	52,9	0,1	52,8	50,3	75,7	71,4	6,1	9,2
Conceição de Macabu	Abs	1,79	3,55	18,7	92,71	90,03	0,00	0,00	7,29	9,97
	% s/Tot .AII	0,6	0,4	- 11,5	0,8	0,5	0,0	0,0	3,3	2,2
São Fidélis	Abs	2,17	4,34	19,0	91,63	88,34	0,00	0,00	8,37	11,66
	% s/Tot .AII	0,7	0,4	- 11,3	0,9	0,7	0,0	0,0	4,6	3,2
Cardoso Moreira	Abs	1,53	3,19	20,2	91,05	88,21	0,00	0,00	8,95	11,79
	% s/Tot .AII	0,5	0,3	- 10,4	0,6	0,5	0,0	0,0	3,4	2,4
São Francisco de Itabapoana	Abs	2,17	4,79	21,9	88,48	82,66	0,00	0,00	11,52	17,34
	% s/Tot .AII	0,7	0,5	- 9,1	0,9	0,7	0,0	0,0	6,3	5,3
Não-Petrolíferos	Abs	7,65	15,87	20,0	90,88	86,98	0,00	0,00	9,12	13,02
	% s/Tot .AII	2,6	1,6	- 10,5	3,2	2,4	0,0	0,0	17,6	13,1
	% s/Tot .RJ	1,4	0,9	- 10,6	1,8	1,2	0,0	0,0	1,3	1,4
Região Norte Fluminense	Abs	299,28	967,90	34,1	72,39	60,66	26,29	37,71	1,33	1,63
	% s/Tot .AII	54,0	53,8	0,1	54,6	51,6	75,7	71,4	7,4	10,6

(\*) Fontes: Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Secretaria de Estado de Fazenda (SEF)

**Notas:**

- Royalties: Parcela correspondente a 5% do valor da produção (Lei nº 7.990/89)
- Royalties excedentes: Parcela excedente a 5% do valor da produção (art. 49 da Lei nº 9.478/97)
- Participações especiais: Lei nº 9.478/97, art. 50; e
- Distribuído pelo Estado: Decreto nº 1.11-01-91, art. 23 (regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990/89)

## b) O Açúcar e o Alcool:

A economia sucroalcooleira do Norte Fluminense, por sua vez, vem perdendo produtividade e pode considerar-se em decadência. Em 1970, existiam 24 usinas na região, hoje, restam apenas 7. Como se pode observar no **Quadro 4.4.3-5**, a indústria de cana-de-açúcar se encontra em franco retrocesso. Das 6.534 toneladas que produziam em 2000, só se obtém 4.549 seis anos depois. Os municípios petrolíferos da região produziram 5.337 toneladas em 2000, enquanto os municípios não-petrolíferos – que subsistem, em grande medida dessa indústria – produziam apenas 1.196 toneladas. Por mais que, em 2006, a produção tenha decrescido nos dois conjuntos de municípios, ela se desequilibrou em favor dos municípios petrolíferos, que passaram a produzir os 82% do total da cana-de-açúcar da região.

**QUADRO 4.4.3-5 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR  
EM 2000 E 2006**

CANÁ-DE-AÇÚCAR		QUANTIDADE PRODUZIDA			VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)				
GRUPOS E REGIÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2006		2000		2006		
		Abs	Abs	Ev a.a s/2000	Abs	% s/Total	Abs	Ev a.a s/2000	% s/Total
Municípios Petrolíferos	Mil. ton	5.337,7	5.763,3	- 5,7	97.628	82,9	129.718	4,9	82,9
Municípios Não-Petrolíferos	Mil. ton	1.196,8	786,0	- 6,8	20.078	17,1	26.773	4,9	17,1
Norte Fluminense	Mil. ton	6.534,6	4.549,3	- 5,9	117.706	100,0	156.491	4,9	100,0
% no total da produção agrícola regional		-	-	-	75,4	-	64,7	-	-
% da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro		92,2	89,4	- 0,5	88,6	253,9	81,8	- 1,3	234,1
% da cana-de-açúcar no Brasil		2,0	1,3	- 6,7	1,8	511,8	0,9	- 10,3	375,1

## c) Distribuição do PIB:

O PIB regional começou a crescer de forma sustentável com a chegada da exploração petrolífera. A partir do ano 2000, com a modificação da lei de *royalties*, o PIB da região cresceu estrepitosamente saltando de 3,88% do total do PIB do Estado do Rio de Janeiro, em 1996, para 21,6%, no ano de 2004. O crescimento do PIB regional no período de 1996/2004 é apresentado no **Quadro 4.4.3-6**.

**QUADRO 4.4.3-6: NORTE FLUMINENSE – PIB TOTAL EM 1996, 2000 E 2004**

GRUPOS E MUNICÍPIOS		1996	2000		2004		
		Abs (em R\$ mil)	Abs (em R\$ mil)	Var.% aa s/1996	Abs (em R\$ mil)	Var.% aa s/1996	Var.% aa s/2000
Petrolíferos Litorâneos	Macaé	3.859.240	7.635.072	19,37	19.666.975	22,58	25,87
	Carapebus	396.978	1.042.663	27,30	1.786.318	20,68	14,41
	Quissamã	38.814	2.455.427	182,02	3.798.408	77,35	11,52
	Campos dos Goytacazes	2.041.949	12.435.533	57,09	22.891.180	35,27	16,48
	São João da Barra	116.608	1.384.516	85,63	2.734.652	48,34	18,55
	<b>Subtotal</b>	6.453.589	25.153.211	40,51	50.877.533	29,45	19,26
Participação % no Total da AII		95,0	95,1	-	98,5	-	-
Não-Petrolíferos	Conceição de Macabu	53.028	261.553	49,03	105.399	8,97	- 20,33
	São Fidélis	146.506	422.051	30,28	281.771	8,52	- 9,61
	Cardoso Moreira	42.629	84.986	18,83	63.383	5,08	- 7,07
	São Francisco de Itabapoana	95.585	506.715	51,74	323.255	15,45	- 10,63
	<b>Subtotal</b>	337.748	1.275.305	39,40	773.508	10,92	-11,74
Participação % no Total da AII		5,0	4,9	-	1,5	-	-
Norte Fluminense	<b>Total</b>	<b>6.791.337</b>	<b>26.428.516</b>	<b>40,45</b>	<b>51.651.341</b>	<b>28,87</b>	<b>18,24</b>
	% Rio de Janeiro	3,88	11,96	32,50	21,64	23,96	15,98
	% Brasil	0,42	1,52	37,53	2,73	26,16	15,73

Contudo, observa-se nos números do **Quadro 4.4.3-6**, que as maiores taxas de crescimento e valores de PIB concentram-se nos municípios petrolíferos.

Constata-se que o impacto das modificações da lei dos *royalties* não alcançou as economias dos municípios não-petrolíferos, que inclusive apresentaram uma queda expressiva em seu PIB entre 2000 e 2004. Esse decréscimo está diretamente associado à crise do setor sucroalcooleiro e a falta de empreendimentos que substituam tal setor. Em que pese existirem programas de Estado voltados a promover alternativas produtivas, estes não conseguiram, ainda reverter o quadro de retração econômica verificado naqueles municípios. Uma das alternativas visadas pelo Estado é a indústria da celulose. As condições de clima e solo da região são adequadas ao plantio de florestas com finalidade de produzir pasta de celulose. Contudo ainda não se conseguiu estabelecer condições capazes de atrair investimentos relevantes nesta área.

Outra alternativa que vem sendo apoiada pelos governos municipais da região e pelo e do Estado é a fruticultura. Os Programas Moeda Verde Frutificar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar são algumas linhas de ação voltadas ao fomento deste segmento. O desenvolvimento de projetos agrícolas e curto prazo têm um impacto importante na região, em função do perfil da mão-de-obra deslocada pela crise do setor sucroalcooleiro. Pela sua demanda de mão-de-obra (1,5 trabalhador por hectare), permitiria não só criar empregos e riqueza, mas também frear a emigração campo-cidade, melhorando assim a qualidade de vida das cidades municipais.

Observando-se a evolução do PIB por setores econômicos, apresentada no **Quadro 4.4.3-7** e nota-se que a sua distribuição se concentra, fortemente, na indústria e, dentro dela, no setor petrolífero. Em 1996, nos municípios petrolíferos, os serviços representavam uns 35% do PIB, enquanto a indústria correspondia aos 60% do mesmo (2.313.934 e 3.903.931 mil reais, respectivamente). Para o ano de 2000, e apesar de apresentar um crescimento de 13,35% a.a, os serviços representavam 15% do PIB da região. A indústria havia apresentado um crescimento formidável (52% a.a), que significou uma participação de 83% do PIB local. O ano de 2004 mostra uma desaceleração do crescimento industrial (21,68% a.a) que, contudo, não reverte a tendência da relação, pois o setor de serviços também entrou em recessão (queda de 3,60% a.a) e, agora, representa cerca de 8,65% do PIB regional.

O setor agropecuário apresentou um leve crescimento no período 1996-2000, para retroceder a valores inferiores àqueles que apresentava em 1996. Esses valores demonstram, em termos absolutos, a crise do setor agrícola – em grande medida, dependente da exploração de cana-de-açúcar, já mencionado. **(Quadro 4.4.3-7)**

**QUADRO 4.4.3-7: NORTE FLUMINENSE PBI SETORIAL -1996, 2000 E 2004**

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	SETORES DO PIB	1996		2000			2004		
		Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/1996	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/2000
<b>Petrolíferos Litorâneos</b>	Agropecuária	235.724	3,65	241.311	0,96	0,59	235.316	0,46	- 0,63
	Indústria	3.903.931	60,49	21.090.487	83,85	52,46	46.239.709	90,88	21,68
	Serviços	2.313.934	35,85	3.821.413	15,19	13,36	4.402.508	8,65	3,60
	<b>Total</b>	6.453.589	100,00	25.153.211	100,00	40,51	50.877.533	100,00	19,26
<b>Não-Petrolíferos</b>	Agropecuária	111.198	32,92	170.625	13,38	11,30	145.191	18,76	- 3,96
	Indústria	16.100	4,77	557.496	43,71	142,58	106.653	13,78	- 33,86
	Serviços	210.450	62,31	547.184	42,91	26,98	521.964	67,45	- 1,17
	<b>Total</b>	337.748	100,00	1.275.305	100,00	39,40	773.808	100,00	- 11,74
<b>Norte Fluminense</b>	Agropecuária	346.922	5,11	411.936	1,56	4,39	380.507	0,74	- 1,96
	Indústria	3.920.031	52,72	21.647.983	81,91	53,30	46.346.362	89,73	20,96
	Serviços	2.524.384	37,17	4.368.597	16,53	14,70	4.924.472	9,53	3,04
	<b>Total</b>	6.791.337	100,00	26.428.516	100,00	40,45	51.651.341	100,00	18,24

A situação dos municípios não-petrolíferos é mais complexa. Em 1996, os serviços eram o setor líder da economia, com uma produção que representava 62% do PIB dessa região. O setor agropecuário – e, por isso, são considerados municípios agrícolas – conformava os 33% restantes, enquanto a indústria só alcançava os 5% do PIB. O período de 1996 a 2000 pode ser considerado como próspero para região, com crescimentos consideráveis nos três setores da economia. Sobressai entre eles o tremendo crescimento da indústria (142% a.a), que passa de 16.100 mil reais a 557.492 saltando de 5% do PIB da região não petrolífera para constituir 43% do mesmo. O setor de serviços cresce a um ritmo considerável de 27% anual, mas vê reduzida a sua participação no PIB, que passa a 43%. Por último, o setor agropecuário cresce cerca de 11%, mas perde a sua participação no PIB (13%) e, com isso, a sua importância estratégica.

O ano de 2004 apresenta dados controversos. Pois, se sustentávamos que o período anterior tinha sido de grande prosperidade, o período entre 2000 e 2004, em troca, pode ser considerado decadente. Os três setores apresentam crescimentos negativos.

Se em 2000 o setor líder havia sido a indústria, quatro anos depois foi o setor mais débil da economia. Os serviços recuperaram a liderança de 1996 e aumentaram a sua participação no PIB, chegando a 67%. O setor agropecuário passou a representar os 18% do PIB, superando a indústria, que decresceu até situar-se nos 13%.

#### **4.4.3.4 Municípios da AII – Campos dos Goytacazes e São João da Barra**

Campos do Goytacazes e São João da Barra são municípios muito distintos e subsistem numa forte relação, em função da proximidade e da polarização gerada pela maior oferta de serviços em Campos e pela circulação de pessoas, diariamente, entre eles.

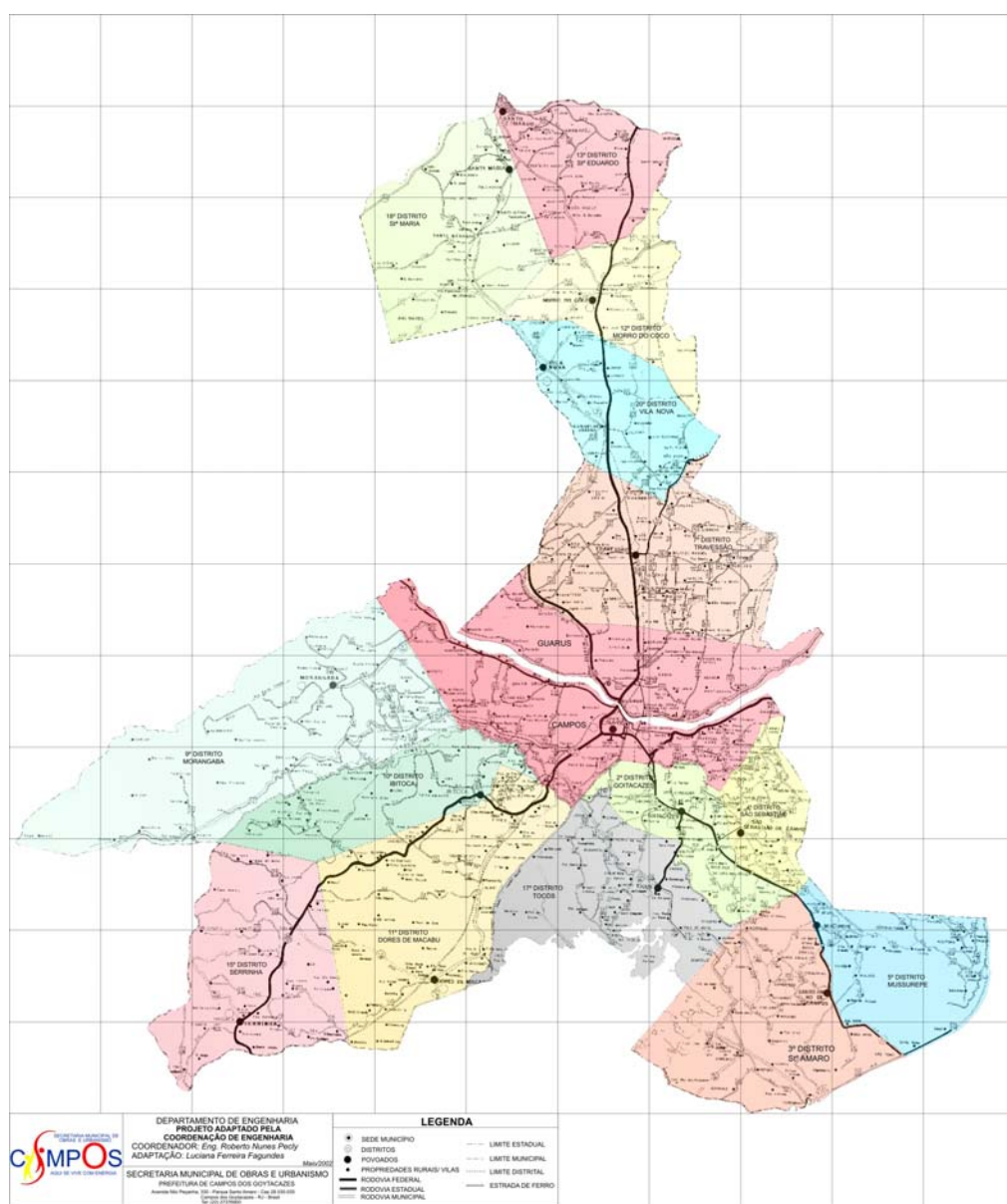
Como pólo regional Campos atrai os habitantes dos municípios vizinhos em busca das ofertas de serviços, especialmente, saúde e educação, e comércios. O município é o maior do estado do Rio de Janeiro e tem uma área total de 4.040,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 41,4% da área da Região Norte Fluminense. Faz divisa com os municípios de: Quissamã, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Cardoso Moreira, Itaiva, Bom Jesus de Itabapoana, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, todos no estado do Rio de Janeiro; e Mimoso do Sul, no Espírito Santo. (**Figura 4.4.3-1**)

O principal acesso a Campos se faz pela BR-101, além da BR-356 que liga a cidade a Minas Gerais e a São João da Barra. Outro acesso rodoviário importante é a RJ-216, na direção do litoral, que presta fundamentais serviços para as bases de apoio à exploração de petróleo na plataforma continental. As ferrovias Rio-Vitória e Campos-Recreio, em Minas Gerais, também seguem cruzando o território de município (TCE, 2007).

São João da Barra situa-se na margem direita do rio Paraíba do Sul, junto à foz e faz fronteira: ao Norte com São Francisco de Itabapoana, ao Sul e a Oeste com Campos dos Goytacazes e a leste com o Oceano Atlântico. Sua área total de 457,8km<sup>2</sup> corresponde a 4,7% da área da Região Norte Fluminense e a 1% do Estado do Rio.

A sede do município a 323km da cidade do Rio de Janeiro, com acesso pela rodovia BR-101 até o município de Campos dos Goytacazes e, a partir dali, pela BR-356.

Até outubro de 2007, o município de São João da Barra se dividia em três distritos: primeiro - sede; quinto - Pipeiras e sexto - Barcelos. Essa divisão distrital já existia antes da emancipação do município de São Francisco de Itabapoana, ocorrida em 1997.



**Figura 4.4.3-1:** Divisão distrital e limites territoriais de Campos dos Goytacazes  
Fonte: Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Em audiências públicas realizadas, pela Prefeitura em 2006, com representantes da sociedade civil sanjoanense nos três distritos, foram discutidos novos limites e nova divisão distrital criando três novos distritos, de forma a recompor a numeração existente. Desse modo, o Plano Diretor Participativo de São João da Barra, aprovado pela Câmara de Vereadores em 26/12/2006, já estabelece a nova distribuição distrital, da seguinte forma: 1º Distrito - sede; 2º Distrito - Atafona; 3º Distrito - Grussaí; 4º Distrito - Cajueiro; 5º Distrito - Pipeiras; 6º Distrito - Barcelos (**Figura 4.4.3-2**).

Entretanto, grande parte da população do município, somente este ano tomou conhecimento dessa nova divisão político-administrativa, ainda não aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ).

Até recentemente (julho de 2008) os representantes do escritório do IBGE em Campos, desconheciam a nova divisão distrital a qual, portanto, ainda não foi incorporada ao levantamento das estatísticas municipais.



**Figura 4.4.3-2:** Mapa das Localidades de São João da Barra com a nova divisão distrital, incluindo a localidade de Campos dos Goytacazes que faz fronteira com o 5º Distrito.

**Campos dos  
Goytacazes**

## **A) Histórico de Ocupação:**

Na época do descobrimento do Brasil, o litoral norte fluminense era ocupado pelos índios goytacazes, que se distribuíam pelas planícies e restingas, além dos coroados, saruços, poris e guan hans. As tribos viviam em Guerra entre si e também contra os conquistadores. Segundo alguns historiadores, há indícios da passagem de marinheiros da expedição de Gaspar Lemos na costa do Rio de Janeiro, em 1501. Essa região constitui-se na denominada Capitânia Hereditária de São Tomé.

O surgimento da colonização portuguesa na região coincide com a expulsão dos franceses da baía de Guanabara, quando se doou terras a alguns capitães portugueses vencedores dessa guerra.

Se o povoamento português foi inicialmente realizado a partir de 1627, mediante a doação de terras aos militares, a prosperidade da região se deveu, primordialmente, a sua proximidade com a metrópole. A criação de gado para o abastecimento do Rio de Janeiro consolidou um modelo agrícola-terratenente, que possibilitou o crescimento populacional e a expansão e diversificação da agricultura.

Durante quase um século, a região viveu em permanente conflito envolvendo colonizadores, populações nativas, monges beneditinos e jesuítas, além de herdeiros colonos que trabalhavam na terra.

Depois disso, os ciclos econômicos de ascensão e decadência marcaram a história da Região norte fluminense. Campos dos Goytacazes e São João da Barra tiveram, ao longo dos séculos uma relação de dependência recíproca, embora o primeiro tenha sempre exercido uma função polarizadora.

No século XVII, iniciou-se um processo de diversificação da produção agrícola local e um aumento do número de fazendas de criação de gado. A cana-de-açúcar, que

mais tarde se tornaria a base da sustentação econômica da zona, também teve sua produção aumentada nesse período (embora tenha sido introduzida na região desde o séc XVI, trazida de São Vicente, São Paulo).

Os principais eventos históricos que contribuíram para o progresso econômico e político dos dois municípios são abordados a seguir:

➤ **Século XIX (primeira metade):**

O século XIX começou com a chegada da família real ao Brasil e, com ela, uma enorme leva de novos habitantes para o Rio de Janeiro, aumentando consideravelmente a necessidade de produção de gêneros alimentícios e outros. Houve incremento da lavoura açucareira. As plantações de mandioca e milho se mantiveram, assim como a criação de gado vacum e cavalar; o comércio se intensificou; formaram-se novas irmandades.

Nesse período, foram inauguradas a Companhia Agrícola de São João da Barra e Campos, com o Engenho Central de Barcelos (terceiro engenho de açúcar a se instalar no Brasil); a Companhia de Cabotagem São João da Barra, responsável pelo transporte marítimo e fluvial de mercadorias para o Rio de Janeiro, e a Companhia de Navegação São João da Barra e Campos, com mais de 33 embarcações, entre navios a vela e a vapor e barcas, para transporte de mercadorias e serviço fluvial.

O progresso trouxe, ainda, a instalação dos vice-consulados de Portugal, da Espanha, da Inglaterra, da Baviera e dos chamados Países Baixos, que tinham interesses comerciais na região. Dessa forma, ao visitar a vila de São João da Barra, em 1847, o imperador Dom Pedro II decidiu elevá-la à condição de cidade, o que fez, por decreto, três anos depois, em 17 de junho de 1850. Era o apogeu da cidade.

São João da Barra nesse período passou a ganhar importância no cenário político nacional, pois se transformou num importante local para o escoamento da produção regional, através da foz do rio Paraíba situada em seu território. É nesse período, devido a sua localização em relação ao importante rio, que São João da Barra (fundada em 1676) passou a denominar-se São João da Barra.

Campos dos Goytacazes já tinha sido decretada cidade desde de 1835. Nesse período já se fazia sentir o desenvolvimento do setor açucareiro local. Segundo dados do CRA (2008) existiam nessa época cerca de 245 engenhos de açúcar, com 3.610 fazendeiros, 16 usinas e 200.000 hectares cultivados; tudo isso na região de Campos dos Goytacazes.

Outro importante marco regional desse século foi a instalação da ferrovia, em 1837, na cidade de Campos, que contribuiu para sua função centralizadora do norte fluminense.

➤ **Século XIX (segunda metade):**

A partir da década de 1850, o cultivo da cana-de-açúcar passou a ser mecanizado e as grandes propriedades produtivas começaram a fornecer para grandes empresas. Como em outras regiões do mundo, a mecanização do campo foi responsável pelo aumento da concentração de terras e do empobrecimento de pequenos e médios produtores, que não conseguiram competir com os preços das grandes fazendas.

A Abolição da escravidão, por sua vez, reverteu o desenvolvimento da produção agrícola local, em função da necessidade de outro tipo de mão-de-obra, que aumentou os custos dos grandes produtores.

Na segunda metade do século XIX, o porto de São João da Barra, natural escoadouro da produção de açúcar do Norte Fluminense, começou a perder sua

função devido a diversos fatores. Em 1918, a venda da Companhia de Navegação São João da Barra/Campos, a abertura da navegação de cabotagem a navios estrangeiros e o assoreamento do rio Paraíba do Sul contribuíram para agravar o quadro já em andamento desde a chegada da linha férrea, em 1896, passando essa a ser responsável, em grande parte, pelo transporte da produção.

A economia da cidade foi fortemente abalada, girando em torno da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho, fundada em 1908, e do comércio. Boa parte da população voltou a viver da pesca. Durante as décadas de 30 e 60, a recessão foi tão intensa que a cidade chegou a retroceder tanto economicamente quanto em relação à sua densidade populacional. Iniciou-se um processo de êxodo da população em idade produtiva em direção a Campos, Niterói e ao Rio de Janeiro.

➤ **Século XX:**

Desde o início do século XX, a economia regional dependeu da modernização da produção açucareira e se cristalizou no sistema de grandes propriedades monocultoras, com mão-de-obra empregada. Em Campos dos Goytacazes, essa atividade se manteve mais importante e estável do que em São João da Barra, que passava, nesse período, por uma grande crise econômica e um processo de evasão da população municipal para Campos ou para o Rio de Janeiro, em busca de oportunidades de trabalho.

Em Campos dos Goytacazes, a população mantida permanentemente pela agricultura e também pelas lavouras de subsistência foi bastante reduzida (em função do já citado processo de modernização) fazendo crescer o setor informal e a migração.

Somente nos anos 80, com o início da exploração petrolífera na Bacia de Campos, que a região, em função da destinação dos recursos dos *royalties*, pôde

recuperar a sua economia, com realização de investimentos em infra-estrutura e na diversificação das atividades produtivas. Ainda que, a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1991, tenha representado um golpe para a agroindústria da cana-de-açúcar, que, mesmo com o aumento das arrecadações municipais e da produção de petróleo, continuou sendo o principal setor da economia local, responsável pela manutenção de uma elite açucareira com grande poder na região.

Em 1997, o então distrito de São Francisco de Itabapoana, ao norte das margens do rio Paraíba do Sul, emancipou-se, cabendo ao novo município o segundo, terceiro e quarto distritos. São João da Barra ficou com o primeiro (sede), quinto e sexto.

Pode-se dizer que o posicionamento geográfico desses dois municípios teve grande importância na consolidação dos ciclos históricos de desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, estava a sua posição periférica em relação à capital da colonização portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro, que fomentou o desenvolvimento de uma agricultura voltada ao abastecimento desse mercado. Depois, a proximidade com o rio Paraíba e sua foz, que lhe permitiu transformar-se em um pólo de navegação nacional e de escoamento da produção regional.

Por fim, a sua condição costeira, que lhe atribui recursos e vantagens locais para o desenvolvimento dos setores petrolíferos (da produção da Bacia de Campos) e portuários (especialmente, com a chegada do Porto do Açu em São João da Barra).

## **B) Uso e Ocupação do Solo:**

O uso e ocupação do solo foi caracterizado no presente estudo com base no Mapeamento Digital do Estado do Rio de Janeiro, realizado pela Fundação CIDE,

no ano de 2004. Detalhes sobre as formas de uso e de ocupação, bem como descrições das paisagens locais, serão apresentadas no item referente a Área de Influência direta do presente Diagnóstico.

➤ **Campos dos Goytacazes:**

De acordo com o mesmo censo de 2000, a taxa de urbanização do município alcançava os 89,5% de sua população. A população urbana se distribuía em 137.823 domicílios, dos quais os 67,7% tinham acessos a rede de água pública, 35% contavam com rede de esgoto sanitário e 87% eram atendidos por serviço de coleta de lixo.

As elevadas taxas de urbanização, entretanto, não resultaram numa mudança do padrão de uso e ocupação de Campos dos Goytacazes. No Mapeamento Digital do Estado do Rio de Janeiro, realizado pela fundação CIDE, em 2004, o município apresentou grande parte de seu território ocupado por áreas agrícolas (76%). A segunda maior parcela do território está dividida entre os distintos ambientes naturais aí existentes: 17% de áreas pioneiras e 5% de corpos d'água. As áreas urbanas ocupavam nesse ano apenas 1% da área total do território (Quadro 4.4.3-8).

**QUADRO 4.4.3-8: USO DO SOLO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - 2004**

UNIDADE GEOGRÁFICA	2004 – USO DO SOLO	(%) ÁREA
<b>Campos dos Goytacazes</b>	Formações Pioneiras, Florestas Densas e Vegetação Secundária	17,4
	Corpos d'água, Afloramentos Rochosos e Campos de Altitude	5,2
	Pastagens e Áreas Agrícolas	76,3
	Área urbana	1,1
	Área Degradada e Outros	0,1
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Contudo em comparação com o resto da região, este município apresenta uma das maiores áreas urbanas. Caracteriza-se pela presença de numerosas comunidades urbanas e rurais, de pequeno porte que se distribuem no território municipal e estão, preferencialmente, localizadas ao longo das rodovias. Os núcleos de ocupação rural são, geralmente, formados pela concentração de residências e uma pequena área de comércio essenciais, serviços públicos, praças públicas e sedes de igrejas.

➤ **São João da Barra:**

A distribuição de uso no território de São João da Barra é diferenciada da observada em Campos dos Goytacazes. Grande parte de seu território ainda se mantém virgem ou não é apropriada por atividades humanas, o que se pode observar no **Quadro 4.4.3-9**, abaixo, onde as formações pioneiras, as florestas densas e a vegetação secundária respondem a 76,3% das áreas totais do município e corpos d'água, afloramentos rochosos e campos de altitude 3,6%. Esse município situa-se junto a foz do rio Paraíba, abrigando parte das formações de manguezais do estuário (com 891 ha de área ocupada) e ilhas fluviais (como a Ilha da Convivência, por exemplo), e uma grande área de costa, composta por vegetação de restinga (que ocupa 4.185 ha), lagoas, campos inundáveis e dunas.

Nesses territórios poucos acidentados e próximos ao nível do mar, que conformam uma extensa planície, ocorrem solos de grande fertilidade, conhecidos como “massapês”, onde se desenvolve uma intensa atividade agrícola de subsistência e voltada para o mercado – oleicultura e plantio de cana-de-açúcar. As áreas agrícolas e de pastagem representavam, em 2004, cerca de 19% do território de São João da Barra.

A área total destinada à agricultura é de, aproximadamente, 50.800ha, sendo 4.000ha ainda improdutivos. Para as pastagens, são utilizados cerca de 7.500ha como pastos cultivados e 26.480 ha de pastos nativos (PLANO DIRETOR DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2006).

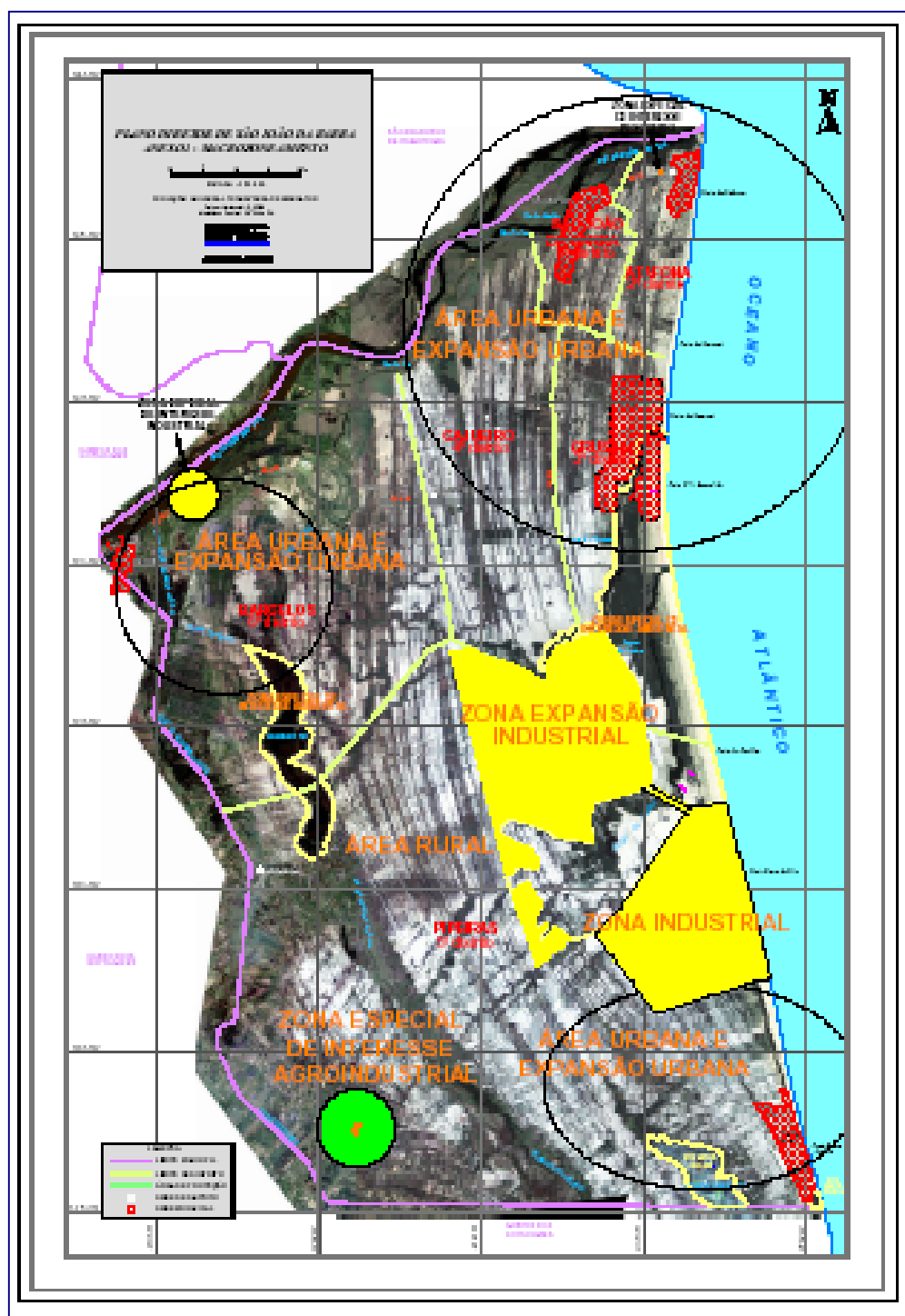
As áreas urbanas representam 1,2% do território sanjoanense, cujas principais áreas estão localizadas na porção Norte do município, onde estão: a sede do município, Atafona e Grussaí, as três maiores e mais populosas localidades do município. Na sede concentram-se as ofertas de serviços, comércios e a estrutura da administração municipal. Atafona e Grussaí, além de também contar com uma estrutura de serviços e comércios (um pouco menor do que a encontrada na sede), polarizam as atividades de turismo de veraneio, com casas e condomínios ocupados em apenas algumas épocas do ano.

**QUADRO 4.4.3-9: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE SÃO JOÃO DA BARRA – 2004**

UNIDADE GEOGRÁFICA	2004 – USO DO SOLO	(%) ÁREA
São João da Barra	Formações Pioneiras, Florestas Densas e Vegetação Secundária	76,3
	Corpos d'água, Afloramentos Rochosos e Campos de Altitude	3,6
	Pastagens e Áreas Agrícolas	18,8
	Área urbana	1,2
	Área Degradada e Outros	0,0
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: GEROE/CIDE – Mapeamento Digital do Estado do Rio de Janeiro

De acordo com o Plano Diretor Municipal, aprovado em 2006, as áreas do entorno das localidades de São João da Barra (sede), Atafona, Grussaí, Barcelos e Barra do Açu são consideradas como de expansão urbana. No 5º Distrito, na área da fazenda Saco Dantas, foi definida uma zona destinada ao uso ou à expansão industrial. As lagoas de Grussaí, de Iquipari e do Taí foram consideradas como “áreas especiais de interesse ambiental”. As demais parcelas do território são prioritariamente de uso rural (**Figura 4.4.3.3**).



**Figura 4.4.3.3: Áreas de Expansão Urbana.**

Nota: As demais áreas demarcadas na figura, dentre as quais a Zona Industrial, já sofreram alterações, de acordo com a lei 110, de 31 de dezembro de 2008, e por este motivo devem ser desconsiderada para futuras referências.

## C) População:

### ➤ Campos dos Goytacazes:

Campos dos Goytacazes é o município com maior população da região norte fluminense. De acordo com a contagem sua população atual é de 426.154 habitantes (2007), os quais representam uns 55,8% da população do norte fluminense (**Quadro 4.4.3-10**). Houve um decréscimo na sua participação percentual na região, em função do fato de sua taxa de crescimento (0,65 %, 2000-2007) ser menor do que a de alguns municípios aí localizados, bem como da taxa que apresentou o Estado do Rio de Janeiro (1,23 %).

**QUADRO 4.4.3-10: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (2000 – 2007)**

MUNICÍPIO	1991	2000		2007		
	Abs	Abs	Var. % aa s/1991	Abs	Var. % aa s/1991	Var. % aa s/2000
<b>Campos dos Goytacazes</b>	377.866	407.168	0,83	426.154	0,75	0,65
% de Participação no Norte Fluminense	61,7	58,2	-	55,8	-	-
% de Participação no Estado	2,9	2,8	-	2,7	-	-

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

Campos possui uma densidade populacional de 105,4 hab/km<sup>2</sup> e sua população se concentra nas áreas urbanas. No período entre 2000 e 2007, a população urbana do município cresceu numa taxa média anual de 1,58%, representando no último ano cerca de 95,4% da população total do município. Ao contrário, a população rural decresceu abruptamente, a uma taxa de - 10,56% anual, em relação ao mesmo período. Essa variação está associada ao fluxo migratório campo-cidade, já observado como tendência de toda a região norte fluminense. (**Quadro 4.4.3-11**).

**QUADRO 4.4.3-11: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE CAMPOS DO GOYTACAZES (1999, 2000 E 2007)**

POPULAÇÃO	1991	2000	Var. % a.a s/ 1991	2007	Var. % a.a s/ 2000
Urbana	315.286	364.180	1,61	406.465	1,58
Rural	62.580	42.988	- 4,09	19.689	- 10,56
Total	407.168	407.168	0,83	426.154	0,75

Fonte: Censos de 1991 e 2000; CONTAGEM populacional de 2007/IBGE

O **Quadro 4.4.3-12**, que se segue, evidencia o envelhecimento da população. Considerando-se os menores de 20 anos, as três faixas etárias que os representam mostraram, em 2007, valores negativos (-0,72, -0,25, -0,31). Em 1991, os menores de 20 anos representavam 41% da população (157.241 habitantes); em 2007 foram 34% do total (147.304 habitantes).

Fora do processo de envelhecimento populacional já assinalado, o comportamento demográfico do município de Campos é estável. A grande transformação demográfica ocorreu com o êxodo rural-urbano dos anos 80. Hoje, em troca, os fluxos migratórios não se produzem por conta da crise trabalhista da indústria (sucroalcooleira), mas estão relacionados ao crescimento da indústria petrolífera.

**QUADRO 4.4.3-12: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS CAMPOS DOS GOYTACAZES**

UNIDADE GEOGRÁFICA	FAIXAS ETÁRIAS	1991		2000			2007		
		Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev.%aa s/1991	Abs	% s/Total	Ev.%aa s/2000
Campos dos Goytacazes	0 a 6 anos	53.668	14,20	50.786	12,47	- 0,61	41.280	11,33	- 0,72
	7 a 14 anos	66.520	17,60	60.142	14,77	- 1,11	59.097	13,87	- 0,25
	15 a 19 anos	37.053	9,81	40.813	10,02	1,08	39.927	9,87	- 0,31
	20 a 59 anos	188.914	49,99	214.061	52,57	1,40	233.605	54,82	1,26
	60 anos ou mais	31.711	8,39	41.366	10,16	3,00	45.246	10,62	1,29
	<b>Total</b>	377.866	100,00	407.168	100,00	0,83	426.154	100,00	0,65

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

➤ **São João da Barra:**

O censo demográfico de 2000 registra uma população de 27.682 habitantes em São João da Barra, correspondentes a cerca de 4,0% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 99,6 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 64 habitantes por km<sup>2</sup>. Em 2004, a população foi estimada pelo censo em 28.441 pessoas. **(Quadro 4.4.3-13)**

**QUADRO 4.4.3-13: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO JOÃO DA BARRA**

MUNICÍPIO	1991	2000		2007		
	Abs	Abs	Var. % a.a s/1991	Abs	Var. % a.a s/1991	Var. % a.a s/2000
<b>São João da Barra</b>	24.069	27.681	1,57	28.889	1,15	0,61
% de Participação no Norte Fluminense	3,9	3,9	-	3,8	-	-
% de Participação no Estado	0,2	0,2	-	0,2	-	-

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

Destes, 78% residem na área urbana dos quais, segundo o Plano Diretor Municipal 27% residem na sede do município. Os demais 22% da população residem nas áreas rurais de São João da Barra. Também se observa o mesmo processo de esvaziamento do campo, numa variação média negativa de 3,76, no período entre 2007 e 2000. A população urbana, ao contrário, cresceu 2,12% ao ano, no mesmo período **(Quadro 4.4.3-14)**.

**QUADRO 4.4.3-14: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE SÃO JOÃO DA BARRA (1999, 2000 E 2007)**

POPULAÇÃO	1991	2000	Var. % a.a s/ 1991	2007	Var. % a.a s/ 2000
Urbana	15.639	19.628	2,56	22.733	2,12
Rural	8.430	8.053	- 0,51	6.157	- 3,76
Total	24.069	27.681	0,83	28.889	1,15

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007/IBGE

Segundo estudo do TCE (2005), o município tem um contingente de 21.796 eleitores, correspondentes a 77% do total da população e um número total de 17.450 domicílios, com uma taxa de ocupação de 47%.

Dos 9.253 domicílios não ocupados, 82% têm uso ocasional, demonstrando o elevado contingente de turistas de temporada e de fim-de-semana. Nesse período, a população residente – temporários e fixos – aumenta consideravelmente, movimentando a economia local e aumentando a demanda por serviços básicos.

O mesmo processo de envelhecimento da população observado em Campos dos Goytacazes ocorre em São João da Barra. Grande parte da população, 53,62%, possui entre 20 e 59 anos.

A população com menos de 20 anos de idade, nas três categorias compostas, tiveram um decréscimo da taxa de crescimento, como pode ser observado no **Quadro 4.4.3-15**, apresentado em seguida. Esse comportamento nos dados populacionais pode ser relacionado ao processo de evasão observado no município, por conta da ausência de oportunidades de trabalho. Muitos jovens vão para Campos ou outras cidades em busca de trabalho e acabam por fixar residência fora de São João da Barra. Acredita-se que, com a chegada do Porto do Açu, e com a criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico no município, essa situação possa se reverter.

**QUADRO 4.4.3-15: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS  
SÃO JOÃO DA BARRA**

UNIDADE GEOGRÁFICA	FAIXAS ETÁRIAS	1991		2000			2007		
		Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev.%aa s/1991	Abs	% s/Total	Ev.%aa s/2000
São João da Barra	0 a 6 anos	3.849	15,99	3.498	12,64	- 1,06	3.077	10,65	- 1,82
	7 a 14 anos	4.579	19,00	4.528	16,36	- 0,11	4.324	14,97	- 0,66
	15 a 19 anos	2.428	10,09	2.768	10,00	1,47	3.859	9,90	0,46
	20 a 59 anos	11.170	46,41	14.048	50,75	2,58	15.492	53,62	1,41
	60 anos ou mais	2.048	8,51	2.839	10,26	3,70	3.138	10,86	1,44
	<b>Total</b>	<b>24.069</b>	<b>100,00</b>	<b>27.681</b>	<b>100,00</b>	<b>1,57</b>	<b>28.890</b>	<b>100,00</b>	<b>0,61</b>

Fonte: Censos de 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007 / IBGE.

## D) Atividades Econômicas:

### ➤ Campos dos Goytacazes:

A tendência de crescimento do PIB associada ao setor industrial observada nos municípios petrolíferos se evidencia, de modo acentuado, no caso de Campos dos Goytacazes, em função da expressiva participação do município na distribuição dos *royalties* do petróleo. O extraordinário crescimento da participação do setor industrial da região de municípios petrolíferos no período entre 1996 e 2000 é, no caso de Campos, ainda maior e significou uma variação anual de 135,20% (recordemos que o crescimento deste setor na região foi de 52,46% a.a.). O PIB industrial em Campos saltou de 321 milhões de reais para 9,8 milhões, representando 79% do PIB total do município. No período de 2000 a 2004, se estabiliza esse crescimento com uma taxa de crescimento 19,73% a.a., que representa para o ano de 2004, uma magnitude monetária de 20.231.603 mil reais. (Quadro 4.4.3-16)

O setor de serviços que era líder da economia de Campos em 1996, embora tenha crescido de 12% a.a. entre 1996 e 2000, teve no mesmo período, sua participação no PIB municipal reduzida em seis vezes, mantendo-se em um patamar da ordem de 10% do PIB pelo período seguinte. O setor agropecuário foi o que mais se retraiu, tendo experimentado decréscimo tanto em valores absolutos como em participação percentual, ao longo do período de 1996/2000/2004.

**QUADRO 4.4.3-16: EVOLUÇÃO DO PIB POR SETORES DA ECONOMIA  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

MUNICÍPIO	SETORES DO PIB	1996		2000			2004		
		Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/1996	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/2000
Campos dos Goytacazes	Agropecuária	182.522	8,94	156.501	1,26	- 3,77	151.534	0,66	- 0,80
	Indústria	321.638	15,75	9.843.261	79,15	135,20	20.231.043	88,38	19,73
	Serviços	1.537.789	75,31	2.435.771	19,59	12,19	2.508.603	10,96	0,74
	<b>Total</b>	<b>2.041.949</b>	<b>100,00</b>	<b>12.435.533</b>	<b>100,00</b>	<b>57,09</b>	<b>22.891.180</b>	<b>100,00</b>	<b>16,48</b>

O PIB *per capita* cresceu, por sua vez, saltando de 5.184 mil reais em 1996 a 54.775 no ano de 2004, experimentando um aumento de mais de 10 vezes em 8 anos (**Quadro 4.4.3-17**)

**QUADRO 4.4.3-17: EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA*  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

MUNICÍPIO	1996	2000		2004		
	Abs (em R\$)	Abs (em R\$)	Var. % aa s/2004	Abs (em R\$)	Var. % aa s/1996	Var. % aa s/2000
<b>Campos dos Goytacazes</b>	5.184	30.542	80,61	54.775	17,02	4,99

A parte da atividade petrolífera que de fato não possui estrutura petrolífera de apoio em Campos, as atividades produtivas no município são principalmente voltadas à sucroalcoeira e ao setor de serviços. A pesca, a indústria da cerâmica e a fruticultura complementam o setor produtivo local.

Com as receitas municipais impulsionadas pelos *royalties* do petróleo Campos se constituiu como um dos principais pólos de atração da região Norte Fluminense. Com várias instituições de ensino técnico e pesquisa, Campos tem hoje condições de qualificar força de trabalho, embora não apresente ainda oportunidades de absorção desta mão-de-obra pelos setores locais.

O município concentra a maioria dos estabelecimentos industriais da região Norte Fluminense, sendo os principais estabelecimentos vinculados às atividades de transformação mineral, alimentação e indústria química. A grande maioria é formada por microempreendimentos (91%) e, destacando-se entre eles, o pequeno comércio (mais de 50% dos microempreendimentos). (**Quadro 4.4.3-18**)

**QUADRO 4.4.3-18: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

TIPOLOGIA EMPRESARIAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	TOTAL	(%)
Micro	1.147	5.216	3.284	675	10.322	91,91
Pequena	127	342	294	20	783	6,97
Média	7	26	31	3	67	0,60
Grande	3	10	41	4	58	0,52
<b>Total</b>	<b>1.284</b>	<b>5.594</b>	<b>3.650</b>	<b>702</b>	<b>11.230</b>	<b>100.00</b>

O setor primário está conformado pela importante produção de cana-de-açúcar e pela produção de frutas: maracujá, coco, limão, melão, acerola, manga, caju, goiaba e pinha. Existe uma importante produção de olerícolas, de espécies como o aipim. Parte dessa produção é requerida por algumas agroindústrias locais para fabricação de doces, azeites, conservas etc. A fabricação semi-artesanal de doces é uma atividade muito desenvolvida na região.

Com 140 unidades produtivas, a indústria ceramista, ou de argila vermelha é bem desenvolvida no município e possui ainda considerável potencial de expansão. De fato, é a maior concentração de indústrias de cerâmicas do Estado do Rio de Janeiro, empregando hoje, de forma direta, 5 mil trabalhadores – entre empregos formais e informais. Como desdobramento destes calculam-se cerca de 15 mil empregos indiretos – setor agrícola, no período de entressafas.

O porte dos estabelecimentos do setor ceramista não se aparta da tendência geral do município: unidades pequenas com, em média, 9 empregados, aproximadamente. Nos últimos anos, foram substituídos os velhos fornos a lenha por gás natural. Essa mudança permitiu uma queima mais regular e uniforme evolução para produtos com maior valor agregado.

A indústria ceramista se encontra em um período de mudanças. Recebe apoio dos laboratórios de Materiais Avançados e Engenharia Civil, da Universidade

Estadual no Norte Fluminense – UENF e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Todavia, o setor ceramista de Campos não oferece, ainda, a qualidade alcançada que os outros pólos desse setor no país.

O setor de rochas ornamentais está bem representado no município. Existem 55 licenças de direitos minerais em Campos. Predomina o tipo intrusivo de produção: granito cinza prata de granulação média e o granito juparaná salmão de granulação fina. A maioria desse tipo de exploração no Brasil é caracterizada por seu regime artesanal de produção: empregados sem capacitação, sem estudos para exploração e para o desenvolvimento de atividades em minas e jazidas, com insuficientes condições de segurança e pouco cuidado com o meio ambiente.

Campos não escapa a esta tendência. Em que pesem distintos esforços do poder público em prol da formalização e profissionalização do setor, o próprio Departamento de Recursos Naturais do Rio de Janeiro – DRM, estima que apenas 50% dos negócios encontram-se regularizados.

O turismo não figura hoje como atividade econômica relevante no município. É caracterizado por incipiente atividade e turismo de negócios na sede municipal e atividades dispersas do turismo rural, além do turismo veranico em Farol de São Tomé. O município conta, entretanto, com atrativos naturais e culturais que podem no futuro motivar investimentos que impulsionem este segmento econômico.

Campos dos Goytacazes pertence à região turística da Costa Doce e possui uma complexidade de ecossistemas. Sua parcela rural está localizada na parte serrana do município, nas regiões sudoeste e noroeste de seu território; essa paisagem alterna com as várzeas e alagados, na região sul, próxima à Lagoa Feia, e no litoral, próximo aos municípios de Quissamã e São João da Barra. Esta topografia

permite várias opções de prática do esporte e do lazer, desde passeios e caminhadas a esportes aquáticos e radicais. (**Quadro 4.4.3-19**)

Na região desenvolve-se, hoje, atividade ecoturística baseada em atrativos naturais ainda preservados. Dentre aqueles citados no Perfil Socioeconômico do Plano Diretor Municipal (2005), encontram-se:

**QUADRO 4.4.3-19: PRINCIPAIS ATRATIVOS NATURAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

<b>PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO</b>	Localizado em Morongaba, 9º distrito de Campos, no coração do Imbé, abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidélis e Santa Maria Madalena
<b>MORRO DO ITAÓCA</b>	Localizado no distrito de Ibitioca, o atrativo é uma das 7 elevações que fazem parte do Maciço de Itaóca, cujo morro de mesmo nome atinge 414 metros de altitude
<b>PICO SÃO MATEUS</b>	Formação rochosa arredondada com 1.576m de altitude, o ponto mais elevado do município, constituído por uma gigantesca massa granítica. A vegetação densa, mais concentrada em sua base, é composta por árvores de grande porte (cedro, jequitibá, canela) apresentando ainda variadas espécies onde se destacam as orquídeas e as samambaias
<b>LAGOA FEIA</b>	Encontra-se na divisa com Quissamã e tem área total em torno de 138km², a maior do Estado do Rio de Janeiro, resultante de um antigo golfo e se comunica com o Oceano Atlântico pelo Canal das Flechas.
<b>PEDRA DO BAÚ E PEDRA LISA</b>	Com altura aproximada de 726m, a Pedra Lisa é um dos cumes mais peculiares do Estado do Rio de Janeiro. A Pedra do Baú localizada ao lado, possui menor altitude, porém com maior dimensão.
<b>LAGOA DE CIMA</b>	A Lagoa visitada pelo Imperador D. Pedro II, foi por ele chamado “Lagos dos Sonhos”, nome pelo qual é conhecida por muitos. Está localizada no distrito de Ibitioca a 28 km da sede do município.
<b>PRAIA DO FAROL DE SÃO TOMÉ</b>	Situada na costa do município, a leste da área central da cidade, é uma praia de águas escuras, em função do aporte de sedimentos do rio Paraíba, mas limpas, com vista para os barcos dos pescadores ancorados na areia. Os ventos constantes e o farol imponente sinalizando os barcos desde o século passado fazem lembrar que Farol é para quem vê além dos olhos.

Fonte: Perfil Socioeconômico do Plano Diretor Municipal

A cidade exibe um casario que remonta ao passado e a sua história colonial. As casas, igrejas (como a Basílica do Santíssimo Salvador e as Igrejas do Solar do Colégio e de São Francisco), solares (o Solar da Baronesa e o Solar do Carmo, ambos construídos no Século XIX) e palácios são os registros da passagem de personalidades importantes pelo município e remontam a um período de

ascensão econômica, no apogeu da agricultura da cana-de-açúcar. Alguns desses imóveis viraram museus onde é reproduzida a história da cidade, como: o Museu Barbosa Guerra (que recebe o nome do fundador e possui um acervo de jornais e revistas editadas em Campos e municípios vizinhos desde 1830, bem como objetos pertencentes aos índios Goytacazes e escravos africanos, que eram trazidos para trabalhar na produção açucareira), e o Museu Pietro Ubaldi (em homenagem ao franciscano e pregador do evangelho, dedicado a conversão dos nativos goytacazes).

Alguns eventos culturais também atraem a presença de visitantes para Campos. Um deles é o Jardim *in Concert*, um festival de música instrumental, onde tocam artistas regionais e nacionais. Esse festival é realizado no Jardim do Liceu, geralmente, nas tardes de sábado. O Fest Campos de Poesia Falada, é outro desses eventos, criado em 1999, com o objetivo de abrir espaço na cidade, para poetas e atores.

Mitos, lendas, tradições culturais, festas religiosas e apresentações folclóricas também compõem o calendário turístico cultural de Campos dos Goytacazes, inclusive o carnaval profano, com seus blocos carnavalescos. Entre as manifestações culturais consideradas como tradicionais de Campos, estão:

- A Cavallhada, um conjunto de manobras de origem ibérica, que remonta à Idade Média, e que dramatiza as históricas lutas entre soldados cristãos de Carlos Magno e os soldados mouros do sultão de Constantinopla. São formados dois grupos de cavaleiros, com calças brancas, botas pretas e túnica de cetim azul ou vermelha. Os cavalos também recebem seus paramentos e a apresentação se dá no campo de futebol. Este evento ocorre dentro da programação da festa em louvor ao Padroeiro da Baixada Campista realizada em todo 15 de janeiro no distrito de Santo Amaro e se repete há mais de 327 anos ininterruptos;

- O boi pintadinho, que a cultura transformou em Boi-de-Samba, pode ser visto nos dias de Carnaval;
- Os cabloquinhos revividos pelos Cordões Carnavalescos;
- O Ururau da Lapa é um dos mais importantes folguedos populares, e de relevância para o turismo, chegou ao Brasil com os Jesuítas e consiste na encenação dançada do episódio em que os Reis Magos visitam o Menino Jesus.

➤ **São João da Barra:**

Turismo, fruticultura, olericultura, pesca, agropecuária, indústrias de bebidas, de doces caseiros e de fios têxteis, usina de açúcar e olarias movimentam a economia sanjoanense, sendo que a maior fatia da arrecadação municipal vem do repasse dos royalties do petróleo da produção na Bacia de Campos.

No setor produtivo secundário (relativo à indústria), destacam-se a fábrica de bebidas Joaquim Thomas de Aquino Filho (que produz o conhaque de alcatrão, a aguardente Praianinha e a vodka Kovac), a indústria têxtil Tecex e a usina de Barcelos, responsáveis por 18.9% do PIB municipal. Existem, ainda, as indústrias de goiabadas, as quais na maioria encontra-se na informalidade. **(Quadro 4.4.3-20)**

No setor terciário (serviços), o município conta com agências bancárias, postos de gasolina e o comércio atacadista e o varejista. Este segmento tem pouca representatividade no PIB: 0.82 em relação aos outros setores.

No setor primário local, inclui-se a extração de areia, realizada em dois pontos na sede municipal, um terceiro ponto na localidade de Sabonete, e a extração de argila para olarias, na localidade de Cazumbá.

A fruticultura é responsável por 38% do setor agrícola, cujos principais produtos são: o abacaxi, o caju, o coco verde, a goiaba e o melão. Na olericultura, que detém 15% da produção agrícola, destacam-se a abóbora, o maxixe, o pimentão, o quiabo e o tomate. Na pecuária, o gado de corte e o de leite correspondem a 32%.

São João da Barra é o maior produtor de maxixe do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 2.400 t no ano de 2004 produzidas em uma área de plantio de cerca de 3.200 haç.

A comercialização dos produtos acontece no CEASA/RJ, por meio de atravessadores, ou, diretamente nas feiras do produtor rural em São João da Barra e em Campos. Para a pecuária, utiliza-se o matadouro municipal.

Entre as agroindústrias, são mais representativas as de fabricação de goiabada caseira, farinha de mandioca e tapioca, que se localizam em pequenas propriedades e utilizam mão-de-obra familiar. A Usina Barcelos é a responsável por grande parte da produção de açúcar e de álcool da região Norte Fluminense.

A parte dos postos de trabalho associados ao setor de serviços, a agricultura responde por parcela expressiva da ocupação da mão-de-obra. Apesar disso, é o setor industrial que responde, hoje, pela formação do PIB municipal. Isto sem que seja gerado um único emprego vinculado diretamente ao setor. A grande parcela do PIB industrial decorrente do recebimento de *royalties* do petróleo é o fator na origem desta situação.

Verifica-se na evolução do PIB municipal um aumento considerável desde o ano de 1996 até o ano de 2004, aumento este devido, basicamente, à receita de *royalties* (Quadro 4.4.3-20).

**QUADRO 4.4.3-20: EVOLUÇÃO DO PIB TOTAL E SETORIAL  
SÃO JOÃO DA BARRA**

MUNICÍPIO	SETORES DO PIB	1996		2000			2004		
		Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/1996	Abs (em R\$ mil)	% s/Total	Ev. % aa s/2000
São João da Barra	Agropecuária	14.743	12,64	14.107	1,02	- 1,10	19.830	0,73	8,89
	Indústria	41.621	36,55	1.191.783	86,08	129,96	2.528.434	92,46	20,69
	Serviços	59.244	50,81	178.626	12,90	31,77	186.388	6,82	1,07
	<b>Total</b>	<b>116.608</b>	<b>100,00</b>	<b>1.384.516</b>	<b>100,00</b>	<b>85,63</b>	<b>2.734.652</b>	<b>100,00</b>	<b>18,55</b>

Fonte: IBGE / IPEA

A estagnação no crescimento populacional neste período de grande expansão do PIB, levou a um crescimento surpreendente do PIB *per capita* que aumentou quase 25 vezes no período de 8 anos (**Quadro 4.4.3-21**).

**QUADRO 4.4.7-21: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA  
SÃO JOÃO DA BARRA**

MUNICÍPIO	1996	2000		2004		
	Abs (em R\$)	Abs (em R\$)	Var. % aa s/2004	Abs (em R\$)	Var. % aa s/1996	Var. % aa s/2000
São João da Barra	4.483	50.017	123,46	96,406	22,70	5,62

Fonte: IBGE / IPEA

Grande parte dos estabelecimentos da economia de São João da Barra, cerca de 95%, são de microempresas, dos quais quase a metade (289) são ligados ao comércio. A distribuição do número de estabelecimentos, por segmento de atividade é apresentada no **Quadro 4.4.3-22**.

**QUADRO 4.4.3-22: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
SÃO JOÃO DA BARRA (2004)**

TIPOLOGIA EMPRESARIAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	TOTAL	(%)
Micro	65	289	169	77	600	94,94
Pequena	4	10	9	3	26	4,11
Média	3	0	1	0	4	0,63
Grande	0	0	2	0	2	0,32
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>299</b>	<b>181</b>	<b>80</b>	<b>632</b>	<b>100.00</b>

O setor turístico responde por uma parcela não-desprezível da geração de empregos locais. A produção de bens e serviços, associada ao turismo balneário e de segunda residência embora insipiente e informal, movimenta a economia local, influi nos sistemas de transporte, de comunicações e em outros aspectos da dinâmica social do município. O grande afluxo de veranistas a cada ano, além de dinamizar periodicamente a economia estimula a preservação de bairros e edifícios históricos, conservando a memória e a história da cidade.

São João da Barra pertence à região turística denominada Costa Doce e tem no turismo uma parcela importante de suas atividades econômicas. Quem visita a cidade encontra diferentes ecossistemas, entre: praias, lagoas, manguezais, rios e uma vegetação típica de mata atlântica, em seu ecossistema de restingas, com áreas ainda em bom estado de conservação. Além disso, seu patrimônio arquitetônico da época imperial e a culinária típica são atrativos turísticos para os visitantes.

O município oferece roteiros históricos, ecológicos e culturais bem como, passeios de barco e prática de esportes náuticos. O carnaval sanjoanense, especialmente o de rua, atrai, a cada ano, mais e mais visitantes de outros estados. Para o ecoturismo, a cidade dispõe das lagoas de Grussaí, Açú, Taí, Salgado e Iquipari, além dos ambientes de manguezais, onde ocorrem os três tipos de vegetação característica destas formações (preto ou siriba, vermelho e branco). A foz do rio Paraíba do Sul, onde se encontra o segundo maior delta do país, apresenta uma paisagem atraente que pode ser contemplada dos bares e restaurantes localizados na área de Atafona. Áreas litorâneas ainda silvestres contam com matas, onde os visitantes podem caminhar em trilhas povoadas de tamanduás-mirins, preguiças e tatus, além de uma fauna e flora abundantes.

No pontal de Atafona, onde ocorre o encontro do rio Paraíba com o mar, é possível acompanhar o processo da erosão da costa com avanço do mar, em

direção à cidade. Este processo já destruiu quadras litorâneas tragando lentamente casas, lojas, ruas, uma antiga sede da colônia de pesca e a capela Nossa Senhora dos Navegantes. Apesar deste fenômeno o balneario de Atafona, com uma superfície de aproximadamente 400 mil m<sup>2</sup>, tem considerável potencial para implantação de projetos turísticos de lazer, educação e cultura.

Em Grussaí, área litorânea ao sul de Atafona, são promovidos inúmeros eventos esportivos e culturais, incluindo shows, trios elétricos, campeonatos de motocross e outras competições esportivas, jet sky, teatro e micareta. A região é servida por quiosques, bares, restaurantes, pousadas, clube e o Hotel Sesc Mineiro. Considerado o maior centro de turismo, convenções e lazer do país, o Hotel Sesc Mineiro, oferece uma completa estrutura de hospedagem e diversão. Um de seus atrativos é um passeio no trem maria-fumaça, dentro de sua grande propriedade.

## **E) Emprego e Renda:**

### **➤ Campos dos Goytacazes:**

Como na quase totalidade dos municípios petrolíferos da região, os valores de renda média *per capita* da população camista contrastam enormemente com os valores do PIB *per capita* já analisados. Este contraste permite compreender que as exuberantes arrecadações dos municípios geradas pelos *royalties* do petróleo não foram ainda capazes de promover mecanismos de dinamização econômica que levassem ao aumento da renda e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Como se observa no **Quadro 4.4.3-23**.

O município apresenta um total de 35% de sua população em um nível de renda que classifica como pobres, além de 12% na categoria de indigentes. A pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente a metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Ainda

que tenha se reduzido a proporção desde 1991, a situação no ano de 2000 ainda situa Campos dos Goytacazes entre os municípios mais pobres do estado do Rio de Janeiro.

**QUADRO 4.4.3-23: EVOLUÇÃO DA RENDA *PER CAPITA* MENSAL  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

INDICADORES	1991	2000
Renda <i>per capita</i> média (R\$ de 2000)	140,9	177,3
Proporção de Pobres (%)	46,7	35,9
Índice de Gini	0,52	0,52

Fonte: PNUD / IPEA / FJP – Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

A renda dos responsáveis por domicílios mostra melhorias em algumas faixas de salários e uma piora em outras. A faixa sem renda representava 1,8% em 1991 e, em 2000, quase se duplicou, chegando aos 3,1%. A faixa até 3 salários mínimos diminuiu em 2000 e aumentou a de 5 salários mínimos, que passou a representar uns 8,8% do total. Ainda que esses dados demonstrem uma certa melhora, a referencia mais contundente é a percentagem da população do município com ingressos abaixo de 3 salários mínimos: 83,6%.

Deve-se considerar que cerca de 15% do total de famílias do município (cerca de 20.500) estão cadastradas e recebem os benefícios governamentais de assistência. Destas, 82% recebem, efetivamente, os benefícios atualmente. As distintas “bolsas” governamentais – bolsa escola, bolsa família, bolsa alimentação e auxílio a gás - são uma importante fonte de renda para os moradores pobres do município de Campos dos Goytacazes (**Quadro 4.4.3-24**). Esta distribuição atua, também, como fator de atração de migrantes pobres que procuram se instalar no município para se integrar aos programas de benefícios.

**QUADRO 4.4.3-24: BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS**  
**JUNHO, 2007**

Unidade Geográfica	Número de Famílias em 2007	Total Famílias - Cadastradas			Estimativa - Famílias Pobres		Benefícios Pagos em Julho/2007 (bolsa-família, bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás)			
		Abs	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)	Abs	% Famílias		
								Cadas-tradas	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)
Campos dos Goytacazes	133.044	20.548	98,43	92,87	35.921	21.770	16.862	82,06	46,94	77,46

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Renda da Cidadania.

O emprego apresenta, desde os anos 70, uma dinâmica estacional. Os trabalhadores alternam o trabalho na indústria de cana-de-açúcar, com serviços domésticos de escassa qualificação. (Quadro 4.4.3-25)

**QUADRO 4.4.3-25: POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE**  
**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

SETORES DE ATIVIDADE	1991		2000		
	Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev. % aa s/1991
Agropecuária	17,914	13,33	12,164	8,15	- 4,12
Indústria	20,961	15,60	20,683	13,75	- 0,15
Construção Civil	9,201	6,85	13,242	8,80	4,13
Outros Serviços	81,052	60,32	83,018	55,17	0,27
Administração Pública	5,250	3,91	21,265	14,13	16,82
<b>Total</b>	<b>134,378</b>	<b>100,00</b>	<b>150,472</b>	<b>100,00</b>	<b>1,26</b>

Fonte: Censos de 1991 e 2000 / IBGE.

Em 1991, a população ocupada era de 134.378 habitantes e o setor de serviços, aquele com maior número de pessoas ocupadas, respondendo por cerca de 60% dos postos de trabalho (81.052 pessoas). Entre a indústria e a atividade agropecuária, se empregava cerca de 28% do resto da população economicamente ativa. Os 10% restantes estavam ocupados na construção civil (6,8%) e na administração pública (3,9%).

Em 2000, o município contabilizou 150.472 empregos e os serviços seguiram dominando a demanda de trabalho, ocupando 83.018 pessoas, que nesse período representavam 55% do total ocupado. A indústria sofreu um leve decréscimo, de menos 0,15%, e o setor agropecuário foi o mais afetado, perdendo 5.650 empregos e retrocedendo menos 4,12%. A administração pública apresentou o crescimento mais acentuado, produzindo 16.015 novos empregos.

Se levarmos em conta o crescimento extraordinário da produção industrial – devido a exploração petrolífera - e se o relacionarmos com o volume de empregos do município, se chega a conclusão de que o maior beneficiário do petróleo foi a administração pública municipal. De certa forma, a criação de empregos na administração pública é uma consequência razoável do enriquecimento municipal e da ausência de empresas, geradoras de emprego genuíno, vinculados ao setor e a produção petrolífera (como ocorreu no caso de Macaé, onde se instalou efetivamente a indústria). (**Quadro 4.4.3-26**)

**QUADRO 4.4.3-26: NÚMERO TOTAL DE EMPREGOS POR TAMANHO DA EMPRESA  
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

TAMANHO DA EMPRESA	2000		2005		
	Abs	% Total p/ Tamanho	Abs	% Total p/ Tamanho	Ev. % aa s/2000
Pequenas	21.779	43,05	30.813	34,67	7,19
Médias	11.836	23,39	16.830	18,93	7,29
Grandes	16.978	33,56	41.244	46,40	19,42
<b>Total</b>	50.593	100,00	88.887	100,00	11,93

Fonte: Cadastro Central das Empresas – IBGE.

Um dos dados mais alentadores da evolução do número de empregos no município é a formalização crescente do trabalho. Em 2000, a população com emprego formal representava apenas 37% do total da população empregada. Apenas cinco anos mais tarde, essa cifra passou a representar 59%.

A maior parte do emprego – 46,4% - se situa nas grandes empresas e, em grande medida, o processo de formalização trabalhista passou pelo crescimento de sua

participação no mercado. Em 2000, estas empregavam 33% do total de trabalhadores formalizados segundo as leis trabalhistas.

#### ➤ São João da Barra:

A renda média *per capita* em São João da Barra cresceu 25,83%, passando de R\$ 140,93 em 1991, para R\$ 177,33 em 2000. A pobreza diminuiu 23,18%, passando de 46,7% em 1991 para 35,9% em 2000.

O município de São João da Barra também pode ser considerado entre os mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, por apresentar altas taxas de indigência (12,65%) e de pobreza (35,9%).

Em São João da Barra, no ano de 2007, haviam 4.850 famílias cadastradas para recebimento de algum dos benefícios ofertados pelo governo, seja bolsa família, bolsa escola, bolsa e carta alimentação ou auxílio gás (o que representaria cerca de 51% do total de famílias). Isso significa que mais da metade das famílias do município de São João da Barra dependem desse recurso para subsistência. Das famílias cadastradas 48,5% das de São João da Barra recebem, diretamente, esses benefícios. (**Quadro 4.4.3-27**)

**QUADRO 4.4.3-27: BOLSA FAMÍLIA – BENEFÍCIOS PAGOS EM JUNHO, 2007**

Unidade Geográfica	Número de Famílias em 2007	Total Famílias - Cadastradas			Estimativa - Famílias Pobres		Benefícios Pagos em Junho/2007 (bolsa-família, bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás)			
		Abs	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)	Abs	% Famílias		
								Cadastradas	% Perfil Cadastro Único (1)	% Perfil Bolsa-Família (2)
São João da Barra	9.471	4.850	85,44	71,90	3.356	2.034	2.356	48,58	70,20	115,83

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Renda da Cidadania.

A população ocupada no município totalizava 10,2 mil pessoas em 2000, representando 37% da população total. O maior percentual encontrava-se no setor de serviços, 44,1%, seguido da agropecuária – 19%. A administração pública obteve a maior taxa de crescimento entre os setores, 20,5%, quintuplicando o contingente dos empregados públicos, desde 1991. (**Quadro 4.4.3-28**)

**QUADRO 4.4.3-28: POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE  
SÃO JOÃO DA BARRA**

SETORES DE ATIVIDADE	1991		2000		
	Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev. % aas/1991
Agropecuária	2.470	32,06	1,939	19,90	- 2,65
Indústria	1.023	13,28	1.149	11,26	1,30
Construção Civil	859	11,15	1.115	10,92	2,94
Outros Serviços	3,072	39,88	4.501	44,10	4,34
Administração Pública	280	3,63	1.502	14,72	20,52
<b>Total</b>	7.704	100,00	10.206	100,00	3,17

Fonte: Censos de 1991 e 2000 / IBGE.

Em termos de empregos formais, no entanto, observa-se no **Quadro 4.4.3-29** que, apenas 2,4 mil pessoas tinham vínculo empregatício em 2000, ou seja, apenas 24,3% da população ocupada e 9% da população total, revelando a alta informalidade que caracteriza o mercado de trabalho local. Dados da Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – indicaram que o grande empregador constitui-se na administração pública, que congrega 55% desses empregos e alcançou crescimento expressivo em 2005, quando da mudança na administração municipal. A indústria de transformação é responsável por 17,9% e o comércio e serviços por 20%.

**QUADRO 4.4.3-29: NÚMERO TOTAL DE EMPREGOS POR TAMANHO DA EMPRESA  
SÃO JOÃO DA BARRA**

TAMANHO DA EMPRESA	2000		2005		
	Abs	% Total p/Tamanho	Abs	% Total p/Tamanho	Ev. % aas/2000
Pequenas	1.045	42,00	1.482	31,88	7,24
Médias	236	9,49	571	12,28	19,33
Grandes	1.207	48,51	2.596	55,84	16,55
<b>Total</b>	<b>2.488</b>	<b>100,00</b>	<b>4.649</b>	<b>100,00</b>	<b>13,32</b>

Fonte: Cadastro Central das Empresas – IBGE.

## F) Infra-Estrutura e Serviços:

### Energia

#### ➤ Campos dos Goytacazes:

Uma análise dos registros de consumo de energia nos anos 2000 e 2005 revela pequeno aumento do consumo de eletricidade em Campos, em todas as classes de consumo, conforme demonstrado no **Quadro 4.4.3-30**.

**QUADRO 4.4.3-30: EVOLUÇÃO DO CONSUMO ELÉTRICO POR CLASSE DE CONSUMO**

Município	Estatística	Consumo Total de Energia em GWh			Percentual s/o Valor Total								
					Residencial		Industrial e Comercial		Rural		Outras		
		2000	2005	Ev.% aa	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2004	2005
<b>Campos dos Goytacazes</b>	Abs	437,68	469,17	1,4	49,9	46,7	35,5	34,7	1,7	2,0	12,9	16,5	

Fonte

Estes números poderiam ser interpretados como indicadores de baixo crescimento econômico, uma vez que perfazem uma taxa de crescimento anual de 1,4%, bastante reduzido em relação à média mensal.

#### **São João da Barra:**

Em São João da Barra, a evolução do consumo de energia segue padrão similar ao encontrado em Campos dos Goytacazes, observando-se, inclusive uma diminuição do consumo residencial, entre os anos de 2000 e 2005 (**Quadro 4.4.3-31**, abaixo).

A diferença de Campos dos Goytacazes, o consumo de energia pelas indústrias e estabelecimentos comerciais aumentou, um pouco, em São João da Barra.

**QUADRO 4.4.3-31: EVOLUÇÃO DO CONSUMO ELÉTRICO POR CLASSE DE CONSUMO**

Município	Estatística	Consumo Total de Energia em GWh			Percentual s/o Valor Total							
					Residencial		Industrial e Comercial		Rural		Outras	
		2000	2005	Ev. % aa	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2004
São João da Barra	Abs	39,25	42,88	1,8	50,1	44,9	29,4	31,2	3,7	4,1	16,8	19,8

Fontes: Concessionárias de Energia Elétrica: Light, CERJ e CENF.

### Telefonia:

#### ➤ Campos dos Goytacazes:

Como em todo o país a telefonia manifestou um grande crescimento após a privatização do serviço. Em 1998, existiam em Campos dos Goytacazes 6 telefones para cada 100 habitantes. Em 2003, esse total passou para 34 telefones para cada 100 habitantes. (**Quadro 4.4.3-32**):

**QUADRO 4.4.3-32: EVOLUÇÃO DA TELEFONIA**

Município	Número de Telefones Particulares e Públicos Instalados			Densidade Telefônica (por 100 habitantes)		
	1998	2003	Var. % aa 2000 s/1998	1998	2003	Var. % aa 2000 s/1998
Campos dos Goytacazes	26,04	141,63	40,31	6,50	34,11	39,31

### ➤ São João da Barra:

O acesso às redes de telefonia se configuram num grande problema do município de São João da Barra. Muitas comunidades rurais não possuem acesso à rede de telefones residenciais, nem mesmo aos telefones públicos, o que contribui ainda mais para a situação de isolamento em que vive essa população. Esse foi um dos principais motivos de reivindicação, durante os trabalhos de campo. Dada essa situação, muitos moradores se vêem instados a adquirir aparelhos de celular, que possuem um custo bem maior na realização de chamadas, serviço esse não adequado ao padrão de renda local.

Ainda assim, houve um aumento do número de telefones disponíveis para cada 100 habitantes do município, de 1998 - 7 para cada 100 - até 2003 – quando essa cifra chegou a 19 telefones por cada 100 habitantes (**Quadro 4.4.7-33**).

**QUADRO 4.4.3-33: EVOLUÇÃO DA TELEFONIA**

MUNICÍPIO	NÚMERO DE TELEFONES PARTICULARES E PÚBLICOS INSTALADOS			DENSIDADE TELEFÔNICA (POR 100 HABITANTES)		
	1998	2003	Var. % aa 2000 s/1998	1998	2003	Var. % aa 2000 s/1998
São João da Barra	1,90	5,46	23,44	7,09	19,33	22,24

### Educação:

Os dados utilizados na análise da educação nos municípios da **AII** foram extraídos do estudo do TCE (2007), e correspondem a consolidação das seguintes informações e fontes: números de matrículas, professores e escolas de 2001 – SEE/CIDE; dados de 2002 e 2003 tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); e dados de 2004 a 2006 obtidos diretamente do Inep/MEC.

### ➤ Campos dos Goytacazes:

De acordo com o estudo do TCE 2007, o número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Campos dos Goytacazes, em 2005, foi de 118.770 alunos, tendo-se reduzido 111.415 em 2006, apresentando redução (-6,2%) no número de estudantes.

A evolução das cifras da educação – número de unidades, professores, matrículas e relação professor/aluno nas redes de ensino municipal e estadual - no município, de 2001 a 2006, pode ser observada no **Quadro 4.4.3-34** abaixo.

**QUADRO 4.4.3-34: DADOS DA EDUCAÇÃO – CAMPOS DOS GOYTACAZES  
(2001 E 2006)**

Informações	Creche		Pré-Escola		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Número de Unidades	53	78	294	274	332	299	51	53
Número de Professores	205	599	887	956	4.599	4.345	1.832	1.732
Número de Matrículas	2.992	4.956	14.580	12.817	83.241	74.005	22.918	19.637
Rateio aluno/professor na rede municipal	14,6	8,3	16,4	13,4	18,1	17	12,5	11,3
Rateio aluno/professor na rede estadual	11,4	15,8	16,5	16,7	18,7	16,6	14,6	13,2

Fonte: TCE, 2007

O panorama retratado pelos números acima mostra que as creches são a única modalidade de estabelecimento educacional com aumento significativo em número de unidades, passando de 53 (2001) a 78 (2006), crescendo concomitantemente o número de matrículas (de 2.992 a 4.956) e de professores deste segmento (de 205 a 599) no mesmo período. Ressalta-se, ainda, neste segmento a redução do número de alunos por professor nas creches da rede municipal. Esse dado estaria associado a um maior investimento do município na contratação de professores para as creches. Segundo TCE 2007, a rede municipal respondeu por 89% das matrículas em creches, no ano de 2006.

No segmento da pré-escola, embora tenha ocorrido redução no número de unidades de ensino, houve aumento no número de professores contratados. Este

aumento ocorreu principalmente no quadro municipal, contribuindo para diminuição da relação do número de alunos por professor, de 16,4 a 13,4 no município que foi responsável por 56% das matrículas totais de Campos, em 2006 para este segmento. Há que se ressaltar, contudo, que a diminuição do rateio aluno/professor foi também influenciada pela variação de -12% no número de matrículas, nesse mesmo período.

Os demais segmentos retratados no **Quadro 4.4.3-34**, mostram características de retração no período analisado. O ensino fundamental apresentou redução em todas as cifras dos indicadores analisados. O ensino médio, por sua vez, embora tenha agregado em 2006 mais dois estabelecimentos aos 51 que contabilizava em 2001, apresentou redução tanto no número de matrículas quanto de professores, o que retratou redução neste segmento.

Dados do estudo TCE (2007) apontaram que a tendência de redução nos segmentos, fundamental e médio, vem se configurando desde os números de 1998.

Campos dos Goytacazes vem crescendo significativamente no segmento de ensino superior sendo hoje é o segundo pólo de formação universitária do estado do Rio de Janeiro. Os investimentos nesse setor da educação voltaram-se para a especialização de uma mão-de-obra, , direcionada às exigências do mercado da indústria petrolífera instalada na região. Entretanto, a quantidade de formados é maior do que a oferta de postos de trabalho em Campos, em função da maior concentração de empresas vinculadas ao petróleo na região de Macaé, que absorve uma boa parcela dos formados, em Campos, naquela cidade.

Segundo dados do TCE (2007) existiam em 2005, no município de Campos dos Goytacazes, de sete instituições de ensino superior, com 22.336 alunos matriculados em 2005. Este número de instituições vem crescendo rapidamente

com a abertura de novos estabelecimentos. O estudo do CRA (2008), levantou neste ano, as seguintes instituições de curso superior funcionando, no município: UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, instalada nos primeiros anos da década de 1990; CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; UFF - Universidade Federal Fluminense; UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Institutos Superiores de Ensino do CENSA; Universidade Cândido Mendes; Universidade Salgado de Oliveira; Universidade Estácio de Sá; Faculdade de Direito de Campos; Faculdade de Medicina de Campos; Faculdade de Odontologia de Campos; Faculdade de Filosofia de Campos; ISEPAM - Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert; ESANF – Escola Superior de Administração e Negócios do Norte Fluminense; e FGV – Fundação Getúlio Vargas.

Com sede no Campus da UENF, o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense – TECNorte, foi criado com o intuito de fomentar uma produção científica e tecnológica voltada para as novas demandas regionais da indústria do petróleo.

O mesmo pode ser dito em relação a iniciativa da Fundação Getúlio Vargas – FGV, na oferta de cursos de MBA e educação a distância, por meio de um convênio celebrado entre a Escola de Pós-Graduação em Economia -EPGE e a Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP.

Apesar deste aparato educativo, o índice de analfabetismo no município de Campos dos Goytacazes se mantém elevado (11,55% da população com mais de 25 anos) em relação a média do Estado do Rio de Janeiro (7,57), em 2000. Ainda que tenha havido uma redução de 5,92% em relação ao ano de 1991 – melhoria superior à média do Estado, que no mesmo período reduziu o analfabetismo em apenas 3,35%. (**Quadro 4.4.3-35**).

**QUADRO 4.4.3-35: ANALFABETOS NA POPULAÇÃO DE MAIS DE 25 ANOS (%)**

Unidade Geográfica	1991	2000
Estado do Rio de Janeiro	10,92	7,57
Campos dos Goytacazes	17,47	11,55

Fonte: PNUD/FJP – 2000

Em Campos dos Goytacazes se implementa também o programa estimulado pelo Ministério da Educação de Ensino de Jovens e Adultos. Em 2006, haviam 18.105 pessoas matriculadas, sendo destes 16.704 para cursos presenciais e 1.311 para cursos semipresenciais.

➤ **São João da Barra:**

A evolução das cifras da educação no município, de 2001 a 2006, pode ser observada no **Quadro 4.4.3-36**, abaixo:

**QUADRO 4.4.7-36: DADOS DA EDUCAÇÃO – CAMPOS DOS GOYTACAZES  
(2001 E 2006)**

Informações	Creche		Pré-Escola		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Número de Unidades	13	10	38	31	42	40	3	7
Número de Professores	25	29	92	77	382	394	49	112
Número de Matrículas	381	463	1.552	1.225	6.147	6.056	671	1.214
Rateio aluno/professor na rede municipal	15,2	16	16,9	15,9	16,1	15,4	13,7	10,8
Rateio aluno/professor na rede estadual	11,4	15,8	16,5	16,7	18,7	17,6	14,6	13,2

Fonte: TCE, 2007

O número total de alunos contabilizado no município, no ano de 2006, foi 8.958, o que representou um aumento 1,8% em relação ao ano anterior (8.801 em 2005). É interessante notar que, em contraste com a tendência verificada em Campos, São João da Barra teve no ensino médio um crescimento expressivo, com aumento na ordem de 100%, ou mais, em número de unidades, professores e matrículas entre 2001 e 2006.

A redução observada no ensino fundamental ocorreu na parcela deste segmento correspondente à rede estadual, como demonstram os números do **Quadro 4.4.3-37**.

**QUADRO 4.4.3-37: DADOS DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL  
SÃO JOÃO DA BARRA**

Informações do Ensino Fundamental	Rede Estadual		Rede Municipal	
	2001	2006	2001	2006
Número de Unidades	14	9	25	28
Número de Professores	206	157	153	206
Número de Matrículas	3.593	2.632	2.291	3.042
Rateio aluno/professor na rede municipal	17,4	16,8	15	14,8
Rateio aluno/professor no Estado do RJ	18,8	16,3	22,1	20,5

Fonte: TCE, 2007

Enquanto a rede estadual reduziu em número de unidades, alunos e professores, o contrário ocorreu com a rede municipal. Esta redução, basicamente, da participação do Estado no ensino fundamental deve-se a municipalização de escolas estaduais deste segmento. Contudo é inequívoca a constatação da prioridade dada ao mesmo pela política municipal. De fato, ocorreu um aumento dos investimentos da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, direcionados a este segmento na perspectiva de reverter o quadro atual em que uma grande parcela da população não possui o ensino fundamental completo, ou é analfabeta. De fato, dados de uma pesquisa do PNUD atestam que 16,14% da população com mais de 25 anos no município não sabem ler e escrever, quase o dobro da média do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2000. Esse valor contudo expressa uma melhora em relação ao ano de 1991, quando o município apresentava 21,36% de sua população maior do que 25 anos analfabeta. (**Quadro 4.4.3-38**)

**QUADRO 4.4.7-38: ANALFABETOS NA POPULAÇÃO DE MAIS DE 25 ANOS (%)**

Unidade Geográfica	1991	2000
Estado do Rio de Janeiro	10,92	7,57
São João da Barra	21,36	16,14

Fonte: PNUD/FJP – 2000

Segundo dados do TCE 2007, a rede estadual tem, em média, 27 alunos por sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental (série inicial a 4ª série) e 29,6 nos anos finais (5ª a 9ª séries). Já, a rede municipal tem, em média, 19,7 alunos por sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental e 21 nos anos finais.

Em 2005, formaram-se nesse segmento 376 pessoas em todo município, o que representou um aumento de 44% em relação ao ano de 1998. Os levantamentos de campo e contratos com a SEMEC, realizados pela equipe da **Ecologus** constataram que a grande maioria das crianças de São João da Barra, hoje, frequenta a escola. Contudo nem todas as escolas oferecem boas condições de ensino. Muitas vezes, faltam recursos, materiais escolares e, mesmo, professores, levando à formação de turmas multisseriadas.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMEC (em 2008), a rede pública de educação do município conta com 34 escolas, cerca de 500 professores 5 mil alunos, incluindo os segmentos da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, contemplando do 1º ao 9º ano.

Destas 34 escolas, cinco atendem apenas a Educação Infantil; 22, da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental; seis, da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e há uma escola de Educação Especial. Muitas dessas unidades têm turmas multisseriadas, sobretudo aquelas que estão no 5º distrito, na área rural.

A SEMEC possui equipes de coordenação pedagógica, supervisão pedagógica e supervisão de merenda, oferecendo suporte às unidades escolares, com visitas regulares às escolas. A cada bimestre, acontece a capacitação dos professores dos diversos segmentos, assim com a Semana Pedagógica para a abertura do ano letivo, com palestras para os profissionais da rede municipal.

No segmento do ensino médio, por sua vez onde, em 2006, 97% das matrículas foram, oferecidas pelo Estado, houve um aumento de 150% no número de unidades em relação a 2001. (**Quadro 4.4.3-39**)

**QUADRO 4.4.3-39: DADOS DA EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO  
SÃO JOÃO DA BARRA**

Informações do Ensino Médio	Rede Estadual		Rede Particular	
	2001	2006	2001	2006
Número de Unidades	2	6	1	1
Número de Professores	37	101	12	11
Número de Matrículas	641	1.183	30	31
Rateio aluno/professor	17,3	11,7	2,5	2,8
Rateio aluno/professor no Estado do RJ	18	15,1	-	-

Fonte: TCE, 2007

O crescimento do ensino médio, ao longo dos últimos anos se deve à criação de 4 novos estabelecimentos de ensino público no município. Em decorrência disto concluíram o ensino médio, em 2005, 240 alunos de São João da Barra, o que representou um aumento de 134% em relação ao ano de 1998, quando se formaram apenas 100 alunos.

Vale ressaltar que o crescimento do ensino médio em São João da Barra está articulado com a oferta crescente de ensino de nível superior em Campos dos Goytacazes. Existem políticas específicas do município para viabilizar o acesso de jovens saojoanenses às necessidades do município vizinho.

Nesta linha a SEMEC implementa o Programa Passes, por meio do qual os alunos do município recebem subsídios para o transporte São João da Barra–Campos. Em abril de 2008, 1.427 alunos foram atendidos pelo Programa.

Outro programa municipal na linha de incentivo à educação superior é Cartão Universitário, no qual os alunos recebem uma bolsa de até 80% do valor da anuidade para freqüentarem cursos profissionalizantes e de nível superior situados na cidade de Campos dos Goytacazes. Em 2008, 634 alunos foram contemplados com essa bolsa.

Além dos programas municipais a SEMEC realiza projetos em parceria com empresas privadas e instituições estaduais de ensino, para formação e capacitação de educadores e para educação de jovens e adultos. No ensino de jovens e adultos, São João da Barra tem um total de 405 alunos matriculados em 2006, todos para cursos presenciais.

Na linha da capacitação de educadores cita-se o Programa de Educação Ambiental do Porto do Açu, desenvolvido com o apoio da LLX. Este Programa realizou durante o ano de 2008, seções de capacitação de professores da rede pública municipal para questões ambientais do município. Outro projeto também promovido com o apoio da LLX é o Curso Técnico de Nível Médio em Informática Industrial, realizado em parceria com o CEFET Campos. Esse curso tem como objetivo realizar projetos que impulsionem a educação do trabalhador e que atendam às demandas regionais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento do município e a empregabilidade dos habitantes.

No primeiro momento, o Curso de Informática Industrial, com duração de dois anos, em quatro módulos, está atendendo a 90 jovens, em três turmas, divididas em escolas do primeiro e sexto distritos.

O Caminhão da Leitura, um projeto de parceria entre a SEMEC e a Petrobrás, também está em curso, atendendo às escolas da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. A partir de um calendário estabelecido para as escolas da rede, o município recebe a visita de uma biblioteca volante, com acervo de livros para empréstimo a alunos, professores, funcionários e também à comunidade.

Nesse programa de incentivo à leitura, acontecem, ainda, a capacitação de professores na linguagem cênica e encontros com apresentação de peças teatrais, leituras dramatizadas e contação de histórias, estimulando que esses profissionais se expressem através das linguagens da poesia, do teatro, da música e outras.

## **Saúde**

### **➤ Campos do Goytacazes:**

A cidade de Campos é a mais bem servida das ofertas de saúde da região. Uma grande variedade de hospitais, clínicas, serviços médicos e odontológicos pode ser encontrada no município, que acaba por polarizar as demandas regionais e atender também a população dos municípios vizinhos. São João da Barra, por exemplo, não possui um grande hospital e, para os casos mais graves e de emergências, realizou um convênio com a Prefeitura de Campos, para atendimento dos pacientes.

Ao todo, de acordo com a Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS) realizada pelo IBGE, no ano de 2002, Campos possuía 193 unidades hospitalares e 1.569 leitos, todos vinculados às esferas privadas ou municipais. Nota-se um claro aumento da oferta no período entre 1999 e 2002, conforme disposto no **Quadro 4.4.3-40**, a seguir.

**QUADRO 4.4.3-40: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HOSPITAIS – ABSOLUTO E POR 10.000 HABITANTES, POR ESFERA ADMINISTRATIVA (1999 E 2002)**

UNIDADE GEOGRÁFICA	ESFERA	1999			2002			
		Abs	por 10 mil habs	% s/Total	Abs	por 10 mil habs	% s/Total	Ev % aa S/1999
Campos dos Goytacazes	Federal	0	0,00	0	0	0,00	-	-
	Estadual	0	0,00	0	0	0,00	-	-
	Municipal	66	1,64	48,5	110	2,67	57,0	18,6
	Privada	70	1,74	51,5	83	2,02	43,0	5,8
	Total	136	3,38	100,00	193	4,69	100,00	12,4

Ao contrário, o número de leitos credenciados no SUS, sofreu uma pequena redução de -3,3%. Veja o **Quadro 4.4.3-41**, a seguir.

**QUADRO 4.4.3-41: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LEITOS CREDENCIADOS PELO SUS EM 1999 E 2002 – ABSOLUTO E POR 1000 HABITANTES**

MUNICÍPIO	1999			2002			
	Abs	por mil habs	% s/Total	Abs	por mil habs	% s/Total	Ev % aa S/1999
Campos dos Goytacazes	1.736	4,19	81,1	1.569	3,70	81,6	- 3,3

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Na base de informação do SUS, o número de estabelecimentos vinculados à saúde existentes em Campos, em 2008, foi de 685 e apresentou a seguinte distribuição (**Quadro 4.4.3-42**):

**QUADRO 4.4.3-42: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (2008)**

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	QUANTIDADE
Centro de saúde/unidade básica de saúde	98
Central de regulação de serviços de saúde	1
Clinica especializada/ambulatório especializado	45
Consultório isolado	441
Hospital especializado	4
Hospital geral	9
Hospital dia	1
Policlínica	14
Posto de saúde	39
Pronto socorro especializado	4
Pronto socorro geral	2
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	24
Unidade de vigilância em saúde	2
Unidade móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	1
<b>Total</b>	<b>685</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

A gestão desses estabelecimentos pode ser estadual, municipal ou dupla. No caso de Campos dos Goytacazes, a grande maioria (quase 87%) dos estabelecimentos pertence ou são geridos pelo poder público municipal. Veja o **Quadro 4.4.3-43** apresentado a seguir.

**QUADRO 4.4.3-43: GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE,  
CAMPOS DOS GOYTACAZES - 2008**

MUNICÍPIO	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Campos dos Goytacazes	74	17	597	688

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

As principais unidades de saúde instaladas no município são: o Hospital Ferreira Machado – referência regional - o recém inaugurado Hospital Geral de Guarus, o Hospital Dr. Beda, Pró-Clínicas, Prontocárdio e o Hospital dos Plantadores de Cana.

Em 2002, existiam em Campos dos Goytacazes um total de 7.766 profissionais de saúde empregados nos estabelecimentos (**Quadro 4.4.3-44**). Houve um aumento de 8,8% em relação ao ano de 1999, quando eram apenas 6.034. No último ano medido, encontramos uma maior quantidade de médicos do que enfermeiros empregados, o que significa uma inversão em relação a realidade de 1999, quando o número de enfermeiros era maior.

**QUADRO 4.4.3-44: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DE MÉDICOS E ENFERMEIROS EM 1999 E 2002**

UNIDADE GEOGRÁFICA		CATEGORIA	1999		2002		
			Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev % aas/1999
<b>Petrolíferos Litorâneos</b>	Campos dos Goytacazes	Médicos	1.298	21,5	1.931	24,9	14,2
		Enfermeiros	1.394	23,1	1.657	21,3	5,9
		Outros	3.342	55,4	4.178	53,8	7,7
		<b>Total</b>	6.034	100,0	7.766	100,0	8,8
	São João da Barra	Médicos	72	32,1	74	30,1	0,9
		Enfermeiros	33	14,7	44	17,9	10,1
		Outros	119	53,1	128	52,0	2,5
		<b>Total</b>	224	100,0	246	100,0	3,2

Fonte: IBGE –Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS)

Um importante índice relacionado à qualidade de vida e saúde de uma população refere-se a evolução das taxas de mortalidade infantil. Entre 2004 e 2000, Campos apresentou uma redução de 6,1% dessa taxa, passando de 30,6 a 23,8 (**Quadro 4.4.3-45**).

**QUADRO 4.4.3-45: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2000 E 2004**

MUNICÍPIO	2000	2004	
	TAXA DE MORTALIDADE	TAXA DE MORTALIDADE	Var. % aas/2000
Campos dos Goytacazes	30,6	23,8	- 6,1

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE

As principais causas de mortalidade, no período de 2000 e 2005 foram as doenças do aparelho circulatório (**Quadro 4.4.3-46**). A falta de recursos na obtenção de diagnósticos e assistência à saúde da população do município pode ser uma das razões da presença de muitos casos não identificados. Apresentaram altos índices também as causas de mortes relacionadas às doenças respiratórias, neoplasias (como o câncer, por exemplo) e as doenças infecciosas e parasitárias. Essas últimas apresentaram um crescimento nos últimos anos e são indicativas de baixos padrões de qualidade sanitária.

**QUADRO 4.4.3-46: EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE POR CAUSAS DE DOENÇAS EM 2000 E 2005**

MUNICÍPIO	DOENÇAS	2000			2005			
		Abs	Taxa	% s/Total	Abs	Taxa	% s/Total	Ev % aas/2000
Campos dos Goytacazes	Aparelho circulatório	830	2,04	26,9	801	1,90	24,3	- 1,4
	Neoplasias	332	0,52	10,7	416	0,99	12,6	3,9
	Aparelho respiratório	290	0,71	9,4	317	0,75	9,6	1,1
	Infeciosas e parasitárias	133	0,33	4,3	162	0,38	4,9	3,3
	Gravidez, parto, puerpério, ap. geniturinário	55	0,14	1,8	80	0,19	2,4	7,1
	Sintomas e achados anormais não-classificados	520	1,28	16,8	517	1,23	15,7	- 0,8
	Consequências de causas externas	394	0,97	12,7	477	1,13	14,4	3,2
	Outras	537	1,32	17,4	533	1,27	16,1	- 0,8
	<b>Total</b>	3.091	7,59	100,0	3.303	7,85	100,0	0,7

Estimulados pelo Ministério da Saúde, os municípios desenvolvem o Programa de Saúde da Família - PSF, uma ação de assistência à saúde da população que procura garantir uma maior abrangência dos serviços, para além dos atendimentos prestados nos estabelecimentos. A atuação do programa prevê a visita dos membros das equipes às comunidades e às famílias para implantação de ações de prevenção, recuperação e reabilitação de doenças, numa perspectiva mais abrangente da saúde, que inclui outros aspectos da qualidade sanitária e de vida das populações municipais. As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Os agentes comunitários de saúde são, geralmente, moradores locais capacitados a interagir com as comunidades na obtenção das informações necessárias à implantação do PSF.

Esse Programa é importante no atendimento das famílias que residem em áreas rurais, com dificuldades de acesso até os grandes centros urbanos, onde há serviços de atendimentos médicos, especialmente, para realização de exames de

rotinas e para o cuidado com doenças não consideradas perigosas (mas que se agravam por falta de cuidados).

Em Campos, o número de famílias cadastradas no PSF e no PACS (Programa dos Agentes Comunitários de Saúde), nas áreas rurais aumentou 13,9% no período entre 2007 e 2000. Ainda assim, é maior o número absoluto de famílias cadastradas nas áreas urbanas. Veja o **Quadro 4.4.3-47** abaixo.

**QUADRO 4.4.3-47: NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS – PSF EPACS  
(EXPRESSO EM MIL UNIDADES)**

UNIDADE GEOGRÁFICA	TIPO DE ESTATÍSTICA	2000						2007						Evolução % AA 2007 s/ 2000		
		Urbana		Rural	Total		Urbana		Rural	Total			URBANA	RURAL	TOTAL	
		Abs	% s/Total		Abs	% s/Famílias Totais	Abs	% s/Total		Abs	% s/ Famílias					
												Totais				Perfil BF (I)
Campos dos Goytacazes	Abs	33,17	83,5	6,54	39,72	32,8	43,98	73,0	16,25	60,23	45,3	276,7	4,1	13,9	6,1	

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Datasus

#### ➤ São João da Barra:

A rede pública de saúde de São João da Barra é menos complexa do que aquela encontrada em Campos dos Goytacazes e conta com unidades ambulatoriais de saúde, oferecendo consultas básicas nas áreas de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia, dentre outras.

Em 2002, o município contava com 13 hospitais, sendo destes 10 vinculados a rede municipal e 3 privados. No **Quadro 4.4.3-48** abaixo, observa-se a evolução em relação ao ano de 1999, quando houve redução de uma unidade municipal.

**QUADRO 4.4.3-48: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HOSPITAIS – ABSOLUTO E POR 10.000 HABITANTES, POR ESFERA ADMINISTRATIVA (1999 E 2002)**

UNIDADE GEOGRÁFICA	ESFERA	1999			2002			
		Abs	por 10 mil hab	% s/Total	Abs	por 10 mil hab	% s/Total	Ev % aa S/1999
São João da Barra	Federal	0	0,00	0	0	0,00	-	-
	Estadual	0	0,00	0	0	0,00	-	-
	Municipal	11	4,11	84,6	10	3,61	76,9	- 3,1
	Privada	2	0,75	15,4	3	1,08	23,1	14,58
	Total	13	4,85	100,00	13	4,69	100,00	0,04

Fonte: IBGE – Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS)

O número de leitos se manteve estável no mesmo período de tempo, entre 1999 e 2002, no entanto aumentou a população do município, o que representou uma queda na taxa de leitos por cada 1.000 habitantes, como apresentado no **Quadro 4.4.3-49**, que passou de 3,36 para 3,25.

**QUADRO 4.4.3-49: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LEITOS CREDENCIADOS PELO SUS EM 1999 E 2002 – ABSOLUTO E POR 1000 HABITANTES**

UNIDADE GEOGRÁFICA	ESFERA	1999			2002			
		Abs	por mil hab	% s/Total	Abs	por mil hab	% s/Total	Ev % aa S/1999
Petrolíferos Litorâneos	Campos dos Goytacazes	1.736	4,19	81,1	1.569	3,70	81,6	- 3,3
	São João da Barra	90	3,36	4,2	90	3,25	4,7	0,0

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

No Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, foram identificados um total de 20 estabelecimentos distribuídos, conforme apresentado no **Quadro 4.4.3-50**, apresentado em seguida. Grande parte (60%) refere-se às unidades básicas de saúde (ou, como chamam os moradores, postos de saúde). Existe apenas um hospital geral no município.

**QUADRO 4.4.3-50: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM SÃO JOÃO DA BARRA**

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	QUANTIDADE
Centro de saúde/unidade básica de saúde	12
Consultório isolado	2
Hospital geral	1
Policlínica	2
Pronto socorro geral	2
Unidade móvel terrestre	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Em casos de maior complexidade, como internações e consultas especializadas, o paciente é direcionado ao hospital filantrópico conveniado ao Sistema Único de Saúde/SUS ou ao serviço de referência que tenha a especialidade, localizado na zona urbana do próprio município ou de Campos dos Goytacazes, quando não há possibilidade de tratamento local.

A maioria dos estabelecimentos é gerida pelo próprio município e, do total de 12, oito têm a gestão compartilhada com o Estado do Rio de Janeiro (**Quadro 4.4.3-51**).

**QUADRO 4.4.3-51: GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, SÃO JOÃO DA BARRA - 2008**

MUNICÍPIO	DUPLA	MUNICIPAL	TOTAL
São João da Barra	8	12	20

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Aumentou o número de todas as categorias de profissionais da saúde empregados no município, de 1999 a 2002, quando respondiam por um total de 242. A maior variação em relação ao ano de 1999 foi na contratação de enfermeiros, com um acréscimo de 10% sobre o valor total, passando de 33 a 44 profissionais. No **Quadro 4.4.3-52**, a seguir está exposto o total de profissionais da saúde, existentes no município, no período citado.

**QUADRO 4.4.3-52: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DE MÉDICOS E ENFERMEIROS EM 1999 E 2002**

UNIDADE GEOGRÁFICA		CATEGORIA	1999		2002		
			Abs	% s/Total	Abs	% s/Total	Ev % aas/1999
Petrólíferos Litorâneos	Campos dos Goytacazes	Médicos	1.298	21,5	1.931	24,9	14,2
		Enfermeiros	1.394	23,1	1.657	21,3	5,9
		Outros	3.342	55,4	4.178	53,8	7,7
		<b>Total</b>	6.034	100,0	7.766	100,0	8,8
	São João da Barra	Médicos	72	32,1	74	30,1	0,9
		Enfermeiros	33	14,7	44	17,9	10,1
		Outros	119	53,1	128	52,0	2,5
		<b>Total</b>	224	100,0	246	100,0	3,2

Fonte: IBGE – Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS)

As principais causas de mortalidade no município de São João da Barra são as doenças nos aparelhos circulatório e respiratório (**Quadro 4.4.3-53**). O maior índice se refere aos sintomas e doenças não-identificados, evidenciando uma carência nos serviços de diagnose e assistência às comunidades locais.

**QUADRO 4.4.3-53: EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE POR CAUSAS DE DOENÇAS EM 2000 E 2005**

Município	Doenças	2000			2005			
		Abs	Taxa	% s/Total	Abs	Taxa	% s/Total	Ev % aas/2000
São João da Barra	Aparelho circulatório	45	1,63	26,3	52	1,82	28,9	2,3
	Neoplasias	13	0,47	7,6	21	11,7	11,7	9,3
	Aparelho respiratório	17	0,61	9,9	19	0,66	10,6	1,6
	Infeciosas e parasitárias	6	0,22	3,5	7	0,24	3,9	2,4
	Gravidez, parto, puerpério, ap. geniturinário	4	0,14	2,3	1	0,03	0,6	- 24,7
	Sintomas e achados anormais não-classificados	39	1,41	22,8	31	1,08	17,2	- 5,1
	Consequências de causas externas	17	0,61	9,9	19	0,66	10,6	1,6
	Outras	30	1,08	17,5	30	1,05	16,7	- 0,7
	<b>Total</b>	171	6,18	100,0	180	6,29	100,0	0,4

São desenvolvidos em São João da Barra programas de assistência ao idoso, saúde mental, controle de endemias, combate às carências nutricionais, saúde bucal, saúde do trabalhador, tuberculose, agentes comunitários de saúde, medicamentos especiais, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica,

DST/AIDS, assistência à criança e ao adolescente, assistência ao portador de deficiência, hanseníase, além de saneamento, assistência à mulher e atendimento domiciliar.

Os agentes comunitários de saúde promovem o atendimento primário, sem que a população necessite se deslocar até uma unidade física da rede de saúde. No ano de 2007, foram atendidas 16.018 pessoas em números absolutos.

O número de famílias cadastradas no PSF e no PACS aumentou de 1.280 a 4.330 entre os anos de 2007 e 2000 – o que representa uma variação anual de cerca de 19% (**Quadro 4.4.3-54**). Nas áreas rurais, em 2000, ainda não tinha sido cadastrada nenhuma família em 2000 e, em 2007, o número chegou a 1090.

**QUADRO 4.4.3-54: NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS – PSF E PACS  
(EXPRESSO EM MIL UNIDADES)**

Unidade Geográfica	Tipo de Estatística	(Em R\$ mil em mil unidades)										Evolução % AA 2007 s/2000			
		2000					2007					Urbana	Rural	Total	
		Urbana		Rural	Total		Urbana		Rural	Total					
		Abs	% s/Total		Abs	% s/Famílias Totais	Abs	% s/Total		Abs	% s/ Famílias Totais				
São João da Barra	Abs	1,28	100,0	0,00	1,28	14,7	3,24	74,8	1,09	4,33	45,7	12,9	14,2	0,0	19,0

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Datasus

Houve uma redução da taxa de mortalidade infantil: de 25,5 para cada 1000 nascidos (dados de 2000), para 7,0 (em 2004), ficando este índice abaixo da média estadual, que é de 15 a 20. Isto pode ser um reflexo de investimentos em programas de prevenção voltados à saúde da mulher e para crianças. (**Quadro 4.4.3-55**)

**QUADRO 4.4.3-55: EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2000 E 2004**

Município	2000	2004	
	Taxa de Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Var. % aa s/2000
São João da Barra	25,5	7,0	- 27,6

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE

## **Saneamento Básico**

O saneamento básico deve ser considerado como um dos principais aspectos da saúde pública de uma população. As condições de higiene, a qualidade da água, a poluição e o lixo estão intrinsecamente associados à proliferação de doenças ou à garantia de uma boa qualidade de vida e saúde.

### **➤ Campos dos Goytacazes:**

Os dados sobre saneamento básico no município de Campos dos Goytacazes foram extraídos do estudo do TCE (2007), onde há uma consolidação das informações obtidas nas seguintes fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU) do Ministério das Cidades (dados referentes ao ano 2000) e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Dada a destreza da descrição aí encontrada, se reproduzirá *ipsis litteris*, tal como no estudo citado:

- No tocante ao abastecimento de água, Campos dos Goytacazes tem 67,7% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 30,8% com acesso à água através de poço ou nascente e 1,4% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 58.470 metros cúbicos por dia, dos quais 85% passam por tratamento convencional, 5% por tratamento não-convencional, 8% por simples desinfecção, e o restante não é tratado (provavelmente água de fonte).
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 35,5% dos domicílios do município; outros 27,7% têm fossa séptica, 30,9% utilizam fossa rudimentar, 2,9% estão ligados a uma vala, e 2,6% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não passa por tratamento e é lançado no rio.
- Campos dos Goytacazes tem 87,2% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,4% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 10,6% o queimam.

- Dados preliminares de 2005, da Fundação CIDE, apontam que o atual quadro de resíduos sólidos em Campos dos Goytacazes é o seguinte: são coletadas 340,5 toneladas/dia, cujo destino é vazadouros a céu aberto de propriedade da Prefeitura, localizados no Distrito Industrial e em Tocos.

#### ➤ **São João da Barra:**

Os domicílios com acesso à rede de distribuição de água somam 70,23%; com água originária de poço ou nascente, 29,77% (Fonte: SIAB / Sistema de Informação da Atenção Básica - Ministério da Saúde). O volume de água distribuído por dia alcança o valor de 9.979m<sup>3</sup>, dos quais 87% passam por tratamento convencional e o restante, por simples desinfecção (cloração).

O rio Paraíba do Sul e o manancial de águas subterrâneas são as principais fontes de abastecimento na região. A sede do município (primeiro distrito) é atendida exclusivamente pelo Paraíba do Sul. Atafona (segundo distrito) utiliza águas superficiais (Paraíba do Sul) e de poço profundo. Grussaí, (terceiro distrito), Cajueiro (quarto distrito), Açú (quinto distrito) e Barcelos (sexto distrito) são abastecidos a partir de aquíferos subterrâneos. Em outras localidades, a água chega por meio de carros-pipa.

A rede coletora de esgoto sanitário chega a 17,15% dos domicílios; 76,37% têm fossa séptica e 6,48% utilizam fossa rudimentar (sumidouro) ou realizam o despejo diretamente em valas, rios e lagoas (SIAB).

Estes percentuais são bem inferiores quando comparados com a média da bacia do Paraíba do Sul, onde, segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos/PNRH (Ministério do Meio Ambiente, 2006), 74,2% da população possuem rede de coleta de esgoto e 7,3% têm seu esgoto tratado. Dados da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos / SEMASP, do município, relatam que nas áreas da sede, Atafona e Grussaí existem redes coletoras mistas

(esgoto e águas pluviais), sendo que nas demais localidades são utilizadas fossas sépticas ou sumidouros (na maioria dos domicílios).

A coleta de lixo atende a uma população que varia de 30 mil (baixa temporada) a 100 mil habitantes (alta temporada) em função da atividade turística do município, cobrindo 90,16% dos domicílios (SIAB). Outros 9,39% utilizam o recurso da queima, como destinação do seu lixo e menos de 1% joga-o em terreno baldio ou nas ruas. Os resíduos coletados são dispostos em um aterro sanitário, sendo uma parte destinada à usina de reciclagem (SEMASP).

#### **G) Finanças Públicas:**

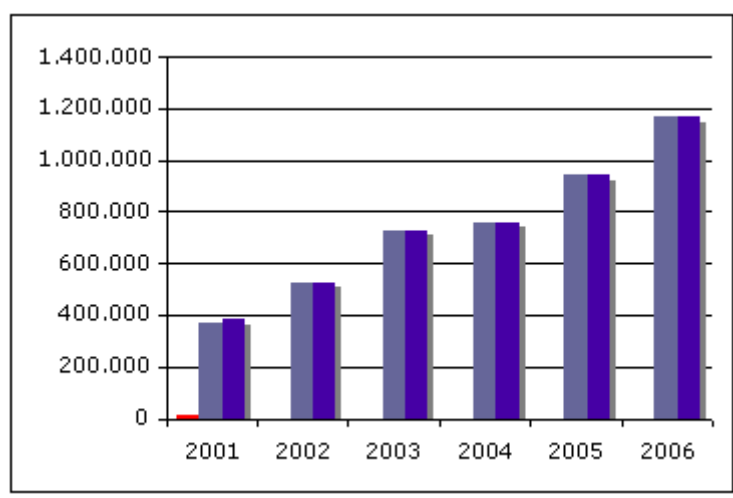
O último item analisado refere-se às receitas e despesas municipais. Com a ampliação do Porto do Açu haverá um aumento na receita tributária direta do município de São João da Barra e - por conta da possibilidade de utilização de comércio e serviços - na de Campos dos Goytacazes, também.

Embora as atividades de importação e exportação sejam livres de ICMS, os serviços portuários, se prestados a terceiros, pagam ISS. A ampliação do Porto do Açu tem essa vantagem: trata-se de um porto que vai vender serviços portuários para terceiros. portanto terá maior potencial de gerar ISS do que a fase 1 (minério), onde o exportador do minério é também proprietário de uma parte do porto. Nesse sentido, pode-se dizer que a ampliação significa uma maior importância do Porto do Açu para o desenvolvimento econômico e monetário do município e de suas finanças públicas.

Os dados aqui apresentados foram extraídos do estudo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com base na consolidação dos orçamentos municipais no período de 2001 a 2006.

### ➤ Campos dos Goytacazes:

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2001 a 2006 são demonstradas no **Quadro 4.4.3-56** e na **Figura 4.4.3-3** (Receita) e no **Quadro 4.4.3-57** e **Figura 4.4.3-4** (Despesa), abaixo (cifras apresentadas em valores correntes). A receita realizada aumentou 206%, enquanto que a despesa cresceu 215% entre 2001 e 2006.



**Figura 4.4.3-3:** Evolução de Receita Municipal – 2001 a 2006

**QUADRO 4.4.3-56: EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL  
2001 A 2006**

TIPO DE RECEITA	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas de Capital	11.756	171	0	59	0	0
Receitas Correntes	369.359	523.952	727.561	759.388	940.690	1.166.672
Receita Total	381.115	524.123	727.561	759.447	940.690	1.166.672

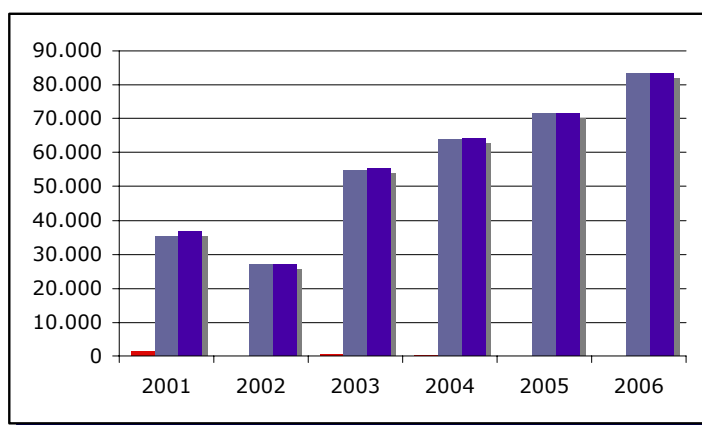
A receita é predominantemente proveniente das transferências correntes e dos *royalties*. O montante transferido pela União e pelo Estado, conforme descrito pelo TCE (2007), ao município teve a seguinte evolução:

- Um aumento de 42% entre 2001 e 2006, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 105% no mesmo período.

- O município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 110% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 130% na receita de IPTU, de 185% no ITBI e queda de 12% nas taxas.
- As transferências correntes da União cresceram 232% no período, com aumento de 52% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.
- A evolução das transferências correntes do Estado foi de 29% no período, tendo contribuído para um aumento de 16% no repasse do ICMS e o crescimento de 74% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (TCE, 2007).

#### ➤ São João da Barra:

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2001 a 2006 são demonstradas **Quadro 4.4.3-58** e na **Figura 4.4.3-5** (Receita) e no **Quadro 4.4.73-59** e **Figura 4.4.3-6** (Despesa), abaixo (cifras apresentadas em valores correntes).



**Figura 4.4.3-5:** Evolução de Despesa Municipal – 2001 a 2006

**QUADRO 4.4.3-58: EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL  
2001 A 2006**

TIPO DE RECEITA	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas de Capital	1.380	16	300	103	0	0
Receitas Correntes	35.374	26.929	54.850	63.932	71.473	83.292
Receita Total	36.754	26.945	55.150	64.035	71.473	83.292

A receita realizada aumentou 127%, enquanto que a despesa cresceu 128%, no período entre 2001 e 2006. Ocorreu queda abrupta da receita em 2002, em virtude da menor arrecadação de royalties - da ordem de R\$ 10 milhões a menos que no exercício de 2001. Tal fato deveu-se, segundo a Agência Nacional de Petróleo, ao naufrágio da plataforma P-36 da Petrobrás em 2002 (TCE, 2007).

O montante transferido pela União e pelo Estado, conforme descrito pelo TCE (2007), ao município teve a seguinte evolução:

- Um aumento de 24% entre 2001 e 2006, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 46% no mesmo período.
- O município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 147% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 10% na receita de IPTU e de 22% no ITBI, contra queda de 26% nas taxas.
- As transferências correntes da União cresceram 35% no período, com aumento de 45% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios.
- A evolução das transferências correntes do Estado foi de 33% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 14% no repasse do ICMS e o crescimento de 120% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (TCE, 2007).

## H) Entidades Não-Governamentais:

A seguir apresenta-se a relação das Entidades Não-Governamentais dos Municípios de Campos dos Goytacazes (**Quadro 4.4.3-59**) e São João da Barra (**Quadro 4.4.3-60**)

**QUADRO 4.4.3-59: ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS - CAMPOS DOS GOYTACAZES**

NOME DA INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ENDEREÇO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO LOCAL
Academia Corpo e Energia - Prq Turf Club	(22) 2737-1616	Av Alair Ferreira, Dep 263, Prq Turf Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	STIEENNF - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense
Sesc Administração Regional do Rio de Janeiro	(22) 2722-6534	Av Alberto Torres 397, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sesc Administração Regional do Rio de Janeiro
Sociedade Ornitológica de Campos-sorcam - Prq Aurora	(22) 2739-4885	R Lino, S 220, Prq Aurora	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sociedade Ornitológica de Campos-sorcam
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de	(22) 2733-2230	R Bruno De Azevedo 37, Sala 2, Prq Tamandaré	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico de Campos
Sindicato dos Servidores Poder Judiciário do Rio de Janeiro	(22) 2722-4908	Av Alberto Torres 334, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sindicato dos Servidores Poder Judiciário do Rio de Janeiro
Venerável Ordem 3 de São Francisco da Penitencia	(22) 2723-1774	R Treze De Maio 182, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Venerável Ordem 3 de São Francisco da Penitencia
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro - Prq João	(22) 2722-6529	R Marcílio Martins 1, Prq João Maria	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	CIEE - Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro
Associação de Apoio A Escola Leoncio Pereira Gomes - Prq Tamandaré	(22) 2721-7122	R Rodrigues Peixoto 1, Prq Tamandaré	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Associação de Apoio A Escola Leoncio Pereira Gomes
Escola Jesus Cristo	(22) 2722-4608	R Goytacazes 117, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Escola Jesus Cristo
Cecab - Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira - Prq Jardim C	(22) 2722-9655	Av Francisco Lamego 632, Prq Jardim Carioca	Campos dos Goytacazes, RJ	Cecab - Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira
Associação dos Plantados de Cana Asflucan	(22) 2723-6300	R Otaviano, Cons 233, Centro	Campos dos Goytacazes, RJ	Associação dos Plantados de Cana Asflucan

NOME DA INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ENDEREÇO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO LOCAL
Associação de Apoio A Escola Estadual Rotary Ii - Custodópolis	(22) 2738-3087	R Carlos Bruno 110, Custodópolis	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Associação de Apoio A Escola Estadual Rotary Ii
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Olaria	(22) 2734-0337	R Hélio Gomes Monteiro 55, -	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Olaria
Patronato São José	(22) 2722-5055	Av Rui Barbosa 553, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Instituto Profissional São José
Associação de Apoio A Escola Estadual Estefania P.pinto - Ururá	(22) 2781-1166	R A 65, Ururá	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Associação de Apoio A Escola Estadual Estefania P.pinto
Igreja Batista Em Parque Guarus - Prq Guarus	(22) 2731-7223	Av Campista 88, Prq Guarus	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Igreja Batista Em Parque Guarus
Seminário Maria Imaculada - Prq Leopoldina	(22) 2732-4705	Av Alberto Torres 509, Prq Leopoldina	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Seminário Maria Imaculada
Igreja Presbiteriana do Turfe Clube - Pq Turf Club	(22) 2735-0704	R Severino Lessa 160, Pq Turf Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Igreja Presbiteriana do Turfe Clube
ANFLUDEF - Associação Norte Fluminense dos Deficientes Físicos	(22) 2723-7929	R Treze De Maio 90, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	ANFLUDEF - Associação Norte Fluminense dos Deficientes Físicos
Cidade 21	(22) 2731-6311	R José Fernandes, Cons 525, Ap 1004, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Cidade 21
Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção de Campos	(22) 2722-4774	Rodovia Raul Souto Maior 114	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção de Campos
Capítulo Rosacruz Campos Amorc - Prq Joquei Club	(22) 2734-2622	R José Bonaparte Vieira 63, Prq Joquei Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Capitulo Rosacruz Campos Amorc
O Escritório de Serviços Locais de Alcoolicos Anônimos de Campos dos	(22) 2722-4505	R Santos Dumont 35, Sala 110, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	O Escritório de Serviços Locais de Alcoolicos Anônimos de Campos dos Goytacazes -rj-esl-campos -rj
Irmandade de Santa Efigenia	(22) 2733-2837	R Floriano,Mal 153, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Irmandade de Santa Efigênia
Associação de Apoio A Es.c.e Dr. Sylvio Bastos Tavares - Prq João Maria	(22) 2734-3326	R Viveiros De Vasconcelos 245, Prq João Maria	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Associação de Apoio A Es.c.e Dr. Sylvio Bastos Tavares

NOME DA INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ENDEREÇO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO LOCAL
Casa Espírita Caminho e Esperança - Prq Tamandaré	(22) 2725-1814	R Siqueira, Dr 111, Prq Tamandaré	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Casa Espírita Caminho e Esperança
Associação Filantrópica Projeto Pillar - Prq Turf Club	(22) 2733-0020	R Bernardo Passos 42, Prq Turf Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Associação Filantrópica Projeto Pillar
Grupo Espírita Allan Kardec - Prq Turf Club	(22) 2722-2027	R Domingos Viana 250, Prq Turf Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	Grupo Espírita Allan Kardec
Sindicato dos Vigilantes e Empreg. emp. seg. vig. tra nsp. val. Sim. Com. de	(22) 2724-0331	R Santa Efigênia 56, Sala 101, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Igreja Evangélica Obra do Senhor - Sta Cruz	(22) 2724-8554	Av Vargas, Pres 359, Sta Cruz	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Cat Campos dos Goytacazes - Prq Jardim Carioca	(22) 2101-9000	R Bartolomeu Lizandro, Dep 862, Prq Jardim Carioca	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Instituto Social Vereador Lilico - Prq Guarus	(22) 2726-9387	R Maricá 69, Prq Guarus	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Ministério Internacional Batista Vinho Novo - Prq Caju	(22) 2732-6630	R Bartolomeu, S 42, Prq Caju	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Igreja Presbiteriana de Caju - Prq Caju	(22) 2732-4227	R Bartolomeu, S 120, Prq Caju	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Fundação Rural de Campos - Prq Pecuária	(22) 2722-9750	Av Vargas, Pres 180, Loja, Prq Pecuária	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Igreja Presbiteriana de Guarus - Prq Jardim Carioca	(22) 2733-4063	Av Tancredo Neves 143, Prq Jardim Carioca	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Escola Estadual Dr. Phillippe Uebe - Prq Guarus	(22) 2723-2553	Av Carlos Alberto Chebabe 1387, Prq Guarus	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Associação de Lojistas do Pelinca Square Center	(22) 2723-4342	Av Pelinca 100, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Segunda Igreja Batista No Parque Jockey Club - Prq Joquei Club	(22) 2731-1776	R Geraldo Miranda 127, Prq Joquei Club	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	

NOME DA INSTITUIÇÃO	TELEFONE	ENDEREÇO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO LOCAL
Associação Católica São João da Cruz - Prq Rosário	(22) 2722-5402	Av Rio Branco, Visc 246, Prq Rosário	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Associação de Apoio da Escola Estadual Julião Nogueira - Prq Sto Amaro	(22) 2733-7033	R Nuno Tavares 14, Prq Santo Amaro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
AIC - Associação de Imprensa Campista	(22) 2722-7372	R Cardoso, Tte Cel 460, Tr Sala 108, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio de Janeiro	(22) 2722-7838	Praça Salvador, S 21, Sala 304,	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Segunda Igreja Batista Em Jardim Carioca - Prq Jd Carioca	(22) 2723-7550	Rua Inácio Pereira 10, Prq Jd Carioca	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Conselho Escolar Presidente Castelo Branco - Prq Leopoldina	(22) 2720-8066	Alvarenga, Visc 0, Sn, Prq Leopoldina	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Sindicato D Trab N Ind D P Q P F Ind S V F A S N N e do e R J	(22) 2724-3630	R Saldanha Marinho 145, Cs, Centro	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Associação de Apoio do Ciep 416 Wilson Batista - Prq Guarus	(22) 2738-5014	Avenida Campista 0, Sn, Prq Guarus	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
41- Igreja Evangélica Semear - Prq Jardim Carioca	(22) 2725-4024	R Júlio Nogueira, Cap 50, Prq Jardim Carioca	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Associação Atlética Banco do Brasil de Campos - Vila da Rainha	(22) 2722-0016	R Goytacazes 499, Vila da Rainha	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	
Sindicato da Indústria Mobiliário Campos Goytacazes - Prq Tamandaré	(22) 2733-2230	R Bruno De Azevedo 37, Prq Tamandaré	ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	



**Quadro 4.4.3-60: Entidades Não-Governamentais - São João da Barra**

ORD.	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE	NOME	CARGO	TELEFONES	ENDEREÇO COMERCIAL	LOCALIDADE	DISTRITO	CONTATO	RESULTADO
1	Associação de Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes de São João da Barra (ASHOPSBAR)	Serviços	Jayme Rogério Carvalho da Mota, Rogério ou Wilma	Presidente	(22) 2741-3486	Rua das Casuarinas, 05-Grussaí-São João da Barra\RJ. CEP.:28200-000	Grussaí	1º distrito	não atendeu	ok
2	Associação Sanjoanense Estudantil		Michael Bruno Cunha	Presidente	(22) 9942-0584	Rua Professor Glayds Teixeira,330-centro-São João da Barra\RJ CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		
3	Casa de Cultura Zé Henriques	Jornal do município e questões culturais	Carlos Augusto Abreu Sá	Presidente	(22) 2741-1326 (22) 2741-1342	Rua do Rosário,155-Centro-São João da Barra\RJCEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		
4	Centro Musical e Cultural União dos Operários	Música	Joel de Sá Rosa (Maestro) Lício (Presidente)		(22) 2741-8433 (22) 2741-1992 (22) 2741-1684 9964-0474 (Lício) 9822-6076 (Viviane)	Rua do Sacramento,145-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	Lício - Horário de funcionamento : 17hs às 21hs	ok
5	Casa do Artesão Alcimar Simões Bomgosto	Artezanato	Denise Maciel	Presidente	(22) 2741-1539 9981-7602	Largo Mariquonha Salva,S/N-Praça São João Batista-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		
6	ASSOCIARTHIS	Artezanato, música	Alexandre Rosa Gomes	Presidente	(22) 2741-1669 (22) 9221-8767 2741-1262	Rua dos Passos,S/N-Praça São Pedro-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		
7	Associação Humanitária Geraldo Costa	Cultural, religioso	Terezinha Costa	Presidente	(22) 2741-0796 (22) 2741-2573 (22) 9221-4056	Rua João Luiz do Amaral,30(Beco do ATAMACON)-Atafona-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	Atafona	1º distrito	Terezinha a partir das 14hs até às 17hs, mas com um agendamento prévio ela pode estar a qualquer hora	ok
8	CEPEG - Centro Pró-Estudantil de Grussaí	Dança, esporte, música, teatro e cultura	Carlos José(Presidente) Cristina (Diretora)		(22) 2741-3185 22) 9946-8455	Rua Beira da Lagoa,S/N-Grussaí-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	Grussaí	1º distrito	não atendeu	ok
9	ASSOL - Associação dos Olericultores	Rural	Robson Marcos Lopes Peixoto	Presidente	(22) 9974-9727	Rua Senhor dos Passos,1300-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	não atendeu	ok
10	Associação Musical e Cultural Amédio Venâncio da Costa	Música	Angélica Gomes Sena	Presidente	(22) 2741-4046	Rua João Patrício Delfin Pereira,175-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		
11	ONG COCIDAMA - Comitê de Cidadania e Meio Ambiente	Meio ambiente	Bruno Costa Alex	Presidente	(22) 2741-1726 (22)2741-1893 (22) 9979-9017 (Alex - Diretor) (22) 9949-2357 (22) 8127-0143	Rua dos passos,463-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	Não estão atendendo no prédio, estão no Calçadão da Barra no prédio ao lado da Lugi Doceria	ok
12	Associação de Moradores dos Navegantes	Comunitária	Maria Eni Cajueiro do Amaral	Presidente	(22) 9992-2212	Rua Regaleira,14-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	não atendeu	ok
13	ACISA - Associação Comercial Industrial e Agropastoril de São João da Barra	Comércio e indústria	Renner Fernandes de Azeredo Márcio Soares	Presidente	(22)27414146	Rua Joaquim Thomá De Aquino Filho,216,Sala 03 Shopping São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	Presidente normalmente das 15hs às 16hs, preferível marcar horário	ok
14	APAE	Serviços assistenciais	Augusto César da Silva Moreira	Presidente	(22)2741-1260	Av. Rotary,139-Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200000	São João da Barra	1º distrito		
15	Associação Cultural Teatral Nós Na Rua	Teatro	Silvano Salvador Adilson Tavares Tininha	Presidente	(22) 2741-3535 (22)9904-7109 22) 9963-0276 (Fernando - Vice presidente) (21) 8126-2577	Rua Arthur Antunes de Almeida,96-Água Santa-São João da Barra\Rj.CEP.:28200000	São João da Barra	1º distrito	Fernando - Ligar e marcar horário, pode reunir um grupo de pessoas se necessário	ok
16	Associação de Moradores da CEAHB	Comunitária	Silvana Ribeiro Gomes	Presidente	(22)9902-1531	Rua Ubaldo Sena,43,CEAHB-Atafona-São João da Barra\RJ. CEP.: 28200-000	Atafona	1º distrito		
17	Associação Cristã Luz e Vida		Elizabeth Rangel	Presidente	(22) 9984-1641 (22) 8126-4736	Rua P.G. Paes,S/N,Fazenda Francisquinho-Cajueiro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	Cajueiro	6º distrito		
18	Associação de Semeadores de Desenvolvimento e Preservação Ambiental (SEDEP)		Denacy Fernandes	Persidente	(22) 27419082 (22) 9824-1647	Rua João de Sá Neto,S/N-Praia do Açú-São João da Barra\RJ. CEP.:28200-000	Açú	5º distrito	A partir de 4ª feira, mas ligar antes preferencialmente	ok
19	Loja Maçônica Fidelidade e Virtude	Serviços	Joaquim Teixeira Couto ou Cláudio Mello	Presidente	(22) 2741-4157	Rua Joaquim Thomá De Aquino Filho,135,Lja 15-Centro- São João da Barra\RJ.Cep.:28200-000	São João da Barra	1º distrito		

continua



ORD.	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE	NOME	CARGO	TELEFONES	ENDEREÇO COMERCIAL	LOCALIDADE	DISTRITO	CONTATO	RESULTADO
20	Associação de Moradores de Cazumbá e Sabonete	Comunitária	Ana Maria	Presidente	(22) 2723-6248 (22) 2734-6734 (22) 9988-1943	Rua Luís Gomes Peixoto, 87, Sabonete - 5º Distrito de São João da Barra/RJ	Sabonete	5º distrito	preferencialmente na 4ª feira	
21	Associação de Moradores da Chatuba	Comunitária	Ulisses Nolasco	Presidente	(22) 9959-6583		São João da Barra	1º distrito	não atendeu	ok
22	Associação de Moradores da Nova São João da Barra	Comunitária	Cristina Gama	Presidente	22) 9981-1514 (22) 8805-0601	Rua Principal da Nova São João da Barra -	São João da Barra	1º distrito	não atendeu	ok
23	Associação de Moradores da Água Santa	Comunitária	Alex Ramos	Presidente	(22) 2741-1096 (Antônio) (22) 8128-0034		São João da Barra	1º distrito	não atendeu	ok
24	Associação de Moradores de Barcelos	Comunitária	Paulinho	Presidente						Não existe mais
25	Associação de Moradores do Bairro de Fátima (AMAF)	Comunitária	Jorge Luiz Stellet Miranda	Presidente	(22)9979-9019	Rua João de Souza Paes, 109 - São João da Barra/RJ	São João da Barra	1º distrito		ok
26	Associação Terceira Idade de Barcelos		Leila Pinheiro	Presidente	(22) 27415160 (casa da mãe) (22) 8119-5966 (cel. do marido)	Rua Gregorio Prudente de Azevedo, 139, Barcelos - 6º Distrito de São João da Barra/RJ	Barcelos	6º distrito	não consegui falar	Não conseguimos contato, fomos até a casa dela, mas ela não estava
27	Associação de Moradores da Ilha de Grussaí(AMIG)	Comunitária	José Carlos da Silva Miranda	Presidente	(22) 2741-7404 (22)9941-7172	Av. Santo Amaro, 325 - Grussaí - SJB/RJ	Grussaí	1º distrito	telefone errado	ok
28	Associação de Moradores e Amigos de Caetá	Comunitária	Pedro Paulo Paes Magalhães	Presidente			Caetá	5º distrito		ok
29	Associação de Moradores do Cajueiro	Comunitária	Rogério Abreu Canela	Presidente	(22) 8116-8357	Rua Manoel Ribeiro Sobrinho - S/n - Cajueiro	Cajueiro	6º distrito	Rogério - Ligar para marcar (Prefeitura de SJB)	ok
30	Associação de Moradores e Produtores de Mato Escuro(AMAME)	Comunitária	Jeremias	Presidente	(22) 9963-0143	Estrada Principal s/n. - Mato Escuro	Mato Escuro	5º distrito	Edvaldo - Ligar para marcar (Prefeitura de SJB)	
31	Associação de Moradores, Produtores e Pescadores da Praia do Açú ( AMPRAÇU)	Comunitária (rural, pesca)	Aparecida	Presidente	(22)2741-9018 (22) 9954-0142 (22) 9923-7629		Açú	5º distrito	Não consegui contato	Não conseguimos contato, fomos até a casa dela, mas ela não estava
32	AFACEMA	Balé, esporte, música e teatro	Fátima Quintino Farima	Presidente	(22) 9818-7706				Não consegui contato	
33	Associação de Moradores de Amparo e Rua Nova (AMPRA)	Comunitária	Ronaldo Coelho	Presidente	(22) 2741-5747 (22) 8135-7978 (22) 8126-1772		Amparo	5º distrito	Não consegui contato	ok
34	Associação das Mulheres Sanjoanenses (AMUSA)	Cidadania	Rosana Penha	Presidente	(22) 2741-1345 (22) 9955-0606 (22) 8126-2097	Rua dos Passos 337 - Centro (em frente a Papelândia)	São João da Barra	1º distrito	Rosana - centro de SJB	ok
35	Centro de Oportunidades dos Artesãos da Praia do Açú (COARAÇU)	Artezanato e meio ambiente	Lia	Presidente	(22) 2741-9220 (Lucia) (22) 8122-2648 (Lia) (22) 2741-9056 (Beth)	Rua Projetada, A, n. 09 - Recanto dos Lordes - Praia do Açú, 5º Distrito - São João da Barra - RJ	Açú	5º distrito	Vera - o dia todo	
36	Educandário Santa Cecília	Escola / Igreja	Pe. José Eduardo Pereira	Diretor	(22) 2741-1751	Rua Senhor dos Passos, Centro-São João da Barra\RJ.CEP.:28200-000	São João da Barra	1º distrito	Pe. José Eduardo ou Irmã Cintia - o dia todo (até quinta-feira)	
37	Retiro São João Batista	Asilo	Estella Lobato	Presidente	(22) 2741-1401 (22) 9909-6688	Av. Rotary, 725 - Centro - São João da Barra	São João da Barra	1º distrito		

continua



ORD.	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE	NOME	CARGO	TELEFONES	ENDEREÇO COMERCIAL	LOCALIDADE	DISTRITO	CONTATO	RESULTADO
38	Ong Um Novo Projeto de VIDA	Meio ambiente / ação social	<b>João Gonçalves</b>	Presidente	(22) 2741-4077 (22) 9998-9352	Rua Orquiméia Pinto Malhardes - 81 - Nova São J.Barra	N. São João da Barra	1º distrito	João Gonçalves - Ligar para marcar (quinta-feira a partir das 11hs)	ok
39	Sindicato Rural de São João da Barra	Rural	<b>Getúlio Ribeiro de Alvarenga</b>	Presidente	(22) 2741-4173/ 2741-1466	Rua dos Passos, 168 - Centro São João da Barra	São João da Barra	1º distrito	Retornará para o celular da Ecologus	ok
40	Colônia dos Pescadores de Atafona Z-2	Pesca	<b>Willian da Silva Pereira</b>	Presidente	(22) 2741-2580 (22) 2741-2073 (22) 2741-8053	Rua Nossa Senhora da Penha, 58 - Atafona - CEP 28000-000 - São João da Barra/RJ	Atafona	1º distrito		ok
41	Rotary Club de São João da Barra	Serviços	<b>Alcides da Silva Santos</b>	Presidente	(22) 2741-1147 (22)8136-5445	BR 356 - São João da Barra	São João da Barra	1º distrito		ok
42	Comitê Interpartidário e Comunitário de São J. da Barra(CICOM)		<b>Carlos Henrique T. Manhães</b>	Presidente	(22) 2741-4714 (22) 9907-8366 / 99916420	Rua Joaquim Tomás de Aquino, 131 - Centro - Ap. 101 - São João da Barra/RJ	São João da Barra	1º distrito	Carlos Henrique - Ligar para marcar (Drogaria Santa Rita - calçadão Centro)	Não conseguimos contato, fomos até lá mas não tinha ninguém
43	Associação de Moradores de Pipeiras - ASCOP	Comunitária	<b>Josimara Rangel Viana Crispim</b>	Presidente	(22) 2741-8704 / 2741-8635	Estrada Principal s/n. - Pipeiras - 5º Distrito - São João da Barra/RJ	Pipeiras	5º distrito	Josimara - Ligar para marcar	
44	Associação de Carroceiros de Grussai - ACG		<b>Luis Carlos Caetano de Almeida</b>	Presidente	(22) 9849-4536	Telê Santana	Grussai	1º distrito	Luis Carlos - todos os dias, na parte da tarde. Ligar para marcar	ok
45	Associação das Mulheres de Grussai (AMUG)		<b>Rita de Cássia da Mota Valentim</b>	Presidente	(22) 9818-1039	Rua Miray S/n. - Grussai (presidente) - Vai para a Av. Liberdade	Grussai	1º distrito	Não consegui contato	ok
46	Projeto Capacitar para Transformar Economias Locais	Pesquisa UENF	<b>Alcimar Ribeiro</b>		(22) 2726-1632 R. 224 (22) 2741-4677					
47	Associação dos Pescadores Sanjoanenses de Águas Fluviais e Lagunas	Rural, pesca	<b>Estésio</b>			DESATIVADA				
48	Associação de Pescadores do Rio Paraíba do Sul	Pesca	<b>Nelson Felipe</b>			DESATIVADA				
49	Associação de Moradores de Atafona	Comunitária	<b>Daltinho</b>		(22) 2741-1222					
50	Associação de Moradores do Chapéu do Sol	Serviço comunitário	<b>Sônia</b>		(22) 2741-0559					
51	EMATER	Rural	<b>Luiz</b>		(22) 2741-0559					
52	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas	Indústria	<b>Anselmo</b>		(22) 2741-1055					
53	ONG SOS Atafona	Meio Ambiente	<b>Paulo Roberto</b>		(22)27413662					
54	Associação de Artesãos de São João da Barra	Artes	<b>Dona Terezinha ou Geraldo Costa</b>		(22) 2741-2573 (22) 2741-0796 (22) 9221-4056					
55	Casa Espírita Cristã Joanna de Angelis	Religião								
56	Sindicato dos Servidores Públicos de São João da Barra (SISPUBA)	Serviços de funcionários públicos municipais	<b>Eduardo</b>		(22) 2741-1926					
57	Centro Comunitário Nossa Senhora da Penha	Religioso e Cultural	<b>Sônia Ferreira</b>		(22) 2741-2584 (22) 9905-3120					
58	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cazumbá (ADEC)	Rural	<b>Tereza Coelho</b>							
59	Santa Casa de Misericórdia		<b>Renato da Silva Batista</b>	Presidente	(22) 2741-1272	Rua João Francisco de Almeida - 260 - Centro - São João da Barra /RJ - CEP 28200-000	São João da Barra	1º distrito	Reanato - Não estava	



ORD.	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE	NOME	CARGO	TELEFONES	ENDEREÇO COMERCIAL	LOCALIDADE	DISTRITO	CONTATO	RESULTADO
43	Associação de Moradores de Pipeiras - ASCOP	Comunitária	Josimara Rangel Viana Crispim	Presidente	(22) 2741-8704 / 2741-8635	Estrada Principal s/n. - Pipeiras - 5º Distrito - São João da Barra/RJ	Pipeiras	5º distrito	Josimara - Ligar para marcar	
44	Associação de Carroceiros de Grussai - ACG		Luis Carlos Caetano de Almeida	Presidente		Telê Santana	Grussai	1º distrito	Luis Carlos - todos os dias, na parte da tarde. Ligar para marcar	ok
45	Associação das Mulheres de Grussai (AMUG)		Rita de Cássia da Mota Valentim	Presidente		Rua Miray S/n. - Grussai (presidente) - Vai para a Av. Liberdade	Grussai	1º distrito	Não consegui contato	ok
46	Projeto Capacitar para Transformar Economias Locais	Pesquisa UENF	Alcimar Ribeiro		(22) 2726-1632 R. 224 (22) 2741-4677					
47	Associação dos Pescadores Sanjoanenses de Águas Fluviais e Lagunas	Rural, pesca	Estésio			DESATIVADA				
48	Associação de Pescadores do Rio Paraíba do Sul	Pesca	Nelson Felipe			DESATIVADA				
49	Associação de Moradores de Atafona	Comunitária	Daltinho		(22) 2741-1222					
50	Associação de Moradores do Chapéu do Sol	Serviço comunitário	Sônia		(22) 2741-0559					
51	EMATER	Rural	Luiz		(22) 2741-0559					
52	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas	Indústria	Anselmo		(22) 2741-1055					
53	ONG SOS Atafona	Meio Ambiente	Paulo Roberto		(22)27413662					
54	Associação de Artesãos de São João da Barra	Artes	Dona Terezinha ou Geraldo Costa		(22) 2741-2573 (22) 2741-0796					
55	Casa Espírita Cristã Joanna de Angelis	Religião								
56	Sindicato dos Servidores Públicos de São João da Barra (SISPUBA)	Serviços de funcionários públicos municipais	Eduardo		(22) 2741-1926					
57	Centro Comunitário Nossa Senhora da Penha	Religioso e Cultural	Sônia Ferreira		(22) 2741-2584 (22) 9905-3120					
58	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cazumbá (ADEC)	Rural	Tereza Coelho							
59	Santa Casa de Misericórdia		Renato da Silva Batista	Presidente	(22) 2741-1272 (22) 9821-4804	Rua João Francisco de Almeida - 260 - Centro - São João da Barra /RJ - CEP 28200-000	São João da Barra	1º distrito	Renato - Não estava	



## Índice

4.4.4 Diagnóstico para a Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA) .....	2
4.4.4.1 Caracterização das Localidades da ADA e AID .....	3
4.4.4.2 Caracterização das Localidades de São João da Barra .....	55
4.4.4.3 Caracterização das Localidades de Campos dos Goytacazes .....	75
4.4.4.4 Caracterização das Comunidades Pesqueiras da AID .....	80



#### **4.4.4      *Diagnóstico para a Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA)***

A Área Diretamente Afetada (**ADA**) define-se pela proximidade ou vizinhança imediata que sujeita a população a uma percepção mais intensa e contínua da dinâmica da construção e da operação do Porto, e dos impactos daí decorrentes. Sob este critério enquadra-se a localidade de Barra do Açu, onde são analisadas as principais atividades econômicas locais: a agricultura, a pesca e o comércio local.

Tendo em vista as modificações que poderão ser induzidas nas dinâmicas, social e econômica, da localidade onde se insere o empreendimento, optou-se por abranger sob o conceito de Área de Influência Direta (**AID**) as localidades vizinhas, potencialmente sujeitas aos efeitos mais imediatos da implantação do empreendimento.

Nestas localidades já se fazem sentir os efeitos da implantação do Porto do Açu, os quais poderão ser intensificados pelas obras de implantação do Pátio Logístico.

Em vistas disto, a definição da **AID** para o Diagnóstico Socioeconômico fundamentou-se nos seguintes critérios:

- a) Zona potencialmente afetada no uso de recursos naturais pela instalação ou operação do Porto: assim considerada a localização dos atores sociais que atuem na exploração econômica de recursos naturais da zona contígua ao Porto, em terra ou em mar. Abrange, sobretudo, as comunidades pesqueiras de Atafona (em São João da Barra); Farol de São Tomé (em Campos dos Goytacazes); e Gargaú, Guaxindiba e Barra de Itabapoana (em São Francisco de Itabapoana);
- b) Zona potencialmente afetada no uso de recursos socioeconômicos: abrange todas as localidades que sofrerão interferência em suas dinâmicas sociais e econômicas, como o aumento da pressão sobre a infra-estrutura de serviços públicos, proporcionado pela instalação e operação do Pátio Logístico. Incluem-se nesta

definição comunidades localizadas no 5º Distrito de São João da Barra e no 5º Distrito de Campos dos Goytacazes.

- c) As localidades possivelmente mais afetadas pelo aumento de tráfego induzido pelas obras de implantação do empreendimento: nesta categoria se enquadram as comunidades residentes ao longo das rodovias subsidiárias do Porto do Açu, no 5º e no 6º Distritos de São João da Barra.

Esta definição baseia-se na constatação de FRAIMAN E ROSSAL (2007) de que frente a um melhor desempenho da economia em uma dada região, verifica-se maior accidentalidade caso não sejam tomadas medidas para minorar o impacto sobre a população residente, do inevitável aumento do fluxo de trânsito local. Sob esta ótica, entende-se que a circulação que demandará a construção do porto, deverá ser avaliada como aspecto socioambiental relevante, com vistas a orientar a proposição de medidas adequadas para redução deste fator de risco.

#### **4.4.4.1 Caracterização das Localidades da ADA e AID**

O 5º Distrito é o único que não teve suas fronteiras modificadas pelo novo recorte territorial do município de São João da Barra, onde foram redefinidos os limites e o número de Distritos. É, justamente, nessa área onde está em construção o Porto do Açu, cujas propriedades conformam quase um terço desse Distrito. De acordo com o Plano Diretor Municipal, aprovado no ano de 2007, uma grande zona do 5º Distrito foi destinada ao uso industrial, uma vez que já se previa a instalação de uma área portuária e empreendimentos industriais na mesma, tradicionalmente denominada de Fazenda Saco D'antas.

A nova área retroportuária passará a ocupar o local dessas antigas grandes fazendas e as redondezas de diversas comunidades, com práticas produtivas rurais, contrapondo dois tipos de usos bem diversificados, o industrial e o agrícola.

Um importante aspecto da dinâmica de ocupação e uso dos territórios locais refere-se à existência de uma zona fronteira fluida, entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, onde não se distingue claramente - nem mesmo entre os próprios moradores - onde termina um e onde começa o outro. O sentimento de pertencimento dos membros dessas comunidades não correspondem, necessariamente, aos limites oficiais. Nesse caso, observa-se uma sobreposição de unidades político-administrativas exercendo influência nessas localidades<sup>1</sup> – do lado de Campos dos Goytacazes estão os limites oficiais; do lado de São João da Barra estão os investimentos com recursos municipais em educação, infra-estrutura e saúde, o atendimento nos registros civis (certidões de nascimento, casamento e óbito, título eleitoral, emissão de carteiras de identidade, CPF, etc.) e a adesão de eleitores para o município (tendo em vista que muitos dos moradores dessas localidades oficialmente pertencentes a Campos, votam em São João).

Esse é o caso das localidades campistas – Córrego Fundo, Azeitona, Capela São Pedro, Quixaba e Folha Larga. Todas possuem grande parte de sua infra-estrutura urbana, de equipamentos e serviços, fornecidas pelo poder público municipal sanjoanense. Pela proximidade com a ADA e a sintonia de sua dinâmica com a socioeconômica do 5º Distrito de São João da Barra, estas localidades, pertencentes ao 5º Distrito do município de Campos dos Goytacazes, se inserem na Área de Influência Direta (**AID**) das obras do Porto do Açú.

As comunidades do 6º Distrito de São João da Barra (Barcelos), consideradas como pertencentes a **AID**, reproduzem padrões de organização social similares àqueles encontrados no 5º Distrito. O mesmo pode ser dito em relação ao padrão de uso e ocupação do solo. A diferença reside no fato do 6º Distrito ser mais urbanizado do que o 5º, segundo informam as estatísticas oficiais. De acordo com o último censo

---

<sup>1</sup> Há de se destacar também, que no litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro, é, justamente, a partir dos limites geográficos municipais que são determinados os padrões de distribuição dos recursos provenientes dos *royalties* da produção petrolífera (nesse caso, da Bacia de Campos, maior área de produção do país). Por isso, a determinação dos limites fronteiros deve passar por instâncias do poder público, em níveis estadual e federal.

demográfico, o 5º Distrito possui uma população total de 5.777 pessoas, dentre as quais 4.664 residentes em áreas rurais e 1.113 em áreas urbanas. Isso representaria cerca de 80% de população rural. De fato, esse padrão não mudou nos últimos anos. Ainda se observa uma paisagem bastante rural nessas áreas.

Já, no Distrito de Barcelos, ainda de acordo com a antiga divisão distrital, a população era de 5.032 habitantes, sendo destes 2.362 residentes em áreas urbanas e 2.670 residentes em áreas rurais – ou seja, 53% da população da localidade é rural. Essa variação, em relação ao padrão encontrado no 5º Distrito, se dá principalmente pela presença da Usina Barcelos, que contribuiu para o processo de urbanização local. Contudo, essa urbanização também é, de certo modo, atípica em relação aos padrões das grandes cidades, porque nas áreas urbanas, o rural se faz presente na paisagem, que alterna estabelecimentos comerciais, construções, roçados e plantações. A produção de cana-de-açúcar nesse Distrito também está associada às atividades da usina e emprega uma parcela importante da população local.

Deste modo, optou-se pela caracterização geral dessas comunidades, com base nos dados disponíveis por localidades, seguida de detalhamentos, descritivo e qualitativo, de cada uma delas.

Os dados aqui apresentados foram, em grande parte, obtidos durante resultantes da implantação dos Programas de Acompanhamento das Comunidades Vizinhas (PACV), de Comunicação Social (PCS) e de Educação Ambiental (PEA), no âmbito da Licença de Instalação do Porto do Açú (LI N° FE012725), quando foi possível uma aproximação mais direta com a população e com o poder público que propiciou a obtenção de dados numa escala não disponibilizada pelas estatísticas oficiais de Estado. Esses dados, entretanto, encontram-se disponível em maior detalhe para o 5º Distrito, que é a área de ação do PACV, de modo que, para o 6º Distrito, não estão disponíveis informações sobre educação e saúde, apresentadas na seqüência.

Esse item será dedicado à descrição das comunidades rurais que ocupam oficialmente o 5º Distrito do município de São João da Barra ou que tem seu cotidiano relacionado a ele, como no caso das localidades de Campo dos Goytacazes incluídas na AID, bem como das comunidades do 6º Distrito, localizadas nas margens de acesso ao Porto do Açú – Estrada Caetá.

Essas localidades estão dispostas no **Quadro 4.4.4-1**, apresentado abaixo. No mapeamento realizado pela Equipe da **Ecologus**, foram encontradas algumas localidades com um pequeno número de casas, aqui agrupadas aos seus locais de referência, por estarem muito próximas ou por proverem grande parte dos serviços públicos e comerciais, demandados pela população. Algumas destas já tiveram um maior número de habitantes e hoje sofrem com o processo de evasão, decorrente das questões já citadas sobre a falta de oportunidades de trabalho e o baixo nível de desenvolvimento econômico da região.

**QUADRO 4.4.4-1: LOCALIDADES DA AID**

MUNICÍPIO	DISTRITO	LOCALIDADES
São João da Barra	5°	Barra do Açú
		Mato Escuro
		Água Preta / Concha II / Fazenda Papagaio
		Bajuru
		Pipeiras / Enjeitado / Estrada do Ingá
		Barra do Jacaré
		Sabonete
		Cazumbá
		Campo de Areia / Estrada da Concha (Concha I)
		Estrada do Cordeiro
	6°	Barcelos
Caetá / Vila Abreu		
Vila Abreu		
Campo da Praia		
Palacete		
Campos dos Goytacazes	Zona de Fronteira com o 5° Distrito de São João da Barra	Córrego Fundo
		Azeitona
		Capela São Pedro
		Quixaba / Folha Larga

### **a) Uso e Ocupação do Solo**

A zona referente a **AID**, a primeira vista, afigura-se como um lugar isolado e distante dos padrões urbanos das grandes cidades. O acesso às comunidades parece ser um dos principais fatores que contribuem para esse suposto isolamento.

Estas comunidades conectam-se aos outros Distritos de São João da Barra e ao município de Campos dos Goytacazes, através de duas estradas principais. Estas vias possuem uma elevada importância para a dinâmica cotidiana local: para o acesso às localidades que dispõem dos serviços públicos de educação e saúde, utilizados pelas comunidades; e para o escoamento da produção agrícola local.

Uma delas, localmente conhecida como Estrada Caetá (estrada municipal SB-26), é mais central e cruza na direção Norte-sul, praticamente toda a extensão territorial do município de São João da Barra. Essa estrada, por onde passam também os transportes coletivos, dá acesso a, praticamente, todas as comunidades do 5º Distrito. No momento em que foram realizados os trabalhos de campo, a estrada ainda não se encontrava asfaltada na grande maioria de seus trechos. Por ter sido escolhida como principal acesso do Porto do Açú, a estrada Caetá encontra-se em obras de asfaltamento, por meio de uma parceria estabelecida entre a LLX e a Prefeitura Municipal – com recursos investidos por essa primeira. Por este motivo também se tornará a principal rodovia que ligará a BR-356 ao Porto do Açú.

A outra é mais interiorana, estrada municipal SB-36, e passa freqüentemente por regiões muito próximas a fronteira entre os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes. Sua orientação segue o mesmo padrão da estrada citada no parágrafo anterior (norte-sul), embora seja muito mais sinuosa. O calçamento só é encontrado quando a estrada passa por algumas das pequenas localidades da região. Esta estrada passa pelas seguintes localidades do 5º Distrito de São João da Barra: Campos de Areia, Cazumbá, Sabonete, Barra do Jacaré e Pipeiras.

Ao atravessar a fronteira entre São João e Campos, esta estrada se torna a CA-184, e oferece acesso às localidades de Córrego Fundo, Bajuru, Azeitona, Folha Larga e Quixaba.

Entre as duas estradas, e facilitando integração entre algumas das comunidades citadas, existe uma série de outras pequenas estradas vicinais, que também possibilitam o acesso dos moradores do 5º Distrito ao município de Campos dos Goytacazes e a localidade de Barra do Açu, principal aglomerado local. Estas estradas encontram-se em situação de conservação ainda pior, pois como não são pavimentadas, dependem de um constante aplainamento. Neste sentido, encontram-se extremamente vulneráveis às chuvas e aos alagamentos, que geralmente ocorrem na região.

O padrão do uso e da ocupação do solo no 5º Distrito é definido pela presença, em grande parte do seu território, de fazendas geralmente dedicadas à pecuária bovina, tanto de corte quanto leiteira (**Fotos 1 e 2**).



**Foto 1:** Pasto para prática da pecuária bovina às margens da estrada Caetá-Açu (SB-24), na altura de Fazenda Papagaio. Nesta foto também é possível perceber uma típica construção da região, as cercas verdes com a planta popularmente conhecida como gaiolinha.



**Foto 2:** Cenário típico das áreas circundantes as estradas que cortam o 5º Distrito de SJB: grandes áreas dedicadas à pecuária. Nesta figura, uma fazenda localizada entre Mato Escuro e Azeitona.

Em menor proporção, as localidades são ocupadas por médias e pequenas propriedades, onde se concentram a ocupação residencial e as áreas de cultivo (**Fotos 3 e 4**).



**Foto 3:** Nas proximidades dos pequenos centros urbanos do 5º Distrito encontram-se pequenas oleiculturas, sobretudo quiabo, maxixe e abacaxi (ilustrada na foto).



**Foto 4:** Pequenos produtores trabalhando em uma cultura de aipim em Enjeitado/Pipeiras.

Segundo dados do último censo, o 5º Distrito é formado por 1.480 propriedades rurais de até 30ha e 165 maiores do que este tamanho. Isso indica um padrão de ampla distribuição, com cerca de 80% de propriedades médias e pequenas. As grandes propriedades são, em grande maioria, destinadas ao plantio de cana-de-açúcar e a pecuária, enquanto nas pequenas e médias o cultivo é mais diversificado.

No 6º Distrito, com 139 propriedades até 30 ha (80,35%) e 34 propriedades maiores de 30 ha (19,65%), se reproduzem as mesmas proporções entre pequenas e médias e grandes propriedades do que no 5º Distrito, embora essas existam numa quantidade bem menor. As grandes fazendas também se destinam à produção de cana-de-açúcar, a servir de matéria-prima para as usinas aí instaladas.

A ocupação residencial ocorre, predominantemente, nas áreas adjacentes à estrada. O mesmo é válido para os estabelecimentos comerciais, os serviços públicos e as instituições comunitárias e religiosas.

Grande parte das construções é de alvenaria, com pavimento e telhas de cerâmica. As casas possuem pequenos quintais, cujos limites são, na maioria dos casos, definidos por muros de alvenaria, por cercas de arame, e muito comumente pelas cercas vivas, nas quais utilizam a planta conhecida localmente como gaiolinha (*Euphorbia tirucalli* L.).

Em algumas localidades, nas áreas de maior concentração imobiliária, a Prefeitura proveu o calçamento da estrada, com asfaltamento ou revestimento de paralelepípedos. Nestes trechos, a estrada acaba por se tornar a principal rua da localidade, recebendo também a construção de uma pequena praça, que concentra, por sua vez, o ponto de ônibus, o banheiro público e um pequeno coreto (**Foto 5**).



**Foto 5:** Trecho de uma das estradas que cortam São João da Barra pavimentada com paralelepípedos, em frente à praça de Pipeiras.

Um aspecto relacionado com a oferta de serviços públicos consiste na presença, em praticamente todas as localidades visitadas, de banheiros públicos. Estes equipamentos constituem-se claramente como um marco administrativo da Prefeitura de São João da Barra, assim como um símbolo da presença do poder público em cada localidade (**Foto 6**).



**Foto 6:** Banheiro público instalado em Água Preta

Algumas das pequenas localidades se destacam por apresentar um maior número de estabelecimentos comerciais e serviços públicos, que atendem não só aos moradores locais, como à população das comunidades do entorno. Dessa forma, tais comunidades representam centros de serviços do 5º e 6º Distritos e exercem influência sobre as localidades vizinhas – a exemplo de Barra do Açu, Mato Escuro, Pipeiras, Sabonete e Barcelos.

#### **b) Infra-estrutura Urbana**

As informações sobre infra-estrutura urbana foram obtidas através da Secretaria de Saúde (PACS), do Plano Diretor Municipal, do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU) e do contato direto com a população local, realizada pela equipe dos Programas Sociais implantados pela **Ecologus** no licenciamento ambiental do Porto do Açu.

As informações provenientes do PACV para este indicador não contemplam todas as localidades do 5º Distrito. Ainda assim, servem de amostra para observarmos o padrão encontrado na disponibilidade desses serviços na Área de Influência Direta.

O fornecimento de água é realizado pela CEDAE e ocorre, principalmente, através de caminhões pipas (**Foto 7**) que abastecem caixas d'água comunitárias. A água da

caixa é distribuída por encanamentos ou fica disponível ao acesso direto dos moradores (que coletam água com baldes ou galões). Neste sistema, o consumo de água não é cobrado pela empresa de abastecimento. O rio Paraíba do Sul e as lagoas aí existentes também complementam o consumo de água local.

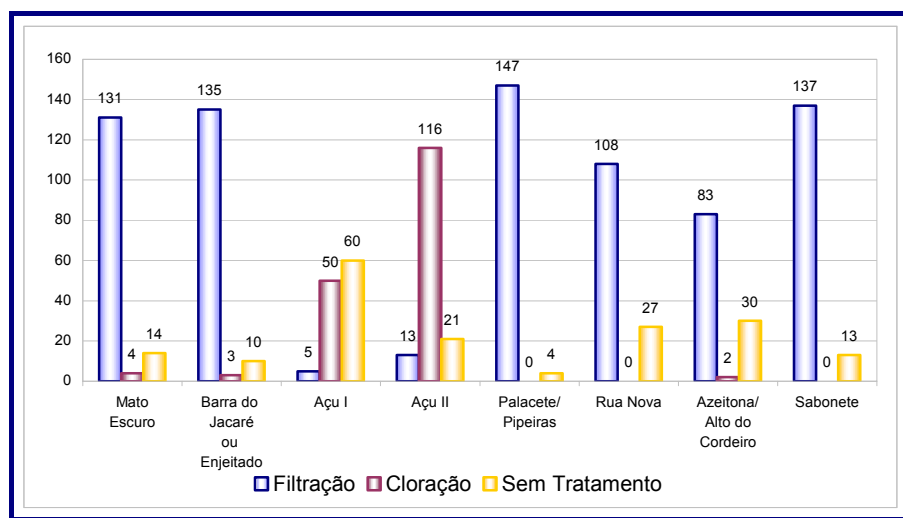


**Foto 7:** Caminhão pipa responsável pelo abastecimento de água potável para os moradores do 5º Distrito.

Na **AID**, as únicas localidades que possuem unidades de tratamento de água são Barra do Açu e Barcelos. Em Barcelos há também um poço artesiano construído pela Prefeitura Municipal. Esse poço serve ao abastecimento de 4.660 pessoas do total da população dessa localidade (a profundidade do poço é de 140 metros e a sua vazão é de 45m<sup>3</sup> por hora).

Muitos moradores optam pela abertura de poços artesianos junto às suas casas, para obtenção de água, embora aleguem que esta apresenta qualidade ruim, com cor amarelada e o cheiro desagradável. Por isto, preferem utilizá-la somente para a irrigação da produção agrícola, a dessedentação dos animais e para limpeza da casa.

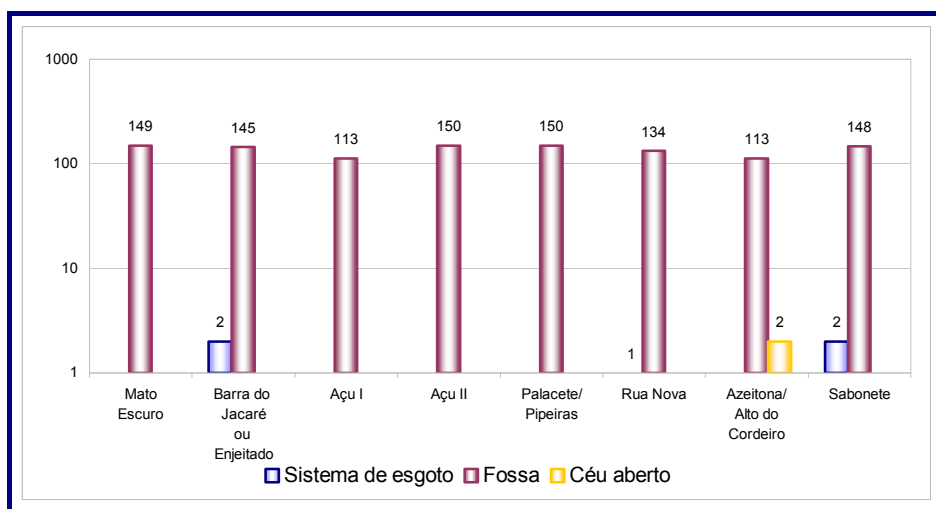
De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde, do total das famílias do 5º Distrito cadastradas pelos agentes comunitários, a maioria não realiza qualquer tipo de tratamento na água consumida e poucos realizam os procedimentos de filtração e cloração da água. Na **Figura 4.4.4-1**, a seguir, são apresentados esses percentuais para as localidades pesquisadas.



**Figura 4.4.4-1:** Tipos de tratamentos de água realizadas nas localidades com famílias cadastradas

Grande parte das famílias da **AID** utilizam o esgotamento sanitário por meio da descarga do efluente em fossas sépticas e sumidouros. Em alguns casos foi informado que os próprios moradores haviam sido os responsáveis pela obra. Apenas nas localidades de Barra do Jacaré, Enjeitado e Sabonete, 4 casas possuem sistema de tratamento de esgotos.

Nas localidades de Açú e Azeitona, 4 casas foram identificadas com lançamento de esgoto a céu aberto. Ressalta-se que esses valores são proporcionais à amostragem realizada pelos agentes de saúde (cada agente cadastra e acompanha 150 casas). Contudo, o quadro por eles configurado dá uma indicação da forma como são atendidas as casas situadas nas diferentes localidades da **AID**. A **Figura 4.4.4-2**, a seguir, apresenta os percentuais das famílias cadastradas pelos agentes.

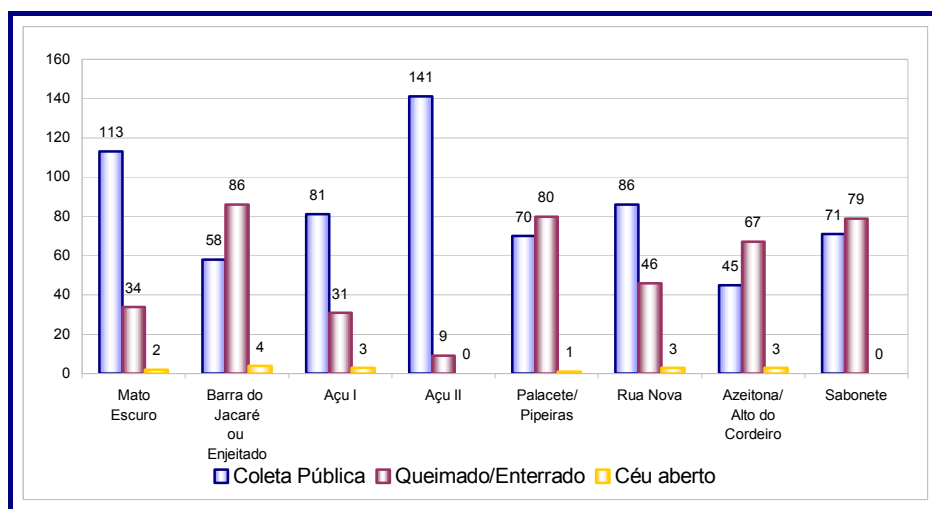


**Figura 4.4.4-2:** Destinos dos dejetos nas localidades com famílias cadastradas.

A coleta de lixo não é seletiva e ocorre três vezes na semana, através de caminhões da empresa União Norte Fluminense, que terceiriza o trabalho de limpeza. Não foi observado lixo nas ruas, que pode estar relacionado com a pequena produção de resíduos, associada a um baixo padrão de consumo, associado ao fato de que nesses pequenos aglomerados urbanos encravados no ambiente rural, é comum a prática de enterrar ou queimar o lixo doméstico.

Na **Figura 4.4.4-3**, a seguir, encontram-se os percentuais relativos aos destinos dos resíduos sólidos nas localidades da **AID**, abrangidas pelo Programa de Saúde da Família.

Alguns serviços públicos são disponíveis em apenas algumas localidades, como: a agência dos correios, posto de saúde e escolas públicas. Há de se considerar que muitas localidades carecem de iluminação pública e oferta de telefones públicos, agravado pelo fato de que não há telefones residenciais e que a área é precariamente coberta por sinal de telefonia celular. Esse fator contribui para o isolamento dessas comunidades e as dificuldades de acesso aos serviços públicos oferecidos pelos municípios de São João da Barra e Campos do Goytacazes.



**Figura 4.4.4-3:** Coleta de resíduos nas localidades com famílias cadastradas.

Outro problema de infra-estrutura apontado pelos moradores da AID refere-se à carência de transporte público, no que diz respeito ao limitado número de horários em que circulam os ônibus, às péssimas condições dos veículos, à escassez de rotas para a sede de São João da Barra e ao elevado preço da passagem. Em função deste fato, o município de Campos dos Goytacazes representa, para os moradores de algumas localidades dos 5º e 6º Distritos, uma referência mais significativa do que São João da Barra – no que diz respeito ao atendimento das necessidades de serviços.

As localidades do 5º Distrito, quando não possuem um posto de saúde, são atendidas pelo serviço de ambulância municipal. A conservação das edificações onde estão instalados os postos de saúde indica a possibilidade de terem sido construídos num período recente. No entanto, de acordo com as informações obtidas nas entrevistas com os moradores locais, pode-se dizer que o serviço prestado apresenta algumas insuficiências, relacionadas, por exemplo, à pequena oferta nos horários de atendimento e ao número reduzido de especialidades médicas. Nesta **Seção 4.4, alínea E** sobre a Saúde, será apresentada a infra-estrutura disponível nas localidades da **AID**.

### c) Emprego e Renda

A economia na região é movimentada pela presença de alguns estabelecimentos comerciais tais como, postos de combustível (**Foto 8**), bares/restaurantes e pequenas mercearias; pelo serviço público; e, principalmente, por atividade agropecuárias como a oleicultura do abacaxi, do maxixe, do quiabo, a criação de gado e caprinos – atividades essas responsáveis pelo envolvimento de grande parte da mão-de-obra local. A usina de Barcelos também é uma fonte empregadora importante na região.



**Foto 8:** Posto de Gasolina de Água Preta

O setor de comércio e serviços é, na maioria dos casos, muito informal. Trata-se de pequenas mercearias, onde a prática do fiado ainda é comum. Em poucos estabelecimentos comerciais é possível encontrar qualquer tipo de comprovante fiscal, e a mão-de-obra empregada costuma ser familiar, e o próprio estabelecimento se constitui em uma extensão adaptada das edificações residenciais (**Foto 9**).

A agricultura é realizada sob vários tipos de organização social do trabalho, destacando-se a familiar e a meeira. No caso das plantações de cana-de-açúcar, durante o período de colheita, ainda se utiliza o sistema de contratação de “bóias-frias”, com pagamentos diários pelo trabalho.



**Foto 9:** Padaria em Mato Escuro

A produção local caracteriza-se pela monocultura e pela dependência na aplicação de insumos químicos, tais como o adubo e o agrotóxico. Nos últimos anos houve um decréscimo da produtividade local, decorrente da incidência de pragas, do desgaste natural do ambiente, por conta da monocultura e da falta de assistência técnica aos produtores locais. O constante alagamento dos solos e sua textura arenosa dificultam o plantio (**Foto 10**).



**Foto 10:** Solo sendo preparado para o plantio. A cor branca do sedimento corresponde aos sinais facilmente identificados, através de fotos aéreas e por imagens de satélite dos cordões arenosos que marcam a geologia da região.

O caso do caju é emblemático desse processo de queda da economia agrícola local. Agricultores contam que não precisavam plantar o caju, “que ele crescia em qualquer canto, feito praga”. Até que uma praga real atingiu os pés de caju e quase extinguiu a produção na região.

Uma série de iniciativas, promovidas pela Secretaria de Agricultura, em parceria com a EMBRAPA, foram tomadas para reverter tal “epidemia”. Nenhuma delas resultou em sucesso e hoje em dia o caju perdeu o seu lugar protagonista entre os produtos cultivados nos 5º e 6º Distritos. Ainda assim, se desenvolve no município a plantação de uma outra variação de caju – o “caju anão” -, nativa do Nordeste. A Secretaria Municipal de Agricultura distribui mudas, no intuito de manter acesa a tradição desse tipo de cultivo.

O gado tem uma importância fundamental na cadeia produtiva rural local. Além dos grandes rebanhos de gado para corte, pertencentes aos proprietários das grandes fazendas, pequenos produtores também costumam investir em algumas “cabeças”, e é muito comum observá-los guiando o gado de um pequeno lote a outro, em via de realizar um rodízio na utilização do pasto (**Foto 11**). Foram encontrados alguns abatedouros nos Distritos da **AID**.



**Foto 11:** Pequeno produtor de gado tocando sua produção em Pipeiras.

Plantações de maxixe, abacaxi e quiabo tomam conta da paisagem. Os pequenos produtores se orgulham de contribuir para o *status* do município de São João da Barra como o maior produtor de maxixe do Estado. O coco-da-bahia também tem se tornado uma aposta para agricultura local, no 5º e 6º Distritos, é possível observar culturas deste fruto de médio porte (**Foto 12**).



**Foto 12:** Plantação de coco-da-bahia em Mato Escuro

A produção local é vendida aos atravessadores, que a transportam para os grandes mercados do Rio de Janeiro. Apenas alguns poucos produtores possuem caminhões e podem vender diretamente sua produção. Nesse caso, esses produtores também podem assumir a função de atravessadores da produção dos demais membros de sua comunidade.

A agricultura familiar, geralmente, é praticada para complementação alimentar da família. Nesse caso, a produção de alimentos é mais diversificada e o excedente pode ser vendido para o comércio local e servir de complementação da renda familiar.

Durante o final do verão e início do outono é muito comum encontrar inúmeros moradores do 5º Distrito envolvidos com a coleta das sementes de aroeira (*Schinus terebentifolia*). Trata-se de uma espécie nativa da região, que produz um fruto fitoterápico e muito apreciado na culinária. A extração ocorre de forma predatória, pois muitos galhos são quebrados para facilitar a extração dos frutos, e o relativo bom preço de primeira venda, tem influenciado uma pressão significativa sobre este recurso natural. É muito comum a ação do IBAMA tentando inibir o avanço desta prática predatória.

A pesca e o artesanato são importantes atividades de complementação da subsistência familiar. Em algumas localidades, a pesca tem um papel mais preponderante na economia (**Foto 13**). Especialmente, aqueles próximos às lagoas ou a costa. No que tange ao artesanato, se destaca a produção de esteiras de taboa (*Typha domingensis*), cuja compra é também monopolizada por atravessadores.



**Foto 13:** Pescadores das lagoas do 5º Distrito utilizando uma técnica de pesca indígena

Uma boa parte dos moradores dessa região é empregada nas olarias e nas usinas, aí situadas (**Foto 14**). Ainda assim, a oferta de empregos não é suficiente para atender a demanda dos moradores, e se constitui na mais recorrente reclamação daqueles que foram abordados pela pesquisa. Esse fator tem sido responsável pela freqüente evasão, especialmente, dos jovens dessas localidades, em direção a Campos dos Goytacazes ou outras cidades do Rio de Janeiro, em busca de oportunidades de trabalho.



**Foto 14:** Olaria de Sabonete em funcionamento

A renda das famílias é complementada pelas políticas compensatórias do Governo Federal, a exemplo do Programa “Bolsa Família”. A maioria considerável das famílias dessa zona se beneficia com esses recursos, responsáveis pelo aumento expressivo da circulação monetária local.

A chegada do Porto do Açu tem movimentado os jovens da região em busca de estudos e cursos de capacitação profissional, e alimentado a esperança das famílias em relação à permanência dos descendentes nas suas comunidades nativas. A educação, entretanto, ainda responde por baixos índices de formação, com grande maioria da população sem o ensino fundamental completo. Em seguida, será apresentada a estrutura educacional disponível nessa região aqui considerada com Área de Influência Direta.

#### **d) Educação**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) recebe, a cada dois meses, informações sobre o número de alunos e professores das escolas municipais. Nesse item serão analisadas as seguintes informações: número de escolas por localidade; número de professores por escola; número de alunos por escola; relação professor/aluno; e segmentos atendidos.

O sistema municipal de educação oferece apenas o ensino fundamental, sendo que, na maioria das localidades, as escolas atendem somente da 1ª a 4ª séries (**Foto 15**). As localidades com baixa demanda por vagas, em função do pequeno número de moradores, são atendidas por escolas de localidades vizinhas. Quando a distância não permite o deslocamento pedestre, a Prefeitura fornece o transporte escolar gratuito para as crianças.

As escolas públicas que oferecem o ensino médio fazem parte do sistema estadual de ensino e, apenas uma encontra-se disponível no 5º Distrito. Por este motivo, os

alunos devem procurar escolas localizadas em outros Distritos, e até mesmo no município vizinho, de Campos dos Goytacazes. Em Barcelos, no 6º Distrito, há uma escola de ensino de médio.

A estrutura educacional do município de São João da Barra comporta até o ensino médio. Aqueles sanjoanenses que continuam os estudos após a conclusão da escola freqüentam o ensino superior também no município vizinho, Campos dos Goytacazes, onde a estrutura de ensino é mais complexa e bem servida.

É importante ressaltar que a maior parte das escolas do 5º Distrito é da rede municipal, incluindo duas que foram municipalizadas - E. E. M. Francisco Alves Toledo, em Água Preta, E. E. M. Luiz Gomes da Silva Neto, em Pipeiras e E. M. Manoel Luís Nogueira, em Quixaba. Há, entretanto, uma escola estadual de ensino fundamental e E. E. João Coelho da Silva, operando em Cazumbá.

Há um total de 19 escolas no 5º Distrito, porém três delas - E. E. João de Sá Neto, E. M. Amaro José Viana e E. M. Manoel Francisco de Almeida - estão fechadas. O número global de alunos matriculados no 5º Distrito é de 1.726, incluindo todos os níveis e modalidades oferecidos por todas as escolas, sejam elas municipais ou estaduais.

Todas as escolas do 5º Distrito, exceto a E. E. M. Luiz Gomes da Silva Neto, em Pipeiras, E. M. Manoel Luis Nogueira, em Quixaba, E. M. Luis Délio Mendonça em Campo de Areia e a escola estadual, E. E. João Coelho da Silva, em Cazumbá, oferecem, no mínimo, educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental.

Aqueles jovens que continuam o processo educativo no segundo segmento do ensino fundamental dirigem-se a Folha Larga (E. M. Manoel Alves Rangel), Barra

do Açú (E. M. Chrisanto Henrique de Souza), Mato Escuro (E. M. José Alves Barreto) ou Campo de Areia (E. M. Luis Délio Mendonça).

Esta configuração do sistema escolar no Distrito reflete a ocupação rural da zona, na qual as crianças e jovens também trabalham com os pais, exercendo a agricultura familiar. É provável que, com o avanço do empreendimento do porto, haja mudanças na oferta de níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e na distribuição dos alunos pelos mesmos. Esta modificação é prevista a partir da idéia de que os jovens procurarão empregos no porto, que exige um tipo de mão-de-obra mais qualificada.

A maioria das escolas do ensino médio se localiza nos 1º e 6º Distritos do município, sendo exceções a Escola Estadual João Coelho da Silva (localizada em Cazumbá) e que possuía dezenove alunos matriculados em 2008, e a Escola Municipal Chrisanto Henrique de Souza (localizada em Barra do Açú) e que além do ensino médio também oferece o Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Segundo informações da Secretaria de Educação houve um aumento na procura desta modalidade, desde o início das obras do Porto do Açú. Uma das hipóteses possíveis sobre esta procura relaciona-se com o pré-requisito da LLX para contratação de mão-de-obra, de que os candidatos possuam no mínimo até o quarto ano do ensino fundamental. Atualmente há 146 alunos inscritos na EJA, somente no 5º Distrito. A E. M. Chrisanto Henrique de Souza é a escola que possui maior número de matrículas em todos os níveis e modalidades do 5º Distrito. Ademais, ela sede seu espaço para cursos técnicos.

Atualmente, no segundo seguimento do Ensino Fundamental (5º ao 8º anos), há um total de 329 alunos matriculados no 5º Distrito. Estes se encontram distribuídos desigualmente entre as escolas E. M. Chrisanto Henrique de Souza, E. M. José

Alves Barreto, E. M. Luis Délio Mendonça e E. M. Manoel Alves Rangel, como se observa no **Quadro 4.4.4-2**, abaixo:

**QUADRO 4.4.4-2: ALUNOS DO SEGUNDO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO 5º DISTRITO EM AGOSTO DE 2008**

NOME DA ESCOLA	LOCALIDADE	Nº DE ALUNOS
E. M. Luis Délio Mendonça	Campo de Areia	54
E. M. Manoel Alves Rangel	Folha Larga	40
E. M. José Alves Barreto	Mato Escuro	94

No primeiro segmento do Ensino Fundamental, onde se encontra a maior concentração de estudantes, há um total de 957 alunos matriculados. Quanto ao número de professores por escola, é importante observar que não há uma regularidade na relação de professor/aluno ao longo do Distrito. Enquanto há apenas um professor para 30 alunos na E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça, em Bajuru, há uma média de um professor para cada 6 alunos na E. M. Manoel Greycy Mendonça, em Azeitona. A distribuição de alunos e professores por escola no 5º Distrito pode ser observada no **Quadro 4.4.4-3**.

**QUADRO 4.4.4-3: ALUNOS DO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO 5º DISTRITO EM 2008**

NOME DA ESCOLA	LOCALIDADE	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES
E. M. Luiz Ferreira de Almeida	Água Preta	24	1
E. M. Manoel Greycy Mendonça	Azeitona	29	6
E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça	Bajuru	30	1
E. M. Chrisanto Henrique de Souza	Barra de Açu	206	6
E. M. Manoel de Souza Gomes	Barra do Jacaré	123	4
E. M. Luis Délio Mendonça	Campo de Areia	103	6
E. M. Manoel Nunes Barretos	Capela de São Pedro	23	2
E. M. Manoel Alves Rangel	Folha Larga	76	4
E. M. José Alves Barreto	Mato Escuro	91	4
E. M. Amaro José Viana	Pipeiras	59	-
E. E. M. Luiz Gomes da Silva Neto	Pipeiras	41	-
E. M. Manoel Luis Nogueira	Quixaba	30	2

Na Educação Infantil há, na contagem geral do 5º Distrito, 390 alunos inscritos e 45 professores. A localidade onde há mais alunos matriculados é como nos outros níveis, Barra de Açu. Assim como no Ensino Fundamental, não há uma regra padrão para a distribuição de professores.

Enquanto na E. M. Arlindo Mendonça, em Água Preta, esta relação é de um professor para 4,5 alunos, na E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça, em Bajuru, há apenas um professor para os 63 alunos matriculados neste segmento na escola. É relevante ressaltar que a E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça é a escola que apresenta a maior relação de alunos por professor. Os alunos e professores estão distribuídos por escola como se encontra disposto no **Quadro 4.4.4-4**.

**QUADRO 4.4.4-4: ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
NO 5º DISTRITO EM 2008**

NOME DA ESCOLA	LOCALIDADE	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES
E. E. M. Francisco Alves Toledo	Água Preta	17	2
E. M. Ângelo Antônio Mendonça	Campo de Areia	17	4
E. M. Arlindo Mendonça	Água Preta	9	2
E. M. Chrisanto Henrique de Souza	Barra de Açu	74	6
E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça	Bajuru	63	1
E. M. João Flávio Batista	Cajueiro	34	6
E. M. José Alves Barreto	Mato Escuro	26	4
E. M. Luiz Ferreira de Almeida	Água Preta	11	2
E. M. Manoel Alves Rangel	Folha Larga	30	4
E. M. Manoel de Souza Gomes	Estrada da Coruja	62	4
E. M. Manoel Grecy Mendonça	Azeitona	15	4
E. M. Manoel Nunes Barretos	Capela de São Pedro	13	2
Pré-Escola José Marcelo de A. Xavier	Sabonete	19	2

No segundo segmento do ensino fundamental no 5º Distrito, não foi possível obter dados referentes à quantidade de professores por escola.

No 6º Distrito, é maior a presença de escolas estaduais e privadas (em Barcelos). Encontram-se aí as seguintes unidades de ensino:

- **Barcelos** - C. E. Raimundo de Magalhães Jardim de Infância Tia Nilza e E. M. Elysio de Magalhães (207 alunos no ensino infantil, 369 no 1º segmento do ensino médio e 142 no EJA);
- **Caetá** - escola estadual E. E. Manoel D. de Brito;
- **Palacete** - E. E. M. João da Silva Ribeiro;
- **Vila Abreu** - E. M. Maria Viana de Abreu (10 alunos no ensino infantil e 14 alunos no primeiro segmento do ensino fundamental).

A educação também é estimulada por programas governamentais como o Bolsa Família e o PETI. As **Fotos 15 a 18**, a seguir, ilustram algumas das escolas do 5º e 6º Distritos.



**Foto 15:** Escola municipal localizada em Barra do Açú, 5º Distrito.



**Foto 16:** Escola municipal localizada em Água Preta, 5º Distrito.



**Foto 17:** Escola municipal localizada em Campo de Areia, 5º Distrito.



**Foto 18:** Escola municipal localizada em Pipeiras, 6º Distrito

### e) Saúde

Em meados de 2008 foram adquiridas cerca de 10 ambulâncias pela Prefeitura, para atendimento no município, e está em processo de reforma o posto de saúde de Barra do Açu (com recursos provenientes da LLX). No período de realização da pesquisa, essas mudanças ainda não se faziam sentir pela população local.

Um problema relacionado ao tema da saúde pública, observado nas localidades desse Distrito, constitui-se no emprego generalizado de agrotóxicos e adubos químicos nas lavouras. Segundo o antigo presidente da Associação de Oleicultores, não existe, entre os agricultores, o hábito no uso do equipamento de proteção individual (EPI). A exposição dos trabalhadores à intoxicação pode culminar em sintomas como náuseas e dores de cabeça, bem como em seqüelas mais graves como impotência sexual e aparecimento de cânceres.**(Foto 19)**



**Foto 19:** “Traje” utilizado por um pequeno produtor de quiabo na aplicação de agrotóxicos.

Os agrotóxicos são popularmente conhecidos entre os agricultores por “veneno forte”, e os seus efeitos negativos são ‘tratados’ ou ‘amenizados’ através do consumo de um copo de leite, logo após a aplicação do veneno. Este fato, baseado na credence popular, foi ilustrado por um médico de Mato Escuro, e serve de exemplo para o que este considerou ser um dos maiores fatores que influenciam problemas de saúde do 5º Distrito: a falta de informação.

No entendimento do mesmo médico, a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes, em excesso ou de forma inadequada pode inclusive comprometer a qualidade do lençol freático, o que amplia a sua importância como fator de risco à saúde pública das comunidades que vivem em localidades agrícolas nos 5º e 6º Distritos.

A caracterização da saúde estará baseada nos equipamentos disponíveis e na quantidade de empregados desse setor – médicos, enfermeiros e funcionários, por localidade no 5º Distrito de SJB. Além destes dados, há uma relação de registros das epidemias ocorridas no ano de 2007 e durante os meses de janeiro a junho de 2008, fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde. Não existem informações sobre o número e as demandas por atendimento das comunidades, nessa escala de análise. Sabe-se, no entanto, que as localidades do 5º Distrito seguem o padrão encontrado em todo município, já descrito para a área de influência indireta.

Nem todas as localidades dispõem de postos de atendimento ou médicos. Nesse caso, seus moradores se deslocam até as localidades vizinhas, ou são atendidos pelos médicos de família. Na **AID**, esse é o caso das seguintes localidades: Ingá, Folha Larga, Estrada da Coruja, Capela São Pedro e Campos da Praia. (**Foto 20**)



**Foto 20:** Posto de Urgência, 24 horas, de Mato Escuro e a ambulância utilizada pelo serviço municipal de saúde.

O município de São João da Barra participa de dois programas federais formulados pelo Sistema Único de Saúde (já apresentados no presente relatório, **Capítulo 3 – Seção 3.1.2 – Planos e Programas Co-Localizados**) o Programa de Saúde da Família (PSF), ao qual estão vinculados o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e a Unidade Básica de Saúde (UBS), e o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD).

Durante a implantação desses programas, é necessário a realização de um cadastro de bens imóveis (para o combate e o controle dos focos da dengue) e de uma amostra da situação de domicílio, infra-estrutura e qualidade de vida das unidades familiares das localidades. Esses levantamentos são realizados por agentes locais, normalmente residentes nas próprias localidades que investigam, capacitados pelos coordenadores dos programas. Tais dados foram cedidos pela Prefeitura Municipal de São João da Barra, para que a equipe da **Ecologus** pudesse realizar o diagnóstico de base do Programa de Acompanhamento das Comunidades Vizinhas ao Porto do Açú (PACV), circunscrito, justamente, ao 5º Distrito de São João da Barra e as localidades vizinhas de Campos dos Goytacazes.

Um aspecto importante sobre os dados levantados está relacionado à realização de uma amostra de até 150 famílias por cada agente comunitário de saúde - ACS. As localidades com maior número de habitantes podem possuir mais do que um agente de saúde em exercício.

Algumas localidades do município de São João da Barra - como Água Preta, Azeitona, Barra do Jacaré, Bajuru, Cazumbá, Córrego Fundo e Pipeiras - no 5º Distrito, onde não há postos de saúde instalados o atendimento é, principalmente, realizado através da ação dos agentes. Essas comunidades são caracterizadas como áreas de transição, para o Programa da Saúde da Família.

Em todo o município há 50 agentes comunitários de saúde, estando, entre eles, 13 alocados no 5º Distrito. É importante destacar que os dados coletados até junho de 2008 correspondem apenas a atuação de 7 agentes comunitários no 5º Distrito – já que, até aquele momento, apenas estes haviam realizado suas amostras. Em geral, existe um agente exclusivo para cada uma das localidades citadas acima - com exceção de Cazumbá e Barra do Açu, que contam respectivamente dois e três agentes.

Em Campo de Areia, tem-se a implantação do sistema completo do Programa de Saúde da Família, onde o agente comunitário atua em conjunto com uma equipe composta por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, na visita às casas e assistência às famílias. A localidade conta também com uma recém inaugurada Unidade Mista de Saúde, na qual são oferecidos primeiros socorros, e atendimento para algumas especialidades médicas, tais como, ginecologia e pediatria.

Na Barra do Açu, além de três agentes, há um posto de urgência com efetivo de 22 profissionais. Dentre eles, doze são médicos: oito clínicos gerais, dois anestesistas, um pediatra e um ginecologista e obstetra. Ainda há um enfermeiro e nove técnicos de enfermagem. O segundo posto de urgência do 5º Distrito se localiza em Mato Escuro, no entanto não obtivemos informações sobre a estrutura aí disponível.

Em Sabonete há uma Policlínica e uma Unidade Mista de Saúde. Na Policlínica de Sabonete há sete profissionais de saúde: um urologista, um cardiologista, um psiquiatra, dois fisioterapeutas, um cirurgião geral e um gastroenterologista. Na Unidade Básica de Saúde de Sabonete há um clínico geral, um ginecologista e obstetra, um pediatra, dois odontólogos, um enfermeiro e um técnico de enfermagem.

Na Unidade Mista de Saúde de Quixaba há dois clínicos gerais, um ginecologista e obstetra, um pediatra, dois odontólogos e um técnico de enfermagem. Cada uma

das unidades descritas acima possui uma ambulância nova, adquirida recentemente pela Prefeitura Municipal. Até o mês de junho de 2008 haviam apenas dez ambulâncias para todo o município, a maioria em mau estado de conservação. A região também é dotada de três unidades móveis de resgates, alocadas nas estradas do 5º Distrito. Segue abaixo o **Quadro 4.4.4-5** resumindo os serviços e efetivos existentes em cada localidade do 5º Distrito.

**QUADRO 4.4.4-5: SERVIÇOS E EFETIVOS DE SAÚDE POR LOCALIDADE**

LOCALIDADE	ACS	UNIDADE	MÉDICO	ESPECIALIDADE	ENFERMEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	AMBU-LÂNCIA
Barra de Açu	3	Posto Urgência Açu	8 1 1 2	Clínico Geral Ginecologista/obstetra Pediatria Anestesista	1	9	1
Azeitona	1						
Barra do Jacaré	1						
Campo de Areia	1,5	Programa Saúde da Família Campo de Areia	1	Médico de Família	1	1	1
Cazumbá	2						
Córrego Fundo	0,5						
Mato Escuro	1	Posto Urgência Mato Escuro					1
Pipeiras	0,5						
Quixaba	1	Unidade Mista de Saúde Quixaba	2 1 1 2	Clínico Geral Ginecologista/obstetra Pediatria Odontólogo		1	1
Sabonete	1	Unidade Mista de Saúde Sabonete	1 1 1 2	Clínico Geral Ginecologista/obstetra Pediatria Odontólogo	1	1	1
		Policlínica Sabonete	1 1 1 2 1 1	Urologista Cardiologista Psiquiatra Fisioterapeuta Cirurgião Geral Gastroenterologista			

Os registros de epidemiologia do ano de 2008, até o mês de junho, indicam que a epidemia mais freqüente no 5º Distrito foi a dengue. Como se observa no **Quadro 4.4.4-6**, abaixo.

**QUADRO 4.4.4-6: EPIDEMIAS NOTIFICADAS NO 5º DISTRITO DE JANEIRO A JUNHO DE 2008**

LOCALIDADE	DOENÇAS	CASOS	
Barra do Açu	Dengue	11	03 descartados 04 confirmados 04 aguardando resultado
	Varicela	6	
Campo de Areia	Dengue	1	01 confirmado
Mato Escuro	Dengue	5	01 descartado 04 aguardando resultado
Pipeiras	Dengue	2	01 confirmado 01 descartado
Sabonete	Dengue	1	01 aguardando resultado

Observa-se que a configuração das epidemias mudou radicalmente no ano de 2008, uma vez que em 2007 se havia registrado somente três casos de dengue (dois na Barra do Açu - um confirmado e um descartado - e um descartado em Mato Escuro), conforme **Quadro 4.4.4-7**.

**QUADRO 4.4.4-7: EPIDEMIAS NOTIFICADAS NO 5º DISTRITO EM 2007**

LOCALIDADE	DOENÇAS	CASOS	
Barra do Açu	Dengue	2	1 confirmado 1 descartado
	Varicela Atendimento Anti-rábico	7 3	
Água Preta	Varicela	1	

continua

continuação

LOCALIDADE	DOENÇAS	CASOS	
<b>Azeitona</b>	Atendimento Anti-rábico		
<b>Campo de Areia</b>	Atendimento Anti-rábico		
<b>Mato Escuro</b>	Dengue	1	01 descartado
	Atendimento Anti-rábico	2	
<b>Pipeiras</b>	Verrugas Anogenitais Venéreas	1	
<b>Quixaba</b>	Varicela	3	
<b>Sabonete</b>	Atendimento Anti-rábico	1	

Os agentes comunitários da saúde fazem um mapeamento das seguintes doenças por faixas etárias: alcoolismo, chagas, deficiência física, diabetes, distúrbios mentais, epilepsia, hanseníase, malária, tuberculose e hipertensão arterial. Além disto, eles também registram as gestações por faixas etárias. Não foram encontrados casos de chagas, distúrbio mental, malária ou tuberculose no 5º Distrito. A doença registrada com maior frequência foi a hipertensão arterial e o maior número de casos foi detectado em Barra de Açu. Outras doenças com maior número de registros, após a hipertensão, são a diabetes, deficiência física, epilepsia, alcoolismo e hanseníase, respectivamente.

Na faixa de 0 a 15 anos apresentaram-se 2 casos de deficiência física em Barra do Jacaré. Barra do Açu foi à localidade que apresentou o maior número de casos de doenças, seguido por Pipeiras e Palacete. Os dados referentes a doenças no 5º Distrito são apresentados no **Quadro 4.4.4-8**.

**QUADRO 4.4.4-8: RESUMO DAS DOENÇAS NOTIFICADAS EM JUN/2008 NO 5º DISTRITO**

LOCALIDADE	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	DOENÇAS REFERIDAS									
		ALC	CHA	DEF	DIA	DME	EPI	HA	HAN	MAL	TB
Mato Escuro	0 a 14 anos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
	15 anos e mais	1	-	1	13	-	4	82	-	-	-
	Total	1	-	1	13	-	6	82	-	-	-
Barra do Jacaré ou Enjeitado	0 a 14 anos	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
	15 anos e mais	1	-	1	10	-	4	79	1	-	-
	Total	1	-	3	10	-	4	79	1	-	-
Barra do Açu	0 a 14 anos	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
	15 anos e mais	-	-	19	33	-	1	170	1	-	-
	Total	-	-	20	34	-	1	170	1	-	-
Pipeiras / Palacete	0 a 14 anos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	15 anos e mais	2	-	-	26	-	1	101	-	-	-
	Total	2	-	-	26	-	1	102	-	-	-
Azeitona / Alto do Cordeiro	0 a 14 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	15 anos e mais	-	-	4	9	-	-	64	-	-	-
	Total	-	-	5	9	-	-	64	-	-	-
Sabonete	0 a 14 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15 anos e mais	-	-	-	11	-	1	58	-	-	-
	Total	-	-	-	11	-	1	58	-	-	-
5º Distrito	0 a 14 anos	-	-	4	1	-	2	1	-	-	-
	15 anos e mais	4	-	25	102	-	11	554	2	-	-
	Total	4	-	29	103	-	13	555	2	-	-

**Legenda:**

ALC- Alcoolismo      CHA- Chagas      DEF- Deficiência      DIA- Diabetes  
DME- Distúrbio Mental      EPI- Epilepsia      HÁ- Hipertensão Arterial  
HAN- Hanseníase      MAL- Malária      TB- Tuberculose

A maior parte das gestações no 5º Distrito acontecem sem problemas, na faixa etária de 20 anos ou mais. Dos 16 casos de gestantes, somente 2 se deram em mulheres entre 10 e 19 anos. As gestações ocorreram regularmente distribuídas pelas localidades (**Quadro 4.4.4-9**).

**QUADRO 4.4.4-9: GESTAÇÕES REGISTRADAS EM JUN/2008**

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	CONDIÇÃO REFERIDA GES (GESTAÇÃO)						
	MATO ESCURO	BARRA DO JACARÉ OU ENJEITADO	BARRA DE AÇU	PIPEIRAS/PALACETE	AZEITONA /ALTO DO CORDEIRO	SABONETE	RESUMO DO 5º DISTRITO
10 a 19	1	-	-	1	-	-	2
20 e mais	3	3	3	1	2	2	14
Total	4	3	3	2	2	2	16

No 6º Distrito, as unidades de saúde disponíveis são o Posto de Urgência Barcelos e o Posto de Palacete.

#### **f) Espaços e Organizações Sociais**

A sociabilidade comunitária dessas localidades se realiza, especialmente, em eventos promovidos pelas associações de moradores ou pelas organizações vinculadas às entidades religiosas. As praças, Igrejas e sedes de associação são os principais locais de encontro.

A prática religiosa é muito comum entre os moradores desses Distritos, que estão divididos entre a fé católica e a protestante. Em todas as localidades visitadas, há, ao menos, um templo de cada uma das duas religiões. (**Fotos 21 e 22**). A ida a igreja é regular, variando de uma vez por semana a uma vez por mês. Cada localidade homenageia um santo e no dia do padroeiro costuma ser organizada uma celebração festiva.



**Foto 21:** Igreja católica da localidade de Azeitona.



**Foto 22:** Assembléia de Deus da localidade de Mato Escuro.

A participação nos eventos protagonizados pela igreja, seja a católica, seja a protestante, corresponde usualmente ao momento de maior interação comunitária. A população local carece de oferta, ou estímulo para participar e produzir outros movimentos culturais que a integre.

O associativismo de moradores também promove a reunião comunitária da região. Nos encontros entre os membros das associações, além de discutir os problemas locais de infra-estrutura e moradia, também são debatidos temas relacionados ao desenvolvimento das atividades de subsistência da população. Foram encontradas associações de moradores nas seguintes localidades da **AID**: Cazumbá e Sabonete, Mato Escuro, Praia do Açú, Pipeiras, Barcelos e Caetá. Em alguns desses locais, as associações também agregam produtores rurais e também pescadores (Mato Escuro e Praia do Açú). O que demonstra mais uma vez os vínculos existentes entre as questões de moradia e de geração de renda local.

A vida social do município de São João da Barra é cotidianamente marcada pela política local. O fato de uma grande parcela dos moradores serem empregados em serviços administrativos públicos, somado a cultura de eventos protagonizados pelo

poder público municipal promove o envolvimento direto e indireto da população na política partidária. Nota-se uma tendência bi-partida, entre a situação e a oposição (que se alternam no poder municipal).

A mesma partilha da política, se reproduz na adesão às escolas de samba de São João da Barra – Chinês *versus* Congo. São João da Barra realiza uma grande festa no período de carnaval, com desfile de escolas de samba e blocos. As atividades se concentram, prioritariamente, no 1º Distrito, mas os moradores dos 5º e 6º não deixam de participar dessa festividade. Há de ser destacado que muitos moradores do 5º Distrito são proprietários de casas de veraneio tanto em Barra do Açu quanto em Grussaí.

Outros importantes eventos sociais realizados nessas localidades, que mobilizam uma boa parte dos moradores, são os campeonatos de futebol. Cada comunidade tem seu próprio time. Os jogos são momentos importantes de sociabilização da comunidade local.

A **Foto 23**, mostra as premiações recebidas pelo time de futebol da localidade de Bajuru, reunidas na prateleira mais alta de um dos bares da localidade.



**Foto 23:** O Bar com sua “Sala de Troféus de Bajuru”.

As rádios comunitárias, espalhadas pelos dois municípios são o principal veículo de circulação das informações locais. São poucos os que possuem telefone ou televisão, mas praticamente todos têm um radinho de pilha, para escutar notícias e música. Alguns radialistas famosos ocupam os horários das emissoras com programas de notícias, telefonemas e entrevistas. Existe a prática dos moradores telefonarem para rádio para efetuar reclamações sobre serviços públicos e mandar recados para os políticos e administradores.

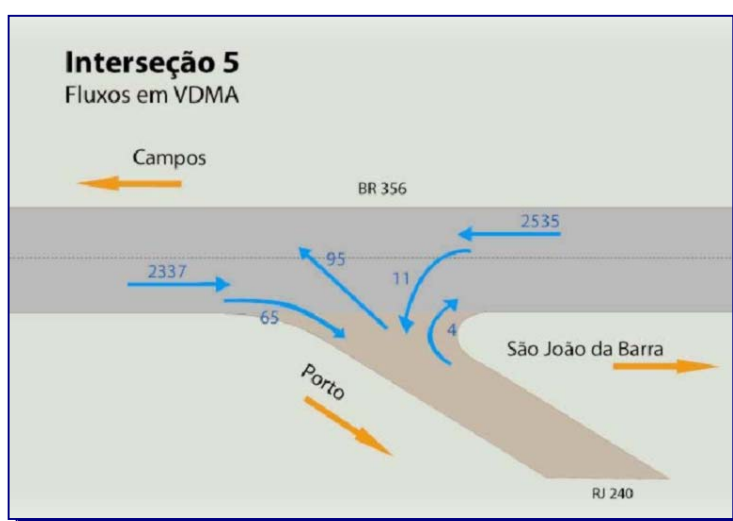
Em São João da Barra, as emissoras mais ouvidas são Barra FM e Ultra FM. Existem outras emissoras menores, inclusive no 5º Distrito (Radio Atalaia FM Comunitária, (localizada em Mato Escuro e Rádio Diário FM, de Campos). Segundo o diretor da Rádio Barra FM a grande audiência se dá não só pela programação musical, mas, principalmente, pela prestação de serviços à comunidade, realizada no programa de Emilson Amaral, todos os dias na parte da manhã (de 08:00 às 12:00 horas). A Ultra FM é uma rádio comercial, que funciona apenas há um ano e meio e tem abrangência em todo Norte Fluminense. Segundo informações obtidas em campo, o horário de maior audiência da rádio é na parte da manhã.

#### **g) Circulação Viária**

Em função da possibilidade de contar com a LLX para a implantação de melhorias nos trechos rodoviários de maior volume de tráfego na região, e da minimização dos impactos sobre áreas agrícolas e pequenas comunidades servidas por estradas vicinais, foi selecionada para as obras e operações do Porto do Açú a alternativa de roteiro viário que faz uso da BR-101, da Rodovia dos Ceramistas (e de trechos de Avenidas em áreas urbanas de Campos de Goytacazes) para chegar a BR- 356 e assim adentrar o município de São João da Barra, seguindo até uma estrada vicinal correspondente ao eixo da RJ 240 – denominada localmente de Estrada de Caetá - que dará acesso ao terminal portuário, em Barra Açú.

As informações oficiais sobre tráfego, disponíveis na página do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e realizada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, só estão disponíveis para as rodovias BR-101 e alguns trechos da Ceramistas, dentre aquelas interconectadas com o empreendimento da LLX. Para as demais vias aqui consideradas como de influência direta, não existem informações disponíveis.

Entretanto, como já mencionado, a LLX, por ocasião do licenciamento das obras de implantação da primeira etapa do Porto do Açu, contratou a realização de estudo sobre o fluxo viário, nas rodovias selecionadas para a circulação de veículos e mercadorias relacionadas às atividades do Porto. O método de análise do fluxo de circulação adotado foi a contagem mecânica (através do uso de contadores pneumáticos, durante 7 dias seguidos) e manual (durante 16 horas seguidas). Dos cinco pontos selecionados para contagem, apenas um deles encontra-se inserido na AID, o ponto 5 (**Figura 4.4.4-4**), referente à interseção da BR-356 com a RJ -240, na localidade de Caetá - que também dá nome a estrada que parte daí para o Sul do município, em direção ao Porto.



**Figura 4.4.4-4:** Variação Diária  
Media Anual do Fluxo de Veículos –  
Trevo de Caetá  
**Fonte:** NATRONTEC, 2007:25

Os estudos realizados pela empresa NATRONTEC, chegaram a um volume diário médio anual do fluxo de veículos nesse ponto. Na **Figura 4.4.4-4** acima, é possível observar as proporções entre as direções tomadas pelos veículos. Nesse entroncamento, a maioria dos veículos tem como origem e destino às cidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Dos veículos que tomam a estrada de Caetá ou são dela provenientes, a maior parte tem como origem ou destino na cidade de Campos. Apenas uma pequena parcela provém ou destina-se a São João da Barra.

Do número total de veículos contabilizados, cujo volume médio diário chegou a 7.719, 478 referem-se a motos e bicicletas; 5.849 a automóveis e 1020 a caminhões e ônibus. As horas de maior movimento variam entre 9h e 20h. Em relação aos ônibus e caminhões, o período de maior movimento se estende de 8h até às 22h.

Por conta da utilização desses trechos para o transporte de material para as obras e para as atividades do Porto do Açu, um dos resultados do estudo citado foi a elaboração de um plano de melhoria dessas vias, o qual se encontra atualmente em implantação.

Já foram iniciadas obras de pavimentação da estrada Caetá, Bem como obras de melhoria das interseções entre os diferentes eixos viários que compõem a rota de acesso ao Porto.

Com as obras da primeira etapa do Porto em execução, já se fazem sentir os efeitos do aumento do fluxo de veículos, estimado em um acréscimo de até cerca de 200 caminhões por dia.

Tendo em vista a média diária de veículos que tomavam a direção RJ-240 na interseção como se pode observar na **Figura 4.4.4-4** acima, o acréscimo gerado

pelas obras representa uma considerável mudança no fluxo de tráfego nesta que é a principal via da **AID**.

Qualquer população que sofra mudanças em seu fluxo habitual de trânsito, experimentará – senão tomar as medidas adequadas – um aumento em seus índices de acidentes. Quando se trata de uma população rural, ou semi-rural, pouco habituada a circulação veicular, o impacto poderá ser ainda maior.

Os dois municípios da Área de Influência possuem um alto índice de “acidentes de trânsito”. As razões disso devem ser identificadas no tipo de circulação e uso dos espaços públicos das comunidades dessa região.

É muito comum na região o uso de veículos de “tração animal”– carros de boi e carroças – bem como de bicicletas , não aptos para a circulação em rodovias, sem sinalização ou luzes para mobilidade noturna. Este fator, associado ao aumento do fluxo de veículos pesados, caracteriza uma situação de considerável susceptibilidade da região da **AID** à ocorrência de acidentes de trânsito . As **Fotos 24 a 27** ilustram as características do transporte local e da informalidade das regras de sua circulação.



**Foto 24:** Crianças conduzindo uma carroça movida a 2 cavalos.



**Foto 25:** A bicicleta é um meio de transporte muito popular no 5º e 6º Distritos



**Foto 26:** Meio de “transporte coletivo” típico de Quixaba.



**Foto 27:** A utilização de carros-de-boi é muito comum em todo o 5º Distrito.

A bicicleta, as motos, os carros de bois e as carroças (geralmente organizadas como vagões de trem, longíssimos, para o transporte de cana) são alguns dos veículos muito utilizados na região. Circulam tanto pelas estradas de terra como nas rodovias pavimentadas sem observar regras básicas de segurança. Além de bicicletas e motos conduzidas pela contramão e no acostamento das estradas; é comum a ocorrência de gado solto na estrada cruzando a pista e pondo em risco os veículos que por aí trafegam.

A atitude cultural da população frente ao cumprimento e ao respeito das normas viárias regulamentadas, assim como das normas e dos valores não-explicitados na lei, correspondem ao padrão semi-rural e de baixo fluxo veicular encontrado nessas localidades. Hoje confluem duas modalidades de circulação no trânsito da região. Aquela acostumada a normativa rodoviária e ao ritmo intenso de trabalho, que caracteriza a dinâmica de caminhões e caminhoneiros; e uma diversidade de meios de mobilidade com um padrão habituado à informalidade no trânsito e à ao baixo fluxo de tráfego. (**Foto 28**).



**Foto 28:** Motorista de motocicleta dirigindo o veículo sem capacete

É comum nas localidades da **AID** a presença de pedestres e pessoas ao longo das estradas de terra. O deslocamento pedestre é recorrente, principalmente, entre as mulheres e as crianças que não circulam além dos perímetros de suas localidades de residência. Crianças também costumam correr e jogar bola nas estradas sem sinalização e pavimentação (**Fotos 29 e 30**).



**Foto 29:** Trabalhadores rurais retornam de suas roças para suas casas.



**Foto 30:** Um das estradas que cortam São João da Barra de Norte a Sul torna-se, na localidade de Campo de Areia, uma avenida de pedestres e área de sociabilização.

## **h) Segurança Pública:**

Para a pesquisa sobre este tema em São João da Barra e, sobretudo no 5º distrito, foram realizadas entrevistas com diferentes profissionais de instituições ligadas à Segurança Pública do município: Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil Municipal, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

Foi feita ainda, solicitação dos registros de incidências criminais ocorridas em São João da Barra, junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP) – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública, este de nível estadual, com sede no município do Rio de Janeiro.

As informações fornecidas pelo ISP estão relacionadas às incidências registradas em todo município. Os dados disponibilizados para o ano de 2007 e 2008 (todo o município), contemplam o número de vítimas por delito. Já os dados de 2008, apresentados por divisão distrital, contemplam apenas os registros por delito. Para composição dos dados, o instituto levou em consideração a antiga divisão distrital e não a atual divisão apresentada na introdução deste relatório.

### **1) Estrutura, Equipamentos e Efetivos:**

- **Polícia Civil:**

A Delegacia Policial de São João da Barra - 145ª DP está locada na Praça da Boa Morte s/nº, sede municipal. Sua estrutura atual é de 2 viaturas, 12 policiais, além do delegado. Os plantões são realizados por apenas um policial. A delegacia não possui carceragem e após o registro de ocorrência, os presos são encaminhados para a Delegacia Legal de Campos dos Goytacazes - 134ª DP.

- **Polícia Militar:**

A 5ª Companhia de Polícia Militar de São João da Barra, sediada em Atafona, é uma extensão do 8º Batalhão de Campos dos Goytacazes, funcionando

como centralizadora dos comandos. Para o policiamento de todo município conta ainda com cinco Destacamentos de Policiamento Ostensivo (DPO), espalhados, estrategicamente, pelos Distritos, a saber: 1º Distrito: Grussaí, São João da Barra; 5º Distrito: Barra do Açu e Sabonete; e 6º Distrito: Barcelos.

O total de efetivo que realiza o policiamento em São João da Barra pode chegar a 70 homens, dependendo das necessidades exigidas, mas normalmente a 5ª companhia e cada um dos destacamentos funcionam com aproximadamente cinco policiais e uma viatura.

Durante entrevista com representante do DPO de Atafona, estes manifestaram suas percepções sobre mudanças no contexto de segurança do município. Apontam que o número de furtos e roubos a residências vem aumentando nos meses recentes (entrevista feita em julho 2008).

Uma crítica do policial entrevistado foi quanto ao efetivo dos grupamentos do município e equipamentos disponíveis. Em sua opinião, com os números atuais o trabalho já está dificultado e, com a previsão de crescimento da população, incentivado pela construção do Porto, esta deficiência tende a ficar ainda mais crítica.

Em contrapartida, há a previsão de que a 5ª Companhia em Atafona se torne um Batalhão independente sendo responsável pelo policiamento do município, o que poderá equacionar as deficiências atuais.

- Guarda Civil Municipal:

A Guarda Civil Municipal de São João da Barra possui um efetivo de 59 guardas, utilizando 5 viaturas (3 motos, 2 carros e 1 *trailer*).

Cobrem todo município com guardas dentro dos Postos de Saúde, escolas e outros prédios públicos. Além da sede na BR-356 em São João da Barra, a Guarda Civil Municipal possui mais dois pontos de apoio, um no prédio da Prefeitura e outro em quiosque na BR-356, na localidade de Cajueiro.

- Defesa Civil:

O efetivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de São João da Barra é formado por 42 pessoas: 1 coordenador, 1 subcoordenador, 1 engenheiro civil, 8 agentes (fiscalização), 9 rádio operadores, 5 auxiliares administrativos, 17 salva-vidas (no verão este efetivo sobe para 124 salva-vidas). De equipamentos estão providos de dois automóveis, uma lancha e mais alguns equipamentos para salvamentos a afogados.

A Defesa Civil possui um Plano de Contingência e Operação com a finalidade de estabelecer diretrizes para atendimento a emergências. Sua atuação se dá de acordo com a natureza do evento e da área atingida, levando em consideração as características geográficas e a infra-estrutura existente nos locais de risco, predefinidos através de estudos realizados pelos técnicos da Coordenadoria.

- Corpo de Bombeiros:

O DBM 3/5 São João da Barra é um destacamento do 5º GBM de Campos dos Goytacazes. O efetivo deste destacamento é de 55 militares, mas atuam com a presença de 8 a 10 militares em serviço durante 24 horas. Recebem reforço de guarda-vidas no verão. Possuem 5 viaturas, sendo 3 operacionais (Auto Bomba Tanque, Auto Busca e Salvamento Leve e Auto Quadriciclo) e 2 administrativas (carro de passeio).

O **Quadro 4.4.4-10**, a seguir, apresenta um resumo da estrutura da segurança no município, com os órgãos de segurança existentes em São João da Barra e os pontos do município onde estão alocadas.

**QUADRO 4.4.4-10: ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E SUAS UNIDADES TERRITORIAIS**

ÓRGÃO	EFETIVO	EQUIPAMENTOS	UNIDADE TERRITORIAL
5ª Companhia de Polícia Militar e DPO's	De 30 a 70	5 viaturas	Atafona (5ª Cia), São João da Barra, Grussaí, Barra do Açu, Sabonete e Barcelos
145ª Delegacia de Polícia Civil	12	2 viaturas	São João da Barra
Guarda Civil Municipal	59	5 viaturas (3 motos, 2 carros e 1 trailer)	SJB e Cajueiro
DBM 3/5	55	5 viaturas (3 operacionais e 2 de socorro)	Atafona
Defesa Civil	42	2 viaturas e 1 lancha	São João da Barra

## 2) Registros e Estatística de Incidências Criminais:

Tomando por base os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública –, a análise das incidências criminais no Município de São João da Barra se deu a partir da sua distribuição espacial, no ano de 2007 e nos cinco primeiros meses de 2008.

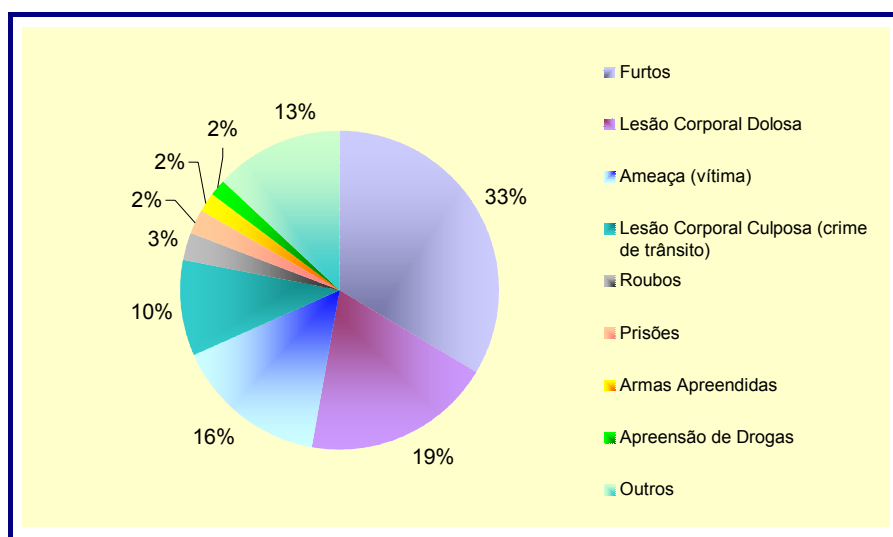
A partir de avaliação dos dados das ocorrências registradas no município, segundo Demonstrativo Mensal das Incidências Criminais na área da 145ª DP São João da Barra (2007), apresentados no **Quadro 4.4.4-11**, percebe-se que os cinco tipos de delitos mais frequentes ao longo do ano de 2007 foram: furto, lesão corporal dolosa, ameaça, lesão corporal culposa (vítimas de crimes de trânsito) e roubo. Os números do quadro indicam a quantidade de vítimas por registro.

A **Figura 4.4.4-5** apresenta a porcentagem dos delitos praticados, com maior número de vítimas. Em maior grau registrou-se os furtos com 33% do total, acompanhado de lesão corporal dolosa (19%). O acompanhamento dos crimes relacionados ao trânsito é importante para a região, uma vez que o tráfego na

região vem aumentando consideravelmente e o comportamento deste indicador pode orientar estratégias a serem adotadas sobre a questão. .

Observa-se em 2007, que ocorrências de lesão corporal culposa originada em acidentes de trânsito responderam por 10% do total de número de vítimas.

Outros eventos, cujo monitoramento se faz importante em regiões sujeitas a rápido crescimento urbano, estão ligados à produção policial, no que diz respeito à apreensão de drogas, armas apreendidas e prisões efetuadas. No diretório analisado, os registros de cada evento apontam uma porcentagem de 2% do total de vítimas registradas para todo o período.



**Figura 4.4.4-5:** Porcentagem de vítimas registradas por delito cometido em 2007, segundo dados do ISP.

**QUADRO 4.4.4-11: DEMONSTRATIVO MENSAL DAS INCIDÊNCIAS CRIMINAIS NA ÁREA DA 145ª DP  
(SÃO JOÃO DA BARRA) – 2007**

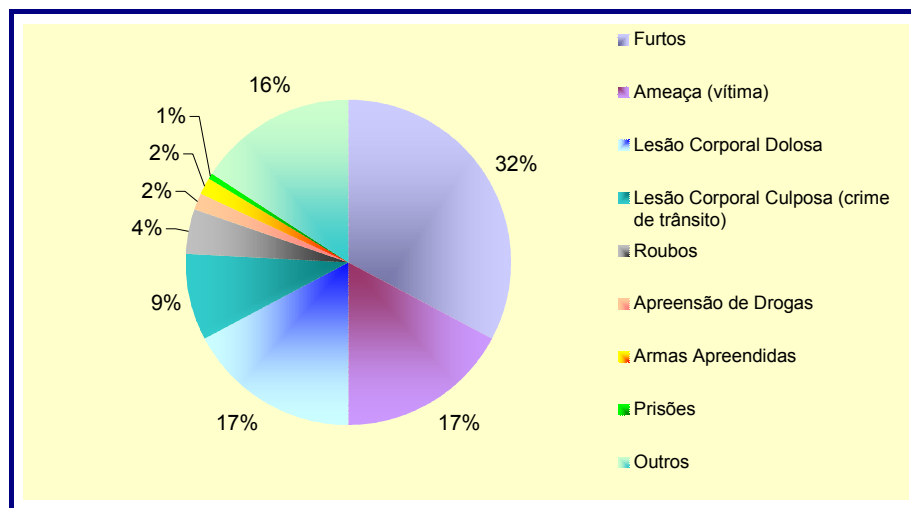
INCIDÊNCIAS CRIMINAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<b>VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS</b>													
Homicídio Doloso	-	-	-	2	-	1	-	3	-	-	-	-	6
Tentativa de Homicídio	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	1	-	5
Lesão Corporal Dolosa	17	29	18	15	11	15	9	9	18	22	23	19	205
Estupro	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Atentado Violento ao pudor	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	3
<b>VÍTIMAS DE CRIMES DE TRÂNSITO</b>													
Homicídio Culposo	-	-	-	-	-	-	5	2	1	-	4	1	13
Lesão Corporal Culposa	12	13	-	7	9	-	11	12	2	10	6	21	103
<b>VÍTIMAS DE MORTES COM TIPIFICAÇÃO PROVISÓRIA</b>													
Encontro de Cadáver	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	4
<b>REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO</b>													
Roubo a Estabelecimento Comercial	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	3
Roubo a Residência	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	2	1	6
Roubo a Veículo	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Roubo a Transeunte	3	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	7
Roubo em Coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Roubo de Aparelho Celular	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Furto de Veículos	5	10	2	3	5	3	-	3	2	-	1	3	37
Estelionato	-	-	1	1	2	-	2	2	1	1	-	1	11
<b>PRODUÇÃO POLICIAL</b>													
Apreensão de Drogas	1	4	-	-	1	2	2	1	2	3	3	-	19
Armas Apreendidas	-	1	-	3	1	2	1	9	1	2	1	1	22
Prisões	5	8	1	-	-	-	-	2	3	4	1	2	26
Recuperação de veículo	2	1	5	-	2	-	-	-	-	-	1	1	12
Cumprimento de Mandado de Prisão	1	1	1	1	4	1	-	4	1	1	2	1	18
<b>OUTROS REGISTROS</b>													
Ameaça (vítima)	15	10	19	18	4	11	17	8	12	16	9	27	166
Pessoas Desaparecidas	1	-	1	1	1	-	-	-	-	3	-	-	7
<b>TOTAIS DE REGISTROS</b>													
Roubos	5	6	-	1	2	2	-	2	1	2	5	3	29
Furtos	33	52	31	32	32	28	30	33	19	18	25	25	358
Registros de Ocorrência	102	140	79	85	76	69	78	93	65	85	85	109	1066

Para as ocorrências com registros de janeiro a maio de 2008 (**Quadro 4.4.4-12**), segundo Demonstrativo Mensal das Incidências Criminais na área da 145ª DP São João da Barra, observa-se a mesma tendência do ano anterior para os delitos com maior número de vítimas registradas, diferenciando-se somente na ordem de importância, ficando o crime ameaça, como o segundo mais registrado.

**QUADRO 4.4.4-12: DEMONSTRATIVO MENSAL DAS INCIDÊNCIAS CRIMINAIS NA ÁREA DA 145ª DP (SÃO JOÃO DA BARRA) – 2008.**

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
<b>VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS</b>						
Homicídio Doloso	3	-	-	2	1	6
Tentativa de Homicídio	-	3	1	2	1	7
Lesão Corporal Dolosa	26	24	7	27	17	101
Estupro	-		-	1	-	1
<b>VÍTIMAS DE CRIMES DE TRÂNSITO</b>						
Homicídio Culposo	-	3	2	1	2	8
Lesão Corporal Culposa	16	21	8	5	1	51
<b>VÍTIMAS DE MORTES COM TIPIFICAÇÃO PROVISÓRIA</b>						
Encontro de Cadáver		1	2	1	1	5
<b>REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO</b>						
Roubo a Residência	-	2	1	2	2	7
Roubo a Veículo		1	1	-	1	3
Roubo a Transeunte	2	2	-	1	-	5
Roubo a Banco	-	1	1	-	1	3
Roubo de Aparelho Celular	-	-	-		1	1
Furto de Veículos	5	4	3	2	4	18
Estelionato	2	1	3	-	1	7
<b>PRODUÇÃO POLICIAL</b>						
Apreensão de Drogas	2	1	1	1	5	10
Armas Apreendidas	-	1	1	4	4	10
Prisões	-	2	1	-	-	3
Recuperação de veículo	2	2	-	4	-	8
Cumprimento de Mandado de Prisão	-	1	4	3	-	8
<b>OUTROS REGISTROS</b>						
Ameaça (vítima)	22	15	24	22	20	103
Pessoas Desaparecidas	-	4	2	-	1	7
<b>TOTAIS DE REGISTROS</b>						
Roubos	4	7	5	4	6	26
Furtos	51	46	28	37	31	193
Registros de Ocorrência	135	142	95	119	100	591

A **Figura 4.4.4-6** apresenta a porcentagem dos crimes registrados com maior número de vítimas, nos cinco primeiros meses de 2008.



**Figura 4.4.4-6:** Porcentagem de vítimas registradas por delito cometido em 2008, segundo dados do ISP.

Como análise das ocorrências de 2008 utilizaram-se ainda os registros de incidências criminais distribuídas por distrito, ocorridas no período de janeiro a maio de 2008 (**Quadro 4.4.4-13**). Os delitos, furtos e ameaças apresentam o maior número de registros considerando todo município e o 5º Distrito, foco principal dos estudos de diagnóstico, segue esta tendência. Cabe ressaltar que estes dados são dos registros efetivados e não do número de vítimas por registro como nos casos discutidos anteriormente.

**QUADRO 4.4.4-13: INCIDÊNCIAS CRIMINAIS DISTRIBUÍDAS POR DISTRITOS DE JANEIRO A MAIO DE 2008**

INCIDÊNCIAS	UNIDADE GEOGRÁFICA/FREQUÊNCIA				
	1º DISTRITO	5º DISTRITO	6º DISTRITO	NÃO IDENTIFICADO	TOTAL
Vítimas de Homicídio Doloso	2	3	1		6
Furtos	98	4	8	74	184
Vítimas de Lesão Corporal Dolosa	33	3	4	13	53
Ameaça	44	5	2	28	79
Roubos	17	1	2	6	26
Apreensão de Drogas	7	0	0	3	10
Roubo a Transeuntes	3	1	0	1	5

### 3) Registro e Estatística de Ocorrências de Socorro:

Segundo informações fornecidas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de São João da Barra, existem alguns eventos adversos com maior incidência no município, apresentados a seguir.

- Enchentes do rio Paraíba do Sul tendo como resultado o transbordo da caixa do rio;
- Alagamentos em função de chuvas torrenciais;
- Vendavais e ou ciclones extratropicais;
- Erosão costeira na região do pontal de Atafona;
- Salinização do manancial de captação de água para consumo em geral.

A coordenadoria também possui um mapeamento com registros de algumas ameaças como incêndio, explosão e invasão do mar, para melhor monitoramento destas áreas críticas. O **Quadro 4.4.4-14** apresenta estas áreas.

**QUADRO 4.4.4-14: PONTOS CRÍTICOS**

LOCAL	ENDEREÇO	AMEAÇA
Ind. Bebidas Thoquino	Rua dos Passos, S/Nº, Centro	Incêndio e Explosão
Tecex	Rua dos Passos nº 845	Incêndio
Pontal	Av Atlântica, Atafona	Invasão do mar
Posto Sanjaoanense	Av Rotary	Inflamável e Explosivas
Posto Pioneiro	Av Liberdade S/Nº, Grussaí	Inflamável e Explosivas
Posto Pontal	Rua Alvino da Silva Lopes nº 77 Atafona	Inflamável e Explosivas
Posto Shangrilá	Av Rotary nº 215 S.J.B	Inflamável e Explosivas
Posto Glória II	Br 356 S/Nº Barcelos	Inflamável e Explosivas
Posto Batol	Br 356 S/Nº Degredo	Inflamável e Explosivas
Posto Cazumbá	Rua Principal, Cazumbá	Inflamável e Explosivas
Posto Petrobrás	Rua Principal, Açú	Inflamável e Explosivas

Para o monitoramento das ocorrências de socorro registradas no município, efetivou-se contato com o DBM 3/5 São João da Barra, onde algumas informações foram coletadas. O **Quadro 4.4.4-15** apresenta as ocorrências mais comuns observadas no município e o número de registros ao longo do ano de 2007.

Um total de 485 eventos foi registrado neste período. As mais numerosas foram: afogamento, corte de árvore, colisão de veículos, apoio à paciente com transtorno mental, combate a inseto, fogo em vegetação, captura de animal e princípio de incêndio.

**QUADRO 4.4.4-15: Ocorrências Registradas pelo Corpo de Bombeiros**

Ocorrência		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
INCÊNDIO	Princípio de incêndio		4	2	1	3		1	1		5		2	19
	Prevenção contra incêndio				1	3				3				4
	Pequeno incêndio													0
	Médio incêndio													0
	Grande incêndio													0
	Fogo em vegetação	1	8	5	2	2	2	1					3	24
	Incêndio Florestal													0
	Fogo em veículo		1	1	1	2								5
	Explosão													0
	Falso aviso de incêndio											1		1
	Aviso de falso incêndio													0
	Auxílio técnico	1									1			2
	Fogo em GLP													0
	Escapamento de gás	1	2					1						4
	Prevenção	1	4		1	1	3		2				1	13
	Outros											1		1
SALVAMENTO	Colisão de veículos	4	7	5	2	1	4		2	1	3	3	8	40
	Queda de veículo		2		1	1		2					1	7
	Capotagem de veículo	1		1		2		1	1			1	2	9
	Salvamento de pessoa		5	3			1	1			1	1	3	15
	Falso aviso de socorro												1	1
	Afogamento		21	14	26	12	17	17	18	13	21	11	32	202
	Busca de pessoa													0
	Busca de cadáver	4												4
	Retirada de cadáver												1	1
	APTM (Apoio a Paciente com Transtornos Mentais)	2	2	4	6	2	1	4	3		2	2	4	32
	Combate à inseto		6	5	3	3						3	6	26
	Corte de árvore		7	12	1	6	2	1	1	4		5	2	41
	Retirada de animal					1	1							2
	Captura de animal	1	5	3	2	1	2					3	4	21
	Desabamento		1				1							2
	Ameaça de desabamento													0
	Esgotamento/Escoamento													0
	Auxílio					2								2
	Apoio operacional		2					2		2		1		7
	Outros													0
TOTAL		16	77	55	47	39	34	31	28	23	33	32	70	485

No **Quadro 4.4.4-16**, a seguir, são apresentadas de forma resumida, todas as informações relativas aos indicadores por localidade do 5º distrito, apresentados aqui, fornecendo um panorama da situação atual destes espaços.



QUADRO 4.4.4-16: RESUMO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INDICADORES POR LOCALIDADE DO 5º DISTRITO

LOCALI- DADE	POPU- LAÇÃO	UNIDADE PREDIAL	EDUCAÇÃO			SAÚDE					INFRA-ESTRUTURA				SEGURANÇA			ATIVIDADES ECONÔMICAS
			ESCOLAS	ALUNOS	PROFES- SORES	EQUIPA- MENTOS	EFETIVO	ACS	DOENÇAS 2007	DOENÇAS 2008	DESTINO DO LIXO	DESTINO DEJETOS	ABASTECI- MENTO	ENERGIA / TELEFONIA	UNI- DADE	EFETIVO / EQUIPAMENTO	PONTOS CRÍTICOS	
Água Preta			E. E. M. Francisco Alves Toledo E. M. Luiz Ferreira de Almeida E. M. Arlindo Mendonça	42 35 23	4 3 3			1	varicela - 1		Coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE.	Linha telefônica residencial não disponível telefone público - 1				Lavouras (abacaxi e maxixe), micro-mercarias, artesanato e pesca
Azeitona	Cerca de 400		E. M. Manoel Greyc Mendonça E. M. Manoel Francisco de Almeida (fechada)	44	6			1	anti-rábico - 1		coleta - 39,1% queimado ou enterrado - 58,3% céu aberto - 2,6%	Fossas e sumidouros fossas - 98,3% ceu aberto - 1,7%	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica - 98,3% Linha telefônica residencial não disponível telefone público - 1				Lavoura (maxixe, quiabo e cana), artesanato e pesca
Bajuru			E. M. Guilhermina Ignácio Mendonça	30	2							Fossas e sumidouros	Poços carro pipa CEDAE	Linha telefônica residencial não disponível.				Lavouras (mandioca, maxixe e quiabo), comércio, artesanato e pesca.
Barra do Açu	Cerca de 850		E. M. Chrisanto Henrique de Souza	567	12	Posto de Urgência Ambulância	médicos - 4 enfermeiro - 1 técnico de enfermagem - 8	3	Dengue - 2 Varicela - 7 Atendimento anti-rábico - 3	Dengue - 11 Varicela - 6	coleta - 83,8% queimado ou enterrado - 15,1% céu aberto - 1,1%	Fossas e sumidouros	Rede abastecimento CEDAE região central - 84% periféricas - 45% restante por poço ou nascente áreas	Energia elétrica - 97,7% Calçamento e iluminação das principais ruas telefones públicos e residenciais	DPO	Guarda Civil Municipal - 1 políciais militares - 3 viatura - 1	Posto Petrobrás (Inflamável e Explosivas)	Comércio, serviços, turismo, lavouras (abacaxi, maxixe e quiabo) e pesca
Barra do Jacaré	Cerca de 500		E. M. Manoel de Souza Gomes	185	8			1			coleta - 39,2% queima ou enterra - 58,1% céu aberto - 2,7%	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica - 96,6% Linha telefônica residencial não disponível.				Lavouras e pesca
Campo de Areia			E. E. João de Sá Neto E. M. Luis Dêlio Mendoça E. M. Ângelo Antônio Mendonça	(fechada) 183 76	(fechada) 10 9	Programa Saúde Família ambulância	médico - 1 enfermeiro - 1 técnico de enfermagem - 1	2	anti-rábico - 2	dengue - 1	coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Linha telefônica residencial não disponível Há telefones públicos				Pequenas lavouras, comércio, artesanato e pesca
Capela São Pedro			E. M. Manoel Nunes Barretos	36	2						coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Linha telefônica residencial e pública não disponível				Lavouras (maxixe, batata e quiabo) e pesca.
Cazumbá			E. E. João Coelho da Silva	?	?			2			coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica deficitária Linha telefônica residencial não disponível Há telefones públicos			Posto Cazumbá (Inflamável e Explosivas)	Olarias, comércio e lavouras.
Córrego Fundo								1				Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Linha telefônica residencial não disponível Há telefones públicos				Lavoura
Folha Larga			E. M. Manoel Alves Rangel	146	8						coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Linha telefônica residencial não disponível				lavouras
Mato Escuro	Cerca de 500		E. M. José Alves Barreto	219	8	Posto Urgência	médicos - 4 técnico enfermagem - 2	1	atendimento anti-rábico 2 dengue 1	Dengue - 5	coleta - 75,8% queima ou enterra - 22,8% céu aberto - 1,3%	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica - 100% Einha telefônica residencial não disponível Há telefones públicos		Guarda Civil Municipal - 1		Lavouras (abacaxi, maxixe e quiabo), pequenas mercarias e pesca
Pipeiras	Cerca de 440		E. E. M. Luiz Gomes da Silva Neto E. M. Amaro José Viana	91 (fechada)	?			1	verrugas anogenitais venéreas - 1	Dengue - 2	coleta - 46,4% queima ou enterra - 53% céu aberto - 0,7%	fossas - 99,3% céu aberto - 0,7%	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica - 99,3% Linha telefônica residencial não disponível Há telefones públicos				Lavouras, usina de açúcar (Barcelos), comércio, artesanato e pesca
Quixaba			E. M. Manoel Luis Nogueira	30	2	Posto Urgência ambulância	médicos - 6 técnico enfermagem - 1	1	varicela - 3		coleta pública	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Linha telefônica residencial não disponível Há telefone público				Lavouras, abatedouro, fábrica de esteiras de taboa, pesca e comércio
Sabonete	Cerca de 440		Pré Escola José Marcelo de A. Xavier	19	2	Unidade Mista de Saúde Policlínica Sabonete ambulância	médicos - 12	1	anti-rábico - 1	Dengue - 1	coleta - 47,3% queima ou enterra - 52,7% céu aberto - 2,6%	Fossas e sumidouros	Poços caixa d'água CEDAE	Energia elétrica - 100% Linha telefônica residencial não disponível		Policial Militar - 1		Lavouras, olaria e comércio

O fato dos ACS atuarem em mais de uma localidade, faz com que a soma dos mesmos na tabela seja maior que o número real



#### 4.4.4.2 Caracterização das Localidades de São João da Barra

##### Barra do Açu (5º Distrito)

Barra do Açu, localizada no 5º Distrito, porção sudeste do município de São João da Barra, dista cerca de 50 km de São João da Barra e de Campos dos Goytacazes, e possui cerca de 900 habitantes.

O balneário de Barra do Açu localiza-se na faixa litorânea do município, ao Sul de Atafona e Grussaí. Embora seja uma localidade caracterizada por uma grande taxa de residências destinadas à ocupação ocasional, em virtude do turismo de veraneio, pode-se notar uma população residente, numericamente, superior às demais localidades do 5º Distrito que foram visitadas.

O turismo de veraneio mobiliza a vida social do Açu nos meses de verão, férias e no período das festividades. Essa sazonalidade é marcante na vida social, pois alterna períodos de aumento abrupto da população e das demandas por produtos e serviços locais, com períodos de baixa ocupação e poucas oportunidades de geração de renda.

A distribuição das edificações apresenta uma heterogenia, tanto no que diz respeito à concentração quanto a qualidade e conservação. De uma forma geral, pode-se dividir Barra do Açu nas seguintes áreas: centro, a periferia do Centro e faixas litorâneas, Norte e Sul.

No centro (**Foto 31**) encontra-se o maior adensamento da população que reside permanentemente no Açu. Por extensão, corresponde a área que apresenta tanto o maior número de edificações, quanto a mais completa oferta de bens e serviços. Assim nota-se uma atividade econômica composta por toda a sorte de estabelecimentos comerciais, de salão de beleza ao posto de combustível, de restaurantes aos mercados.

Há uma boa oferta de serviços públicos, tais como posto dos correios, posto de saúde (**Foto 32**), escola pública, telefones públicos e residenciais, internet banda larga, calçamento e iluminação das principais ruas, algumas praças e água encanada tratada e distribuída pela CEDAE.



**Foto 31:** Rua principal da Barra do Açu.



**Foto 32:** Posto de Urgência de Barra do Açu.

A presença desta infra-estrutura de bens e serviços faz com que Barra do Açu seja referência para atendimento das necessidades de outras localidades, tais como, Capela São Pedro, Azeitona, Bajuru e Mato Escuro.

A principal reclamação dos entrevistados em barra do Açu está relacionada com a pequena oferta de empregos, insuficiente para atender a demanda comunitária - o que se reflete claramente nas expectativas da população em relação ao empreendimento portuário.

A periferia do centro corresponde à área próxima a rua do Brejo Comprido, que de fato fica à margem de um brejo. Segundo uma moradora local, um dos principais problemas locais corresponde aos alagamentos que ocorrem durante o período de chuvas e que danificam as moradias situadas ao longo desta rua. A distribuição irregular de energia elétrica também foi alvo de queixas, por proporcionar inconvenientes aos moradores, dentre os quais, a perda de eletrodomésticos.

A faixa litorânea (**Foto 33**) pode ser caracterizada como uma área tipicamente ocupada por residentes temporários, ou seja, que vão para Barra do Açu somente para o turismo de veraneio. Há um grande número de residências nesta área, mas taxa de ocupação inferior à encontrada no centro. O número de edificações na faixa litorânea também diminui de concentração na medida em que se afasta da região mais central, tanto ao Norte (em direção à área do Porto do Açu), quanto ao Sul (em direção a lagoa do Açu e a Campos dos Goytacazes).



**Foto 33:** Casa da faixa litorânea da Barra do Açu.

Na área sul as casas são grandes, com um ou dois pavimentos, na maioria dos casos possuem um quintal, são mais novas e mais bem conservadas. Nesta área, também foram localizadas algumas pousadas.

Na área Norte a ocupação imobiliária é bem mais esparsa, onde habitam moradores permanentes. As moradias são menores e apresentam pior estado de conservação. Foi observada também a presença de alguns barracos de madeira. As ruas não são calçadas, nem iluminadas, não há telefones públicos e falta, inclusive, encanamento de água potável.

Segundo dados do estudo do CRA (2008), no núcleo central, 84% das residências tem abastecimento de água pela rede pública. No restante das casas a água é adquirida através poço artesiano ou nascente. Já na área mais periférica, apenas 45% das

residências tem abastecimento de água pela rede pública. O principal recurso de esgotamento sanitário, utilizado em praticamente todas as casas da localidade, são as fossas sépticas. Quanto à coleta de lixo, no núcleo central, 93% recebem o serviço e, na área periférica, apenas 70%. O lixo não recolhido costuma ser queimado ou enterrado.

O transporte público municipal é deficitário e os moradores são atendidos, principalmente, por linhas intermunicipais de Campos dos Goytacazes.

A economia baseia-se no comércio local, nos serviços, no turismo, na lavoura e na pesca. Nas épocas de veraneio aumentam as oportunidades de trabalho para os moradores locais, especialmente no setor de comércios e serviços. Os produtores rurais e os pescadores também aumentam sua produção, uma vez que podem vendê-la para os estabelecimentos que servem ao turismo de veraneio, ou diretamente aos turistas. O artesanato local também é uma atividade beneficiada nesses períodos.

Em Barra do Açu está o Centro de Oportunidades dos Artesãos de Praia do Açu - COARAÇU, uma organização não-governamental que procura recursos para o desenvolvimento de projetos que possam estimular a produção de artesanato local e a defesa das causas ambientais – missão que é difundida no próprio *slogan* da ONG “Preservando a natureza e fazendo arte” (**Foto 34**).

Essa organização já desenvolveu alguns eventos relacionados às causas ambientais – como caminhadas ecológicas e aulas de educação ambiental –, mas, nos últimos tempos, voltaram-se mais ao fomento do artesanato local. Existiam cerca de 15 artesãos associados a entidade, que trabalham com o uso de diferentes técnicas e matérias-primas: conchas, sementes, argila, crochê, retalhos, madeira etc. Segunda a diretora da ONG, toda a produção é vendida em Barra do Açu, principalmente, nos meses de verão.



**Foto 34:** A equipe da **Ecologus** conversa com a última presidenta da COARAÇU, em outubro de 2007.

A Associação de Moradores, Produtores e Pescadores da Praia do Açú é outra entidade civil presente nessa localidade. Além de sediar a representação da comunidade, a associação recebe em sua sede crianças menores que ali permanecem em sistema de creche enquanto os pais trabalham.

### **Mato Escuro (5º Distrito)**

Mato Escuro está localizado na porção Sudoeste do município, dista cerca de 40 km do centro de São João da Barra e cerca de 35 km de Campos dos Goytacazes. Possui cerca de 520 habitantes.

As principais atividades econômicas desenvolvidas nessa localidade são: lavouras de abacaxi, maxixe e quiabo; pequenos estabelecimentos comerciais como restaurantes, mercearias, drogaria, posto de combustível, cabeleireiro; e serviço público.

O esgoto é tratado através fossas sépticas e sumidouros. A água potável é fornecida gratuitamente pela CEDAE através de um caminhão pipa que abastece as cisternas de cada residência. Segundo estudo da CRA (2008), 100% das residências tem abastecimento de água por poço ou nascente e possui fossa. , 74,17% tem coleta de lixo e o restante queima ou enterra.

Como já descrito, a localidade possui um posto de saúde, e uma escola pública. Alguns adolescentes da comunidade freqüentam a universidade, em Campos dos Goytacazes, custeada pela Prefeitura Municipal.

Não existem linhas telefônicas residenciais nessa localidade, que possui uma quantidade razoável de telefones públicos e um posto dos correios. O principal meio de comunicação local são as rádios comunitárias que operam na região.

Os principais eventos sociais aí realizados costumam ser organizados pelas igrejas evangélica e Assembléia de Deus. Existe também um clube local chamado Lumar, que promove algumas festas, e cedia inúmeras reuniões, de cunho político, informativos, etc. **(Foto 35).**



**Foto 35:** Reunião informativa realizada no Clube Lumar pela LLX em maio de 2008.

Foram apontados pela população local como os principais problemas e demandas sociais a falta de oportunidades de trabalho e a deficiência do transporte público. A primeira, pode-se atribuir ao fato dos jovens não desejarem mais viver de atividades agrícolas, como seus pais, também em função da queda da produtividade da mesma nos últimos anos. A segunda, refere-se a um problema encontrado em toda região do 5º Distrito, relativa à deficiência do transporte público municipal.

Uma importante entidade civil representativa dos interesses locais é a Associação de Moradores e Produtores de Mato Escuro. Na sede dessa organização funciona o posto dos Correios (**Foto 36**). São realizadas reuniões regulares com os moradores e a entidade encontra-se organizada em secretarias temáticas.



**Foto 36:** Agência dos correios em Mato Escuro.  
Neste caso, esta agência é responsável pelas correspondências de outras localidades como Campo da Praia e Água Preta.

### Água Preta / Concha II / Fazenda Papagaio (5º Distrito)

Água Preta encontra-se distante cerca de 30 km de São João da Barra e 35 km de Campos dos Goytacazes. Localiza-se nas margens da uma pequena estrada de terra, que liga a BR-356, ao Sul do município.

Assim como grande parte das localidades do 5º Distrito, sua economia baseia-se na produção agrícola de pequenas lavouras, principalmente, de abacaxi e maxixe. Na região mais central, encontram-se mercearias, bares e um posto de gasolina, que movimentam a pequena economia local. .

Água Preta possui 3 escolas, 2 municipais e 1 estadual. Contudo, parte das crianças dessa localidade freqüentam a escola de Mato Escuro.

Na localidade se observa a existência de um transporte público municipal regular. A coleta de lixo também é realizada regularmente pela Prefeitura. O esgoto é destinado às fossas sépticas e sumidouros. Uma parte da água consumida é potável e distribuída gratuitamente pela CEDAE, através das caixas de água instaladas pelo poder público. Outra parte é obtida através de poços artesianos.

Um dos principais problemas e demandas dessa comunidade refere-se à evasão populacional para outras cidades devido à ausência de empregos. A falta de oportunidades de trabalho, segundo os moradores, também é responsável pelo aumento do alcoolismo na comunidade. Um problema de ordem infra-estrutural também foi mencionado: a falta de iluminação na rua.

Dentre os problemas de saúde mais rotineiros, sofridos pela população de Água Preta, estão a diabetes e a pressão alta. A população dessa localidade recorre, mais freqüentemente, ao posto de saúde instalado em Mato Escuro. Porém, para os atendimentos mais complexos e para os partos, os moradores recorrem à estrutura hospitalar de Campos dos Goytacazes.

Só há um telefone público na localidade, não há telefones residenciais e posto dos correios. Os moradores se deslocam para Mato Escuro em busca destes serviços. A rádio comunitária da região é o principal veículo de transmissão e circulação de informações.

Concha II e Fazenda Papagaio são duas aglomerações habitacionais de baixa densidade populacional. Devido a proximidade com Mato Escuro, se dirigem a essa localidade para o cumprimento das necessidades básicas de consumo e de serviços. Concha II possui hoje cerca de 10 casas. Existe na localidade um pequeno colégio. Os moradores dessa localidade também freqüentam Enjeitado, que está mais adiante na mesma estrada que lhe dá acesso.

### **Pipeiras / Enjeitado / Estrada do Ingá (5º Distrito)**

Localizada nas proximidades da Lagoa do Taí, cabeceira do Rio Doce, Pipeiras está distante cerca de 30 km de São João da Barra e 25 km de Campos dos Goytacazes. Residem aí cerca de 450 habitantes. A localidade se situa nas margens da estrada de terra que se inicia na BR 356 rumo ao Sul do município.

As residências têm abastecimento de água por poço – embora esta seja reconhecida pelos moradores com de má qualidade. Utilizam-se também de -, nascente ou do sistema de caixa de água instalada pela Prefeitura. Segundo dados do CRA (2007), 47,37% tem coleta de lixo e o restante é queimado ou enterrado. As casas possuem fossas ou sumidouros, como sistema de esgotamento sanitário.

A economia baseia-se no comércio local, na lavoura, na pesca e algumas pessoas trabalham na usina de cana de Barcelos. A produção agrícola costuma ser vendida na “feira da roça”, que ocorre em Campos e em São João da Barra.

Não há postos de saúde em Pipeiras, e seus habitantes são atendidos no posto de saúde de Palacete, localidade vizinha. **(Foto 37).**



**Foto 37:** Posto de saúde de Palacete.

Nessa localidade está sediada a Associação de Moradores de Pipeiras, uma das mais ativas associações de São João da Barra. Costumam realizar reuniões e eventos periódicos com os moradores locais, que participam ativamente. Uma das atividades em desenvolvimento pela associação é construção da igreja. Enquanto não se conclui a obra, as missas têm sido realizadas em terrenos particulares, reunindo grande parte da população. A Associação também promove atividades de apoio escolar para as crianças de Pipeiras (**Foto 38**).



**Foto 38:** Vista frontal do prédio onde funciona a Associação Comunitária de Pipeiras

Os entrevistados apontaram como principais problemas e demandas sociais a falta de capacitação para formação de trabalhadores e para os próprios agricultores, que também padecem da falta de assistência técnica para desenvolvimento de alternativas produtivas.

Foi identificado como únicos equipamentos de lazer e sociabilidade dessa localidade uma quadra de esportes e as praças de Enjeitado e Pipeiras, localizada em sua área central.

A localidade de Enjeitado está muito próxima de Mato Escuro, sendo considerada como se fosse um bairro desta última. A própria Associação de Moradores de Mato Escuro abrange a comunidade de Enjeitado, assim como os serviços públicos e os estabelecimentos comerciais aí disponíveis.

Estrada do Ingá parece ter sido um núcleo habitacional maior do que é hoje em dia. Evidências disto é a existência de um prédio onde costumava funcionar a antiga escola (**Figura 39**). Moradores atestaram que houve uma evasão dos membros dessa comunidade. Por isso, praticamente não há mais serviços nem estabelecimentos comerciais em Estrada do Ingá e seus moradores se dirigem a Mato Escuro para atender suas necessidades básicas.



**Foto 39:** Antiga escola de Estrada do Ingá.

### **Barra do Jacaré (5º Distrito)**

Barra do Jacaré se localiza na divisa de município entre São João da Barra e Campos dos Goytacazes, está distante cerca de 38 km de São João da Barra e 30 km da cidade de Campos dos Goytacazes, possuindo cerca de 450 habitantes. Situa-se em entroncamento de estradas vicinais municipais – SB 48 e SB 52 –, com acesso desde a RJ-216.

Todas as residências têm abastecimento de água por poço ou nascente e possuem fossa ou sumidouro. O lixo é coletado pela metade, sendo o restante é queimado ou enterrado. O transporte público municipal é deficitário, sendo atendido por linhas intermunicipais de Campos dos Goytacazes.

Segundo os moradores locais, a falta de oportunidades de trabalho tem sido responsável pela evasão de moradores, famílias ou filhos, de Barra do Jacaré. A principal atividade econômica da localidade é a agricultura. O único estabelecimento comercial existente é um posto de gasolina.

A dificuldade com transportes e a falta de pavimentação das estradas são um outro fator que caracteriza o isolamento dessa comunidade, conforme testemunhado pelos próprios moradores.

Nessa localidade há uma escola de ensino fundamental, que comporta 123 alunos e 6 professores.

### **Sabonete (5º Distrito)**

A localidade de Sabonete, localizada no 5º Distrito, na porção Sudoeste do município de São João da Barra, dista cerca de 38 km de São João da Barra e cerca de 25 km de Campos dos Goytacazes, possuindo cerca de 450 habitantes. Boa parte da população local está concentrada às margens da rua principal, onde também são oferecidos serviços, tais como: mercado, restaurante, açougue, correios etc.

Mesmo apresentando um maior número de serviços, a principal atividade econômica de Sabonete continua sendo a agricultura. Outra importante fonte de postos de trabalho são as olarias instaladas nesta localidade.

Nesta localidade está situado o maior posto de saúde da região, contando com uma unidade mista de saúde e uma policlínica.

Outro importante marco da presença do poder público refere-se a construção da sede da Subprefeitura do 5º Distrito, em Sabonete. A Pastoral da Criança também está presente na localidade e presta assistência às gestantes e as crianças até 5 anos.

Há em Sabonete uma escola municipal de educação infantil, , onde além do ensino fundamental é implantado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A localidade conta com telefones públicos, na agência dos correios e em pontos espalhados pela cidade. Contudo, o principal veículo de comunicação é a rádio comunitária local, bastante ouvida pela população.

A Associação de Moradores de Cazumbá e Sabonete é bastante ativa. Lá funciona o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos de informática e a agência dos Correios. Além disso, é ela quem administra o revezamento e os cuidados com os equipamentos agrícolas cedidos pela Prefeitura, para o uso coletivo dos moradores dessa localidade. Os tratores ficam estacionados no terreno da sede da Associação. Também são realizadas reuniões freqüentes com os moradores.

### **Cazumbá (5º Distrito)**

Cazumbá, distante cerca de 30 km de Campos dos Goytacazes e situa-se entre duas estradas de terra que saem de Quixaba, a Sudeste, rumo a Barcelos, ao Norte, passando por Pipeiras.

Em função das olarias presentes nesta localidade (como a Cerâmica Cazumbá), Cazumbá oferece um maior número de serviços, constituindo num pequeno centro urbano que atende também à população das comunidades vizinhas. Podem-se destacar os seguintes serviços: cartório, loja de cerâmica, posto de gasolina, mercearias, açougue e lojas de materiais de construção. Além de movimentar a economia local, as olarias são responsáveis pela geração de um número expressivo de empregos para a comunidade. A atividade agrícola ainda assim se mantém como importante fonte de renda e subsistência dessa população.

Estão instalados na localidade, uma escola municipal de ensino fundamental e um posto de saúde. Os serviços prestados nessa última unidade foram alvo de queixas dos moradores locais. Assim como, as deficiências nos serviços de infra-estrutura urbana como água e luz.

Em Cazumbá está a Igreja Santa Cruz, onde são realizadas missas algumas vezes por mês. Outras instituições presentes nessa localidade são a Associação de Moradores de Cazumbá e Sabonete e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cazumbá (ADEC).

### **Campo de Areia / Estrada da Concha (5º Distrito)**

Campo de Areia está distante cerca de 30 km do centro de Campos dos Goytacazes. Está localizada entre as estradas vicinais municipais SB-58 e SB-52. Essa última é localmente conhecida como Estrada da Concha, ao longo da qual está a maior concentração de moradores.

Essa localidade possui baixa densidade de ocupação, com maior concentração de casas ao longo das ruas de terra, configurando uma paisagem eminentemente rural. A agricultura é a principal fonte de renda local e costuma ser desenvolvida em pequenas propriedades, no sistema de produção familiar. A pesca também é uma atividade que complementa a subsistência das famílias.

O comércio local é maior do que nas localidades próximas. Existe uma oferta de produtos maior e mais diversificada incluindo alimentação, produtos agrícolas, moda feminina etc.

Essa localidade possui uma escola de ensino fundamental, até o segundo segmento, que atende cerca de 54 alunos.

O uso da água, a coleta de lixo e o esgotamento sanitário seguem o padrão encontrado nas demais localidades descritas.

Há uma unidade mista de saúde recém inaugurada, onde funciona a sede do Programa de Saúde da Família, que desenvolve um trabalho voltado apenas à prevenção de doenças com os moradores. No posto tem ginecologista e clínico geral, que atendem alguns dias da semana e durante algumas horas. O posto ainda não funciona todos os dias.

Um grave problema de saúde pública local, de acordo com alguns relatos, é a proliferação ou infestação de escorpiões, não “nativos” da região, que ameaçam a segurança dos moradores. Segundo eles, os escorpiões teriam chegado em Campo de Areia com os caminhões de madeira oriundos de São Francisco de Itabapoana, destinada a servir de lenha para o trabalho das olarias. Além deste problema, há ainda muitos casos de diabetes, infecção das vias aéreas superiores, alergias e verminoses.

A Igreja é um importante espaço de sociabilização local, onde são realizadas missas e a festa de São Miguel (um grande evento local realizado no dia 29 de setembro).

O aglomerado habitacional conhecido com Concha ou Estrada da Concha fica bem próximo à Campo de Areia e seus moradores utilizam toda estrutura desta última.

### **Campo da Praia (5º Distrito)**

Campo da Praia está situada nas margens da Estrada Caetá (SB-26), entre as localidades de Rua Nova e Amparo e o trevo da estrada vicinal SB-32, na altura de Fazenda Papagaio.

Campo da Praia é mais uma localidade de pequenos produtores rurais. A queda na produtividade das lavouras tem impulsionado a emigração de moradores. A localidade

padece de infra-estrutura e serviços. A única escola que existia aí foi desativada e as crianças passaram a freqüentar as escolas de Amparo e Rua Nova.

Tanto essas últimas localidades, quanto Água Preta são freqüentadas pelos moradores de Campos da Praia, na obtenção de necessidades básicas como alimentação e saúde, ou mesmo, para utilização de telefone público. O isolamento acaba por agravar o problema da saúde, uma vez que além de não haver unidade instalada não há como chamar uma ambulância. **(Foto 40)**



**Foto 40:** Imagem ilustrando a baixa ocupação de Campo da Praia, que é cortada pela Estrada Caetá-Açu.

### **Barcelos (6º Distrito)**

Barcelos, localizada entre o rio Paraíba do Sul e a BR-356, na divisa de município de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, é acessada por essa estrada. Essa localidade dista cerca de 20 km de São João da Barra e a 15 km de Campos, possuindo, segundo o estudo do CRA (2008), cerca de 2.600 habitantes. O nome desse povoado, de acordo com o diagnóstico do Plano Diretor Municipal, surgiu em função da usina que foi criada pelo Barão de Barcelos, no ano de 1888.

A região é bem urbanizada, com grande quantidade de residências, intensa circulação de pessoas nas ruas e pequena quantidade de estabelecimentos comerciais. A única agência bancária que existia no local foi retirada. Esse é um dos principais núcleos

urbanos do município e o maior do 6º Distrito. Talvez por isso e, é claro, pela proximidade com a estrada, as condições de acessibilidade são boas e os moradores não se queixaram dos meios de transporte.

Alguns grupos de casas da entrada de Barcelos apresentam aspecto de vila. Acredita-se que estas construções seriam dos operários da fábrica de açúcar e álcool Othon, conhecida como usina de Barcelos, da época de sua instalação no local (**Fotos 41, 42 e 43**).



**Foto 41:** Indústria Othon em Barcelos.



**Foto 42:** Antiga vila de operários.



**Foto 43:** Praça de Barcelos.

Na localidade existem duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e ainda duas particulares – com creche, escola de ensino fundamental e médio. Em Barcelos se encontra ainda um pequeno posto de saúde, um estádio de futebol (Estádio Municipal José Dutra) e uma subestação geradora de energia. Segundo estudo da CRA (2008): a coleta de lixo é regular; o abastecimento de água pela rede pública é realizado em 90% das residências; e 100% das casas possuem fossa como sistema de esgotamento sanitário.

Em termos de segurança pública, o Departamento de Polícia existente no local é suficiente para suprir as necessidades, uma vez que não possuem problema com violência, segundo informações de moradores.

O maior problema enfrentado pelos moradores de Barcelos, assim como ocorre em outros locais da região, é a falta de oportunidades de trabalho. A cidade de Campos foi apontada como a maior empregadora. Apesar da existência da fábrica Othon, (usina de Barcelos) moradores consideram que a mão-de-obra local ainda é subaproveitada.

Em relação aos problemas ambientais, o principal deles é a geração de resíduos e emissão de gases pela usina. Todo resíduo de cana gerado (bagaço) é estocado num pátio da fábrica, que se localiza na beira da rodovia BR-356. Algumas vezes, em dias de vento forte, o bagaço é arrastado pelo vento e lançado na estrada e nas residências que ficam junto à rodovia. O cheiro de etanol é um dos fatores que mais desagradáveis para os moradores. Já os efluentes são despejados distante das moradias e não parecem causar problema.

Na localidade de Barcelos foram identificadas duas entidades representativas da população, a Associação Terceira Idade de Barcelos e a Associação de Moradores de Barcelos. Essa última encontra-se fechada.

### **Caetá / Via Abreu (6º Distrito)**

Caetá é o menor aglomerado do 6º Distrito. Encontra-se nas margens da estrada que recebe o nome da própria localidade – Estrada Caetá – por ser, justamente, o ponto de acesso a ela, que segue rumo ao 5º Distrito, até Barra do Açu. Está distante cerca de 25 km de São João da Barra e 25 km de Campos dos Goytacazes. Essa localidade possui cerca de 100 habitantes.

A área central de Caetá é formada por um casario, ao redor de uma grande praça, onde há também um campo de futebol. As habitações encontram-se construídas entre duas estradas de terra, a Estrada Caetá e a estrada que dá acesso à localidade de Amparo.

Na área central da localidade, na praça, está em processo de construção o trecho do mineroduto que transportará o minério até o Porto do Açu.

A economia local dividi-se entre a produção agrícola – que segue o mesmo padrão descrito das localidades do 5º Distrito – e o emprego na usina de Barcelos, localidade vizinha à Caetá.

O abastecimento de água se dá por poços e pelas caixas d'água mantidas pela Prefeitura e o esgotamento sanitário é feito em fossa séptica.

A Associação de Moradores e Amigos de Caetá encontra-se fechada, embora o ex-presidente seja ainda uma liderança ativa da região.

Seguindo a Estrada Caetá em direção ao Açu, após a localidade de mesmo nome, encontra-se Vila Abreu. Essa localidade se organiza ao longo da estrada e possui cerca de 50 habitantes.

Em Vila Abreu há uma escola municipal de ensino fundamental. O transporte público municipal é regular e as linhas de ônibus circulam, justamente, na estrada que lhe dá acesso. A coleta de lixo, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário seguem o mesmo padrão das outras localidades.

A renda local, assim como em Caetá, é produzida por meio da agricultura ou do emprego na usina de Barcelos. A pesca, realizada na Lagoa do Taí, é uma atividade de complementação da renda e da alimentação familiar.

### **Palacete (6º Distrito)**

Ainda, nas imediações da Estrada Caetá encontra-se Palacete, que se organiza entre essa estrada de terra e a lagoa do Taí. Embora não esteja localizada ao longo da estrada que dará acesso ao Porto do Açú, essa localidade do 6º Distrito foi incluída na AID por estar muito próxima ao 5º Distrito.

De fato, existem divergências quanto a localização formal de Palacete, uma vez que, embora seja considerada pelo Plano Diretor Municipal como pertencente ao 6º Distrito, os agentes comunitários de saúde, em função de sua proximidade com Mato Escuro, a consideraram como 5º Distrito em seu trabalho de cadastramento das famílias.

A pequena localidade possui apenas um estabelecimento comercial, localizado próximo à pequena praça onde se reúnem socialmente os moradores.

A principal atividade econômica dessa localidade é a agricultura. A localidade é circundada por canaviais, onde é empregada boa parte da população de Palacete.

As fossas sépticas e os sumidouros representam o destino do esgoto sanitário. A água é obtida na caixa d'água localizada próximo à escola. Uma parte da água consumida,

especialmente para as atividades agrícolas, provém de poços artesanais cuja qualidade, segundo moradores é duvidosa.

Há um posto de saúde (unidade mista de saúde) situado na entrada da rua principal de Palacete, próximo de Pipeiras. Os habitantes de ambas localidades são atendidos por esta unidade e vários deles se declaram insatisfeitos com a qualidade do atendimento.

Nessa localidade, há também uma escola municipal que atende alunos de 1ª a 4ª séries. Os principais problemas e demandas sociais, apontados pelos entrevistados, referem-se ao sistema de transportes e aos serviços de saúde, que não atenderiam satisfatoriamente a população.

#### **4.4.4.3 Caracterização das Localidades de Campos dos Goytacazes**

##### **Córrego Fundo**

Seguindo a estrada SB-58, ao Sul de Campo da Praia, chega-se a um trevo, em uma pequena estrada vicinal de Campos dos Goytacazes, onde está situado Córrego Fundo. A atividade agrícola é a principal fonte de empregos desta localidade. No entanto, observa-se um processo de evasão da população para outras comunidades, uma vez que a lavoura já não é capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível.

O esgoto sanitário é destinado para as fossas sépticas ou para os sumidouros das residências. A água proveniente dos poços artesanais não é de boa qualidade. Para consumo humano usa-se a água das caixas d'água públicas.

Em Córrego Fundo há uma escola que atende alunos até a 4ª série. As principais demandas da comunidade são abastecimento de água e melhorias das estradas.

Os principais eventos comunitários são as missas e a festa de São José (padroeiro da igreja de Córrego Fundo), realizada no dia 19 de Março. A pequena praça do ponto de ônibus também representa um espaço de sociabilização dos habitantes dessa comunidade.

### **Bajuru**

Bajuru está localizado nas proximidades da Lagoa do Salgado, na porção sudeste do município de São João da Barra, e dista cerca de 45 km de Campos dos Goytacazes e também de São João da Barra. A localidade se expande da estrada de terra que sai de Alto do Cordeiro, entre o rio Doce e a Lagoa do Salgado, rumo ao Norte.

O desenvolvimento da economia local baseia-se, principalmente, na agricultura e as principais lavouras são de mandioca, maxixe e quiabo. Esse núcleo rural tem como atividades complementares e subsistência, a pesca e a produção de alimentos para consumo direto. Foram identificados dois bares/armazéns na localidade.

O esgotamento sanitário em fossa séptica e sumidouros. A água potável é fornecida gratuitamente pela CEDAE através de um caminhão pipa que abastece as cisternas de cada residência.

Os moradores dessa localidade, assim como Água Preta, utilizam a infra-estrutura de serviços públicos e comércio de Mato Escuro, um dos pólos centralizadores da pequena malha urbana local – especialmente, o posto de saúde e a escola de 1ª a 4ª séries.

Na localidade tem uma escola municipal, E.M. Guilhermina Ignácio Mendonça, que abriga 22 alunos e 1 professor no 1º segmento do ensino fundamental e 8 alunos e 1 professor na educação infantil.

O transporte público municipal é deficitário e prestado por linhas de Campos dos Goytacazes. A localidade carece de espaços públicos de lazer e não possui banheiro público, instalado pela Prefeitura, como outras localidades vizinhas.

### **Azeitona**

Azeitona localiza-se próxima à Barra do Açu e distante cerca de 50 km de São João da Barra e também de Campos dos Goytacazes. Essa localidade possui cerca de 400 habitantes. A rua principal da cidade é de paralelepípedos. Possui um centro organizado, com banheiro público, praça e Igreja.

A economia baseia-se na lavoura de maxixe, quiabo e cana. No passado havia plantações de azeitona, fato que deu nome a localidade. A pesca e o artesanato tem uma função complementar da renda das famílias. Nesta localidade existem duas mercearias.

Devido a proximidade com Barra do Açu, os moradores se deslocam na busca de serviços (saúde e educação) e comércio. Alguns, também costumam deslocar-se até a localidade de Mato Escuro, para usufruir do posto de saúde lá implantado.

Azeitona possui uma escola de educação infantil e 1º segmento da educação fundamental.

Segundo o estudo do CRA (2007): 100% das residências tem abastecimento de água por poço ou nascente e possuem fossa como esgotamento sanitário; 37% tem coleta de lixo e o restante é queimado ou enterrado; o transporte público municipal é deficitário, sendo atendido por linhas do próprio município.

Os principais eventos sociais realizados aí são as missas mensais e a festa da padroeira da igreja. A Igreja Protestante, no entanto, parece exercer maior influência nessa

localidade. Os membros dessa seita alugaram um espaço em Azeitona para realização dos cultos.

Estrada do Cardeiro corresponde a uma pequena localidade que fica exatamente entre Azeitona e Capela São Pedro, a beira de um atalho que conecta a última a Bajuru (**Fotos 44 e 45**).



**Foto 44:** Comunidade de Estrada do Cardeiro



**Foto 45:** Pequenas lavouras e a lagoa do Salgado ao fundo.

Constitui-se em um pequeno agrupamento populacional de pequenos agricultores e pescadores da Lagoa do Salgado. Alguns moradores também trabalham em Barra do Açu, localidade que é a referência em termos de oferta de serviços. Nesta localidade só foi identificada uma pequena venda.

### **Capela São Pedro**

Capela São Pedro está distante cerca de 60 km de São João da Barra e também de Campos dos Goytacazes. No centro da localidade encontra-se uma Capela, uma praça e algumas pequenas vendas. O número de casas é maior do que se imagina, quando se chega na área central. Ao longo da estrada e dentro da restinga, os moradores se espalham e conformam o pequeno aglomerado que forma a localidade. A localidade também abriga um cemitério.

Segundo os entrevistados, alguns homens trabalham nas lavouras (principalmente de maxixe, batata e quiabo), ou com a pesca, enquanto algumas mulheres trabalham em casas de família, no município de Campos dos Goytacazes.

O abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo reproduzem os padrões já descritos para as outras localidades e são oferecidos, principalmente, pela Prefeitura de São João da Barra.

Não há posto de saúde na localidade e os moradores utilizam os serviços oferecidos em Barra do Açu, a localidade mais próxima. Em Capela São Pedro há uma escola que atende alunos até a 5º ano, e na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental.

No principal marco da localidade, a Igreja, mantida e cuidada por algumas moradoras, realizam-se missas mensais e a Festa de São Pedro (padroeiro da local).

### **Quixaba**

A localidade de Quixaba dista cerca de 45 km de Campos dos Goytacazes e também de São João da Barra. O padrão de ocupação reproduz aquele de outras localidades dessa zona, com uma área central onde se concentram a Igreja, a praça (nesse caso com um coreto) e o comércio local e nos arredores sítios e pequenas fazendas, onde se alternam paisagens agrícolas e residenciais. **(Fotos 46 e 47)**

Possui creche, escola de ensino fundamental e médio (até o 6º ano) e posto de saúde. A escola municipal Manoel Luis Nogueira (vinculada a Prefeitura de São João da Barra) abriga 30 alunos e 2 professores do 1º segmento do ensino fundamental.



**Foto 46:** Rua principal de Quixaba, próximo ao seu centro.



**Foto 47:** Rua principal de Quixaba, um pouco mais distante da área central desta localidade

O abastecimento de água se dá por caixas de água mantidas pela prefeitura de São João da Barra, mas, segundo os moradores locais, esses só atendem à população da região central de Quixaba. O esgotamento sanitário é realizado através de fossas sépticas.

A economia local baseia-se no trabalho em lavouras e no pequeno número de estabelecimentos comerciais. Há um abatedouro de gado também. A fabricação de esteiras de taboa e a pesca artesanal também contribuem para a geração de renda de algumas famílias de Quixaba. Os moradores de Quixaba também se envolvem com a coleta das sementes da aroeira, planta nativa da região.

Os principais problemas e demandas sociais apontados pelos entrevistados foram: a falta de transporte público, o funcionamento insuficiente do posto de saúde e a falta de oportunidades de trabalho na região. Os problemas ambientais destacados foram a degradação dos recursos pesqueiros e da qualidade da água subterrânea.

#### **4.4.4.4 Caracterização das Comunidades Pesqueiras da AID**

Esta seção é dedicada à caracterização das comunidades pesqueiras que desenvolvem suas atividades nas áreas possivelmente afetadas pelas atividades do Porto Açú. O

aumento da circulação de navios cargueiros e da utilização da ponte de acesso e áreas de atracação, se fará sentir pelos pescadores oriundos do próprio município de São João da Barra e das comunidades dos municípios imediatamente circunvizinhos, Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé) e São Francisco de Itabapoana (Gargaú, Guaxindiba e Barra do Itabapoana). Tais comunidades pertencem à área de influência direta do empreendimento aqui descrito.

Uma boa parte dos pescadores dessas comunidades tem o hábito de realizar a pesca nas áreas marítimas da Bacia de Campos, onde estão situadas as plataformas de exploração e produção petrolífera. Isso quando têm autonomia para alcançar as distancias e profundidades de onde estão instaladas tais unidades. A esse tipo de atividade pesqueira, BRONZ (2005), recuperando uma designação “nativa”, denominou de “pesca de plataforma”.

“Pode-se também ouvir de alguns pescadores a afirmação de que pescam na Bacia de Campos. Nesse caso, referem-se aos locais onde estão instaladas as plataformas de petróleo. Os campos de produção da Petrobras (associados às espécies de peixes típicos desse litoral, como garoupa, enchova, marlim, albacora, robalo etc), bem como de suas plataformas (P-29, P-32 etc.) também são designados como pesqueiros. Nesse caso, os pescadores e os petroleiros partilham um mesmo modo de nomear os lugares do mar, embora seus valores de uso e seus significados sejam diferentes para cada grupo social”. (BRONZ, 2005:133)

As **Fotos 48** e **49** ilustram a “pesca de plataforma”, onde é possível observar uma embarcação de linha, atuando nas proximidades de uma Unidade de Produção de Petróleo na Bacia de Campos.



**Fotos 48 e 49:** Embarcação pesqueira de pesca de linha atuando próxima uma plataforma da Bacia de Campos.

Esse tipo de pesca costuma ser praticado por pescadores artesanais e industriais, locais e visitantes. As frotas locais são aquelas oriundas dos municípios do litoral-norte do Rio de Janeiro, “confrontantes” com a região onde estão instaladas as plataformas, na Bacia de Campos – ou seja, em todos os municípios litorâneos localizados entre São Francisco de Itabapoana e Arraial do Cabo. As frotas visitantes são aquelas baseadas nas outras localidades pesqueiras do Rio de Janeiro (principalmente Niterói), Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina, que possuem autonomia suficiente para se deslocarem a grandes distâncias, de seus locais de origem até a região das plataformas, na Bacia de Campos (BRONZ, 2005:143).

Supõe-se que esse tipo de atividade pesqueira não será afetada pela implantação e ampliação do Porto do Açu, por alguns motivos, entre eles: não se realiza na zona marítima contígua ao porto; as embarcações utilizadas possuem grande autonomia de navegação; as espécies alvos não se concentram nas áreas diretamente afetadas pelo Porto.

Assume-se que o principal tipo de pesca passível de sofrer influências das obras de ampliação do porto é aquele desenvolvido nas áreas mais próximas da costa, por embarcações de médio e pequeno portes. A presença da foz do rio Paraíba é significativa para conformação de um ambiente marinho propício a reprodução de

algumas espécies. Pode-se dizer que a principal delas é o camarão. A frota camaroneira local opera em toda área de costa marítima entre São Francisco de Itapaboana e o Farol de São Tomé.

Outro tipo de atividade comum nas localidades de área de influência direta desse empreendimento é a pesca nas lagoas, realizada tanto para fins de subsistência (complementação da renda ou da alimentação familiar) quanto por lazer (especialmente nos fins-de-semana). No primeiro caso, na região do Porto do Açú, essa prática pertence aos moradores das comunidades do 5º Distrito que a realizam nas distintas lagoas aí presentes: Lagoa do Açú, Lagoa do Salgado, Lagoa de Iquipari etc. No segundo, a pesca recreativa, pode ser realizada tanto pelos moradores de todo município quanto por veranistas e campistas, que freqüentam os sítios ecológicos da região.

A área prevista da ampliação do Porto do Açú é, justamente, nas margens de uma das lagoas mais utilizadas pelas comunidades do 5º distrito, a Lagoa de Iquipari. LIMA *et al* (2001) fizeram um estudo sobre a atividade de pesca realizada durante o período de abertura da barra dessa lagoa, onde apresentam alguns dados importantes sobre a forma como ela se organiza.

Historicamente conduzida pelos pescadores, a prática de aberturas artificiais das barras das lagoas costeiras visam “promover a entrada de espécies marinhas capazes de crescerem e se reproduzirem em ambientes de águas salobras e assim incrementar a produtividade pesqueira” (LIMA *et al*, 2001:191).

“Como consequência do contato com o mar, observa-se que estas lagoas reúnem comunidades de peixes de água doce procedentes das bacias adjacentes e de peixes e crustáceos marinhos que imigram durante as aberturas de barra” (LIMA *et al*, 2001:192).

Os autores identificaram que os pescadores atribuem à essa prática o significado de uma ação de “limpeza” da lagoa, quando são retiradas as algas (algas filamentosas e macrofitas submersas), que “atrapalham” a utilização dos petrechos na captura do pescado. O principal petrecho utilizado para realização da pesca na lagoa é a rede-de-espera, seguida da tarrafa e da vara de pescar.

Durante o período de monitoramento, na abertura da barra realizada em setembro de 1996, foram identificados dois grupos sociais distintos de pescadores: aqueles que acampavam nas margens da lagoa, em pequenos grupos e os que pescavam durante o dia e voltavam para casa ao entardecer.

O primeiro grupo, segundo os autores citados, desenvolveria uma atividade mais ocasional, somente nos períodos de abertura da barra, voltada para captura de espécies marinhas, com a utilização de tarrafas. A pesca ocasional seria desenvolvida por pessoas que não dependem desses recursos para subsistência e têm outra profissão.

O outro grupo realiza a pesca durante todo o ano, inclusive nos períodos em que a barra da lagoa encontra-se fechada. Essa atividade é praticada em toda a extensão lagunar – e não apenas na barra – por pescadores que herdaram essa prática e, por isso, são mas conscientes sobre os malefícios das aberturas constantes da barra, realizadas pelos pescadores ocasionais. Esse grupo, nos períodos de baixa produtividade pesqueira, encontra outras formas de subsistência e complementação da renda.

Para o presente estudo, considera-se que parte do segundo grupo descrito, que realiza a pesca de subsistência em pontos distantes da barra, será diretamente afetada pela implantação do Pátio Logístico do Porto do Açú, uma vez que a área do empreendimento situa-se junto à margem Sul dessa lagoa.

No terreno em questão localizam-se os acessos tradicionais das comunidades vizinhas, à lagoa de Iquipari, os quais já se encontram interrompidos desde o início das obras do Pátio de Minério e estruturas *off-shore*, já licenciadas.

A restrição ao acesso dos pescadores à lagoa, pela fazenda Saco D'Antas, já decorrente do início das obras do Pátio de Minério e estruturas *off-shore* já licenciadas, mobilizou os pescadores em torno da negociação de um novo acesso aos tradicionais sítios pesqueiros. De modo a mitigar este impacto, a LLX admitiu acesso à lagoa pela Fazenda Caruara, instalando uma guarita na entrada do caminho e outra na beira da lagoa como forma de supervisionar o movimento dos pescadores naquela área e evitar acidentes.

De qualquer sorte, o acesso por este caminho só é permitido pela empresa durante os fins de semana, medida baseada em diagnóstico realizado pela LLX, cujo resultado indicou que este é o período de ocupação preferencial da lagoa pelos pescadores.

A **Figura 4.4.4-7** indica as rotas, antigas e atual, utilizadas pelos pescadores para acessar a lagoa de Iquipari. Cabe ressaltar que a localização das guaritas e das rotas não se encontra georreferenciada, é apenas representação gráfica de um cenário estimado, a partir de entrevistas realizadas com os pescadores e representantes da LLX.



**Figura 4.4.4-7:** Rotas antigas e atual utilizadas pelos pescadores para acessar a lagoa de Iquipari.

Esses pescadores pertencem às comunidades do 5º distrito, já caracterizadas no presente estudo (**Seção 4.4.4.2**).

Em seguida, será apresentada apenas a caracterização da atividade pesqueira, desenvolvida nas áreas marítimas contíguas ao Porto do Açú, cujos pescadores são oriundos de outras localidades, já mencionadas, do município de São João da Barra e dos municípios vizinhos. O **Mapa 4.4.4-1**, anexo ao final desta seção, apresenta a localização das colônias de pesca e principais espécies capturadas por petrecho e profundidade ao longo da área de influência do empreendimento.

### **Organização Social da Pesca**

As denominadas comunidades de pescadores são referências às localidades com presença preponderante de pescadores, em que o desenvolvimento da pesca e/ou da mariscagem está entre as principais atividades produtivas da população.

Na região estudada, tais comunidades de pescadores, passam, em maior ou menor grau, por processos de transformação social proveniente do desenvolvimento das atividades de turismo.

O turismo, ao mesmo tempo em que garante um aumento da produtividade da pesca, e da renda do pescador nos meses de alta temporada, contribui para o processo de marginalização do pescador artesanal. Um processo observado em toda a costa do país, onde os empreendimentos de turismo tomam posse dos terrenos situados na beira da praia, locais de residência tradicional dos pescadores.

Os pescadores, ao deixarem seus locais de moradia, se distanciam das áreas de acesso ao mar e encontra maior dificuldade no desenvolvimento da sua atividade produtiva.

A principal entidade representativa da classe, historicamente, são as colônias de pescadores. Essa entidade é responsável pelo cumprimento das funções sindicais da economia da pesca, de regulamentação da atividade e da garantia dos direitos trabalhistas e civis dos pescadores.

Por meio do trabalho das colônias, os pescadores têm acesso à carteira de pescador (fornecida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP), ao seguro-defeso e à aposentadoria. Algumas colônias também fornecem aos seus associados benefícios assistenciais gratuitos, ou a um custo mais baixo do que o habitual, tais como atendimento médico e odontológico, regulamentação dos registros civis, assistência jurídica e cursos de informática.

Através das colônias são implementados programas governamentais, desenvolvidos pela SEAP ou outros órgãos do poder público. Essas entidades podem adquirir recursos para o financiamento de embarcações e petrechos de pesca (**Fotos 50 e 51**).



**Foto 50:** Colônia dos Pescadores de Farol de São Tomé Z-19.



**Foto 51:** Colônia de Pescadores de Atafona Z-02.

Nos últimos anos, em função da reformulação da política pesqueira nacional – que culminou na criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA<sup>2</sup> - vê-se uma maior mobilização do setor pesqueiro em torno das entidades representativas. Além das Colônias de Pescadores, às associações de pesca também foi concedida a atribuição de adquirir os direitos trabalhistas dos pescadores, como a aposentadoria, o seguro defeso e outros.

Nota-se o surgimento e o fortalecimento das associações de pesca, em detrimento ao poder de mobilização das colônias, que perderam muito de sua representatividade nos últimos anos. Embora as colônias permaneçam com um número maior de associados, elas, em muitas situações, não conformam uma unidade coesa e participativa nos processos de decisão dessas entidades. As associações, ao contrário, possuem um menor número de membros e uma maior coesão de interesses entre eles.

Outro traço marcante da organização social das entidades de pescadores é a sua vinculação com a administração pública e a política local. Nas últimas décadas, se nota uma participação maior dos dirigentes pesqueiros na política formal: dirigentes que se tornam presidentes de unidades locais de algum partido político, dirigentes que exercem cargos em secretarias municipais – na maioria das vezes relacionadas ao meio ambiente, dirigentes que se tornam vereadores etc.

Numa outra escala de atuação, organizações estaduais como a Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), Federação de Associações de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a União das Entidades de Aquicultura e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (UEPA) se caracterizam pela reunião dos representantes das organizações locais. Essas entidades atuam por meio dos apoios técnico e institucional às entidades de pesca.

---

<sup>2</sup> No mês de agosto desse ano o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou em Salvador, durante lançamento do “Mais Pesca e Aquicultura” – Plano de Desenvolvimento Sustentável 2008/2011, medida provisória transformando a Secretaria Especial em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Com a mudança, o novo órgão passa a ter novas competências para o desenvolvimento de políticas voltadas para o setor.

Quando se envolvem institucionalmente nos conflitos com outros atores, possuem um grande poder de mobilização social e adquirem um maior alcance em suas ações, uma vez que essas envolvem o reconhecimento de um agrupamento de organizações com cobertura em toda a área de influência. Além disso, essas organizações possuem um canal direto de interlocução com o poder público.

### **Divisão Social do Trabalho**

A condição de acesso aos bens de produção se processa em decorrência da autonomia do controle do uso dos equipamentos, determinando diferentes categorias de pescadores com base na propriedade e uso dos bens de produção (BAHIA PESCA, 1994). As relações de trabalho se estabelecem em função da propriedade dos equipamentos de pesca.

A economia pesqueira local reproduz os padrões dessa atividade em outros locais do país, onde o acesso aos bens de produção – embarcações e petrechos – demarcam as fronteiras da divisão social do trabalho. Essa perspectiva não está representada na lógica que distingue a pesca artesanal da pesca industrial.

Quando se trata das funções econômicas dos atores sociais empregados nessa atividade, melhor seria distingui-los entre trabalhadores da pesca (pescadores, marisqueiros e práticos) e empresários da pesca (atravessadores, donos de barcos, de equipamentos de pesca, de frigoríficos e de peixarias).

Os proprietários das embarcações e, muitas vezes, também dos apetrechos de pesca, recebem uma parcela da produção em troca do fornecimento do material (geralmente de 50% da produção, com variações de acordo com a relação entre o proprietário e o pescador).

O pescador pode ser ou não dono da embarcação e dos petrechos de pesca. A relação

entre o proprietário do barco e o pescador pode ser marcada apenas por vínculos de trabalho e empregatícios, ou envolver laços familiares.

A divisão do pescado entre a tripulação varia de acordo com o sistema de pesca empregado. Nos barcos de rede-de-espera, por exemplo, a produção é dividida do seguinte modo: 50% para o dono do barco e o restante é dividido pelos demais membros da tripulação (com uma percentagem maior para o mestre), que varia entre 3 e 4 pescadores. Nos casos em que os donos das embarcações são também mestres e pescadores, a renda de um dos membros da tripulação passa a ser radicalmente superior aos dos demais.

A comercialização dos produtos pesqueiros é efetuada diretamente às empresas de pesca e beneficiamento do pescado, ou, na grande maioria dos casos, pela figura do intermediário, conhecido como atravessador. O atravessador pode ser também o dono do barco.

A relação entre os pescadores e os atravessadores pode ultrapassar os interesses de compra e venda do pescado. No caso do pescador ser desprovido do capital necessário para abastecer a sua embarcação, o atravessador fornece os petrechos, adiantamento em dinheiro para o “vale” (dinheiro que fica com a família quando o pescador vai pro mar), combustível, “rancho” (alimentação da tripulação) e gelo. Em troca, estabelece-se um acordo de venda total da produção para o intermediário. Isso atribui ao atravessador o poder de definição do valor do pescado.

Essa relação de trabalho, onde o pescador não detém o controle sobre os seus meios de produção, pode gerar uma situação de extrema dependência do pescador com o atravessador. Nem sempre o pescador consegue produzir o suficiente para, ao menos, zerar a sua dívida dos adiantamentos e, em decorrência disso, necessita recorrer mais uma vez ao atravessador para voltar para o mar.

O trabalho na pesca também se organiza socialmente em função da estrutura familiar. É uma atividade prioritariamente masculina. O pai, que é um pescador profissional, obtém uma renda em dinheiro pela venda do produto de seu trabalho. Os filhos, enquanto estão em idade escolar, só colaboram com a subsistência da família. Sua pescaria costuma ser consumida pela alimentação diária. Mas, não se deve menosprezar a colaboração infantil, nem a respeito da alimentação familiar, nem no que se relaciona a educação para o trabalho.

O papel assumido pelas mulheres na renda das famílias dos pescadores também tem uma função complementar e é fundamental para a manutenção da subsistência de seus membros. Muitas mulheres, além de cuidar da casa e dos filhos, praticam a mariscagem e trabalham “para fora”, no desempenho de serviços domésticos – faxineira, cozinheira, manicura etc.

A mariscagem, assim chamada a cata de caranguejo, guaiamun e mariscos, costuma ser realizada nas áreas de manguezais situadas próximas àquelas de residência das famílias. Assim, as mulheres podem caminhar ou utilizar uma pequena embarcação (geralmente canoas) para chegar até o local de trabalho.

A cata é praticada com a mão ou por meio da utilização de pequenas armadilhas, geralmente, confeccionadas pelas próprias marisqueiras. O resultado da produção pode servir tanto para complementar a dieta alimentar da família quanto a renda mensal, por meio da venda do excedente.

As marisqueiras assumem um papel fundamental na cadeia de comercialização do pescado, ao realizar, em muitas situações, a atividade de beneficiamento (camarão ou peixes). Elas prestam serviço tanto diretamente para os donos dos barcos quanto para os compradores intermediários.

## **Comunidades Pesqueiras da AID**

A caracterização das comunidades pesqueiras localizadas na **AID** se constitui em um desafio posto à escassez de dados oficiais estatísticos consistentes sobre a região. A coleta de dados desta natureza encontra-se sob responsabilidade do IBAMA e da SEAP.

O Programa Estatpesca, sob coordenação do IBAMA publica há 8 anos um relatório onde apresenta a situação da produção pesqueira brasileira, bem como das exportações e importações de pescado, discriminada pelas Unidades da Federação. Este Programa pouco pode acrescentar a esta seção, posto a falta de uma descrição pormenorizada da situação dos municípios pesqueiros.

A SEAP, por sua vez, publicou em 2005 o senso estrutural da frota pesqueira da região sudeste. Este estudo traz uma descrição dos locais de desembarque e da infra-estrutura de apoio à pesca existentes nos principais municípios produtores de pescado do Rio de Janeiro. No estado fluminense, o estudo contou com uma rede de recenseadores composta por 37 técnicos.

A FIPERJ apresenta em sua página virtual um censo pesqueiro realizado em 2000, sem mencionar se foi realizado pela própria fundação, ou se por outra instituição. Também não menciona a metodologia empregada.

Também foram utilizados os dados coletados pela Secretaria de Pesca de São João da Barra, que há 4 anos monitora o desembarque pesqueiro no município. A coleta de informação sobre a atividade pesqueira não privilegiou a obtenção de informações sobre a frota, tipos de pescaria e o número de pescadores de São João.

Uma fonte de dados secundários corresponde aos dados obtidos através do licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás da Bacia de Campos. Segundo

WALTER (2008), desde 2005, a Coordenação Geral de Petróleo e Gás (DILIC-IBAMA), recomenda a utilização da metodologia do Estatpesca para a caracterização comunidades pesqueiras direta e indiretamente afetadas pelos empreendimentos de Petróleo e Gás.

Publicações científicas, sejam elas sob forma de artigo, monografia, dissertação e tese também foram utilizadas como material de apoio e complementação dos dados oficiais.

Ainda, tendo em vista as carências de informação consistentes sobre as comunidades pesqueiras localizadas na **AID**, procurou-se caracterizá-las qualitativamente. Para dimensionar o número de pescadores, embarcações e tipos de pesca foram consideradas as estimativas dos membros das colônias de pesca, baseadas nas suas observações empíricas e nas informações cadastrais das entidades.

**a) Atafona (São João da Barra):**

O principal distrito pesqueiro de São João da Barra é Atafona, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul. Nesse lugar, o mar avança sobre e a cidade e o rio já não possui a mesma profundidade de décadas atrás (**Foto 52**).



**Foto 52:** Aspecto geral dos efeitos do intenso processo de erosão costeira que incide sobre o pontal de Atafona.

A dinâmica geomorfológica influencia diretamente no desenvolvimento da atividade pesqueira local. Este é influenciado também pela qualidade ambiental do rio Paraíba, sabidamente comprometida pelos efeitos da urbanização de sua bacia hidrográfica, que atravessa três estados, uma série de cidades e empreendimentos industriais.

Entre praias, beiras, manguezais e ilhotas, as embarcações estacionadas na foz do Paraíba conformam a paisagem de Atafona (**Fotos 531 e 54**). Ao longo das margens desse rio encontram-se fábricas de gelo, trapiches e portos, por onde é escoada a produção.

Esse local é o principal ponto de desembarque da produção do pescado capturado na região, especialmente, a parte originária da produção pesqueira mercantil. No caso da pesca de subsistência, o desembarque é mais difuso e se faz, nas lagoas, na beira da praia, por toda parte.



**Foto 53:** Área de desembarque das embarcações pesqueiras de São João da Barra.



**Foto 54:** Outra área de atracamento da frota pesqueira sanjoanense.

Nesse lugar a pesca é uma herança de família. Os filhos aprendem o ofício com o pai, geralmente, o provedor da família e realizam a atividade de modo a complementar a alimentação familiar. Muitas das mulheres de Atafona, mães de

família, realizam as atividades de mariscagem, que servem tanto à complementação da renda (através da venda do produto) quando da alimentação.

A principal entidade representativa da pesca nessa localidade é a Colônia de Pescadores Z-02 de Atafona, fundada em 1935. Essa entidade possui uma sede com infra-estrutura de escritórios, sala de reunião e salas para assistência médica e odontológica (implantada em parceria com a LLX). Alguns anos atrás também funcionava na sede da colônia uma estação de rádio-amador, para contato com os pescadores no mar. O presidente dessa organização já o é há muitos anos. Como a maioria das lideranças pesqueiras, o presidente da colônia Z-02 possui engajamento político tendo inclusive concorrido a uma vaga de vereador nas eleições municipais de 2008.

Vê-se em Atafona a criação de uma associação de pesca – Associação de Pescadores de Atafona (APAF) –, buscando estabelecer uma contraposição ao poder hegemônico exercido pela colônia de pescadores. Essa organização, ainda em processo de estruturação, tem sido conduzida por uma liderança emergente, capaz de mobilizar uma boa parcela dos pescadores locais.

Desde o início das obras de construção do Porto do Açú, a LLX desenvolve um projeto de compensação para pesca, ainda em fase de elaboração. Os investimentos já realizados pela empresa na colônia foram: estruturação da sala e aquisição dos equipamentos necessários aos serviços de assistência odontológica e a implantação de um laboratório de informática para realização de cursos para os filhos de pescadores.

A primeira etapa desse programa visou a elaboração de um estudo do perfil socioeconômico dos pescadores da Praia do Açú e das mulheres que trabalham com o beneficiamento do camarão. Também foram realizados arrastos de camarão, para o monitoramento e análise da distribuição dessa espécie.

Segundo as estimativas do presidente da Colônia Z-02, existem atualmente, na região de São João da Barra, aproximadamente 5.000 pescadores atuando na pesca local, dos quais, cerca de 3.000 pescadores encontram-se associados à entidade<sup>3</sup>. Esta estimativa carece de precisão uma vez que a colônia não dispõe de registros organizados e atualizados para possam respaldá-las. Ainda segundo informações do presidente da Colônia, existiriam aproximadamente, 1.000 barcos atuando nas atividades de pesca do município, dos quais apenas 250 registrados. Do total de barcos atuando na região, cerca de 500 seriam barcos com casario com cerca de 8 a 15 metros, 300 seriam canoas, de até 5 metros, motorizadas, além de traineiras com 14 a 16 metros de comprimento.

Em contraposição às estimativas acima apresentadas, a Prefeitura Municipal de São João da Barra tem hoje cadastrados no município apenas 447 pescadores. Este levantamento, segundo informações do próprio secretário de Pesca, encontra-se em estágio parcial de execução, pois só foi iniciado em 2006, a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal. O cadastro dos pescadores é realizado de forma voluntária, através da página virtual do plano diretor da prefeitura<sup>4</sup>. Até o momento de conclusão deste estudo não haviam sido realizadas campanhas de cadastramento dos pescadores *in loco*<sup>5</sup>.

Outra fonte de quantificação, o Censo Pesqueiro de 2000 (FIPERJ, 2008), por sua vez, indicou que em São João da Barra atuam na pesca marinha 589 pescadores.

---

<sup>3</sup> Estes dados encontram-se possivelmente exagerados haja visto que o número de pescadores de Atafona corresponderia a 20 % da população municipal. As estimativas do presidente da Colônia devem levar em consideração dados referentes a todas as categorias de pescadores (pescadores ribeirinhos e marítimos), além de possivelmente contar com o cadastro de grande parte dos pescadores de São Francisco de Itabapoana, remanescente do período quando este município ainda integrava São João da Barra.

<sup>4</sup> <http://www.planodiretorsjb.cefecamp.br/>

<sup>5</sup> A dificuldade de realizar o registro dos pescadores de forma confiável é recorrente. O Registro Geral da Pesca, aplicado pela SEAP, por exemplo, mobilizou uma grande estrutura de agentes dedicados a visitar as centenas de comunidades pesqueiras do país, e mesmo assim não obteve resultados consistentes. Muito pescadores não foram cadastrados, e outros milhares de ‘falsos pescadores’ ocuparam os seus lugares. A discrepância entre os dados gerados pela SEAP e a realidade da atividade pesqueira foi trazida à tona pelos jornais de maior visibilidade do país em novembro de 2008, quando foram denunciadas as irregularidades do pagamento do benefício.

O Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina aponta, por sua vez, a presença de uma frota mais modesta para o município sanjoanense, de apenas 67 embarcações. A maior parte delas – 42 embarcações –, correspondem às traineiras, e em segundo plano aparecem os arrasteiros – 16 embarcações. Ambas foram caracterizadas como de porte médio atingindo o máximo de 12 metros (SEAP/IBAMA/ PROZEE, 2005).

SANTOS E MENEGON (2008), ao caracterizarem o desembarque das embarcações de arrasto em Atafona, identificaram a presença de 130 embarcações dedicadas ao arrasto, com comprimento máximo variando em torno de 10 metros.

A propriedade das embarcações se divide entre aquelas que pertencem aos mestres-proprietários, que geralmente são donos de apenas uma embarcação e que participam da pesca; e aquelas que pertencem aos armadores, que possuem mais de uma embarcação, e que não participam da pesca. Alguns armadores encontram-se envolvidos com outras etapas da cadeia produtiva pesqueira, sendo donos de frigoríficos, peixarias, além de intermediarem a venda da produção de outros pescadores.

Em alguns casos, como forma de melhorar o rendimento nas pescarias, os pescadores de convés levam seus petrechos a bordo, o que aumenta a capacidade de captura da embarcação e oferece a ele uma participação maior na divisão por cotas dos rendimentos da pescaria.

Embora a frota dedicada à pesca de plataforma esteja se tornando cada vez mais destacada<sup>6</sup>, em São João da Barra a atividade pesqueira se mantém bastante

---

<sup>6</sup> Considerando o cruzamento de dados obtidos com as comunicações pessoais realizadas com os pescadores, dados do Estatpesca e do censo estrutural da frota da região sudeste.

multiespecífica, uma característica que acentua o caráter artesanal da pescaria sanjoanense<sup>7</sup>.

A migração entre modalidades também ocorre influenciada pela ascensão ou decadência econômica de uma pescaria. Não é incomum, por exemplo, que pescadores de arrasto deixem de atuar momentaneamente na captura do camarão, devido a queda do preço deste pescado, para atuar na pesca do peroá.

As pescas de linha são as menos custosas e a pargueira é o tipo mais comum na região. As principais espécies-alvo da pargueira são o peruá (gênero *Balistes*) e o pargo (*Pagrus pagrus*). O tempo de operação varia de 12 a 24 horas em um campo pesqueiro que se estende até 20 milhas náuticas com relação à linha de costa (DI BENEDITTO, 2001).

A linha de fundo também é um petrecho muito empregado, sobretudo para a pesca da anchova (*Pomatomus saltador*) e de peixes da família Serranidae (garoupas). A pesca de linha de fundo é mais longa, podendo alcançar até 12 dias no mar, e é praticada em áreas mais distantes da costa, até 60 milhas náuticas (DI BENEDITTO, 2001).

Ocupando áreas de pesca semelhantes a da linha de fundo, a pesca com corrico tem se tornado muito popular na região posto o aumento do interesse local pela captura de grandes pelágicos como o dourado e dos representantes da família Scombridae. A pesca corrico também apresenta uma duração de 12 dias (DI BENEDITTO, 2001).

A pesca com espinhel também é popular na região, sendo praticada para a captura de dourados e de cações. O espinhel apresenta uma variação na sua composição de

---

<sup>7</sup> A multiespecificidade de uma pescaria é apontada como um aspecto favorável à realização de uma pesca sustentável, pois reduz a pressão sobre um único estoque. Este cenário permite melhores oportunidades de reprodução e recrutamento aos estoques explorados, pois quando estes entram no período reprodutivo, o que em alguns casos representa o fim de uma temporada de pesca, os pescadores migram para outras espécies-alvo. Esta transição é notória em São João, quando, ao final da temporada do dourado (fevereiro), reduz-se significativamente a participação de pesca de linha como petrecho de captura.

bóias/cortiças e chumbada, podendo ser praticado próximo à superfície, em meia água e no fundo. A pesca se estende desde águas muito costeiras até 60 milhas náuticas em jornadas que duram de dois dias a uma semana (DI BENEDITTO, 2001).

As pescarias de linha descritas nos parágrafos anteriores, orientadas para a captura do dourado, pargo e peroá, correspondem as mais importantes em termos de produção e rentabilidade.

As redes também fazem parte do conjunto de aparelhos utilizados pelos pescadores de Atafona. A rede de espera conhecida localmente como “mijuada”, utilizada na captura de cações, pescadinha, xaréu, robalos etc. é muito popular. Esta modalidade é empregada em áreas bem costeiras, de poucos metros da praia até 20 milhas náuticas.

A pesca com rede de espera pode durar de um a cinco dias. Em alguns casos a rede fica permanentemente na água (com exceção dos momentos em que é retirada para manutenção), sendo inspecionada pelo pescador diariamente.

O arrasto do camarão sete-barbas também é conhecido como a pesca de sol-a-sol, por ser tradicionalmente realizada do início do dia ao pôr do sol (BRANCO E VERANI, 2006). Em São João da Barra, os pescadores passam, em média, 10 horas no mar (SANTOS E MENEGON, 2008).

De acordo com SANTOS E MENEGON (2008), os arrastos são duplos e com portas, ou seja, apenas uma embarcação puxa duas redes simultaneamente, que se mantém abertas pela utilização das portas. Os arrastos têm como espécie-alvo o camarão, embora acidentalmente pesque outras espécies que também possuem valor comercial.

Os arrastos de camarão ocorrem na plataforma continental interna, principalmente sobre o banco de lama fluvial que se estende da foz do rio Paraíba do Sul até a altura da lagoa preta em Quissamã. Esta facie se alarga quanto mais próxima do rio Paraíba, alcançando a extensão máxima de 20 km, na altura de Grussaí, 10km na fronteira entre São João e Campos e 5 km a partir do Cabo de São Tomé. Este banco de lama se encontra em profundidades inferiores a 20 metros ao longo de toda a sua extensão.

Neste “corredor” de arrasto do camarão existem, de acordo com SANTOS E MENEGON (2008:24), pelo menos 15 grandes pesqueiros, sendo os mais freqüentados: Baça da Barra, Marinha, Grussaí e Caixa D’água, todos situado entre Atafona e Barra do Açu.

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com os ‘arrasteiros’, a pesca do camarão não se restringe a este importante banco pesqueiro do estado do Rio de Janeiro. Esta se estende, pelo menos, mais 20 km a Leste do banco, alcançando profundidades de até 40 metros<sup>8</sup>.

O **Mapa 4.4.4-2** apresenta uma perspectiva detalhada das principais áreas utilizadas pelas embarcações de arrasto de camarão, tanto da frota mais artesanal e local, que como já mencionado, atua, preponderantemente, sobre uma área bem costeira (com extensão aproximada de 4.692 km<sup>2</sup>), quanto à região ocupada também pela frota de arrasto visitante, ou seja, de outras localidades.

No **Mapa 4.4.4-2** também é possível identificar a área marítima ocupada pelo porto e o polígono de segurança localizado no entorno da ponte, do canal de acesso e da

---

<sup>8</sup> O sete-barbas, diferentemente dos demais camarões da família Penaeida, depende dos estuários apenas na sua fase de crescimento, realizando migrações *onshore-offshore* no momento da reprodução/desova. Além disto, embora seja marcante a correlação da ocorrência do sete-barbas junto a fundos lamosos e rasos (até 25 metros), é registrada a ocorrência desta espécie para profundidades de 70 metros e associados a fundos arenosos (NATIVIDADE, 2006). Desta forma, há fundamento na literatura científica sobre a distribuição da espécie que respalde as informações obtidas em entrevistas com os pescadores.

bacia de evolução<sup>9</sup> e que apresentará restrição ao desenvolvimento de práticas pesqueiras.

Pelo que indica as análises do projeto do Porto e da realidade do arrasto de camarão na região, identificas no **Mapa 4.4.4-2**, nota-se que a área de restrição a navegação definida no entorno da área marítima do porto organizado, apesar de se localizar próxima a dois tradicionais pesqueiros de camarão (Maria Rosa ao sul e Pesqueiro do Porto ao norte), representa apenas uma pequena fração da região de maior concentração da atividade da pesca camaroneira em estudo, uma ocupação inferior a 1 % desta.

O histórico dos desembarques pesqueiros realizados em São João da Barra é marcado por um momento de produção recorde em 1998 (aproximadamente 10.900 toneladas), seguido por acentuados declínios de: 40 % (entre 1998 e 1999, e 1999 e 2000), e de 82 % (entre 2002 e 2003). A queda acumulada da produção pesqueira sanjoanense entre 1998 e 2003 foi de 97 % (INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR, 2007).

As causas da situação caótica em que se encontrou a pesca sanjoanesne no ano de 2003 podem ser atribuídas a fatores endógenos e exógenos a pesca. O principal fator endógeno corresponde a sobrepesca, cujo caso mais marcante na região pode ser atribuído à pesca do peroá, realizada até 2002 com o puçá<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Definido a partir de um contorno 500 metros no entorno de todas as áreas marítimas do porto.

<sup>10</sup> Os pescadores Norte-fluminenses, em meados da década de 80, desenvolveram um petrecho adaptado para a captura do peroá, espécie que era até aquele momento era capturada com a linha pargueira, o puçá-grande. Tão logo o puçá-grande se mostrou eficiente, iniciou-se uma grande disseminação de sua utilização, alcançando o Sul do Espírito Santo (VIANNA *et al.*, 2006). A grande capacidade de captura deste petrecho transformou a pesca do peroá na mais importante do município de São João da Barra, em termos de produção e rentabilidade<sup>10</sup> (INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR, 2007). Mas além de muito produtivo, o petrecho também se mostrou pouco seletivo, capturando uma grande quantidade de juvenis. A pesca se mostrou então de caráter altamente predatório, fato que motivou o IBAMA a editar a Portaria nº 81/2002 (VIANNA *et al.*, 2006). A pesca então, em virtude do comprometimento dos estoques e da proibição do principal petrecho de captura da espécie, declinou acentuadamente 2002 e 2005. Em 2006 a produção de peroá foi a segunda mais importante em São João, porém sem ter representado (PMSJB, 2008).

Com relação às interferências exógenas se inclui a poluição do mar local em virtude de despejos acidentais de poluentes, tal como o ocorrido em 2003, com o vazamento de 1,2 bilhões de litros de resíduo (GONÇALVES *et al.*, 2003), para citar um caso recente. A atividade pesqueira foi suspensa por 30 dias pelo IBAMA<sup>11</sup>, e uma grande mortalidade de organismos marinhos se sucedeu enquanto o resíduo se dispersava pelo mar.

Atualmente, nota-se uma tendência de recuperação, influenciada principalmente pelo aumento da captura do dourado, espécie que passou a ser explorada pela frota de São João apenas a partir de 2003. A pesca do camarão também recuperou o fôlego, pois após despencar 98 % entre 1998 (ano da produção recorde) e 2003, aumentou estrepitosamente entre 2004 e 2007 (INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR, 2007; PMSJB, 2008).

Os desembarques ocorrem principalmente em Atafona, na CEAB e no porto da Igreja da Penha e o Pontal. A infra-estrutura de desembarque de São João, como na maior parte do Estado do Rio de Janeiro, é muito precária. A maior parte do pescado é conservado em *freezers* e existe apenas uma fábrica de gelo (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005). Monitoramentos realizados em 2007 identificaram outros três frigoríficos em pleno funcionamento no município.

De acordo com SEAP/IBAMA/PROZEE (2005), encontra-se instalada em São João da Barra uma incipiente estrutura de apoio à produção do pescado. Há no município apenas oito microempresas dedicadas ao reparo de embarcações, sendo dois estaleiros e cinco carpintarias.

No comércio predomina a ação de intermediários, tanto para as capturas de peixe quanto de camarão. No caso da ictiofauna, 70 % da produção é absorvida por atravessadores. A atuação destes atores sobre a produção do camarão é menor,

---

<sup>11</sup> Portaria IBAMA nº 024 de 15 de maio de 2003

porém, não menos significativa, pois 60 % da produção é comprada por eles. O restante do pescado desembarcado é vendido para a população de São João da Barra, principalmente, no Mercado Municipal. (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

A colônia já desenvolveu parcerias com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e com a Prefeitura Municipal para realizar projetos, como o de piscicultura em tanques-rede e de beneficiamento de pescado, mas a iniciativa não foi adiante.

Um importante meio de comunicação dos pescadores de São João da Barra é a rádio-base Estação Costeira de Apoio Marítimo – ESCOAM, dirigida pela Defesa Civil Municipal. Através desse canal, os pescadores entram em contato com suas famílias, enviam recados e é assegurado o atendimento em caso de acidentes. A ESCOAM opera nos seguintes canais: 18PX e 71VHF para se comunicar com os que realizam a pesca marítima costeira de arrasto de camarão; e 13PX e 71VHF com aqueles que realizam a pesca costeira e oceânica de rede de espera e espinhel.

#### **b) Farol de São Tomé (Campos dos Goytacazes):**

A pesca no município de Campos dos Goytacazes, depois da produção de petróleo e de gás natural e da agricultura, especialmente do cultivo de cana-de-açúcar, é uma das principais atividades econômicas do município.

Campos, embora possua uma grande extensão territorial, tem uma reduzida área de costa proporcional. Seu litoral é marcado pela inflexão que conforma o cabo de São Tomé e as influências da proximidade com a foz do rio Paraíba. A hidrodinâmica marinha é responsável pela formação de uma costa sem abrigos. Essa peculiar condição geográfica marcou o desenvolvimento de estratégias únicas de sobrevivência da atividade pesqueira local.

A ausência de porto ou área abrigada para servir de atracadouro dos barcos é um dos maiores entraves, assim apresentado pelos pescadores entrevistados, ainda que tenham desenvolvido uma técnica de mantê-los aportados na praia, fora da água. A noite se pode observar os barcos enfileirados na praia, como se fosse um grande estaleiro. Os barcos são lançados no mar e puxados de volta com o auxílio de tratores. Esse procedimento, além de perigoso, é pago e caro.

Da mesma forma como ocorre em outras localidades do litoral Norte, a pesca litorânea em Campos dos Goytacazes também é dividida em função das modalidades empregadas. Num estudo anterior realizado pela **Ecologus** na região, essas modalidades foram assim caracterizadas:

- A pesca de parelha é realizada ao longo de todo o ano e estende-se além de 100 km da costa. Envolvessem neste tipo de pesca 40 embarcações e 240 pescadores, sendo a captura média de cerca de 1.800 toneladas/ano, entre 10 tipos de espécies de pescado capturadas.
- A pesca de linha é realizada por barcos que permanecem, em média, uma semana no mar, podendo lançar os anzóis até a profundidade de 200 metros. Esta modalidade de pesca também é realizada durante o ano todo, com aproximadamente 125 barcos, 625 pescadores, capturando cerca de 4.000 toneladas/ano, entre 17 espécies de pescado.
- A modalidade de pesca com rede de espera é realizada por embarcação que varia de 6 a 10 metros, com três tripulantes. Cada rede, colocada verticalmente na coluna d'água, na superfície e/ou fundo, possui cerca de 3.000 metros de comprimento, com malha de 50 mm ou mais, para a captura de espécies bentônicas ou pelágicas. Cerca de 30 embarcações e 150 pescadores realizam esta pesca, avançando 50 km da costa.
- O arrasto de balão com portas é específico para a captura do camarão sete-barbas, barba russa e do camarão rosa. Esta modalidade de pesca é realizada por cerca de 100 barcos e 200 pescadores, durante todo o ano, exceto nos meses de

defeso, a partir de 4 km de distância da costa.

- Para a pesca realizada especificamente para a captura do pargo, os barcos são do tipo de arrasto de balão e traineira, levando cerca de dois tripulantes.

Os pescadores do município de Campos estão representados pela Colônia dos Pescadores Z-19, localizada no distrito de Farol de São Tomé. Essa colônia possui uma sede, instalada em um imóvel alugado. Sua jurisdição abrange desde a comunidade dos Fildalhos até Quixaba. Além de garantir os benefícios de seus associados – seguro defeso do camarão, da sardinha, do caranguejo e da piracema, carteira do pescador e aposentadoria – a entidade também busca recursos para o desenvolvimento de projetos voltados para a maricultura e para o desenvolvimento da pesca.

O total de pescadores registrados na colônia, segundo o presidente da entidade, é de 830, entre: pescadores litorâneos e de águas interiores, marisqueiros e caranguejeiros. Suas estimativas, entretanto, superam esse valor, chegando à cerca de 1.500 pescadores atuando na região. Estima ainda que a frota pesqueira seja constituída por 125 barcos, dos quais 96 estão registrados na colônia. A grande maioria dos pescadores registrados pratica a pesca do camarão, segundo estimativas da colônia onde cerca de 90% das embarcações registradas estão voltadas para essa atividade.

O Censo Pesqueiro de 2000 (FIPERJ, 2008), indica para Campos dos Goytacazes 849 pescadores, ou seja, um valor muito próximo ao número de pescadores cadastrados na colônia.

Da mesma forma como para São João da Barra, o censo estrutural da pesca realizado pela SEAP identificou para Campos de Goytacazes um número menor de embarcações. Ao todo foram identificadas pelos recenseadores da SEAP 70 embarcações pesqueiras. Porém, conforme informou o presidente da colônia, a

maioria absoluta das embarcações são dedicadas ao arrasto do camarão, 68 delas com 12 metros ou mais de comprimento (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

As principais espécies capturadas são o camarão, o pargo e a pescadinha. A colônia não pode estimar sobre o volume da produção de pescados no município. Resultados de trabalhos de campo realizados pela **Ecologus**, nos anos de 2002, 2003 e 2005, estimavam um volume de cerca de 5.800 toneladas de pescado produzido anualmente.

Na **Foto 55** encontra-se uma amostra dos resultados de um arrasto de camarão.



**Foto 53:** Desembarque de camarão em Farol de São Tomé.

O desembarque do pescado em Farol de São Tomé é realizado na praia do Farol, onde os barcos são retirados ou colocados no mar com auxílio de cinco tratores mantidos pela Colônia Z-19, devido à inexistência de um porto. Com este procedimento, ocorre um desgaste maior das quilhas das embarcações, determinando um maior gasto com a sua manutenção.

A entidade mantém cinco tratores para execução desta rotina, que há alguns anos, costumava custar ao pescador a soma de R\$30,00 (**Fotos 56, 57 e 58**).



**Foto 56:** Embarcação pesqueira sendo rebocada para a praia de Farol de São Tomé.



**Foto 57:** As embarcações pesqueiras são “cuidadosamente estacionadas” na praia com o auxílio de um trator



**Foto 58:** Aspecto geral da situação da praia do Farol de São Tomé.

Ainda compõe a infra-estrutura de apoio a atividade pesqueira em Campos: 3 fábricas de gelo e 15 *freezers* e 3 carpintarias dedicadas ao concerto das embarcações pesqueiras (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

Para o presidente da Colônia Z-19, o principal problema relacionado com a atividade pesqueira é o fato do pescado invariavelmente ser vendido para o atravessador, que, muitas vezes, é o armador/proprietário da embarcação. De fato, apenas 10 % do pescado é vendido diretamente ao consumidor final do pescado,

enquanto que 60 % é comprado por intermediários e outros 30 % por empresas de beneficiamento (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

Os custos dos insumos pesqueiros como o óleo diesel e gelo têm aumentado, o que não se pode dizer do preço de primeira venda do pescado. Esta situação torna a vida dos pescadores de convés, que recebem por partes, ainda mais difícil, pois, os custos de produção são compartilhados entre todos, e não apenas internalizados pelo proprietário da embarcação.

Avaliar o desenvolvimento da pesca campista é complicado pela falta de estatística pesqueira, como a existente em São João da Barra. Mas, considerando que os pescadores de Farol de São Tomé utilizem o mesmo banco camaroneiro que a frota sanjoanense, pode-se supor que ela tenha passado por um ciclo de alta produtividade no final da década de 90, decaindo drasticamente nos primeiros anos de 2000 e se restabelecendo a partir de 2004.

Como alternativas visando o desenvolvimento das atividades pesqueiras no município, o representante da Colônia Z-19 tem considerado sobre maricultura e o beneficiamento de pescado, como forma de aliviar os estoques pesqueiros e complementar a renda do pescador. Ao mesmo tempo, são projetos da colônia: conseguir uma bomba de óleo, para o abastecimento dos barcos e; uma fábrica de gelo, pois o óleo e o gelo chegam em Farol de São Tomé por intermédio do atravessador, que dobra o preço do produto.

Outra luta da colônia é com relação ao término da construção do píer da Barra do Furado. Esta obra eliminaria a atual situação em que os barcos do Farol são rebocados por tratores para poderem navegar. Com a conclusão da obra, que está parada, os barcos poderão ficar protegidos na água, sem a necessidade do uso dos tratores (**Fotos 59 e 60**).



**Foto 59:** Entrada da Barra do Furado.



**Foto 60:** Alguns mestres pescadores de Campos dos Goytacazes já utilizam a lagoa do Furado como abrigo para as suas embarcações.

Existe também, no município de Campos dos Goytacazes, uma associação de pescadores que pescam em águas interiores, na Lagoa Feia, Lagoa do Jacaré, Canto do Rio e no Canal da Flecha. A Associação dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos possui cerca de 200 associados, com uma frota de 150 barcos pequenos, com cerca de 7,0 metros de comprimento. A associação pretende desenvolver os seguintes projetos: cozinha comunitária, corte e costura e cultivo de peixes em tanques-rede.

A prefeitura oferece apoio aos pescadores, complementado o seguro-defeso, em troca de serviços comunitários.

#### **c) Barra de Itabapoana, Guaxindiba e Gargaú (São Francisco de Itabapoana):**

O município de São Francisco de Itabapoana possui uma extensa área de litoral, que chega a cerca de 50km. Os trechos de praia desertos são intercalados com aglomerações urbanas. Nas localidades de Barra de Itabapoana, Guaxindiba e Gargaú concentra-se a atividade pesqueira desenvolvida no município, a mais importante da região Norte Fluminense.

O Censo Pesqueiro de 2000 mostra uma população de 1.490 pescadores dedicados a pesca marinha, dos quais, apenas 400 são registrados na Colônia de Pescadores Z-01, fundada em 2002.

Assim como em Atafona, não existe um porto de desembarque, mas uma série de pequenos atracadouros e entrepostos privados, ao longo do rio Itabapoana, pertencentes aos donos de pequenas empresas de beneficiamento, fábricas de gelo, frigoríficos e peixarias.

Apesar da difusão dos desembarques pesqueiros ao longo de toda a orla municipal e nos rios, o censo estrutural da atividade pesqueira indica que o município conta com boa estrutura de apoio à pesca artesanal, representada por 3 fábricas de gelo, 16 frigoríficos para armazenamento de pescado, revenda de material de pesca, oito estaleiros e instalações de carpintaria naval (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

Também predomina em São Francisco de Itabapoana a atuação dos intermediários na compra do pescado, pois 75 % da produção é comprada por estes atores, que levam o produto até os mercados do Rio de Janeiro, como a CEASA. No próprio município é comercializado o restante da produção (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

Em Barra do Itabapoana existe uma frota voltada à pesca de espinhel, realizada prioritariamente nas áreas marítimas da produção petrolífera da Bacia de Campos. Essa pescaria é voltada para a captura de espécies como dourado, enchova, sarda e o pargo, em profundidades que variam de 60 a 300m e distâncias de até 250km da costa.

Em Gargaú (**Fotos 61 e 62**) os moradores estão, em sua grande maioria, atrelados às atividades pesqueiras, como principal fonte de renda e subsistência das famílias. Os pescadores concentram-se, principalmente, no bairro denominado de Buraco Fundo. Nessa localidade, realizam-se as principais modalidades locais de pesca: pesca de espinhel, pesca de peroá e pesca de camarão (menos expressiva).



**Foto 61:** Embarcações de Gargaú em manutenção à beira do rio.



**Foto 62:** Embarcações de Gargaú atracadas.

A pesca do peroá se desenvolve em áreas distantes cerca de 50km da costa, em profundidades que variam entre 10 e 30 metros. Os pescadores podem permanecer até 8 ou 10 dias no mar, em embarcações médias (8 a 12 metros), com uma tripulação de 3 ou 4 pescadores. Segundo informações locais, a divisão da produção do peroá é efetuada da seguinte maneira: 30% para o dono do barco, 40% para o mestre e 30% para o restante da tripulação. O principal petrecho utilizado é o anzol.

Em Guaxindiba, a pesca é prioritariamente voltada para a captura do camarão. Os barcos ficam ancorados próximos à praia, em mar aberto. A pescaria dura apenas um dia, entre 2 ou 3 da madrugada e o início da tarde. Em algumas épocas do ano, saem a noite e passam o dia seguinte no mar. Por isso, nem todos os pescadores utilizam gelo para o armazenamento do pescado, o que representa um custo menor de investimento na produção.

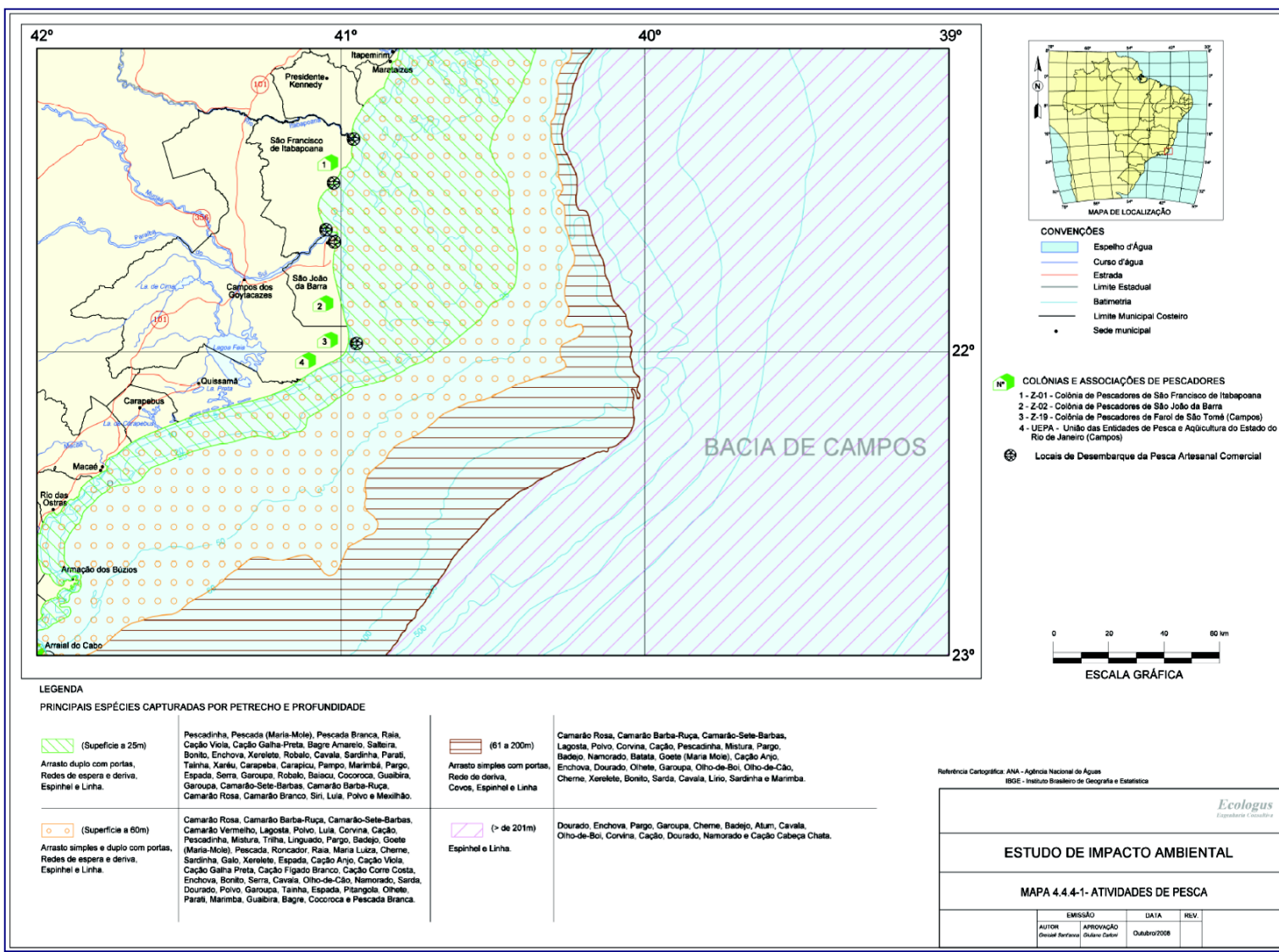
Os pesqueiros utilizados pelos pescadores, localmente denominados de “lamas”, ficam distantes cerca de 50 minutos de viagem desde de Guaxindiba e vão da costa confrontante com essa localidade até o município de São João da Barra, nas cercarias de Atafona.

Um dos pescadores desta localidade informou existirem cerca de 100 barcos camaroneiros em Guaxindiba. Aqueles que desembarcam na própria localidade, vendem a produção para os atravessadores e donos de frigoríficos. Alguns se dirigem até os mercados de Macaé e aos pontos de desembarque de Barra do Itabapoana. Uma parte da produção também costuma ser vendida como isca para os outros tipos de atividades pesqueiras locais.

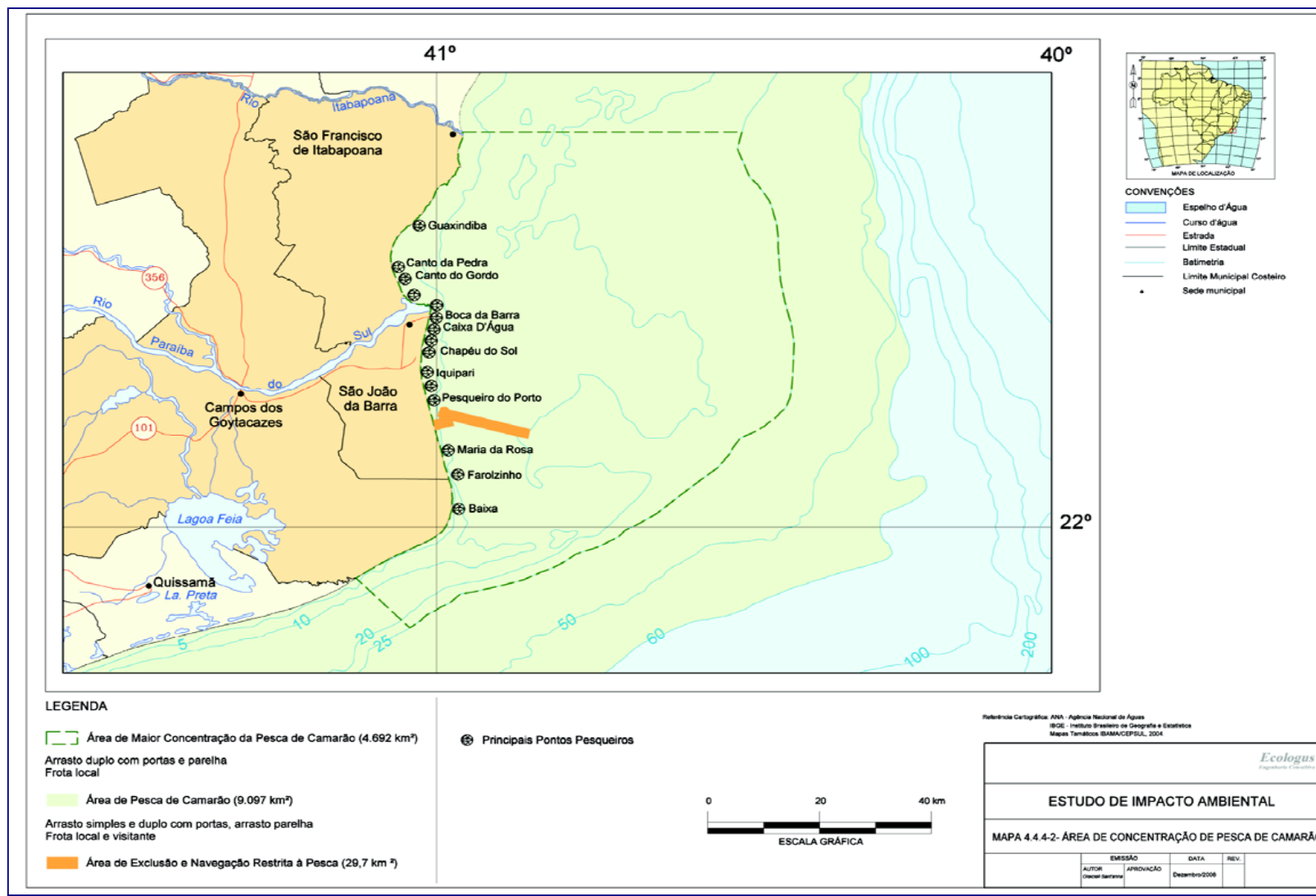
O censo estrutural da atividade pesqueira indica um número menor de embarcações para a região. De acordo com o estudo são 145 embarcações pesqueiras no município, 106 delas traineiras (que podem pescar camarão, peroá). Também foram identificadas 6 embarcações de arrasto. A frota de São Francisco possui comprimento máximo de 12 metros de comprimento (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

A estação de rádio ESCOAM é referência também entre os pescadores de São Francisco de Itabapoana, sendo que em Gargaú as embarcações geralmente adotam o canal 37PX e em Guaxindiba os canais 40 e 23PX.











## Índice

<b>4.4.5</b>	<b>Diagnóstico do Potencial Arqueológico da Área de Influência do Empreendimento .....</b>	<b>2</b>
4.4.5.1	Introdução .....	2
4.4.5.2	Caracterização Geral da Região.....	3
4.4.5.3	Objetivos.....	6
4.4.5.4	Aspectos Metodológicos .....	7
4.4.5.5	Seqüência Operacional .....	9
4.4.5.6	Aspectos Arqueológicos do Litoral Norte Fluminense.....	11
4.4.5.7	Aspectos Etno-Históricos do Litoral Norte Fluminense.....	15
4.4.5.8	Aspectos Históricos do Litoral Norte Fluminense .....	20
4.4.5.9	Resultados dos Trabalhos de Campo.....	24
4.4.5.10	Avaliação e Propostas .....	29

### **Anexos:**

- ❖ **Anexo 1:** Mapa de Localização dos Pontos de Coleta
- ❖ **Anexo 2:** Relação dos Sítios Arqueológicos Identificados na Região
- ❖ **Anexo 3:** Relação dos Bens Tombados na Região



#### **4.4.5      *Diagnóstico do Potencial Arqueológico da Área de Influência do Empreendimento***

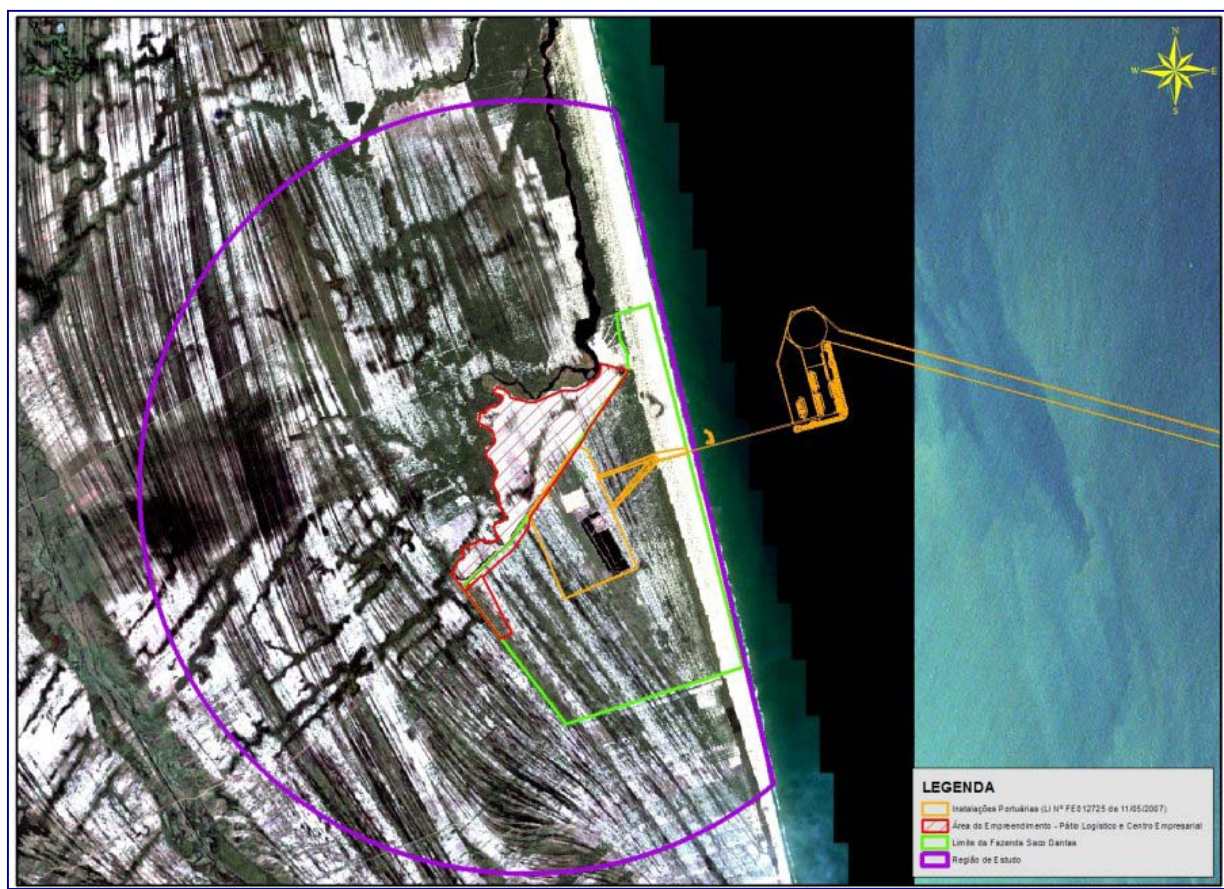
##### **4.4.5.1      Introdução**

A área destinada à implantação do Pátio Logístico, objeto deste EIA, denomina-se Fazenda do Meio e situa-se adjacente à Fazenda Saco D'Antas, no município de São João da Barra (**Figura 4.4.5-1**). Ambas as áreas fazem parte do previsto Complexo Industrial Portuário do Açú.

A Fazenda Saco D'Antas abrange 1.924 ha e 6,7 km ao longo da linha de costa. Nessa área foi realizado, em 2006, um levantamento de campo no intuito de caracterizá-la quanto ao potencial arqueológico. O estudo foi apresentado no EIA do Porto do Açú em agosto daquele ano, para o empreendimento de implantação do Terminal de Minério de Ferro.

Posteriormente, a Portaria do IPHAN N° 379 de 30 de novembro de 2006 autorizou a pesquisa na área, onde a equipe de arqueologia efetuou levantamento sistemático de superfície, dando subsídio à elaboração do Diagnóstico do Potencial Arqueológico. A partir dos resultados realizados para esse diagnóstico, foi elaborado o Projeto de Acompanhamento / Prospeção Arqueológica, autorizado pela Portaria do IPHAN N° 158 de 30 de julho de 2007, tendo sido realizadas prospeções intensivas na área de impacto direto das obras de engenharia para implantação do referido terminal.

Com base nos estudos acima referidos foi elaborado o presente diagnóstico para a Área de Influência do empreendimento em foco.



#### 4.4.5.2 Caracterização Geral da Região

Conforme apresentado no **Capítulo 4, Seção 4.2, Itens 4.2.1 e 4.2.2** deste EIA, a região do Complexo Portuário do Açú apresenta topografia baixa, contínua, bastante arenosa, com várias lagoas, braços de rio e canais de drenagem construídos no passado, assim como nos últimos anos.

Na região Norte Fluminense em termos geológicos predomina os sedimentos quaternários marinhos costeiros (Qml) e sedimentos fluviais (Qal), este de forma notável no entorno da Lagoa Feia, em Campos. De idade pleistocênica, as fácies arenosas que caracterizam os depósitos praias tem origem marinha ou lagunar, sendo recobertas por areias eólicas. Já o Grupo Barreiras (Tb), de origem terciária, aflora na região de Quissamã-Caraípebus, sendo a área de maior expressão no delta do rio

Paraíba do Sul; esse grupo se apresenta sob a forma de tabuleiros ou falésias, tendo sido formado provavelmente em clima semi-árido durante o Plioceno, formando-se amplos leques aluviais nos sopés das encostas (segundo MARTIN *et al.*, 1997 e GHIGNONE, 1979 in: RADAM, p.67).

A unidade Bela Joana (Ny2b), que ocorre adentrando o continente é a mais antiga (570 a 560 Ma) na região estudada, de rochas granitóides pertencentes ao Complexo Charnockítico, integrante da Associação Paraíba do Sul. Ocorre sob a forma de dois corpos alongados, de direção NE-SW, situados nos quadrantes Norte e Nordeste do Estado do Rio de Janeiro e chega a ter 125 km de extensão e largura máxima de 24 km, estendendo-se ao Estado do Espírito Santo (RADAM, 1983:41).

Predominante na região é a planície costeira quaternária existente na desembocadura do rio Paraíba do Sul, que apresenta uma área de cerca de 3.000 km<sup>2</sup> e suas dimensões máximas são de 120 km na direção N-S e de 60 km na direção E-W. Foram identificadas as seguintes unidades de sedimentação nessa planície:

- **Terraços marinhos pleistocênicos:** mais desenvolvidos na parte Sul, com zonas de intercordões que foram ocupadas por lagunas ligadas ao último período de nível marinho mais alto de idade holocênica;
- **Terraços marinhos holocênicos:** mais desenvolvidos na porção norte da planície, em ambos os lados da desembocadura do rio Paraíba do Sul, são mais recentes que 5.100 anos A.P.;
- **Sedimentos lagunares:** na porção central da planície ocupando áreas de São Tomé e da Lagoa Feia, ocorrem sedimentos argilo-orgânicos ricos em conchas com datação entre 7.000 a 5.000 anos A.P.;
- **Sedimentos fluviais:** na porção central, repousam sobre os sedimentos lagunares, entre Campos e São Tomé foram encontradas numerosas “cicatrices” de paleocanais no meio destes sedimentos (MARTIN *et al.*, 1984:87).

Têm sido evidenciadas várias fases evolutivas na construção da parte holocênica da planície e desembocadura do rio Paraíba do Sul, onde se teriam formado um sistema de ilhas-barreiras e laguna, que levaram o rio a construir um vasto delta intra-lagunar. Após 5.100 anos A.P., o nível relativo do mar vem tendo rebaixamento contínuo provocando a transferência das areias da plataforma continental e formando os vastos cordões de praia.

Em termos de vegetação destacam-se na região os ecossistemas de restinga. Estes ocupam 79% da costa brasileira e se localizam em substratos arenosos originados de depósitos marinhos do período quaternário e freqüentemente englobam lagoas de água salgada, salobra ou doce.

À medida que se distância do mar em direção ao continente, ocorre uma redução na concentração salina no solo, o que caracteriza formações vegetais distintas em praias, cordões arenosos, dunas e depressões. De acordo com o estágio de desenvolvimento, podem-se observar estratos herbáceos, arbustivos e arbóreos, este último mais interiorizado.

Assim, o estrato de gramináceas ocupa a faixa mais próxima da praia, seguida de uma faixa de vegetação intermediária onde entre gramíneas aparece de forma esparsa as espécies do estrato seguinte, prenunciando o seu crescimento. O próximo estágio muitas vezes apresenta-se em forma de moitas de restinga intercaladas por clareiras, de pequenos bosques e campos ralos de gramíneas, com a presença de pitangueiras, aroeiras, manga da praia, murici, mandacaru, guriri, entre outras espécies.

O ambiente mais extremo, ou seja, em áreas mais afastadas da praia desenvolvem-se espécies lenhosas, com raízes profundas, galhos numerosos e contorcidos, muitas vezes denominados como “cerrado de restinga”. Na planície de restinga de São João da Barra este adensamento da vegetação é observado mais para oeste alcançando os

aluviões de Campos e, nas zonas marginais nas lagoas de Iquipari e Grussaí, cobrindo largas áreas como que matas ciliares.

Os cordões arenosos da restinga são intercalados por depressões, ou ainda, os pequenos córregos submersos pela areia formam os chamados “caminhos d’água”, geralmente embrejados, que nos períodos secos apresentam vegetação mais verde (LAMEGO, 1974).

#### **4.4.5.3 Objetivos**

As atividades desenvolvidas para o Diagnóstico do Potencial Arqueológico da área do Complexo Portuário do Açú, realizadas em 2006, teve por base os seguintes objetivos:

- 1) Análise de fotografias aéreas e imagens de satélite da área de pesquisa;
- 2) Levantamento dos sítios arqueológicos e históricos registrados na região;
- 3) Coleta de informações arqueológicas, antropológicas, etno-históricas e históricas sobre o litoral Norte-fluminense;
- 4) Levantamento em campo da área de influência direta do empreendimento;
- 5) Levantamento de campo em áreas secundárias, correspondendo aos locais indicados pelas análises de fotografias aéreas, por pesquisas anteriores e documentos históricos;
- 6) Identificação de vestígios arqueológicos e características culturais;
- 7) Elaboração de diagnósticos e avaliação dos impactos, de acordo com os procedimentos das técnicas das obras de engenharia;
- 8) Elaboração de projeto(s) de Prospecções Intensivas e Resgate de sítios arqueológicos a serem impactados, de acordo com as etapas de licenciamento e o cronograma das obras;
- 9) Definição de propostas de Educação Patrimonial, de forma a divulgar e valorizar o patrimônio arqueológico para o público em geral, segundo as propostas da Arqueologia Pública e as legislações patrimoniais, nacional e internacional.

#### 4.4.5.4 Aspectos Metodológicos

A ênfase da maioria das pesquisas arqueológicas realizadas no Estado do Rio de Janeiro encontra-se nos sítios arqueológicos pré-coloniais. No entanto, nos estudos arqueológicos dos sítios históricos, merecem atenção especial o caráter discursivo tanto dos vestígios materiais como documentais (FUNARI, HALL & JONES, 1999; FUNARI & ZARANKIN, 2004), como objetos de estudo inseparáveis (OLIVEIRA, 2002 e 2004). Assim sendo, as documentações textual e iconográfica podem aumentar a validade e poder das interpretações do arqueólogo, pois estas conexões nem sempre são legíveis simplesmente através dos sítios arqueológicos (ORSER, 1996).

A estratégia adotada em campo para a localização de vestígios arqueológicos consistiu na realização de levantamento sistemático de superfície (inspeção visual) e subsuperfície em áreas selecionadas a partir das análises de fotografias aéreas, imagens de satélite e fontes cartográficas.

As áreas foram definidas, utilizando-se das informações históricas e características ambientais que favorecessem o assentamento das populações humanas como: alta visibilidade, proximidade à água, proximidade a recursos, proteção contra o vento, informações descritas em documentos, entre outros.

Um “sítio arqueológico” é definido como local que apresenta vestígios de ocupação humana, ou seja, estruturas de fogueiras, concentração de cultura material, restos alimentares, entre outros. Os locais onde os vestígios superficiais apresentam-se dispersos e com pouca representatividade são definidos como “áreas de ocorrência”.

As observações de subsuperfície foram realizadas através dos canais de drenagem e “cacimbas” existentes na área (Fazendas Saco D’Antas e Fazenda do Meio), já que esta apresenta uma rede destas estruturas. A ocorrência de vestígios materiais foi registrada,

observando-se a existência ou não de concentração dos mesmos. Tais ocorrências foram georreferenciadas, realizadas coletas de amostras, sendo estas etiquetadas, com indicação do local de coleta e a identificação do material.

Os materiais coletados foram analisados no Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ por meio de práticas como: classificação (tipologia), catalogação (nº de registro, classificação, procedência, técnica de confecção, dimensões, estado de conservação, e outros) e tombamento (registro informatizado dos dados que constam na ficha catalográfica).

Para os levantamentos de campo foram definidas, como objeto de pesquisa exaustiva, a área de impacto direto correspondente à delimitação da fazenda onde serão instaladas as estruturas portuárias.

A Base de Informação da área da Fazenda Saco D'Antas localizada no município de São João da Barra – RJ, apóia-se fundamentalmente na folha topográfica de Muçurepe (SF-24-G-IV-4 complemento SF-24-III-3), na escala de 1:50.000, produzida pela Diretoria de Geodésica e Cartografia do IBGE.

A referida base teve como principal objetivo espacializar os pontos coletados em campo com GPS (**Anexo 1**), apresentando as seguintes categorias de informações altimétricas e planimétricas:

- Hipsografia ⇨ curva de nível (eqüidistância de 20 m), pontos cotados;
- Obras e edificação ⇨ construções, pontes;
- Hidrografia ⇨ rios, córregos, represas;
- Malha em UTM;
- Toponímia ⇨ nome das localidades, bairros;
- Vias ⇨ arruamento, estradas.

Para a sua construção foi adotada a seguinte metodologia:

### 1) Edição dos arquivos vetoriais

- Integração dos elementos das bordas:
  - a) reticulado da projeção/dados marginais;
  - b) deslocamento de elementos;
  - c) nível, cor, estilo, peso, fonte, tamanho e tipo (ponto, linha, polígono, célula, texto) dos elementos vetoriais;
  - d) "ligação" de elementos que têm continuidade nas folhas adjacentes;
  - e) elementos que se superpõem, total ou parcialmente, no mesmo arquivo ou em arquivos diferentes.
- Eliminação de eventuais erros de vetorização:
  - a) ausência de elementos vetoriais;
  - b) elementos estranhos nos arquivos;
  - c) erros na simbologia de representação dos elementos vetoriais (cor, estilo e peso das linhas);
  - d) vetorização incorreta de elementos;
  - e) superposição indevida de linhas;
  - f) elementos incompletos e/ou falhados;
  - g) erros de posicionamento e grafia dos elementos textuais;
- Transferência dos elementos para os níveis estabelecidos.

#### 4.4.5.5 Seqüência Operacional

As atividades de pesquisa foram realizadas em três etapas:

##### ➤ Gabinete:

- Levantamento cartográfico histórico;
- Levantamento de obras bibliográficas sobre a região;

- Levantamento em publicações e instituições de sítios arqueológicos e patrimônio histórico e cultural;
- Sistematização das informações coletadas.

➤ Campo:

- Identificação e georreferenciamento dos limites do empreendimento;
- Levantamento da área correspondente ao caminho litorâneo; presente em cartografia do século XVIII;
- Levantamento sistemático de superfície da área com vegetação de restinga arbustiva e lenhosa relativamente preservada;
- Levantamento dos quadrantes demarcados, em carta previamente demonstrada, na área de impacto direto;
- Levantamento dos quadrantes próximos às margens das Lagoas de Iquipari e Grussaí;
- Entrevistas com moradores locais e equipes de topógrafos e sondagens presentes na área.

➤ Laboratório:

- Plotagem das informações obtidas em campo;
- Análise das amostras coletadas;
- Análise das informações obtidas em entrevistas com moradores locais;
- Sistematização dos dados históricos e arqueológicos;
- Elaboração de Relatório Final.

De acordo com as especificações estabelecidas pelo IPHAN, foram considerados os seguintes limites para as áreas de influência, relacionadas aos aspectos arqueológicos e culturais:

- **Área de Influência Indireta (AII):** raio de 5 km a partir dos limites da Fazenda Saco D'Antas;
- **Área de Influência Direta (AID):** raio de 1 km a partir dos limites da Fazenda Saco D'Antas;
- **Área Diretamente Afetada (ADA):** áreas das fases de implantação e operação que sofrerão intervenção direta das atividades do empreendimento.

Cabe ressaltar que os limites da **AII** e a maior parte da **AID** acima estabelecidos englobam a área diretamente afetada pelo empreendimento de implantação do Pátio Logístico, objeto do presente EIA.

#### **4.4.5.6 Aspectos Arqueológicos do Litoral Norte Fluminense**

A região denominada Baixada Campista corresponde a toda uma região de planície arenosa em São João da Barra, prolongada para o interior pela planície argilosa de Campos. A planície de restingas, resultado da movimentação do enorme volume de sedimento trazido pelo rio Paraíba do Sul e distribuídos pelas correntes marítimas, caracteriza-se pela extensão linear dos cômodos e depressões.

Os sítios arqueológicos identificados na região, correspondem a sambaquis, sítios ceramistas e sítios de contato (**Anexo 2**) e os bens tombados, correspondem aos casarios, igrejas, solares e etc. (**Anexo 3**). Alguns dos sambaquis registrados encontram-se distante a quilômetros do oceano, na aba dos tabuleiros, área intermediária entre a planície argilosa e os sedimentos quaternários da costa.

De acordo com LAMEGO (1974), muitos destes sítios tiveram suas conchas utilizadas para a fabricação de cal. A distância destes sítios testemunha que a costa e a foz dos rios encontravam-se mais recuadas do que no período da colonização, período em que

a Lagoa Feia correspondia à uma enseada que, com a sua riqueza faunística certamente atrairia populações humanas.

Ainda no início do século XIX, AIRES CASAL (1976) a retrata como de água saudável mas turva, rica em pescados: piabanhas, piaus, crumatãs, corvina.

A planície aluviônica de Campos, mais para o interior, com florestas densas, floresta inundada e brejos herbáceos, e a planície arenosa de São João da Barra com vegetação de restinga, ofereciam os recursos necessários para subsistência, matéria-prima para a confecção de artefatos, construção de cabanas e confecção de canoas das populações humanas que as percorriam.

Nesta relação, entre o interior e o litoral, algumas populações utilizavam-se de recursos da caça e coleta em áreas de Mata Atlântica em determinados períodos, e em outros se encontravam no litoral utilizando-se, predominantemente, de recursos aquáticos e de restinga. Este movimento sazonal de populações pré-ceramistas pode ser verificado em um sítio arqueológico na ilha de Santana, próximo a Macaé, no litoral norte fluminense. A ilha foi ocupada há  $1260 \pm 330$  anos AP (antes do presente), por grupos que tinham como base da sua dieta o peixe, ficando a coleta de moluscos como uma atividade secundária.

A pesca era realizada próximo da praia e junto às pedras, pois todas as espécies consumidas podem ser capturadas em águas rasas. Em número bem menor, aparecem ossos e dentes de mamíferos, estando presentes espécies que só poderiam ser encontradas no continente; entre estas um osso de primata e ossos de cervídeo, espécies de Mata Atlântica, que não aparecem nas áreas de restingas do litoral (LIMA & SILVA, 1984).

Até o início do contato com o europeu, encontra-se no Rio de Janeiro, duas grandes tradições cerâmicas, as tradições Una e a Tupi-guarani, também presentes em sítios

arqueológicos no norte fluminense, assim como sítios com cerâmicas e material de origem européia testemunham os contatos entre indígenas e colonizadores.

Acredita-se que a cerâmica de tradição Una, presente em alguns sítios no Rio de Janeiro, tenha vindo do interior brasileiro, devido à presença desta cerâmica em Minas Gerais, cujas datações são mais antigas (DIAS JR, 1976/77). A variação que apresenta datações mais recentes, 550 a 980 a.D. (DIAS JR, 1964; 1967 e 1969), correspondem a sítios no sudoeste de Minas Gerais (DIAS JR, 1974), Espírito Santo (PEROTA, 1969 e 1974) e Rio de Janeiro (DIAS JR, 1969). Os sítios arqueológicos ocorrem nas áreas da Mata (MG), entre a planície litorânea e a Serra do Mar (ES e RJ).

A cerâmica da tradição Una encontrada, predominantemente, de São Pedro da Aldeia até Vitória, do vale médio do Paraíba e do Muriaé ao Alto Rio Doce, caracteriza-se como do tipo simples, com rara decoração plástica (pequenas ocorrências de incisões e estrias polidas), lembrando a forma do "fruto da Sapucaia". As interpretações arqueológicas e antropológicas relacionaram as fases arqueológicas desta tradição aos grupos indígenas não-Tupi (ALVIM *et alli*, 1973; BELTRÃO, 1978; DIAS JR & CARVALHO, 1980; MENDONÇA DE SOUZA, 1981; PROUS, 1992), ou seja, a povos do tronco lingüístico Macro-Jê (NOELLI, 1999:290).

Ainda que não haja uma correlação um a um entre cultura material e grupo étnico ou lingüístico (JONES, 1997), tais associações estabelecidas pela literatura arqueológica devem ser levadas em conta, de forma problematizada.

Segundo algumas interpretações, a cerâmica da tradição Tupi-guarani parece ter sua origem na região amazônica, sendo impulsionados em direção ao litoral. As populações fabricantes desta cerâmica, alcançando o litoral, pressionaram e disputaram territórios com os grupos da tradição Una. As pressões resultantes destas migrações poderiam explicar os sinais evidentes de aculturação Tupi-guarani na cerâmica do período final da tradição Una (fase Mucuri), em São Fidélis, como também a presença de cerâmica

Tupi-guarani em dois sítios arqueológicos em Campos, onde os cronistas registram como reduto de grupos indígenas não-Tupi.

Outras possibilidades interpretativas podem ser exploradas, se considerarmos que grupos diversos podiam usar tipos cerâmicos variados. Em uma mesma comunidade, diversos tipos cerâmicos, de variada origem, encontravam uso e apropriação diferenciados.

Alguns sítios Tupi-guarani, fase Ipuca, aparecem próximos ao rio Muriaé, em ilhas do rio Paraíba. A maioria são sítios pequenos, com média de 100 m<sup>2</sup> e superficiais. Próximo a São Fidélis foi encontrado o maior sítio, 7000 m<sup>2</sup>, com camada de ocupação de 40 cm de espessura. Isto parece indicar que alguns grupos Tupinambá se estabeleceram em pleno território não-Tupi. Entretanto, não conseguiram ficar isolados, recebendo influência de seus vizinhos e vice-versa, em interação cultural bem atestada na literatura antropológica e arqueológica (c.f JONES 1997).

A cerâmica destes sítios é de cor escura (chocolate), predominando as peças lisas. A decoração plástica mais encontrada é o polido-estriado, seguido pelo ungulado e, em menor escala, o corrugado. A decoração pintada (menos de 1%) é o engobo branco com alguma pintura vermelha.

A maior limitação de suas formas, percentagem alta do polido-estriado, e a quase inexistência do engobo, decoração corrugada e não aplicação do escovado indica influência de outra tradição não-Tupi (tradição Una - fase Mucuri), cujos sítios são encontrados na vizinhança (DIAS JR., 1977:118).

Outros sítios Tupi-guarani, classificados como da fase Itabapoana, encontram-se em pequenas elevações (50 cm), são superficiais (camada ocupacional de 10 cm), o que os caracteriza como sítios acampamentos. Em Macaé e São João da Barra foram localizados três sítios desta fase. São caracterizados por cerâmica de coloração

amarelado escuro, com um alisamento rudimentar. As peças com decoração apresentam o escovado, o unglado tangente em linha, o corrugado complicado, além de outros. A decoração pintada mais encontrada é o engobo vermelho, embora apareçam algumas peças com engobo branco, com faixas e traços vermelhos.

#### **4.4.5.7 Aspectos Etno-Históricos do Litoral Norte Fluminense**

Na área do norte fluminense são encontradas, desde o século XVI, referências à existência de grupos não-Tupi, aparecendo em destaque os chamados Goitacá. Os relatos indicam que estes habitavam a costa entre o rio São Mateus, no Espírito Santo, e o rio Macaé, no Rio de Janeiro, onde faziam contato com os Tupinambá, estando presentes também nas margens do rio Paraíba do Sul.

Dividia-se em três grupos tribais: Goitacá açu, Goitacá jacoritó, Goitacá mopi. Havia os que ocupavam as planícies que se estendiam da Lagoa Feia até o rio Paraíba (os jacoritó e os mopi), ou seja, a planície de restinga, e os que habitavam mais para o interior em áreas de florestas (os açu), na planície aluviônica. THEVET refere-se a um quarto grupo denominado Goitacá miri (METRAUX, 1946).

Famosos pela habilidade de guerrear em áreas abertas, eram considerados os grandes guerreiros dos campos, sendo comum as suas mulheres os acompanharem nas guerras (LAMEGO, 1974:88). De acordo com a descrição de SIMÃO DE VASCONCELOS (1658), tinham estatura mais elevada que os Tupi, mais musculosos, usando cabelos compridos até o ombro.

Sua subsistência baseava-se, principalmente, na caça, coleta e pesca, embora praticassem alguma agricultura de milho e tubérculos, estando ausente a mandioca (METRAUX, 1946). Entretanto, VASCONCELOS ([1658] 1882) faz referência a não existência de roças entre os Goitacá. Apreciavam o tubarão, consumindo a carne e

utilizando os dentes nas suas pontas de flechas. Não fabricavam redes para dormir, sendo suas camas sobre folhas.

Como habitantes de áreas ricas em lagoas, a navegação não era desconhecida, porém não utilizavam canoas, e sim jangadas. De acordo com WIEUD-NEWIEUD (1989), suas aldeias eram, geralmente, construídas em locais alagados ou em lagoas, com malocas em forma de pombal, em moirões. SIMÃO DE VASCONCELOS ([1658] 1882), descreve as aldeias Goitacá com choças de palha, fundadas cada qual sobre um esteio de pau metido na areia, por maior segurança dos seus contrários, cercados sobretudo de matas espessas, rios e charcos inacessíveis, estando sempre afastadas do litoral, encontrando-se nas planícies interioranas. Entretanto, como caçadores-pescadores-coletores, costumavam percorrer toda a planície de restinga, suas lagoas, rios e costa do mar, estabelecendo acampamentos temporários para as atividades de caça e pesca.

LAMEGO (1974) afirma ter encontrado em uma urna, de origem Goitacá, um machado de pedra, cujo material era proveniente das jazidas de Minas Gerais, o que demonstra troca com grupos do outro lado do Paraíba ou que seu território se estendia além do referido rio.

Sempre foram muito arredios a qualquer presença estranha em seu território, tanto que só foram pacificados com a ação dos Jesuítas. Em 1630 foram totalmente derrotados pela força portuguesa e, com os sobreviventes, foi fundada a Aldeia de São Pedro dos Índios. Uma das estratégias utilizadas pelo colonizador para quebrar a resistência Goitacá foi a prática de se espalhar roupas contaminadas por varíola nos campos, o que acabou por obrigá-los a conciliarem-se com os invasores (LAMEGO, 1974).

Os colonizadores, penetrando pela baixada de Campos, empurraram alguns grupos Goitacá cada vez mais para o interior, que, fugindo do contato, penetraram pelas matas das Serras do Mar e da Mantiqueira, territórios ocupados pelos chamados

Aimorés (CORNÉLIO FERNANDES, 1928). No início do século XVIII, o capitão-mor Domingos Alvarez Pessanha conseguiu atrair alguns Goitacá para a sua fazenda (LAMEGO: 1974:85). Aparecem referências aos índios Paraíbas como Goitacá do Rio de Janeiro, na região de Vila Rica antes da fundação desta (D'ORBIGNY, 1976: 150). Cabe ressaltar que JEAN DE LÉRY ([1555] 1980) identifica um grupo como Paraíbas ao sul do rio Itapemirim, que LAMEGO interpreta como sendo uma das aldeias Goitacá (1974:75). No início do século XIX, alguns poucos remanescentes desta etnia aparecem próximo a Cabo Frio e à vila de Campos (METRAUX, 1946).

No norte fluminense aparecem referências a outros grupos, tanto que WIED-NEUWIED (1989:97) diz que o território ocupado pelos Goitacá, era pequeno dentro dos termos dos rios Paraíba e Macaé. As matas da Serra do Mar até o Vale do Paraíba eram habitadas por indígenas Guarú ou Guarulhos (1672), que não desciam à planície devido aos Goitacá (LAMEGO, 1974).

Dominados os Goitacá, a ocupação da planície do norte fluminense acarretou o contato dos europeus com os grupos indígenas ocupantes das margens do rio Paraíba e das matas adjacentes.

Os grupos que se encontravam mais próximos das áreas de planície, recém ocupada pelos portugueses, foram os primeiros a sofrerem a pressão do colonizador, sendo aldeados pelos jesuítas. O aldeamento de Santa Rita e Nossa Senhora das Neves foi fundado nas terras em que os Jesuítas estabeleceram a fazenda de Sant'Anna, próximo à foz do rio Macaé, com índios provenientes das matas dos rios São Pedro, Macaé e Macabú. O aldeamento de Santo Antônio foi estabelecido pelos jesuítas na margem norte do rio Paraíba, não muito distante da Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, ficando, a partir de 1659 sua direção a cargo dos missionários capuchinhos franceses. No século XVIII, tais grupos aparecem com a denominação de Guarulhos, termo também utilizado para diversos grupos de língua não-Tupí na área de Mata Atlântica em São Paulo.

Após a conquista, desceram do sertão, isto é, das regiões serranas, os Coropó, os Coroados e os Puri (SOUZA SILVA, 1854: 124). A área ocupada por tais grupos era extensa, correspondendo às adjacências do rio Paraíba, Espírito Santo, sudeste de Minas Gerais até o rio Jequitinhonha, ocupando basicamente as áreas de Mata Atlântica.

Segundo vários autores, estes eram grupos afins aos Goitacá, ou seja, pertenciam ao mesmo grupo lingüístico. As línguas dos Coroados e Coropó eram extremamente semelhantes, e ambos compreendiam os Puris (WIED-NEUWIED, 1989). Entretanto, apesar de tais grupos indígenas ocuparem territórios coincidentes com os Goitacá, torna-se difícil estabelecer relacionamento entre estes, já que pouco se sabe da cultura material dos Goitacá para que se possa comparar com as informações que se possui dos Puri e Coroados (METRAUX, 1929:117).

Algumas designações locais, registradas pelos colonizadores, indicam a diversidade que se escondia sob o termo Coroados. A abrangência do termo Coroados, com possível introdução de elementos Tupinambá que, segundo o Pe. Anchieta, teriam fugido para o sertão, se confirma com os traços Tupi-guarani encontrados na cerâmica da fase Mucuri (tradição Una), em seu período final, como também a presença de cerâmica Tupi-guarani em São Fidélis (DIAS JR. 1973: 32).

Na cultura material descrita entre os Coroados, encontramos igualmente a presença da influência Tupi-Guarani, pois são os únicos a produzirem cestos iguais aos Tupinambá e abanos como os dos grupos Tupi. Já os Coropó e os Puri, na técnica empregada na tecelagem dos sacos de transporte, aproximam-se dos Ge meridionais, como os confeccionados pelos Kaingang, descendentes dos Guaianá do século XVI (RIBEIRO, 1984).

Nas mesmas áreas ocupadas por estes grupos existiam outros que eram chamados de Puri, termo depreciativo utilizado pelos Coroados. Este termo igualmente esconde a grande diversidade tribal existente, onde apenas algumas designações locais aparecem em alguns documentos, como os Sabonan, os Uambori, os Xamixuna. O território Puri situava-se para além do rio Paraíba, principalmente leste e sudeste de Minas Gerais e as florestas do Espírito Santo, entretanto faziam constantes incursões até a planície do norte fluminense.

Os Puri eram nômades, vivendo da caça, da coleta de frutas e raízes. Viviam em acampamentos, com pequenas cabanas feitas de galhos, utilizando redes de fibras de embaúba. Era constante o ataque destes às roças de outros grupos indígenas e de colonos, principalmente de cana-de-açúcar, que muito apreciavam.

No século XVIII, Capuchinhos subindo o Paraíba, oito léguas distantes de São Salvador dos Campos, encontraram índios Coroados. WIED-NEUWIED (1989) encontrou alguns grupos Puri e Coroados próximos a São Fidélis, citando que este foi fundado com Coroados e Coropós e que na Aldeia da Pedra viviam Coroados, Coropós e Puris. EHRENREICH (1818) encontrou cerca de 120 Puris estabelecidos no aldeamento de Muriaé.

A análise de cartografia setecentista indica que, na segunda metade do século XVIII, as áreas entre os rios Paraíba, Itabapoaba e Muriaé encontravam-se ocupadas apenas por populações indígenas. A carta de Francisco João Rocio (1777) denomina estas populações como Goytacazes. A Carta Topográfica de MANUEL VIEYRA LEÃO (1767), indica o sertão entre a serra e o rio Paraíba como ocupada por “índios bravios”, porém na área da margem esquerda da lagoa de Iquipari (toponímia atual) haveria ocupações “Goytacazes” e no Alto Macaé uma aldeia de Guarulhos.

#### 4.4.5.8 Aspectos Históricos do Litoral Norte Fluminense

A primeira tentativa de estabelecimento português no norte fluminense ocorre com Pero de Góis na margem do rio Paraíba, em terras de São João da Barra, área ocupada pelos Goitacá. Este estabelecimento acredita-se estar localizado nas proximidades da ponta do Retiro e próximo à lagoa Doce, ao sul da barra do Itabapoana. Após dois anos de convivência, devido à traição cometida por um dos homens da povoação contra os indígenas, surge a guerra entre eles, obrigando o donatário a se retirar para capitania do Espírito Santo (CASAL, 1976; LAMEGO, 1974; OSCAR, 1976).

A conquista da planície de restinga inicia-se com a excursão dos jesuítas João de Almeida e João Lobato, em 1619, aos Campos dos Goytacazes, com suas formosas lagoas, mas cercados de arvoredos espessos, rios medonhos e alagadiços incomparáveis, situados entre os termos dos rios Parahyba e Macahé (VASCONCELLOS, [1658]1882). Com as pazes estabelecidas com as diferentes etnias<sup>1</sup> Goitacá, alguns pescadores vindos de Cabo Frio se instalaram na foz do rio Paraíba, nascia uma pequena povoação, mais tarde São João da Barra (LAMEGO, 1974; OSCAR, 1976).

Estas terras foram repartidas em sesmarias, distribuídas pelos chamados “Sete Capitães”, os capitães de confiança das tantas conquistas da família Sá no Rio de Janeiro, o que deu início ao definitivo povoamento dos Campos dos Goytacazes. Nova redistribuição de terras foi realizada em 1648 por Salvador Correia de Sá e Benevides, beneficiando este e seus protegidos, os Beneditinos, os Jesuítas e outros (BOXER, 1973; LAMEGO, 1974). Os jesuítas recebem as terras que se iniciavam na barra velha do Açu, vizinhas as dos Beneditinos e a do General Salvador Correia, passando entre as duas Lagoas do Taí, e alcançavam o Campo Novo no rio Paraíba. Os elementos

---

<sup>1</sup> Por etnia entende-se um grupo que se autodefine, aquilo que se diz em Antropologia como definição étnica (do próprio grupo). No caso, faltam dados concretos para delimitarmos as etnias goitacazes em sua diversidade. Ademais, as identidades étnicas são fluidas e nem sempre marcadas, com clareza, pela cultura material (cf. FUNARI, ORSER E SCHIAVETTO 2005).

geográficos descritos na carta das terras jesuíticas parecem indicar que a Lagoa de Iquipari estaria dentro de seus limites.

Nos primeiros tempos de colonização, na área de Campos dos Goytacazes, não houve grande desenvolvimento da agricultura sem a criação de gado. Em 1651, Salvador Correia declarava ser possuidor de sete mil cabeças de gado bovino, setenta cavalos e cento e setenta escravos em suas terras nos Campos dos Goytacazes.

As disputas por terras, revoltas e outros interesses tornavam esta região uma das mais violentas no período colonial, levando à intervenção do governo e resultando na fundação de vilas na planície, sendo a de Campos em 29 de maio 1677 e a de São João da Barra em 18 de junho do mesmo ano. Já nesta época existia a pequena igreja de São João da Barra e em seu entorno já habitavam algumas pessoas (LAMEGO, 1974).

Na Planície Campista, a pecuária extensiva precedeu à cultura canavieira até meados do século XVIII, quando passou a dominar a cultura da cana. O declínio da pecuária foi decorrência de várias causas, principalmente da expulsão dos jesuítas. Dos tempos de predominância da pecuária somente sobreviveram as edificações das ordens religiosas (MENDES, 1969).

Devido à fertilidade da planície aluviônica de Campos, esta começa a atrair os lavradores. A “carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro” de MANOEL VIEYRA LEÃO (1767), apresenta na região dos Campos dos Goytacazes ainda um número pequeno de engenhos (**Figura 4.4.5-2**).

Na planície campista, embora existissem áreas reais, as da ordem beneditina e mais dois grandes proprietários de terras, na realidade estas terras eram cultivadas por pequenos senhores de engenho e arrendatários. Estes engenhos de açúcar se concentravam entre a margem direita do rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia, ao longo das inúmeras lagoas, brejos e cursos d’água (MENDES, 1969, LAMEGO, 1965).

Paralelamente, a Vila de São João do Paraíba do Sul, posteriormente denominada São João da Barra, vagarosamente evoluía com sua pequena população. Em todo o regime da pecuária campista, a pequena vila de São João da Praia do Paraíba do Sul estacionara. O caminho terrestre, pela estrada litorânea, era a única via possível às boiadas que seguiam para a cidade do Rio de Janeiro e o porto da foz do Paraíba tornava-se de pouca necessidade (LAMEGO, 1974).



**Figura 4.4.5-2:** Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro  
MANUEL VIEYRA LEÃO (1767) - Biblioteca Nacional

São João da Barra, como única saída para o açúcar, por sua localização na foz do Paraíba, adquire um perfil comercial e dedicada mais à navegação. Situada na planície de restinga, onde abundam as lagoas, logo os direitos de pesca são regulamentados. A

procura constante pela Lagoa de Iquipari pode ser observada pela proibição da pesca, em período de barra aberta (MARTINS, 2004).

Ainda no final do século XVIII, os territórios da margem esquerda ao norte de São João da Barra encontravam-se cobertos por florestas virgens, percorridos por grupos indígenas arredios (**Figura 4.4.5-3**). Ainda em 1844, esta área era visitada por Botocudos e Puris com certa freqüência. (MARTINS, 2004).



**Figura 4.4.5-3:** Carta Corographica da Capitania do Ryo de Janeyro – FRANCISCO JOÃO ROSCIO (1777) – Biblioteca Nacional

A implantação do primeiro engenho a vapor ocorre em 1827, mas é só em 1840 que a indústria açucareira passou por importantes modificações, o que significou uma revolução na economia regional. A estrutura social e econômica da cana-de-açúcar em Campos atinge sua maior plenitude, consagrando a elite local e surgindo na região imensos sobrados com arquitetura mais leve, porém no estilo da capital. As intervenções imperiais crescem, com a limpeza dos rios, abertura de canais de drenagem e redução dos pântanos e brejos, melhoria das existentes e abertura de novas estradas (MENDES). Em São João da Barra existiam vinte e seis engenhos, três destes a vapor (MARTINS, 2004).

No fim do século XIX e princípio do século XX, a cana-de-açúcar ainda impera na planície campista, para em seguida decrescer em função da pecuária. Ao mesmo tempo, entre 1920 e 1940 a região experimentou um aumento de população. Na planície aluviônica os pastos passam a ocupar maiores áreas do que a da produtividade agrícola – fenômeno também observado na planície de restinga (MENDES, 1969).

#### **4.4.5.9 Resultados dos Trabalhos de Campo**

As atividades de campo foram desenvolvidas na área da Fazenda Saco D'Antas, bem como na Fazenda do Meio, área de influência imediata do complexo portuário. A equipe multidisciplinar responsável pelos levantamentos arqueológicos foi composta por arqueólogas, biólogos e geógrafo, sob a coordenação de uma das arqueólogas, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Nanci Vieira de Oliveira.

A metodologia adotada para a realização do georreferenciamento consistiu na utilização de GPS, inicialmente para definição dos setores para a realização dos levantamentos sistemáticos de superfície (**Foto 1**).



**Foto 1:** Exemplo do uso do GPS para os procedimentos de georreferenciamento dos pontos de campo.

Cada setor delimitado foi percorrido pela equipe dividida em dois grupos, eqüidistantes, entre si, em cerca de 10 metros (**Foto 2**). A indicação dos locais a serem georreferenciados foi determinada por observação visual, seguida da verificação, no mapa, para confirmação. Além da observação *in loco*, todo o trabalho foi acompanhado de registros gráfico e fotográfico.



**Foto 2:** Levantamento Sistemático de Superfície.

Na área do empreendimento observam-se setores com cercas, utilizados por posseiros para pecuária e agricultura, como também pequenas casas. Na maioria dos cercamentos para pasto verifica-se predominância de gado bovino, embora em apenas um destes observou-se diversos animais. (**Foto 3**)



**Foto 3:** Vestígios de casa demolida no caminho da praia (AID).

Os cômoros e depressões de extensão linear, característicos da baixada de restinga, são cortados por diversos canais de drenagem, bem como diversas cacimbas foram escavadas para o gado, o que permitiu observação de subsuperfície. É comum se observar grande presença de gastrópodes indicativos de períodos de alagamento em várias áreas, correspondentes às depressões com gramíneas, preferencialmente utilizadas para pasto e plantações de cana, no passado bem recente.

Em vários setores os cômoros apresentam remanescentes de vegetação de restinga, enquanto outros possuem plantações de eucaliptos ou áreas de rebrotamento dos mesmos. (**Fotos 4, 5 e 6**).

Como referência geral, as sondagens para fins geotécnicos realizadas na área da Fazenda Saco D'Antas, permitiram a observação das amostras correspondentes aos seguintes níveis:

- a 5 m de profundidade, material em estágio de umidificação avançada;
- a 7 m, areia de granulação grossa e grãos selecionados (quartzo); e
- a 13 m, argila orgânica e, a 29 m, sedimento argilo-arenoso com baixa plasticidade.



**Fotos 4, 5 e 6:** Fazenda Saco D'antas  
– Canal de drenagem



A área entre os limites da vegetação arbustiva de restinga e a praia também foi objeto de levantamentos de superfície, correspondendo à antiga estrada percorrida pelo gado, que descia dos Campos dos Goytacazes, e pelas tropas de burro até o século XIX. Ao longo desta foram observados escombros de casas demolidas, sendo que em uma dessas observou-se que tijolos mais antigos foram reaproveitados (ver **Foto 3**).

Não muito distante foram encontrados fragmentos de tijolos muito antigos (provavelmente do Séc. XVIII). Entre a vegetação arbustiva e a rasteira da praia, existem dunas, tendo uma delas a presença de material malacológico e fragmentos de louça pintada, em localidade fora da **AID** e da **ADA**.

Na área próxima à Lagoa de Iquipari, em sua margem direita coberta de pasto em uso por gado bovino (**Fotos 7 e 8**) e área plantação de cana-de-açúcar (**Foto 9**), observa-se um canal de drenagem construído em 1986 (**Foto 10**). Em alguns setores às margens da lagoa foram observados restos malacológicos marinhos esparsos (**Foto 11**), bem como fragmentos de cerâmica. No lado oposto do canal de drenagem, foram encontrados ossos de fauna, restos malacológicos, fragmentos de louça, cerâmica e telha.



**Foto 7:** Vista da margem sul da Lagoa de Iquipari, com extensa área de pasto.



**Foto 8:** Fazenda do Meio – formação de pasto



**Foto 9:** Fazenda do Meio – plantação de cana-de-açúcar para alimentação do gado



**Foto 10:** Fazenda do Meio – canal de drenagem da área.

**Foto 11:** Setor na margem da Lagoa Iquipari, com ocorrências de restos malacológicos.



#### 4.4.5.10 Avaliação e Propostas

A técnica adotada para o plantio de cana na Fazenda Saco D'Antas e na Fazenda do Meio, teve cana e depois pasto isto é, a implantação de um sistema de drenagem de toda a área criando piscinas secas, protegidas por cordões de dunas artificiais formadas pelo material dragado, barreiras de eucalipto e/ou de remanescentes de vegetação de restinga, foi altamente impactante impondo perda significativa para o patrimônio arqueológico.

Os vestígios materiais (cerâmicas e material lítico) observados em setores no entorno da Lagoa de Iquipari parecem corresponder a ocupações temporárias, indicando a restinga como local de pousada e trânsito para captação de recursos.

Embora os registros históricos indiquem que os Goitacá sempre se utilizaram de cacimbas para obtenção de água, os mananciais de água doces eram pouco representativos, o que dificultaria a permanência prolongada de ocupações humanas em determinadas áreas da planície de restinga.

Cabe ressaltar que o solo com Ph ácido dificulta a sobrevivência de artefatos de material orgânico. A ausência de determinadas matérias-primas, como as rochas, poderia indicar uma maior utilização de artefatos ósseos, de madeira e outros materiais orgânicos, cujos testemunhos não sobreviveriam no ambiente da restinga.

As ocupações prolongadas ocorrem, tradicionalmente, em locais estratégicos, ou seja, próximo a mananciais de água doce, de alguma forma protegida e com boa visibilidade. Tais características também foram critérios utilizados pelos colonizadores que ocuparam, como de hábito, as mesmas áreas que os indígenas.

A análise da Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro de MANUEL VIEYRA LEÃO (1767), indica ocupação Goitacá no lado Norte da Lagoa de Iquipari (Fazenda Caruara). Assim, parece que a margem sul (Fazenda do Meio), onde se localiza o empreendimento, constituía uma área de trânsito, somente percorrida em períodos secos e com acampamentos temporários.

A ausência de vestígios de ocupações coloniais na área de empreendimento e proximidades, como indicado pela cartografia do século XVIII, resulta da prática recorrente de reaproveitamento de material antigo para novas construções. Tal fato foi

observado em vestígios de construções localizadas na área da praia e na cobertura do abrigo para canoa na Lagoa Iquipari.

A dinâmica da planície de restinga, com zonas de intercordões, endicamento dos pequenos cursos d'água, submersão de riachos em decorrência do último período de nível marinho mais alto de idade holocênica, indicam que ações de intervenção de remoção e transporte de sedimentos podem revelar evidências que atualmente se encontram em profundidade.

Os levantamentos de superfície entre os limites da área do empreendimento e a faixa de praia, correspondendo à antiga estrada percorrida pelo gado que descia dos Campos dos Goytacazes e pelos tropeiros até o início do século XIX, indicaram restos malacológicos esparsos, restos de construções e fragmentos de louça. Assim como, em alguns setores às margens da lagoa de Iquipari foram observados restos malacológicos, fragmentos de louça, cerâmica e telha. Tais vestígios arqueológicos parecem corresponder a ocupações temporárias, indicando a restinga como local de pousada e trânsito para captação de determinados recursos.

A indicação das fontes históricas da preferência dos Goitacá pela utilização de “cacimbas”, parece indicar que os chamados “caminhos d'água” possam ter sido utilizados no passado (**Foto 12**), o que resulta na possibilidade de existência de vestígios de ocupações humanas nesses locais.



**Foto 12:** Área alagada correspondente a um dos “caminhos d'água”

Os levantamentos de superfície e subsuperfície, executados no Projeto de Diagnóstico, permitem apenas uma visão ampla do potencial arqueológico, fornecendo subsídios sobre a existência de sítios arqueológicos e áreas de ocorrência arqueológica, nas áreas de influência definidas para este estudo.

A necessidade de compatibilizar a fase de licença para instalação dos empreendimentos foi definida pelo IPHAN através da Portaria N° 230/2002, com exigência de Diagnóstico do Potencial Arqueológico acompanhado por um programa de Prospecção intensiva nas áreas afetadas pelo empreendimento.

Esta fase tem por objetivo o aprimoramento da fase anterior, ou seja, do Diagnóstico, estimando-se a existência de vestígios arqueológicos em subsuperfície e superfície, avaliando-se a extensão destes, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação para futuro detalhamento no Programa de Resgate Arqueológico.

No caso de ocorrência de sítios arqueológicos, durante a fase de implantação do empreendimento, quando as obras de engenharia deverão ocorrer, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico, caso se identifique sítios ameaçados. Durante as atividades de campo também deverá ser implantado um Programa de Educação Patrimonial.

Assim sendo, a realização de prospecções intensivas tem por objetivo observar a sucessão de horizontes sedimentares, a existência ou não de vestígios arqueológicos, os perfis estratigráficos, o número de ocupações ocorridas no local ou se estes se encontram destruídos.

Um empreendimento da grandeza do Porto do Açu resulta não somente em interferências local e regional pela movimentação de máquinas, como também na atração de outros empreendimentos que venham a constituir o complexo portuário,

seja destinado a uma única atividade ou multiuso. Desta forma, torna-se importante no Programa de Prospecção intensiva o acompanhamento sistemático das obras de engenharia, bem como a ampliação da área para as intervenções arqueológicas, estabelecendo-se uma área que alcançaria distância de pelo menos 5 km em relação aos limites do empreendimento.



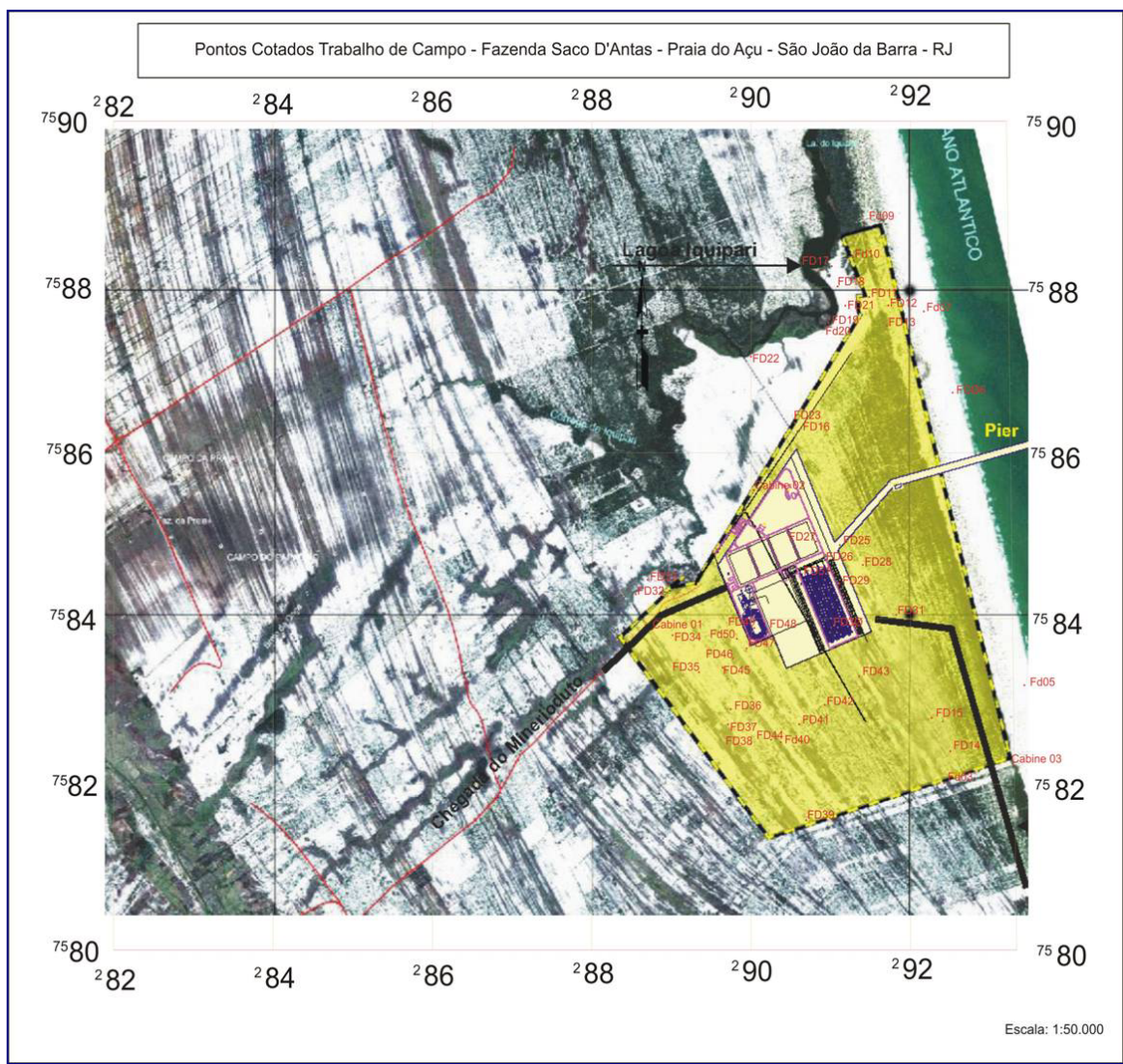
## **Anexos**



## **Anexo 1**

### **Mapa de Localização dos Pontos de Coleta**







## **Anexo 2**

# **Relação dos Sítios Arqueológicos Identificados na Região**



DENOMINAÇÃO	TIPO DE SÍTIO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	INFORMAÇÕES
Sítio Campo da Boa Vista	sambaqui	São João da Barra	1 km da Vila de São Tomé, na estrada de Santo Amaro	DIAS JR (1969); SOUZA (1981)	Artefatos líticos, ossos e conchas. Destruído em 1969.
Sítio das Marrecas	sambaqui RJ-MP-07	São João da Barra	Baixada Grande	DIAS JR (1969); SOUZA (1981)	Artefatos líticos, ossos e conchas. Destruído em 1969.
Sítio do Bugre	sítio cerâmico	São João da Barra	Próximo à cidade de Itabapoana.	DIAS JR (1969); SOUZA (1981)	Cerâmica tupi-guarani, fase Itabapoana.
Sítio Praia de Manguinhos	sítio de contato RJ-MP-09	São João da Barra	Praia de Manguinhos, enseada do Retiro, acima da barra do Itabapoana	OSCAR (1976) ; SOUZA (1981)	Cerâmica de contato. Destruído em 1966 AIRES DE CABRAL (1817) situa nesse local a Vila da Rainha, por ali haver encontrado duas mós de pedras e vestígios da antiga construção.
Sítio Santo Amaro	Sítio cerâmico	São João da Barra	Barra do Itabapoana	DIAS JR (1969); SOUZA (1981)	Cerâmica tupi-guarani, fase Itabapoana.
Sítio da Alma Pura	Sítio cerâmico	São João da Barra	Atafona, sobre uma ilha da foz do rio Paraíba do Sul	DIAS JR (1969); SOUZA (1981)	Cerâmica tupi-guarani, fase Ipuca
Sítio Ponta do Caçador		São João da Barra		IPHAN	vestígio orgânico malacológico.
Sítio Rui Saldanha	sambaqui	São João da Barra		IPHAN	Área de 1.200 m <sup>2</sup> , vestígios malacológicos Destruído em 1997.
Sambaqui da Boa Vista	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Próximo ao farol de São Tomé e rio Açú.	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	Conchas, artefatos líticos e ossos.
Sambaqui da Lagoa dos Jacarés	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Margens da Lagoa dos Jacarés, em Pipedeiras.	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	LAMEGO (1946) afirma ser natural.
Sambaqui de Itabapoana I	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Margem direita do rio Itabapoana.	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	Na aba dos tabuleiros que delimitam o leito maior do rio Itabapoana, a 15 km em linha reta do oceano. Área elipsoidal com 100 metros de comprimento e dois de largura Com restos humanos e conchas. Destruído em 1946, para construção de fábrica de cal.

DENOMINAÇÃO	TIPO DE SÍTIO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	INFORMAÇÕES
Sambaqui de Itabapoana II	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Próximo ao Sítio Itabapoana I	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	Com área de 200 metros, restos humanos e conchas. Destruído em 1946, para construção de fábrica de cal.
Sambaqui do Rio Preto	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Rio Preto, próximo à Lagoa de Cima.	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	
Sambaqui de Santo Amaro	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Distrito de Santo Amaro.	LAMEGO (1946); SOUZA (1981)	Artefato lítico e conchas. Destruído em 1970.
Sítio do Chiquito	sítio cerâmico RJ-PM-01	Campos dos Goytacazes	Margem direita do rio Muriaé.	DIAS JR (1969); SOUZA (1981).	Área inferior a 100 metros. Cerâmica Tupiguarani, fase Ipuca. Destruído em 1969.
Sítio do Caju	Sítio cerâmico RJ-MP-08	Campos dos Goytacazes	Área urbana de Campos, à margem direita do rio Paraíba do Sul	DIAS JR (1969); ALVIM & DIAS-JR (1972/73).	Sítio-habitação originalmente com 4.000 m <sup>2</sup> de área e espessura de 40 cm. Cacos de cerâmica, sepultamentos, contas elaboradas sobre ossos leves. Tradição Una, fase Mucuri. Datação 1.430 ± 65.
Sítio da Santa Casa	sítio de contato	Campos dos Goytacazes		IPHAN	Área estimada em 100 m <sup>2</sup> . Artefatos cerâmicos, vestígios orgânicos malacológicos e ossos, e outros vestígios inorgânicos (peças de metal e roda metálica).
Sítio São Miguel Furado	sítio de contato	Quissamã		IPHAN	Concentração de carapaças de moluscos e material colonial.
Sítio de Santa Rita		Campos dos Goytacazes		IPHAN	

Fonte: IPHAN-6ª Regional-Rio de Janeiro

## **Anexo 3**

# **Relação dos Bens Tombados na Região**



DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	LIVRO HISTÓRICO	Nº DO PROCESSO	DESCRIÇÃO
Solar da Baronesa de Muriaé	Campos dos Goytacazes	Academia Brasileira de Letras- Estrada Campos-Haperana	Inscrição: 448 data:19-7-1974 Livro Belas Artes Inscrição: 517 Data: 19-7-1974	0890-T-73	IPHAN. O tombamento inclui dois hectares de terra que foram incorporados ao solar por doação e o conjunto de palmeiras imperiais
Solar e Capela do Engenho do Colégio e capela	Campos dos Goytacazes	Estrada Campos-Tocos	Livro Histórico- Inscrição: 243 data: 24-7-1946 Livro Belas Artes Inscrição: 308 Data: 24-7-1946	0175-T-38	IPHAN. A casa e capela, que foi engenho dos jesuítas na baixada campista, foi construída no final dos seiscentos. Com a expulsão dos jesuítas foi o conjunto vendido e, na segunda metade do século passado, nasceu e viveu por muitos anos o Almirante Saldanha da Gama. A edificação, localizada em meio a extensa planície de canaviais, forma ampla e compacta quadra em torno de um pátio central. A capela constitui a ala direita da quadra, e sua torre sineira localiza-se entre ela e a casa propriamente dita. A capela e a torre apresentam-se para a frontaria principal como elementos diferenciados do resto da edificação; aquela, com frontão alto com curvas, e esta encimada por pequena cúpula de alvenaria entre pináculos. Contrastando com elas, a casa se apresenta singela, sólida, com vãos espaçados e dispostos com alguma irregularidade ao longo das quatro faces, além daquelas voltadas para o pátio interno. Os beirais corridos de todas essas fachadas são armados em beira-seveira. Restauradas pela Universidade Norte Fluminense para servir à Escola de Cinema, atualmente desativada.

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	LIVRO HISTÓRICO	Nº DO PROCESSO	DESCRIÇÃO
Solar de Santo Antônio	Campos dos Goytacazes	Asilo Nossa S. do Carmo Av.Vinte e Quatro de Outubro, 143	Livro Histórico- Inscrição: 242 data: 24-7-1946 Livro Belas Artes Inscrição: 309 Data: 24-7-1947	0176-T-38	IPHAN.Construção da fase áurea do ciclo da cultura do açúcar, do início do século passado. É uma típica construção solarenga, com quatorze janelas em sua fachada principal. A entrada faz-se por um lance de escadaria que conduz a um pátio interno guarnecido por grades de ferro artisticamente trabalhadas. A sua esquerda, há um pequeno campanário. Outros nomes: Engenho Santo Antônio: casa; Fazenda Grande do Beco: casa Levantada por Joaquim Pinto Neto dos Reis
Solar do Visconde	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Livro Belas Artes Inscrição: 295 Data: 21-9-1943	0174-T-39	IPHAN Tipo de Casa Grande do séc XIX, unida ao engenho
Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho	Campos dos Goytacazes	Distrito de São Gonçalo –	Livro Belas Artes Inscrição: 258 A Data: 16-4-1942	0174-T-39	A Capela da Fazenda do Visconde, que data do séc XVIII O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. A fachada foi desfigurada pela reforma recente. Outros nomes: Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho; Engenho do Visconde: capela
Solar e fazenda dos Airizes: casa	Campos dos Goytacazes	Estrada Campos-Atafona	Livro Belas Artes Inscrição: 276 Data: 19-2-1940	0177-T-38	É o único remanescente desses edifícios monumentais erguidos pelos senhores de engenho da planície, excetuando-se o Colégio e São Bento, construídos por ordens religiosas. A fachada com 45 m e perfeito equilíbrio arquitetônico. Construído há cem anos pelo comendador Cláudio do Couto e Souza na margem direita do Paraíba.

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	LIVRO HISTÓRICO	Nº DO PROCESSO	DESCRIÇÃO
Igreja de São Pedro	São João da Barra				Construída em 1885 pelo fazendeiro Emanuel Francisco de Almeida para servir de túmulo para ele e sua mulher.
Capela de Santo Antônio dos Pobres	São João da Barra				Construída onde existia, primeiro uma capela de palha e depois de alvenaria, no lugar de um antigo cruzeiro de 1881
Igreja da Penha	Atafona				Construção provavelmente de 1860, em terreno doado pela viúva do comendador Joaquim Thomaz de Farias, forte traficante de escravos
Solar da Machadinha	Quissamã				Bela varanda ladrilhada de mármore do magnífico solar da Machadinha
Sobrado de Guriri	Quissamã				Construído em 1863 pelo comendador Joaquim Ribeiro de Castro, da família de Quissamã
Asilo de N. S. da Lapa	Campos dos Goytacazes				Construído para seminário pelo missionário padre Ângelo de Siqueira. Portal da igreja datada 1755
Igreja do Carmo	Campos dos Goytacazes				Datada de 1797. No seu interior com belos trabalhos de talha, nos altares laterais e nas tribunas
Igreja de N.S. Mãe dos Homens e Santa Casa de Misericórdia	Campos dos Goytacazes				Construção do século XIX
Igreja de São Francisco	Campos dos Goytacazes				Construída por Frei Vitório de Cambiasca, 1771. Sobre uma das portas da igreja com ornamentação de frutas brasileira – cajus -
Monumento aos campistas mortos na 2ª guerra Mundial	Campos dos Goytacazes				O monumento de autoria de Modestino Kanto.
Câmara e Cadeia Pública					